

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Bianca Aparecida Lima Costa

ENTRE TEORIA E PRÁTICA:
a experiência da economia solidária no Brasil a partir de uma abordagem internacional

Belo Horizonte

2013

Bianca Aparecida Lima Costa

ENTRE TEORIA E PRÁTICA:
a experiência da economia solidária no Brasil a partir de uma abordagem internacional

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Magda de Almeida Neves

Belo Horizonte

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C837e Costa, Bianca Aparecida Lima
Entre teoria e prática: a experiência da economia solidária no Brasil a partir de uma abordagem internacional / Bianca Aparecida Lima Costa. Belo Horizonte, 2013.
219f.: il.

Orientadora: Magda de Almeida Neves
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Economia social. 2. Movimentos sociais. 3. Política pública. I. Neves, Magda de Almeida. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Bianca Aparecida Lima Costa

ENTRE TEORIA E PRÁTICA:
a experiência da economia solidária no Brasil a partir de uma abordagem internacional

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Magda de Almeida Neves (Orientadora) – PUC Minas

Márcia de Paula Leite – Unicamp

Jacob Carlos Lima – UFSCar

André Junqueira Caetano – PUC Minas

Cristina Almeida Cunha Filgueiras – PUC Minas

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2013

*A minha família,
pelo apoio incondicional*

AGRADECIMENTOS

A todas e todos que contribuíram, de alguma forma, a para realização deste trabalho, fica expressa aqui minha gratidão, especialmente:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - pelas concessões das bolsas de doutorado e de sanduíche no exterior, fundamentais para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Aos professores/as e funcionários/as do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, por me acolherem, mais uma vez, e pela oportunidade de aprendizado.

À Professora Magda Neves, pela orientação, generosidade e oportunidade de convívio por mais quatro anos. Esse período fez minha admiração pelo seu trabalho aumentar, especialmente pela sabedoria e carinho com que fui orientada. Ela acolheu minhas dúvidas, acreditou neste trabalho e me incentivou em todos os momentos. Espero traduzir minha gratidão em minha carreira profissional, seguindo seu exemplo.

Ao professor Jean-Louis Laville, que gentilmente me recebeu durante o doutorado sanduíche no *Conservatoire National des Arts et Métiers*, no período de janeiro a junho de 2012. À Magali Zimmer, pela ajuda e atenção durante minha estadia na França.

À Coordenação do Fórum Internacional de Economia Social e Solidária - FIESS, especialmente ao *Chantier d'Economie Social*, pela viabilização de minha estadia em Montreal, o que foi primordial para o enriquecimento deste trabalho, em sua abordagem internacional.

Aos amigos/as da Sedese, que compartilharam comigo o desafio de construir políticas públicas com o tema da economia solidária. Agradeço carinhosamente a todos que estiveram ao meu lado, principalmente à Zilda, por me adotar como filha; à Adriana pelas orações e boas energias; à Jane, pela garra e dedicação e ao Hudson, pela confiança.

Aos amigos/as do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária que, tão carinhosamente, acolheram meus questionamentos e compartilharam suas impressões, trajetórias e militâncias. Talvez não tenha como agradecer tamanha generosidade e confiança.

Aos amigos/as e funcionários/as da *Maison Du Brésil*, agradeço a acolhida calorosa no inverno europeu e a oportunidade de convívio, ao longo de minha estadia em Paris. Às amigas Erika e Bárbara, agradeço pela cumplicidade durante esse período em terras estrangeiras. À Telma, fico grata pela leitura deste texto.

Às amigas “Algas”, Patrícia, Renata e Eliete, por me apoiarem mais uma vez, nesta etapa e por me permitirem estar presente em momentos especiais de suas vidas.

À Juliana, amiga de todos os momentos, dos mais alegres aos mais angustiantes, meu carinho pela amizade incondicional, dedicação e generosidade.

À Marcinha, pela leitura cuidadosa e carinhosa deste texto. Sua dedicação a esta tarefa, durante os poucos dias de férias no Brasil, ampliou minha admiração por ela e me fez perceber sua magia ao tratar as palavras. Minha eterna gratidão pela amizade iniciada nos tempos de escola e prolongada além das fronteiras. Neste contexto, nossa articulação se reforça a partir desse gesto generoso.

Ao meu irmão Leandro e minha cunhada Aliny, que, mais uma vez, me apoiaram incondicionalmente na realização deste trabalho, abrindo as portas de sua casa para me hospedarem, durante o curso em Belo Horizonte. Expresso minha gratidão eterna ao casal cuja generosidade é ilimitada. Ao meu irmão Leonardo e minha cunhada Luciana, pelo carinho, compreensão e paciência. Ao meu irmão Alessandro e minha cunhada Fernanada, pelo incentivo e apoio.

A minha sobrinha Ana Clara, por me acompanhar diariamente na etapa final de escrita desta tese e ser incansável na demonstração de carinho, que renovava meus ânimos e me fazia seguir em frente com alegria.

Ao meu sobrinho Pedro, cujo nascimento encheu de alegria nossas vidas e embalou a escrita deste trabalho. Seus sorrisos e olhares são minhas principais fontes de inspiração.

Aos meus pais Luiza e João, agradeço pelo exemplo de vida e dedico mais esta conquista. Minha eterna gratidão pelo amor e apoio incondicionais, sem os quais tal feito não seria possível.

RESUMO

Este estudo analisa a conformação do movimento de economia solidária no Estado de Minas Gerais, no Brasil. O objetivo central é examinar conflitos e convergências entre as interpretações teóricas e a realidade local, segundo uma abordagem internacional. Os principais quadros conceituais sobre este tema são elucidados, buscando destacar características predominantes, de acordo com diversos contextos socioeconômicos. As experiências da França, do Quebec e do Brasil, nesse campo, são estudadas a fim de se estabelecerem relações com o caso mineiro. As principais questões que norteiam esta pesquisa são: como o tema da economia solidária é tratado do ponto de vista teórico, em diferentes partes do mundo? Como este tema se articula com experiências empíricas? De que forma se configura o movimento de economia solidária em âmbito local? Compreendendo o objeto de estudo proposto, os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho combinam os seguintes métodos: revisão bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Através da pesquisa da experiência do Estado de Minas Gerais, é possível compreender as diversas práticas econômicas, os atores sociais envolvidos e suas formas de articulação, tanto no âmbito do movimento social, quanto no de políticas públicas. A principal conclusão desta tese é a de que há uma defasagem entre a teoria e os discursos das lideranças dos fóruns e a prática concreta dos empreendimentos econômicos solidários. Apesar do aumento da visibilidade da economia solidária em todo mundo e no Brasil, os atores sociais implicados nesse processo ainda enfrentam dificuldades quanto à compreensão das principais lutas desse movimento e diferentes conflitos na organização dessa identidade coletiva. Mesmo em um Estado com legislação e políticas públicas especificamente direcionadas para esse tema, tais ações chegam timidamente às bases locais que, sob diferentes pontos de vista, ainda são frágeis.

Palavras-chave: economia solidária, movimento social, políticas públicas.

ABSTRACT

This study analyses the constitution of the solidarity economy movement in Minas Gerais, Brazil. The central aim is to examine conflicts and convergences between theoretical interpretations and the local reality starting from an international approach. The main conceptual frameworks on this topic are elucidated to emphasize predominant features according to diverse socioeconomic contexts. The experiences of France, Quebec and Brazil have been analyzed to establish relations with the case in Minas Gerais. The key issues guiding this research are: how, theoretically, is the solidarity economy subject handled in different parts of the world? How is this theme articulated with empirical experiences? How configures the movement of solidarity economy itself at a local level? Understanding the proposed object of study the methodological procedures used in this study combines the following methods: bibliographical review, documental research semi-structured interviews and participant observation. Through the experience of the Minas Gerais State is possible to understand the different economic practices, the involved social actors, their forms of articulation both within the social movement as in public policies. The main conclusion of this thesis is that there is a gap between theory and discourses of the leaders forums and the concrete practice of solidary economic enterprises. Despite the increased visibility of the solidarity economy worldwide and in Brazil, the social actors involved in this process still facing difficulties on understanding the main struggles of this movement and different conflicts in organizing this collective identity. Even in a state with legislation and public policies regulated specifically to this topic, such actions timidly arrive at local bases that, under several points of view, are still fragile.

Keywords: solidarity economy, social movement, public policies.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 19 |
| 2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO TEMA DE ESTUDO: CONTEXTOS, ORIGENS, CONCEPÇÕES E CRUZAMENTOS POSSÍVEIS..... | 28 |
| 2.1 Economia social, economia solidária e empresas sociais segundo abordagens europeias..... | 32 |
| 2.1.1 <i>Economia solidária e economia social: principais debates e divergências</i> | 33 |
| 2.1.2 <i>As empresas sociais como categoria de análise</i> | 45 |
| 2.2 Economia social e solidária no Quebec: uma perspectiva de inovação social..... | 50 |
| 2.3 Economia popular e solidária segundo abordagens latinoamericanas..... | 53 |
| 2.4 Considerações Finais | 67 |
| 3 AS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA NA EUROPA, FRANÇA E QUEBEC..... | 70 |
| 3.1 Economia solidária na Europa: experiências de serviços de proximidade e de empresas sociais | 70 |
| 3.2 A trajetória da economia solidária na França: movimento social, experiências econômicas e políticas públicas | 77 |
| 3.3 Economia social no Quebec e a participação da sociedade civil..... | 83 |
| 3.4 Considerações finais | 96 |
| 4. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: ENTRE MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS | 98 |
| 4.1 Os primeiros passos da Economia Solidária no Brasil | 99 |
| 4.2 O Fórum Brasileiro de Economia Solidária: sentidos e significados de um movimento social em construção | 104 |
| 4.2.1 <i>Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária: articulação de atores sociais e a construção dos principais consensos (2001-2006)</i> | 106 |
| 4.2.2 <i>Representação, participação social e conflitos: repensando a prática (2006-2010)</i> .. | 113 |
| 4.2.3 <i>Relação entre o Estado e o movimento social: repensando o projeto político para a sociedade</i> | 120 |
| 4.3 Sentidos da incorporação da economia solidária como política pública no Brasil.. | 122 |
| 4.4 A Secretaria Nacional de Economia Solidária: sentidos e significados da política pública em construção..... | 128 |
| 4.5 Características dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil..... | 141 |
| 4.6 Considerações finais | 143 |
| 5 CONFLITOS E CONVERGÊNCIAS NA CONFORMAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS..... | 144 |
| 5.1 Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária: conjuntura, histórico e primeiros passos | 148 |
| 5.2 Convergências e conflitos: a economia solidária entre a utopia e a realidade..... | 161 |
| 5.3 Formação da agenda governamental: a economia solidária como ação de trabalho e renda | 175 |
| 5.4 Limites e desafios da consolidação do movimento de economia solidária em Minas Gerais..... | 184 |

| | |
|--|------------|
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 192 |
| REFERÊNCIAS | 197 |
| APÊNDICE A - ROTEIROS DE ENTREVISTA | 210 |
| ANEXO A – LEI ESTADUAL DE FOMENTO À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA – 15028/2004 | 212 |
| ANEXO B – DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DA LEI 15028/2004 | 215 |
| ANEXO C – CARTA FÓRUM MINEIRO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA SOBRE A CRIAÇÃO DO FÓRUM BRASILEIRO | 218 |

1 INTRODUÇÃO

Os debates sobre economia solidária iniciaram-se na década de 1990, em contextos sociais e econômicos diversos e alcançaram visibilidade internacional, principalmente no início dos anos 2000. O tema adquiriu força em ambientes acadêmicos direcionados à pesquisa e à produção teórica e também em espaços da sociedade civil e dos movimentos sociais. Embora os conceitos sobre esse fenômeno não sejam consensuais, as circunstâncias de seu surgimento apresentam algumas convergências. É possível afirmar que mudanças no capitalismo mundial contribuíram para a reativação das discussões sobre formas alternativas de desenvolvimento (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002; LAVILLE, 2006; SINGER, 2003a; FRANÇA FILHO, 2006; QUIJANO, 2002).

Nessa conjuntura, diversos autores destacam a ampliação do pensamento neoliberal em todo o mundo e a crise do socialismo centralizado, como fatores importantes para a reflexão sobre mudanças na organização da sociedade, segundo novos paradigmas (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002; QUIJANO, 2002). Aliadas a isso, diferentes temáticas foram incorporadas aos movimentos sociais, ampliando seu escopo de lutas e mobilizando atores sociais variados, como os ecologistas, por exemplo (LAVILLE, 2010a).

No campo econômico, o processo de reestruturação produtiva gerou impactos significativos na sociedade, como a ampliação do desemprego em massa, da pobreza e da exclusão social. Esse fato reacendeu problemáticas quanto às relações de trabalho, fazendo ressurgir ideias sobre formas solidárias de organização dos trabalhadores (PINTO, 2006).

No início do século XXI, movimentos sociais e entidades da sociedade civil se mobilizaram sob o lema de que “outro mundo é possível”. Vários autores identificam o Fórum Social Mundial - FSM¹ como um dos principais espaços de fortalecimento da ideia de uma globalização alternativa ou solidária. A primeira edição do evento ocorreu em 2001, na cidade de Porto Alegre, Brasil (CORAGGIO, 2007a; GAIGER, 2007; VIVERET, 2009, LAVILLE, 2006, LÉVESQUE, 2009; SANTOS; RODRIGUEZ, 2002; LIMA, 2009). O FSM é uma contraposição ao Fórum Econômico Mundial e envolve, de maneira voluntária e pluralista, atores sociais implicados na construção de uma sociedade mais justa e sustentável (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002; VIVERET, 2009). Na Bélgica e na França, sob a mesma

¹ “O FSM ocorreu três vezes em Porto Alegre, no Brasil, depois em Mumbai, na Índia, antes de voltar a Porto Alegre no início de 2005. Em 2006, foi realizado em Caracas; em 2007, em Nairobi; e, em 2008, foi convertido em dia mundial de mobilização. Em 2009, voltará a ser realizado no Brasil (Belém, Pará)” (VIVERET, 2009, p. 12).

perspectiva, surgiu o movimento denominado “altermundialista”², que critica as lógicas econômicas dominantes e apresenta propostas alternativas a elas. Essa mobilização ultrapassou as fronteiras franconômicas e organiza manifestações em todo o mundo até os dias de hoje (VIVERET, 2009).

Apesar das contradições que podem estar presentes nos Fóruns, considerando os diferentes posicionamentos ideológicos dos atores sociais envolvidos (QUIJANO, 2002), esses espaços são importantes para combater a crença no determinismo econômico. Além disso, configuram-se como arenas públicas nas quais é possível a manifestação de pensamentos contra-hegemônicos. Tais iniciativas buscam propor novas formas de regulação democrática da economia e questionam a ideia do mercado como o único capaz de gerar riquezas e trabalho. As edições do Fórum Social Mundial³ foram fundamentais para o envolvimento de estudiosos e ativistas de vários países com o tema da economia solidária.

Vários pesquisadores estão empenhados em estudos que ultrapassam as fronteiras nacionais, buscando compreender iniciativas emergentes em diversos contextos, como na América Latina, Europa, Ásia, África e América do Norte. O resultado desse esforço se consolida em um quadro teórico e conceitual complexo e de interpretações diferenciadas. Um dos desafios mais importantes nesse campo é o de relacionar as concepções teóricas e suas diferentes vertentes com práticas econômicas plurais presentes em todo o mundo.

Em vários países, a trajetória de ampliação da economia solidária está ligada à mobilização de organizações da sociedade civil e à implementação de políticas públicas com essa temática. Embora os formatos e preceitos sejam variados, a tentativa de vincular economia e democracia está presente em realidades diversas.

No Brasil, esse crescimento ocorreu na década de 1990 e as várias edições do Fórum Social Mundial foram fundamentais para a mobilização de diferentes atores sociais em prol da economia solidária. O ano de 2003 foi um marco nessa história, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES e da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Essas duas experiências, que envolveram tanto as organizações da sociedade civil, como o

² “A altermundialização agrupa atores de culturas muito diversas, como terceiro-mundistas, ecologistas, marxistas, cristãos progressistas, keynesianos ou anarquistas. Com frequência, reúne ainda atores raramente vistos nos mesmos lugares, como integrantes dos movimentos pacifistas israelenses e dos movimentos progressistas muçumanos” (VIVERET, 2009, p. 12).

³ Esses espaços multiformes têm sido palco de experimentos ousados, como a realização de feiras e o fornecimento de produtos para a logística do encontro. Em 2010, por exemplo, anteriormente à edição do FSM, foi realizado um Fórum Mundial de Economia Solidária dedicado exclusivamente a essa temática.

poder público, são responsáveis, em grande medida, pelas características desse movimento no país.

Além da mobilização nacional, na mesma época, diferentes estados da federação desenvolveram ações de promoção da economia solidária através de políticas públicas, como o caso emblemático do Rio Grande do Sul, ou através da organização da sociedade civil, como o Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro.

O Estado de Minas Gerais, com cerca de 20 milhões de habitantes e 853 municípios, também pode ser destacado nesse cenário. As primeiras reflexões sobre o tema iniciaram-se em meados de 1990, por meio de fóruns temáticos, dos quais participavam diferentes organizações, como entidades sindicais, religiosas e de orientação feminista. A experiência de construção participativa de políticas públicas, com o governo do petista Patrus Ananias na capital mineira, em 1994, representou o começo dessas mobilizações.

Assim, a conformação da economia solidária no Brasil é influenciada por um duplo movimento: global e local. Ao analisar essa conjuntura atual, buscando perceber esse quadro de teoria e prática, diversas questões vieram à tona, entre elas: qual a relação entre as diferentes concepções de economia solidária e a realidade desse movimento? Tal inquietação motivou a realização desta tese, especialmente depois do início da pesquisa de campo.

Em princípio, este estudo tinha como objetivo compreender a participação do movimento social de economia solidária na elaboração de políticas públicas, no Estado de Minas Gerais. Com o avanço da pesquisa, foi possível perceber que esse processo não poderia ser compreendido, sem uma análise aprofundada da trajetória brasileira e das diversas influências internacionais, principalmente a partir Fórum Social Mundial. O intercâmbio com outros países contribuiu para ampliar a abordagem inicial deste trabalho.

O objeto de estudo desta tese passou a englobar a conformação da economia solidária no Estado de Minas Gerais, considerando os principais debates teóricos e as experiências em âmbito internacional e nacional. A questão fundamental relaciona-se às defasagens, distâncias e aproximações entre os conceitos de economia solidária e a realidade local, compreendendo as diversas práticas econômicas, os atores sociais envolvidos e suas formas de articulação, tanto no âmbito do movimento social, quanto no das políticas públicas.

A escolha por esse tema leva em consideração minha trajetória profissional e pessoal na economia solidária. Além de desenvolver atividades de extensão com essa temática, como bolsista na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora, também fui assessora da Agência de Desenvolvimento Solidário/CUT e do Movimento do Graal no Brasil, participando ativamente das ações de organização do Fórum

Mineiro de Economia Popular Solidária - FMEPS, no período de 2004 a 2006. Da mesma forma, tive oportunidade de trabalhar como gestora pública, coordenando a política de fomento à economia solidária no Estado de Minas Gerais, entre 2007 e 2010. Tais experiências contribuíram para várias reflexões presentes neste estudo.

A opção pelo caso de Minas Gerais leva em consideração a importância do Estado na estruturação do movimento de economia solidária em nível nacional e o pioneirismo dessa experiência no país. Um dos destaques nessa trajetória consiste no fato de o Estado ser o primeiro no Brasil a ter uma legislação aprovada e regulamentada para o apoio aos empreendimentos econômicos solidários. Essa lei, instituída em janeiro de 2004, além de contar com a participação do Fórum Mineiro em sua elaboração, constituiu um conselho estadual deliberativo responsável pela proposição de políticas públicas.

Outro ponto importante para o caso estudado relaciona-se à orientação política partidária do governo estadual, que é administrado pelo Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB), desde 2003. Como ressaltam Goulart e Marin (2011), a principal origem das políticas com o tema da economia solidária está associada aos governos de esquerda de base operária, nesse caso, ao Partido dos Trabalhadores (PT). Esse fato confere um caráter de ineditismo à experiência em questão, por envolver uma conjuntura política não favorável ao desenvolvimento de ações desse campo.

As questões que nortearam esta pesquisa foram: como o tema da economia solidária é tratado do ponto de vista teórico, em diferentes partes do mundo? Como esse tema se articula com as experiências empíricas? Como a economia solidária se organiza no Brasil e como foram construídas as políticas públicas federais? De que forma se configura a experiência da economia solidária, em âmbito local e regional? Em que medida os discursos se aproximam ou se distanciam das práticas? Como os pressupostos da economia solidária são vivenciados entre os atores sociais envolvidos nesses processos? Quais os principais conflitos, limites e desafios?

O objetivo principal da tese foi o de analisar conflitos e convergências entre as interpretações teóricas e a realidade local da economia solidária, segundo uma abordagem internacional. A hipótese da pesquisa é a que a configuração desse fenômeno no contexto territorial apresenta uma defasagem entre a teoria e os discursos das lideranças do movimento social e a prática concreta dos empreendimentos econômicos solidários. Nesse sentido, apesar do aumento da visibilidade da economia solidária em todo o mundo e no Brasil, os atores sociais implicados nesse processo ainda enfrentam dificuldades quanto à compreensão das principais lutas desse movimento. Mesmo em um Estado com legislação e políticas públicas

específicas direcionadas ao tema, tais ações chegam timidamente às bases locais, que ainda são extremamente frágeis.

Compreendendo o objeto de estudo proposto, os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho combinaram os seguintes métodos de pesquisa: revisão bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante. O estudo bibliográfico foi realizado, buscando identificar as principais correntes teóricas e conceitos sobre economia solidária, com enfoque em diferentes realidades socioeconômicas. A pesquisa documental permitiu compreender as práticas sociais e analisar as decisões tomadas em um determinado período da história. Neste caso, foram utilizados documentos, como relatórios, cartas, programações de eventos, sistematizações de atividades, publicações, leis, boletins informativos, entre outros. Com esse método, buscou-se analisar, especialmente, as experiências internacionais e a conformação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e do Fórum Mineiro.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com diferentes atores sociais, que compõem o movimento de economia solidária em Minas Gerais e gestores públicos implicados na construção da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária. De acordo com May (2004), as entrevistas permitem analisar “[...] os modos pelos quais as pessoas percebem os eventos e as relações e as razões que oferecem para assim fazê-lo” (MAY, 2004, p. 172). Nesse sentido, são ricas para compreender valores, trajetórias, percepções e opiniões.

Para completar o quadro metodológico da pesquisa, utilizou-se o método de observação participante, que representa a implicação do pesquisador na cena social. “Escutando e vivenciando, as impressões são formadas e as teorias consideradas, refletidas, desenvolvidas e modificadas” (MAY, 2004, p. 202). Trata-se de uma forma de contribuir para o entendimento das ações humanas e possibilita novas maneiras de ver o mundo social.

Assim, a pesquisa de campo envolveu a aproximação com estudiosos, experiências e lideranças da economia solidária em âmbito internacional, principalmente na França e no Quebec. Da mesma forma, foi preciso estabelecer relações, na esfera estadual, com integrantes do Fórum Mineiro e gestores públicos, compreendidos em diferentes regiões e municípios do Estado de Minas Gerais.

O primeiro contato com ativistas da economia solidária de outros países ocorreu no Fórum Mundial de Economia Solidária, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em 2010. O evento foi realizado dias antes do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Nesse espaço, pude conversar com lideranças de várias nacionalidades, como Estados Unidos,

Japão, México, Luxemburgo e outros. O contato com Jean François, representante do *Chantier* de Economia Social da província do Quebec, foi o mais importante. A entidade da qual ele faz parte, guardadas algumas diferenças, é similar ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Nas conversas durante o Fórum, pude conhecer um pouco mais sobre as experiências daquela região e François também demonstrou grande interesse pelas iniciativas solidárias de Minas Gerais. Esse contato se prolongou por meio de troca de materiais e mensagens.

No mesmo ano, participei da Escola Internacional de Verão para Doutorandos da EMES – Rede de Pesquisa Europeia, na cidade de Roskilde, na Dinamarca. A rede desenvolve estudos no campo da “ES”, que abrangem iniciativas da economia social, economia solidária, empresas sociais e empreendedorismo social. Durante o evento, que contou com a participação de pesquisadores e estudiosos dessas áreas, conheci os temas de pesquisa de doutorado de vários estudantes e assisti a palestras sobre o assunto. Esse encontro, do ponto de vista acadêmico, permitiu a aproximação com estudos de diversos países da Europa, África, Ásia e América Latina. Na ocasião, pude conversar pessoalmente com o professor Jean-Louis Laville, sobre a possibilidade de um estágio de doutorado na França. Durante a escola, o grupo de estudantes visitou uma iniciativa de empresa social e, naquele momento, foi possível verificar semelhanças e divergências em relação às iniciativas brasileiras. Ainda em 2010, participei do III Encontro da RILESS – Rede de Investigadores Latinoamericanos de Economia Social e Solidária, na Argentina. Essa foi mais uma chance para conhecer pesquisas com essa temática, desenvolvidas em outros países da América Latina.

Todos esses eventos foram fundamentais para a primeira fase da pesquisa, na qual realizei os levantamentos preliminares sobre os debates teóricos e as experiências em diferentes realidades socioeconômicas. Esse momento foi importante para obter contatos, com o intuito de ampliar o estudo sobre algumas iniciativas internacionais.

Como o desdobramento dessas aproximações, participei do Fórum Internacional de Economia Social e Solidária - FIESS, na cidade de Montreal, no Canadá, em 2011. Nesse evento, tive, mais uma vez, a oportunidade de conhecer iniciativas de diversos países, em um ambiente que reuniu pesquisadores, gestores públicos e ativistas sociais. Esse foi o maior encontro com essa temática no mundo e contou com cerca de 1500 pessoas dos cinco continentes. O Fórum durou cinco dias e permaneci na província do Quebec por mais doze, para conhecer experiências locais de economia social. As visitas foram organizadas pela coordenação do FIESS e visitei 16 iniciativas de variados setores das cidades de Montreal,

Otawa, Mauricie e outras. Nesses espaços, conversei com trabalhadores e representantes dos empreendimentos e compreendi melhor questões quanto ao funcionamento das iniciativas, seus principais apoiadores e atores sociais envolvidos.

De janeiro a junho de 2012, realizei estágio de doutorado sanduíche na França, sob a supervisão do professor Jean-Louis Laville. Nesse período, além de participar de seminários, encontros e cursos sobre o assunto⁴, conheci algumas iniciativas da economia solidária e conversei com atores sociais envolvidos. Foi possível aprofundar o quadro teórico da pesquisa, assim como participar de eventos em outros países europeus, com destaque para a XV Jornada Nacional de Investigadores de Economia Social, promovida pelo CIRIEC, na Espanha. Dentro das atividades do evento, visitei uma empresa que faz parte do Complexo Cooperativo de Mondragón, experiência amplamente conhecida.

Tais vivências e intercâmbios foram fundamentais para a elaboração dessa tese, pois possibilitaram a ampliação do olhar sobre o objeto de pesquisa e sobre as iniciativas locais. Da mesma forma, o estudo das várias interpretações teóricas contribuiu para reafirmar diferenças determinantes e identificar elementos convergentes em relação ao Brasil.

A pesquisa sobre a experiência brasileira de economia solidária envolveu basicamente as trajetórias da Senaes e do FBES, a partir da pesquisa documental. Tive, também, a oportunidade de participar de eventos, como fóruns, seminários, plenárias e outros. No caso do estudo de Minas Gerais, a pesquisa compreendeu quatro fases. A primeira etapa teve caráter exploratório, através da análise de documentos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, da legislação estadual e do Fórum Mineiro de Economia Solidária. O levantamento dos dados sobre a política pública desenvolvida no Estado foi realizado principalmente no ano de 2010. Da mesma forma, foi preciso buscar documentos relacionados à conformação do movimento de economia solidária no Estado e esse foi um grande desafio.

O Fórum permaneceu durante anos sem um espaço físico próprio ou um arquivo organizado. Diferentes entidades e pessoas assumiram, nesse período, a secretaria executiva da organização e, dessa forma, muitos documentos estavam guardados em arquivos eletrônicos, sem uma sistematização padronizada e adequada. Os primeiros anos de história do Fórum são os mais críticos, em termos de memória. Nesse sentido, buscou-se amenizar esse problema, em conversa com o secretário executivo do FMEPS, em 2011, que é dirigente sindical e foi coordenador da Agência de Desenvolvimento Solidário/CUT, desde 1999. Para acessar tais dados e ter o primeiro panorama sobre o quadro de pesquisa, esse representante

⁴ Entre esses eventos, destaco o 12º Encontro da Rede Inter-Universitária de Economia Social e Solidária - RIUESS, em 2012, na França.

foi o primeiro entrevistado. Ele relatou parte da trajetória do FMEPS e disponibilizou documentos em formato digital gravados em CD's, desde a fundação da ADS/CUT. Tal entidade fazia parte da coordenação do Fórum e foi possível encontrar um volume significativo de documentos. Os arquivos foram agrupados por datas e selecionados aqueles que se referiam à história do FMEPS. Em seguida, seus conteúdos foram analisados e os principais envolvidos no processo, identificados.

Na segunda fase, foram feitas entrevistas com os atores sociais do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e com gestores públicos do Governo do Estado de Minas Gerais. Entre outubro e novembro de 2011, seis pessoas foram entrevistadas. Duas delas eram representantes de empreendimentos econômicos solidários, entre eles, membros do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária. Foi entrevistado o presidente do Conselho, que é representante de uma entidade de apoio e fomento. Entre os gestores, participaram da pesquisa, nessa etapa, três pessoas que ocuparam cargos de chefia (superintendente e subsecretário), na Subsecretaria de Trabalho, Emprego e Renda da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, entre 2003 e 2010. Com base na análise desses primeiros depoimentos, ficou clara a importância de se ampliar o número de entrevistas, incluindo representantes de outras regiões do Estado.

No período entre agosto e outubro de 2012, foram realizadas mais nove entrevistas, englobando cinco representantes de empreendimentos, dois gestores públicos da esfera municipal e três representantes de entidades de apoio. No total, ao longo de toda a pesquisa, 15 pessoas, de cinco regiões do Estado, foram entrevistadas.

A observação participante foi realizada em diferentes espaços de organização e mobilização do movimento de economia solidária em Minas Gerais, tais como reuniões locais dos fóruns, seminários e encontros, com destaque para a V Plenária Estadual de Economia Solidária, realizada no mês de setembro de 2012, e as feiras regionais que ocorreram no Estado, de outubro a dezembro de 2012. Nesses espaços, foi possível compreender as principais discussões, conversar com os atores, entender trajetórias e conflitos. Foram momentos importantes para iluminar alguns dados coletados nas entrevistas e poder analisá-los melhor.

As informações da pesquisa foram estruturadas em quatro capítulos, buscando responder às questões levantadas neste estudo, segundo seu objetivo principal. O primeiro capítulo dedica-se à análise teórica dos principais conceitos de economia solidária na Europa, a partir do caso francês; na América do Norte, sob a perspectiva da província do Quebec e na América Latina, com destaque para as abordagens brasileiras. As principais discussões levam

em consideração as realidades socioeconômicas nas quais esses debates estão inseridos, identificando-se elementos convergentes e divergentes nesse campo conceitual. Na leitura da corrente francófônica, destacam-se os aspectos inscritos na sociologia econômica, em referência à economia plural e à abordagem do associacionismo econômico. No Quebec, o conceito de inovação social é incorporado às análises dessa temática com enfoque nas iniciativas comunitárias e na participação social. No caso latinoamericano, o quadro conceitual engloba os debates sobre economia popular, destacando-se duas vertentes: a da economia solidária e a da economia do trabalho.

No capítulo seguinte, são analisadas as iniciativas inscritas no campo da economia solidária especialmente na França e no Quebec. Esse enfoque engloba a conformação do movimento social, a organização das políticas públicas com esse tema e as principais características dessas iniciativas econômicas nas duas localidades. As experiências de empresas sociais e de serviços de proximidade também são analisadas, buscando-se compreender as relações entre a prática e suas interpretações conceituais.

O terceiro capítulo é dedicado à experiência da economia solidária no Brasil, segundo um olhar cruzado entre a organização do movimento social e a construção da política federal. Essa análise engloba especialmente a trajetória do FBES e da Senaes, nos últimos dez anos. As principais articulações entre os atores sociais implicados nesse campo são identificadas, destacando-se os conflitos, desafios e limites desse processo.

O último capítulo engloba a experiência do Estado de Minas Gerais, considerando-se a conformação do movimento social, a estruturação das políticas públicas na esfera estadual e a participação dos diferentes atores sociais nesse processo. A análise aprofunda a compreensão da experiência local e estabelece relações com o quadro conceitual debatido neste trabalho. As principais distâncias e aproximações entre a discussão teórica e as iniciativas empíricas foram identificadas, assim como destacados seus limites e desafios.

Apesar de a economia solidária não ser um fenômeno novo, já que há pelo menos duas décadas de pesquisas, organizações da sociedade civil e políticas públicas vêm se dedicando ao tema, muitos consensos e acordos ainda estão em construção. A pluralidade desse campo e suas contradições ficam evidentes no estudo das iniciativas locais. Aproximá-las das abordagens internacionais representa perceber suas distâncias, assim como pontos de convergências e possibilidades de diálogo.

2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO TEMA DE ESTUDO: CONTEXTOS, ORIGENS, CONCEPÇÕES E CRUZAMENTOS POSSÍVEIS

A economia solidária pode ser abordada tanto por uma disciplina quanto por uma perspectiva multidisciplinar. O tema transita por diversos campos de conhecimento e apresenta uma variedade de interpretações e de vinculações teóricas. A temática é objeto de muitas pesquisas em áreas e subáreas da sociologia. Nos últimos anos, pode-se observar um crescimento significativo de diferentes abordagens.

Nesse contexto, é possível destacar uma vertente francófona que analisa a economia solidária sob o aspecto da sociologia econômica (LAVILLE, 2010a; GARDIN, 2006), que pode ser definida “[...] como conjunto de teorias que buscam explicar os fenômenos econômicos a partir de elementos sociológicos e como disciplina capaz de pensar sociologicamente os fatos econômicos” (LÉVESQUE, 2009, p. 305). Essa abordagem questiona principalmente a redução das relações sociais ao cálculo racional e propõe uma articulação mais ampla com elementos sociológicos.

Outra corrente de estudos é desenvolvida pelo autor português Boaventura de Souza Santos e sua equipe de pesquisa, a partir das perspectivas da sociologia das ausências e da sociologia das emergências. De acordo com Cunha e Santos (2011), a sociologia das ausências critica a negligência, por parte do pensamento hegemônico, do estudo de realidades ou fenômenos considerados marginais. Uma vez negligenciadas, é então impossível que essas realidades ganhem visibilidade. Ao mesmo tempo, a sociologia das emergências se dedica a esses fenômenos pouco estudados e que são, porém, manifestações merecedoras do olhar da ciência. A economia solidária é identificada, segundo Santos e Rodríguez (2002), como experiências de produções alternativas baseadas em princípios não capitalistas e, por isso, não hegemônicas.

No Brasil, a economia solidária atrai a atenção de diferentes áreas com destaque para a sociologia do trabalho. Georges e Leite (2009) acreditam que a temática suscita preocupações que antes passavam como inexistentes ou irrelevantes. Esse campo de estudo passou a tomar corpo, especialmente, devido à expressão social alcançada pelas iniciativas solidárias em diferentes contextos no país. Não se pode deixar de notar o aumento do número de empreendimentos econômicos solidários, assim como seu cruzamento com temas como globalização, reestruturação produtiva, mudança no papel do Estado, modificações do mercado de trabalho, novas características dos movimentos sociais e novas relações de gênero (GEORGES; LEITE, 2009).

Além dos diferentes enfoques nas áreas da sociologia, o termo economia solidária não é consensual. Esse conjunto de manifestações, mesmo compartilhando certas semelhanças, pode assumir múltiplas denominações como: economia social, economia socioeconômica, economia popular e solidária, economia dos setores populares, economia do trabalho, entre outras (LIMA, 2007; SINGER, 2002; 2003a; 2004; GAIGER, 2004; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; CORAGGIO, 2000; 2007a; PINTO, 2006; GARDIN, 2006).

Dessa forma, é possível identificar concepções e categorias interpretativas distintas e vinculadas a contextos socioculturais variados. A tentativa de encontrar as raízes e os conceitos da economia solidária articula-se com o estudo de suas diversas áreas de abrangência, seus princípios e suas concepções. Um primeiro esforço, nesta seção deste capítulo, será caracterizar algumas dessas vertentes e categorizações.

Nesse sentido, poderia ser identificada, na abordagem apresentada por Cruz e Santos (2011), uma dessas tentativas de categorização, a partir de uma interpretação teórico-histórica. Os autores compreendem a economia solidária como parte do novo associativismo econômico ao qual é possível atribuir quatro perspectivas. A primeira vertente está relacionada com o tema da inclusão social, ressaltando a função de iniciativas solidárias para diminuir os efeitos dos processos de reestruturação produtiva e de flexibilização do trabalho. O significado dessas experiências para os trabalhadores é subestimado e o surgimento delas está vinculado ao fomento de movimentos sociais, de ONGs e de poderes públicos.

A segunda abordagem compreende a economia solidária como uma forma de desenvolvimento local em contraposição à mundialização do capitalismo contemporâneo. Para tanto, o território tem um papel fundamental, como ocorre no caso das experiências do complexo cooperativo de Mondragón, na Espanha. A terceira perspectiva se contrapõe à ideia do novo associativismo e recupera as críticas de Rosa de Luxemburgo aos socialistas utópicos. Nessa concepção, as experiências solidárias não apresentam nem um caráter progressista e muito menos emancipatório. Trata-se de uma forma de reproduzir o capitalismo, abrindo mão da tentativa de sua superação e da luta de resistência (CRUZ; SANTOS, 2011).

A quarta vertente, muito difundida entre os atores sociais do movimento de economia solidária no Brasil, parte de uma análise dialética que compreende, ao mesmo tempo, a lógica concentradora/excludente do capitalismo e a contestação dos trabalhadores. Esses lutam por um modelo de desenvolvimento alternativo, centrado na autogestão, na participação e na democracia.

Diferentes autores brasileiros (CUNHA, 2012; CARNEIRO, 2011) compartilham parte dos elementos apresentados por Cruz e Santos (2011). Cunha (2012), por exemplo, identifica, no Brasil, um quadro empírico e conceitual relacionado à economia solidária a partir de três vertentes. A primeira delas focaliza o cooperativismo tradicional, muito parecido com a economia social presente nos debates europeus, mas que incorpora o tema da autogestão. A segunda vertente engloba as reflexões sobre a economia popular e a informalidade características das sociedades latinoamericanas, partindo do pressuposto de que a reprodução ampliada da vida difere do capital. Em uma terceira vertente, a autora destaca os estudos brasileiros baseados nos trabalhos do economista Paul Singer. Nessa perspectiva, a economia solidária se relaciona com um projeto de socialismo, que engloba a discussão sobre a luta dos trabalhadores na posse coletiva, democrática e solidária dos meios de produção.

Uma perspectiva mais pragmática do debate é desenvolvida pela rede de pesquisa europeia EMES⁵ (*European Research Network*), que identifica o “Campo da SE” (*SE field*) como aquele que engloba a empresa social, empreendedorismo social, economia social, economia solidária (*Social Enterprise, Social Entrepreneurship, Social Economy, Solidarity Economy*). A rede busca pesquisar o território do terceiro setor e tem influência de estudos norte-americanos com a mesma temática. Os conceitos adotados envolvem experiências que não se enquadram às características dos setores público ou privado. Defourny, Hulgard e Pestoff (2009) identificam duas categorias para o estudo das iniciativas nesse campo.

A primeira aproxima o conceito de terceiro setor com o de economia social europeia. O foco está nas organizações sem fins lucrativos, com destaque para as cooperativas. Na segunda abordagem, os autores apresentam o termo economia solidária, enfocando as dinâmicas internas dos empreendimentos nas quais se destacam o princípio da reciprocidade e dos processos de deliberação e decisões coletivas.

Laville (2011a), um dos principais teóricos da vertente francófônica e membro da rede EMES, também diferencia economia solidária da economia social. Embora o autor afirme que as duas possam ter raízes comuns no associacionismo revolucionário presente na história

⁵ A rede de pesquisa EMES - *European Research Network* envolve centros de investigação e pesquisadores para estudos em torno da economia social, economia solidária, empreendedorismo social e empresa social. O objetivo é consolidar progressivamente um campo de conhecimento teórico, pluralista, empírico e metodológico em relação aos temas. A rede teve início em 1996, a partir de um encontro promovido pela União Europeia, que reuniu uma comunidade de pesquisadores interessados em estudos comparativos internacionais. As atividades desenvolvidas pela EMES compreendem três eixos principais, o de investigação, educação e disseminação. No campo da pesquisa, a rede realiza estudos multidisciplinares em busca de compreender este campo amplo denominado como “terceiro setor”. No âmbito da educação, há o apoio direto e indireto de iniciativas de ensino universitário em nível europeu.

francesa, ambas vertentes seguiram caminhos diferentes. Considera que a economia social foi importante na consolidação do Estado de Bem-Estar Social, mas que não questionou a hegemonia das relações de mercado. A economia solidária se baseia na ideia de uma economia plural, salientando a união do econômico com o social e os laços de reciprocidade.

Parte dos pesquisadores da EMES, entretanto, vai além dessa diferenciação e incorpora os debates sobre empreendedorismo social. Esse conceito é tratado, no Brasil, de forma mais cautelosa e, por vezes, até rechaçado por causa da sua centralidade em aspectos individualistas e utilitaristas contrários aos princípios coletivistas da economia solidária.

Defourny, Hulgard e Pestoff (2009) discutem ainda o tema das empresas sociais que também é pouco abordado em pesquisas brasileiras. Tais iniciativas propõem a resolução de problemas sociais a partir da participação da sociedade civil.

Petrella (2011), ao analisar as experiências da província do Quebec, distingue quatro interpretações sobre a economia social e solidária. A relação com o terceiro setor, assim como na abordagem da EMES, aparece como primeira possibilidade de entendimento da economia social, que não é nem estatal, nem do mercado. A segunda vertente compreende economia solidária como iniciativas de cooperação configuradas em experiências de comércio equitável, bancos de alimentos, microcrédito, finanças éticas, entre outros. A terceira incorpora a economia informal do mercado e do não mercado, considerando o conceito do “faça você mesmo”, em sistemas de troca e moedas locais. Por fim, Petrella (2011) destaca a economia verde e ecológica, levando em conta exemplos da agricultura bio e *slow food*, da economia dos dejetos zero e das tecnologias sociais.

Com base nas vertentes e categorizações apresentadas, é possível perceber uma diferença entre a vertente francófônica de economia solidária e uma latinoamericana. Diferentes autores compartilham a visão de que essas são as principais referências sobre esse assunto no âmbito internacional (AMARO, 2009; CORAGGIO, 2007a; LIMA, 2009).

Neste trabalho, serão adotadas abordagens dos principais debates europeus, latinoamericanos e da província do Quebec. O estudo busca aprofundar três vertentes importantes para a discussão do tema economia solidária, em âmbito internacional, na atualidade.

Assim, a primeira vertente engloba as discussões da economia social e economia solidária agrupadas nas discussões de associativismo democrático e da concepção de pluralidade de princípios econômicos. A abordagem está fundamentada em interpretações das obras de Polanyi e da sociologia econômica muito difundida na França e, de forma geral, na Europa (LAVILLE, 2010a, 2006; GARDIN, 2006). Entre as experiências europeias, será

apresentado o conceito de empresa social. Tais iniciativas ganharam expressão social, especialmente a partir da visão adotada pela rede EMES de pesquisa (DEFOURNY; HULGARD; PESTOFF, 2009). A segunda perspectiva enfoca os conceitos de economia social debatidos no Quebec, considerando especialmente a abordagem da inovação social (PETRELLA, 2011; LÉVESQUE, 2011; COTÉ, 2011; BOUCHARD, 2011). A terceira corrente compreende a pluralidade de interpretações presentes na América Latina a partir da ideia de economia popular, associativismo econômico, autogestão e outros modos de produção (CORAGGIO, 2007a, 2000; QUIJANO, 2002; TIRIBA, 2007; SINGER, 2003a; GAIGER, 2003b, 2007; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2006; BOCAYUVA, 2007; RAZETO, 2007).

Os três eixos interpretativos relacionados à economia solidária serão apresentados com intuito de fundamentar a análise de experiências locais sob uma perspectiva internacional. Dessa forma, busca-se evidenciar as principais correntes teóricas presentes em estudos dessa temática que subsidiarão a leitura do objeto de pesquisa desta tese.

2.1 Economia social, economia solidária e empresas sociais segundo abordagens europeias

Na Europa, os debates sobre organizações solidárias gravitam principalmente em torno de dois conceitos: economia social e economia solidária. Embora um conjunto de autores (LAVILLE, 2010a; DEFOURNY, 2009a) identifiquem raízes comuns baseadas no movimento de associacionismo do século XIX, os caminhos e princípios dessas experiências se distanciam em suas práticas.

A economia social está vinculada “[...] àquelas atividades econômicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem democracia econômica associada à utilidade social” (DEFOURNY, 2009a, p. 156). Em geral, essas iniciativas são organizadas sob três formatos jurídicos: cooperativas, empresas mutuais e associações. Elas desempenham importante papel econômico no mundo todo, através de grandes cooperativas em várias áreas de produção, crédito ou consumo. Além disso, também são fundamentais na prestação de serviços sociais em articulação com o Estado. Trata-se de experiências antigas que vêm se consolidando, desde o início do século XX.

Segundo Laville (2010a), a economia solidária compreende iniciativas que se apoiam nos princípios de pluralidade da economia, a partir de bases recíprocitárias que oportunizam outras dinâmicas de sociabilização. Permite a construção de espaços públicos de proximidade,

tornando possível sua dupla inscrição na esfera política e econômica. A prática da economia solidária demonstra que a sociedade civil não saberia viver somente circunscrita a autorregulação do mercado.

Laville (2010a) critica a conformação atual da economia social em função de seu distanciamento do debate político e afirma que isso representa uma adaptação funcional à economia de mercado. Essa diferenciação teórica nem sempre é evidente nas experiências de movimento social e de políticas públicas, como se pretende demonstrar no próximo capítulo.

Outros termos e conceitos, como empreendedorismo social e empresa social têm sido tratados no cenário atual europeu e mundial. Parte desse debate gerou algumas modificações em legislações europeias, o que demonstra a expressividade dessa vertente.

Nesta seção, serão apresentados os princípios referentes à economia plural e a trajetória do movimento do associacionismo revolucionário, a partir da perspectiva francesa. Será dado destaque à construção do conceito de economia solidária, ressaltando as distinções em relação à economia social. Apresentam-se, ainda, o contexto e as principais origens do termo empresa social na Europa.

2.1.1 Economia solidária e economia social: principais debates e divergências

Alguns estudiosos franceses (LAVILLE, 2010a; GARDIN, 2006) inscrevem o tema da economia solidária nos debates da sociologia econômica. Polanyi (2000), inspirado em estudos antropológicos, contribuiu com os fundadores dessa corrente teórica, principalmente com as noções de encastramento social da economia e dos princípios econômicos plurais.

De acordo com Lévesque (2009), durante o período do pós-guerra, essa sociologia não conseguiu encontrar espaço. No entanto, acontecimentos entre o final da década de 1960 e os anos 80 foram importantes para seu renascimento. O primeiro consiste na formação dos novos movimentos sociais (de estudantes, mulheres, ecologistas) que começam a debater temas como autogestão, qualidade de vida, criatividade e autorrealização. Esses questionamentos abalam a crença no compromisso fordista, invalidando quadros teóricos focados no consumo e na reprodução em massa. Da mesma forma, parte dos princípios marxistas da luta de classes é contestada. O segundo acontecimento se refere à ampliação das políticas neoliberais que buscavam reduzir a intervenção do Estado como forma de resolver problemas econômicos e geraram impactos sociais significativos em todo o mundo (LÉVESQUE, 2009).

A sociologia econômica se concentra em duas questões: a crítica ao neoliberalismo e a criação de alternativas concretas ao sistema dominante. Mais do que isso, ela elucida a

diversidade de configurações entre Estado, mercado e sociedade civil, evidenciando a pluralidade presente no capitalismo e outras possibilidades de modelos de desenvolvimento. A economia social e solidária também reforça a abordagem de princípios econômicos variados e mobiliza a democracia econômica. Embora tenha alcançado avanços consideráveis, a sociologia econômica ainda permanece fragmentada em diversas subespecializações (LÉVESQUE, 2009).

Gardin (2006) afirma que esse campo da sociologia permite compreender a pluralidade de formas econômicas adotadas na sociedade. Mesmo que o mercado se configure como princípio dominante na atualidade, é possível verificar que não foi sempre assim, como demonstra Polanyi:

Nenhuma sociedade poderia sobreviver durante qualquer período de tempo, naturalmente, a menos que possuísse uma economia de alguma espécie. Acontece, porém, que, anteriormente à nossa época, nenhuma economia existiu, mesmo em princípio, que fosse controlada por mercados. Apesar da quantidade de fórmulas cabalísticas acadêmicas, tão persistentes no século XIX, o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana. Embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a idade da Pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica (POLANYI, 2000, p. 62).

Polanyi (2000) critica a ideia defendida por Adam Smith de que o homem é essencialmente propenso a barganhar, permutar e trocar. Tal pensamento se desdobra mais tarde no conceito de homem econômico e é, de acordo com autor, uma leitura histórica equivocada do passado, mesmo que profética quanto ao futuro. Os estudos etnográficos e históricos demonstraram que há várias espécies de economia. Embora a maioria possa incluir a instituição do mercado, nenhuma delas era controlada e regulada somente por ele. “O papel desempenhado pelos mercados na economia interna de vários países, parece, foi insignificante até época recente e a mudança total para uma economia dominada por padrões de mercados ficará ainda mais ressaltada” (POLANYI, 2000, p. 63).

Nesse sentido, o autor enfatiza que há na tradição dos economistas clássicos uma falta de interesse pela cultura do homem dito “não civilizado”. Essa corrente apoia-se na lei do mercado como a propensão fundamental do homem em seu estado natural. As pesquisas históricas e antropológicas, entretanto, ajudam a compreender que a economia está submersa em suas relações sociais. Não há uma motivação somente em relação ao interesse individual na posse de bens materiais. As atitudes em sociedade estão baseadas, sobretudo, na busca pela manutenção da situação social. Esses interesses serão diferenciados de acordo com as diversas culturas, mas a motivação pelo lucro, o princípio de trabalho por remuneração e o princípio do

menor esforço não foram sempre os únicos elementos para a manutenção da ordem de produção e distribuição em uma sociedade.

Para ilustrar sua argumentação, Polanyi (2000) se apoia nos estudos antropológicos de Bronislaw Malinowski e Richard Thurnwald sobre os *Trobriand* da Melanésia Ocidental. No estudo realizado por esses autores, destacam-se os princípios de reciprocidade e de redistribuição na economia. A reciprocidade atua nas relações de organização sexual dessa sociedade, em específico, nas formas de parentesco. A redistribuição está na relação de todos com uma chefia em comum, a partir de um caráter territorial. No caso da sociedade em questão, o princípio da reciprocidade se organiza da seguinte forma:

A subsistência da família - a mulher e os filhos - é tarefa de seus parentes matrilineares. O homem que sustenta sua irmã e a família dela, entregando-lhe os melhores produtos da sua colheita, ganhará crédito principalmente pelo seu bom comportamento, porém terá em troca muito pouco benefício material imediato. Se ele for preguiçoso, sua reputação será a primeira a ser atingida. O princípio da reciprocidade atuará principalmente em benefício da sua mulher e de seus filhos, compensando-o assim, economicamente, por seus atos de virtude cívica. A exibição cerimonial dos alimentos, tanto em sua própria horta como ante o depósito da que recebe, é uma garantia de que todos conhecerão a elevada qualidade da sua atividade como hortelão. Torna-se aparente, aqui, que a economia hortelã e doméstica é parte das relações sociais ligadas à posição de bom marido e ótimo cidadão. O amplo princípio da reciprocidade ajuda a salvaguardar tanto a produção como a subsistência familiar (POLANYI, 2000, p. 67).

A reciprocidade está baseada no padrão institucional de simetria que é característica da organização social de povos iletrados. Assim, o princípio apoia-se na relação do “tomar-e-dar” (POLANYI, 2000). Segundo Laville (2010a), a dádiva e sua retribuição são elementos fundamentais como fato social elementar nas transferências indissociáveis das relações humanas. Embora haja uma grande variedade de motivações, a dádiva tem por ponto comum não ser caracterizada como troca despersonalizada. Os objetos dados e recebidos não estão desvinculados das relações sociais. Essa dualidade corresponde às relações individuais e favorece a circulação de bens e serviços (LAVILLE, 2010a). Numa sociedade como essa, a ideia de lucro é anulada e as disputas são desacreditadas. O dar graciosamente é considerado uma virtude. A suposta propensão do homem pela barganha, permuta e troca é relativizada, como demonstra Polanyi:

Ora, um toma-lá-dá-cá sistemático e organizado de objetos valiosos transportados a grandes distâncias é descrito justamente como comércio. Entretanto, essa totalidade complexa é dirigida exclusivamente em termos de reciprocidade. Um intrincado sistema de tempo-espaco-pessoa, que cobre centenas de milhas e diversas décadas, e que liga muitas centenas de pessoas em relação a milhares de objetos estritamente individuais, é aqui manipulado sem que existam registros ou administração, e

também sem qualquer motivação de lucro ou permuta. O que domina não é a propensão à barganha mas à reciprocidade no comportamento social. O resultado, no entanto, é uma realização organizacional estupenda na área econômica. Com efeito, seria interessante considerar se até mesmo uma moderna organização de mercado, adiantada, baseada numa contabilidade exata, seria capaz de assumir uma tal tarefa, no caso de lhe ser atribuída. É de se rezear que os infelizes comerciantes, ao enfrentar os inumeráveis monopólios da compra e venda de objetos individuais, e as restrições extravagantes ligadas a cada transação, deixariam de realizar sequer um lucro comum e prefeririam sair do negócio (POLANYI, 2000, p. 70).

Caillé (2009) também reforça que o entendimento da dádiva é essencial para qualquer princípio de economia que se defina como solidária, pois representa uma contraposição ao interesse individual e ao lucro. Ela pode ser definida “[...] como oferecimento aos outros de um bem ou serviço sem garantia de que haverá retribuição, mas com esperança de que ocorrerá correspondência, situação que pode estabelecer relações de alianças e de amizade” (CAILLÉ, 2009, p. 103). Não se trata de filantropia ou sacrifício e nem mesmo de gratuidade sem motivos ou intenções.

Outro princípio citado por Polanyi (2000) é o da redistribuição, no qual parte importante da produção da ilha, tomada como exemplo, é entregue ao chefe cuja função é armazenar e distribuir. Trata-se de uma sociedade onde a divisão do trabalho é claramente delimitada, em muitos casos de forma desigual e o modelo institucional é o da centralidade. O poder político é fundamental para a redistribuição livre e consentida, assim como a coerção e a punição. Autoridades como o chefe, o templo, o déspota e o senhor são centrais nesse sistema. A redistribuição e a forma como é estruturada têm como objetivo fazer crescer ainda mais o poder político central.

O terceiro princípio é o da administração doméstica que representa a produção para utilização e satisfação própria dos membros de um determinado grupo, considerado como a unidade de base. Essa organização pode ser despótica ou democrática e a dimensão desse grupo pode variar.

Na verdade, a prática de prover as necessidades domésticas próprias tornou-se um aspecto da vida econômica apenas em um nível mais avançado da agricultura. Mesmo então, ela nada tinha em comum com a motivação do ganho, nem com a instituição de mercados. O seu padrão é o grupo fechado. Tanto no caso de entidades de família muito diferentes, como no povoamento, ou na casa senhorial, que constituíam unidades autosuficientes, o princípio era invariavelmente o mesmo, a saber, o de produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros do grupo. O princípio é tão amplo na sua aplicação como o da reciprocidade ou da redistribuição. A natureza do núcleo institucional é indiferente: pode ser sexo, como na família patriarcal; localidade, como nas aldeias; ou poder político, como no castelo senhoria (POLANYI, 2000, p. 73).

Com base no pensamento de Polanyi, Laville (2010a) descreve o princípio do mercado como encontro entre oferta e demanda com objetivo de troca. O próprio mercado representa seu modelo institucional, pois é nesse espaço que acontece a troca segundo o equilíbrio entre oferta e demanda. A oferta compreende a quantidade de bens ou serviços que os ofertantes estão dispostos a fornecer e a demanda refere-se à quantidade de bens e serviços que os demandantes estão aptos a adquirir. A troca tem como forma a compra e a venda que se ajustam a partir de um valor, denominado preço, e por um equivalente geral, que são as moedas. A troca pode acontecer com pagamento em moeda, ou não, e pode ter ou não intermediários (LAVILLE, 2010a).

Polanyi (2000) conclui que produção e repartição de bens e serviços podem estar ligadas à reciprocidade, à redistribuição, à administração doméstica e ao mercado. Cada princípio tem como correspondente um modelo institucional preponderante. Os sistemas mais conhecidos, antes do século XIX, estruturavam-se na reciprocidade, ou na redistribuição, ou na administração doméstica ou ainda na combinação desses três princípios. Esses foram institucionalizados com a ajuda de organizações sociais baseadas em modelos de simetria, de centralidade e de autarquia. Isso não representava a ausência dos mercados, mas sua limitação a certos espaços. Para assegurar a ordem no que tange às atividades econômicas, não é necessário exagerar a importância dos mercados, como demonstraram os estudos das comunidades tradicionais destacadas pelo autor.

De forma mais ampla, essa proposição sustenta que todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual, inter alia, fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia. Dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente. Os costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico (POLANYI, 2000, p. 75).

Polanyi (2000) constata que a sociedade do século XIX apresentou uma inovação singular, pois transformou o princípio da atividade econômica na autorregulação do mercado. O mercado se torna o principal espaço para distribuição de bens e serviços. A troca anteriormente tinha um papel circunscrito, confinado em relações entre grupos e pessoas e distante de dominar as relações sociais. Na modernidade, esse modelo assume um lugar

primordial na coordenação das ações humanas, provocando mudanças fundamentais testemunhadas ao longo do século XIX.

Com a difusão do mercado, o individualismo e o utilitarismo passam a ser preponderantes na sociedade. O mercado sob a perspectiva do interesse é considerado como o principal elemento assegurador da ordem econômica. Com isso, as relações entre os homens livres subordinam-se cada vez mais à lógica do dinheiro (LAVILLE, 2010a). Os diversos princípios econômicos descritos por Polanyi contribuíram para a ideia de uma economia plural que, na vertente francófona, influencia a concepção de economia solidária. Para essa corrente baseada na sociologia econômica, o estabelecimento de relações é estruturado pela reciprocidade e pela dádiva.

Laville (2006) afirma ainda que as bases para o projeto de economia solidária surgiram no movimento de associacionismo francês, reprimido ao longo da história, mas principalmente durante a revolução industrial, haja vista o combate das diversas formas de associações operárias. Tal perspectiva foi encoberta progressivamente, embora restassem diversos vestígios, por exemplo, nos estatutos jurídicos da economia social da segunda metade do século XIX.

A tradição associacionista francesa, de acordo com este autor, ajuda a compreender os processos de politização e democratização da economia. Ela permite também delinear outros modelos de desenvolvimento e compreender que a democracia moderna está vinculada, de certa forma, às associações. As grandes revoluções dos séculos XVII e XVIII colocaram em questão a antiga arquitetura social, as ordens hierárquicas e privilegiadas. As associações também tiveram um papel no contexto revolucionário, embora, para alguns autores, essa participação possa ser interpretada de forma ambígua (LAVILLE, 2006).

Um primeiro dado importante é o fato de que a revolução francesa adotou comportamentos e se desenvolveu através de associações. Embora a revolução de 1789 tenha proibido associações econômicas e profissionais há, desde 1780, uma proliferação dessas. Os movimentos operários e socialistas, ora mais, ora menos reprimidos, permitiram o nascimento de um laboratório para formas associativas e utopias de associação. Essa matriz associacionista representou uma alternativa híbrida entre o antigo e novo regime. Em parte, ela está apoiada nas elaborações dos socialistas utópicos, assim como nas práticas que dominaram, por um longo período, o movimento operário e socialista francês até o fim do século (LAVILLE, 2006).

Conforme Laville (2010a), os primeiros teóricos socialistas da associação são Saint-Simon e Fourier. Ambos pensadores constatarem uma desordem social, econômica e moral

provocada pela revolução industrial e seus efeitos dramáticos na questão social, como miséria e exploração dos operários. Para Saint-Simon (apud Laville, 2010a) e seus discípulos, a associação se constitui como matriz simbólica geral, fiadora da harmonia. Ela se caracteriza pela ruptura com o isolamento e o egoísmo resultantes da estrita racionalidade moderna. Dentre as propostas mais radicais dessa corrente estão: abolição da lei da oferta e da procura, assim como da venda e da compra, supressão do direito da herança, a incorporação de uma função social à propriedade. O Estado se transformaria em uma “associação de trabalhadores” e seria encarregado de redistribuir as riquezas.

Fourier (apud Laville, 2010a) critica a visão da Saint-Simon por considerá-la autoritária e moralista, ressaltando a importância da emancipação completa do indivíduo em uma proposta de associação livre. Esta proposta pode ocorrer por meio do agrupamento de homens e mulheres para organização da produção e do consumo. De acordo com Laville (2010a), as experiências concretas apoiadas nos pressupostos tanto de Saint-Simon quanto de Fourier, quando ocorreram, não tiveram êxito.

Segundo o autor, a prática operária associativa se construiu paralelamente a essas elaborações teóricas e teve como característica fundamental uma dimensão política. Por meio de uma ampliação do associacionismo, no período entre 1830 e 1840, foi possível traçar as linhas de um projeto de economia “fraterna” ou “solidária”. Deve-se ressaltar que, nesse período, a reciprocidade e os espaços públicos modernos se articularam. As formas associativas advindas da prática operária se manifestaram de diversas maneiras, alcançando o auge em 1848.

O momento de 1848 é primeiramente esse momento de encontro, preparado desde os anos de 1830, entre o mundo operário, os primeiros militantes teóricos socialistas e a República. Esse encontro opera-se pelo princípio da associação. Reforma política e reforma social são doravante indissociáveis: o homem não saberia ser ao mesmo tempo soberano da cidade e servo na indústria. [...] A associação como princípio de uma organização geral da sociedade, recebe então uma dupla significação, ao mesmo tempo política e social. A república democrática e social pretende – idealmente, pelo menos – expressar esse duplo registro. República dos cidadãos e dos trabalhadores associados, ela não reconhece conjuntamente, pelo sufrágio universal, o direito de associação no nível do Estado e, pela organização do trabalho, o direito da associação no nível da vida econômica (LAVILLE, 2006, p. 43).

Laville (2006) demonstra que, de março a junho de 1848, Paris conheceu uma efervescência associativa. Numerosas corporações se transformaram em pequenas repúblicas de ofícios, governadas pelo sufrágio universal, baseadas na soberania do trabalho e regidas pelo princípio de associação. As organizações inicialmente se articularam em torno de reivindicações concretas, como fixação de tarifas, organização de assistências, prevenção do

desemprego, manutenção de salários, limitação da duração do trabalho, regulação da concorrência etc. Ou seja, buscava-se reconstruir o Estado a partir dessas novas instituições democráticas de trabalho.

A despeito do fracasso de tais projetos, o associacionismo de 1848 produziu antes de tudo um sentido político, esboçou uma outra definição da cidadania, da legitimidade, da representação e da soberania. Essa “política da associação”, que ele promoveu, tentou, durante alguns meses, reavivar o espírito cívico, redesenhar as práticas democráticas prolongando o ideal republicano na esfera econômica. Tal é a principal herança do momento de 1848. [...] A associação foi realmente a matriz política do movimento operário e socialista (LAVILLE, 2006, p. 45).

As iniciativas revolucionárias reúnem dois traços importantes para construção de um projeto de economia solidária. O primeiro compreende a relação de agrupamento voluntário que, por meio de uma ligação social, implementa uma atividade econômica. Esta participação não é destacada do lugar social que a motiva, evidenciando o princípio do comportamento econômico de reciprocidade. O segundo está relacionado à ação comum que é realizada segundo a compreensão de igualdade entre seus membros. O espaço público possibilita fazer, entender e agir em prol de mudanças institucionais. Uma vez constituídas, estas estruturas instauram espaços públicos de proximidade autônomos.

Por esta dupla inscrição ao mesmo tempo na esfera econômica e na esfera política, como mostra o exemplo francês da primeira metade do século XIX, a economia solidária aprofunda suas raízes em filiações que podem ser tradicionais. Mas ela não se confunde com a economia tradicional porque ultrapassa o domínio do privado, exprime no espaço público a reivindicação de um poder-agir na economia, a demanda de uma legitimação de iniciativas independentemente da detenção de um capital; ela revela um empreendedorismo que não é movido pela rentabilidade do capital investido e que não distingue o que é da ordem da produção e o que é da ordem da distribuição, combinando associação para exercer uma tarefa em comum e ajuda mútua. (LAVILLE, 2010a, p. 29 e 30, tradução nossa).⁶

A partir de 1848, embora as associações tenham contribuído para a ampliação da visão de democracia, a repressão dessas iniciativas foi implacável. A intervenção estatal combateu os movimentos sociais e as associações operárias, reforçando o que Laville (2010) denomina como a eliminação da política no contexto econômico. A saída, de acordo com o autor, foi

⁶ De par cette double inscription à la fois dans la sphère économique et dans la sphère politique, comme le montre l'exemple français de la première moitié du XIX siècle, l'économie solidaire plonge ses racines dans des appartenances vécues qui peuvent être traditionnelles. Mais elle ne se confond pas avec l'économie traditionnelle parce qu'elle déborde le domaine du privé, elle exprime dans l'espace public la revendication d'un pouvoir-agir dans l'économie, la demande d'une légitimation de l'initiative indépendamment de la détention d'un capital; elle révèle un entrepreneuriat qui n'est pas mû par la rentabilité du capital investi et qui ne distingue pas ce qui est de l'ordre de la production et de la distribution, combinant association pour exercer un métier en commun et entraide mutuelle.

fortalecer, por parte da instância estatal, o princípio de mercado e a circulação autorregulada de mercadorias e capitais. Isso naturalizou a noção de interesse individualista e reforçou os pressupostos do liberalismo, esvaziando o debate político (LAVILLE, 2010a).

Os traços da economia solidária que, em síntese, representam a articulação entre domínio econômico e político foram fragilizados em virtude da repressão do movimento associativista. Nesse sentido, o pressuposto da economia plural é abandonado em favor da economia de mercado por meio do fortalecimento da empresa capitalista. Essa é caracterizada como unidade econômica do lucro, cuja orientação se faz em função do mercado e do maior benefício que se pode tirar do processo de troca. A propriedade privada vincula-se ao capital e à empresa moderna, despersonalizando as relações sociais e suas formas jurídicas de sociedade (LAVILLE, 2010a).

Nesse contexto, Laville (2010a) critica a economia social pelo papel que ela assumiu na correção dos efeitos da economia de mercado. Ela ajuda a conciliar esse modo de produção com a pobreza que ameaça a ordem estabelecida, tornando-se complementar ao sistema e se direcionando para problemas de distribuição. Mesmo produzindo efeitos importantes, como o exemplo das sociedades de socorro mútuo, sua lógica está expressa na adaptação funcional ao modo de produção do mercado. O distanciamento do campo político demonstra a transição de um projeto de economia solidária para um projeto conformista de economia social (LAVILLE, 2010a).

Essa economia se integrou de forma acelerada, tanto nas estruturas de mercado, quanto em estruturas de redistribuição. A parte integrada ao mercado corresponde às cooperativas e também às empresas mutuais, pois mesmo preservando a reciprocidade em termos de igualdade, elas mantêm o princípio das trocas mercantis como os mais importantes.

As ações voluntárias reveladas pelo princípio da reciprocidade foram integradas à redistribuição, no centro da economia não mercantil. As associações sem fins lucrativos entregam serviços sociais, que foram progressivamente se enquadrando na tutela do Estado, por meio das transferências sociais. Sob a coordenação do Estado Providência, a redistribuição se apoiou nas associações que se colocaram na órbita estatal.

Nessa fase de desenvolvimento, os espaços próprios da reciprocidade se retraem consideravelmente, devido à união entre mercado e redistribuição. Mesmo de forma isolada, através de uma economia não monetária, seja através de obras de beneficência, seja através de associações autogestionárias de serviços sociais, a reciprocidade não ocupa mais do que um papel paliativo. Diante do mercado e da redistribuição, torna-se marginal e periférica nas relações sociais (LAVILLE, 2010a).

Laville (2011a) utiliza o exemplo da França para dizer que, assim como em outros países em curso de industrialização, uma intervenção do Estado possibilitou a elaboração de dispositivos protecionistas que criaram condições para aceitação social do mercado de trabalho. A transformação do trabalho em mercadoria foi indispensável para o complemento do mercado autorregulado. Nesse contexto, um modo específico de organização social, baseado na extensão da economia de mercado em conciliação com a cidadania dos trabalhadores, através dos direitos sociais vinculados ao assalariamento, foi criado. Na sociedade onde o mercado tem uma função fundamental, o trabalho salarial integrou o econômico e o social (LAVILLE, 2010a).

Ainda, segundo o autor, o trabalho ocupa na modernidade um lugar paradoxal. Por meio da relação salarial, ele manifesta a exploração do trabalhador e sua dependência do capital, ao mesmo tempo, porém, ele vincula-se aos direitos sociais. Tais direitos vão, ao longo da história, afirmar uma condição de pertencimento à comunidade política.

Considerando o lugar conferido à economia de mercado, as fraturas introduzidas por ela devem ser corrigidas pela intervenção reparadora de um Estado protetor; daí a concepção de um direito social composto de um direito do trabalho na empresa e de uma proteção social destinada a prover garantias contra os principais riscos. A questão social leva à separação entre o econômico, na sua acepção de economia de mercado, e o social, modo jurídico de proteção da sociedade que se elabora a partir do trabalho nos dois registros ligados ao direito do trabalho e da proteção social. (LAVILLE, 2010a, p. 37, tradução nossa).⁷

Para Laville (2010a), duas mensagens fundamentais para a tentativa de construção da economia solidária foram esquecidas. A primeira é a busca por legitimar a economia, a partir de uma pluralidade de princípios que acabou ocultada pela ruptura entre econômico e social. A segunda compreende a importância do espaço público, em especial espaços públicos de proximidade, que são fundamentais para o debate entre Estado e sociedade civil.

A sinergia, portanto, entre Estado e mercado se consolida na intervenção estatal, corrigindo as falhas do mercado. O direito do trabalho foi uma das principais formas para atenuar os efeitos perversos decorrentes da economia que se estabeleceu. A intervenção estatal se apresentou como motor e não como um freio dessa economia, consolidando o denominado Estado Providência. Trata-se de um instrumento para a nova forma de relação

⁷ Étant donné la place conférée à l'économie marchande, les fractures introduites par celle-ci doivent être corrigées par l'intervention réparatrice d'un État protecteur, d'où la conception d'un droit social composé d'un droit de travail dans l'entreprise et d'une protection sociale destinée à prémunir contre les principaux risques. La question sociale débouche sur la séparation entre l'économique, dans son acception d'économie marchande, et le social, mode juridique de protection de la société qui s'élabore à partir du travail dans les deux registres liés du droit du travail et de la protection sociale.

salarial que responde às exigências da acumulação capitalista e é favorável à classe operária (LAVILLE, 2010a).

Os países capitalistas desenvolvidos têm, especialmente, depois da segunda guerra mundial, suas experiências centradas na sinergia do estado-mercado. O crescimento econômico regulador possibilitou um aumento da demanda de bens, assim como aumentos de produção, de ganhos de produtividade, de empregos estáveis e de salários. Essa conjuntura possibilitou o que ficou conhecido na história como os trinta anos gloriosos, fundamentados a partir da articulação entre o fordismo e keynesianismo (LAVILLE, 2010a).

A estabilidade desse sistema baseou-se tanto em grandes ganhos de produtividade quanto na distribuição. A sindicalização dos trabalhadores contribuiu para o aperfeiçoamento dos mecanismos de negociação coletiva, assegurando regulações importantes aos operários. Outro ponto importante foi a manutenção do consumo de massa e o movimento de modernização do aparelho produtivo. Fora do âmbito da produção, há um enfraquecimento das sociabilidades ditas tradicionais e a ampliação da solidariedade institucional abstrata. O projeto de igualdade e de democracia se reduz à progressão conjunta do salário e das garantias do Estado em uma fórmula, que envolvia consumo de massa e proteção social (LAVILLE, 2010a).

Essa conformação sinérgica, que rendeu trinta anos gloriosos, foi atingida entretanto, na década de 1970, por uma dupla crise: a de valores e a econômica. De acordo com Laville (2010a), a crise dos valores está inscrita no questionamento da liberdade pessoal conquistada a partir do efeito conjugado de crescimento e solidariedade. Na década de 1970, os novos movimentos sociais contribuíram para o questionamento de um formato de vida padronizado por meio de protestos. Exigiu-se uma melhor qualidade de vida em relação à preservação do meio ambiente, às relações entre os sexos e entre as idades. Nesse contexto, também devem ser destacadas as evoluções sociodemográficas que despertaram outras preocupações e contestações (LAVILLE, 2010a).

Mesmo não sendo unificadas, tais manifestações iniciam um processo de fragilização do dogma do crescimento, tentando popularizar os temas de crescimento zero, os desgastes do progresso, retomando o interesse pela vida privada e pelo espaço público por meio de protestos antinucleares, ecológicos e feministas. O papel do Estado é questionado e sua capacidade de intervenção pública e de remediação das ineficiências causadas pelo mercado são colocadas em dúvida. As lógicas burocráticas e centralizadoras das instituições de redistribuição são denunciadas, é demonstrado que elas são inadequadas face às diversas

situações de vida e que mantêm fortes desigualdades sob uma aparente igualdade padrão (LAVILLE, 2010a).

A primeira crise de valores aponta para consensos que giravam em torno do regime da economia de mercado. Ela foi seguida de uma crise econômica causada por mudanças tecnológicas e de mercado. Base para tal situação é a ampliação da concorrência internacional e a revolução da informação. Essa foi induzida pela introdução de novos produtos eletrônicos e de informática. As ligações até então positivas entre demanda, produção e emprego não estavam mais evidentes (LAVILLE, 2010a).

A reestruturação da economia de mercado provoca dificuldades financeiras no âmbito da redistribuição. Com o aumento do desemprego, parte dos recursos para os serviços sociais é limitada e, por outro lado, o apoio aos sistemas produtivos é ampliado. Essa dupla crise, portanto, promove o colapso da sociedade providência. A maior parte das políticas implantadas buscou impedir essa degradação por meio de medidas de ajustamento, ou seja, manutenção da inflação baixa e preservação da balança comercial como forma de limitar o desemprego. Essas políticas pactuadas em acordos internacionais se esforçaram para aumentar o crescimento e acelerar a recuperação econômica (LAVILLE, 2010a).

É nesse contexto que visões neoconservadoras criticam as conquistas sociais obtidas sob o argumento de que elas são responsáveis pelo o aprisionamento da sociedade em uma camisa de força burocrática. As propostas de cunho liberal recomendaram a redução da intervenção do Estado, buscando a retomada do mercado como principal responsável pela fixação de salários, restringindo a intervenção estatal e a proteção social. Trata-se, na visão liberal, da única medida possível: sacrificar o social para reviver a economia (LAVILLE, 2010a).

O aumento da pobreza e o desemprego foram inevitáveis, produzindo diversos efeitos, como o descrito por Castel (1998), como desfiliação. A terceirização e as formas precárias de trabalho aumentaram, criando uma situação de desemprego e de crise de sociabilização. Nessas circunstâncias, são apresentadas várias soluções e uma delas é a economia solidária.

O projeto de economia solidária tem raízes na tradição do associacionismo⁸, como demonstrou Laville (2006, 2010a) e, reencontra sua pertinência, nos dias de hoje, com a crise da sociedade salarial. O primeiro ponto importante é a retomada da concepção de atividade econômica segundo o impulso recíproco, oportunizando outras dinâmicas de

⁸ Na obra “Politique de l’association” (2010b), Laville realiza um amplo estudo sobre as associações em todo o mundo. Em um relato histórico-político, o autor visibiliza as experiências e suas peculiaridades, fortalecendo argumentos quanto à importância das associações na sociedade contemporânea.

sociabilização. É possível conceber outras formas de trabalho com o sentido compartilhado de gestão e de produção, permitindo a construção de espaços públicos de proximidade. Tal projeto se torna possível em sua dupla inscrição na esfera política e econômica.

Em uma perspectiva política, a prática da economia solidária demonstra que a sociedade civil não saberia viver somente circunscrita a autorregulação de um mercado de trocas econômicas. Pelo contrário, busca-se também a democratização da economia, reforçando mais uma vez as formas plurais de organização do trabalho. Essa pode ser não só uma estratégia de multiplicação de formas de trabalho e emprego, mas representa também outra forma da relação entre a economia e a sociedade, apoiada fundamentalmente em princípios democráticos.

A ênfase no processo do associacionismo e nos princípios de uma economia plural é um forte argumento em prol de uma atualização do projeto de economia solidária na corrente francófona e em parte dos debates europeus. Laville (2010a, 2006) inicia tais discussões, na década de 1990 e, vem estabelecendo relações de intercâmbio com países europeus e da América Latina, assim como com a província do Quebec. Compreende-se que tais elementos somados às especificidades das realidades socioculturais são ricos para reflexões sobre esse tema.

É importante ressaltar que essa é uma das abordagens dentro da discussão de economia solidária, no contexto europeu. Nesta pesquisa, optou-se, porém, por dar maior visibilidade aos estudos que se aproximam do debate da economia solidária no Brasil, a fim de compartilhar semelhanças e promover diálogos mais efetivos. Por outro lado, não é possível deixar de abordar fenômenos que crescem e vêm atraindo a atenção de diferentes estudiosos, como os debates sobre empresas sociais, que podem ser considerados, como a reativação da economia social a partir de uma perspectiva empresarial. Na próxima seção, busca-se identificar tais concepções, as circunstâncias de seu surgimento e os desdobramentos dessas interpretações na Europa.

2.1.2 As empresas sociais como categoria de análise

Um dos conceitos difundidos, nos últimos anos, em vários estudos europeus, é o de empresa social. Como exposto anteriormente, a rede EMES trabalha com essa concepção em um esforço de descrever e analisar tais experiências. A formação deste grupo de pesquisa, em 1996, consolidou-se em função desses estudos. A organização desenvolveu progressivamente linhas de análises comuns entre membros de quinze países. Segundo Defourny, Hulgard,

Pestoff (2009), o conceito de empresa social representa um instrumento importante para pesquisas, com a ajuda do qual foi possível articular aspectos econômicos e sociais, embora não se trate de uma concepção consensual, guardando diversas divergências conceituais entre os pesquisadores dessa temática.

De acordo com Defourny (2009c), o tema está presente de forma mais significativa, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Esses debates tiveram início, na década de 1990, de forma concomitante nas duas regiões, apesar de, em um primeiro momento, poucas ligações terem sido estabelecidas. Várias universidades, como por exemplo, a *Harvard Business School*, se interessaram pelo tema da iniciativa empresarial social e outras fundações passaram também a adotar programas de formação para empresas sociais e empreendedorismo social. O termo se tornou mais utilizado na Europa, naturalmente em graus diferenciados em cada país.

Pela primeira vez, o conceito de empresa social apareceu na Itália e estava ligado ao movimento cooperativo. A revista *Impresa Sociale* iniciou uma série de estudos sobre iniciativas empreendedoras que surgiram em decorrência das necessidades sociais que, até então, eram exercidas pelo serviço público de forma considerada insatisfatória. O parlamento italiano aprovou, já em 1991, um formato jurídico específico para as cooperativas sociais. Iniciativas nesse campo experimentaram um crescimento extraordinário e, no mesmo período, pesquisadores passaram a observar exemplos parecidos, embora em menor número, em outros países da União Europeia (DEFOURNY, 2009c).

Segundo Defourny (2009c), essas experiências podem estar em subgrupos do terceiro setor, mas podem ser também responsáveis por mudanças nas análises desse. O novo empreendedorismo social não é apenas a evolução do setor sem fins lucrativos, e sim suas novas combinações. As autoridades públicas estão cada vez mais focadas nas iniciativas privadas para encontrar soluções sociais em virtude de preocupações com o orçamento, eficiência e legitimidade.

Essas atividades, de acordo com diferentes pesquisas da rede EMES, relacionam-se com ações nos campos do trabalho, integração de pessoas com baixa qualificação e desempregadas, formação profissional, cuidado de crianças, serviços para idosos ou ajuda para pessoas desfavorecidas (como crianças, refugiados e imigrantes). As empresas sociais se destacam pela capacidade de envolver diferentes parceiros, como assalariados, voluntários, usuários, organizações de apoio e autoridades públicas. Pode-se salientar também a importância da construção coletiva de demandas em alguns exemplos de serviços de proximidade (DEFOURNY, 2009c).

Essas iniciativas estão cada vez mais inseridas no que Defourny (2009c) denomina como quase-mercado. Trata-se de formas de contratação dos poderes públicos de serviços, que antes eram prestados pelo Estado ou por organismos sem fins lucrativos, em parceria com o poder público. Com objetivo de reduzir custos e garantir serviços de melhor qualidade, as autoridades públicas têm realizado concursos entre as entidades interessadas na implementação desses projetos.

Essa mudança tende a acentuar o caráter empresarial das associações, formando novas combinações para acesso ao recurso público. Com aumento da concorrência, essas organizações têm que investir na gestão interna, mais inspirada em uma perspectiva comercial. Novas iniciativas com ou sem fins lucrativos também surgem nessa disputa e enfrentam riscos econômicos maiores, já que os financiamentos dependem da capacidade de satisfazer seus usuários (DEFOURNY, 2009c).

Nessa conjuntura, diversos países europeus estabeleceram novos enquadramentos legais que confirmam essa tendência.

Estas estruturas legais devem ser melhor adaptadas a estes tipos de iniciativas do que as formas jurídicas sem fins lucrativos ou cooperativas tradicionais. Já mencionamos o novo estado criado em 1991 para as cooperativas sociais italianas. Em outros países da UE também foram introduzidas leis a partir da mesma linha "co-operativa" para criar novas formas jurídicas: a "co-operativa de solidariedade social" em Portugal (1997); a "co-operativa de iniciativa social" na Espanha (1999); a "co-operativa de responsabilidade social legal limitada" na Grécia (1999), a "sociedade co-operativa de interesses coletivos" na França (2001), e a "co-operativa social" (2006) na Polônia. Foram também introduzidas outras leis que se não têm relação explícita com o modelo cooperativo, mas foram por vezes inspirado segundo este último. Assim, em 1995, a Bélgica criou a "empresa de propósito social" e uma nova lei criando a forma jurídica da "empresa de interesse comunitário" foi aprovada no Reino Unido em 2004. A Finlândia (em 2004) e a Itália (em 2006) também criaram uma estrutura legal de "empreendimento social", que vai além do modelo co-operativo social (DEFOURNY, 2009, p. 31, tradução nossa)⁹.

Defourny (2009c) salienta que esses marcos legais favorecem dinâmicas empresariais que buscam cumprir uma missão social. Elas podem ser associadas a programas públicos,

⁹ These legal frameworks are intended to be better suited to these types of initiatives than the traditional non-profit or co-operative legal forms. We have already mentioned the new status created in 1991 for Italian social co-operatives. Laws were introduced in other EU countries as well, along the same "co-operative" line, to create new legal forms: the "social solidarity co-operative" in Portugal (1997); the "social initiative co-operative" in Spain (1999); the "limited liability social co-operative" in Greece (1999), the "collective interest co-operative society" in France (2001), and the "social co-operative" (2006) in Poland. Other laws have also been introduced which do not refer explicitly to the co-operative model but were sometimes inspired by the latter. Thus, in 1995, Belgium created the "social purpose company", and a new law creating the "community interest company" legal form was passed in the United Kingdom in 2004. Finland (in 2004) and Italy (in 2006) also created a "social enterprise" legal framework, which goes beyond the social co-operative model.

como nos casos citados de integração de desempregados na Polônia e Finlândia. Por outro lado, essa é uma maneira de formalizar iniciativas que envolvem diferentes atores, como trabalhadores assalariados, voluntários e usuários, no processo de tomada de decisão.

Em relação à conceituação dessas iniciativas, os debates teóricos sobre empresas sociais são influenciados, desde 2005, de forma significativa, pela perspectiva norte-americana. Por outro lado, as definições na Europa têm como referência as abordagens conceituais trabalhadas pela rede EMES já no final da década de 1990. É possível destacar também as definições trabalhadas inicialmente pelo governo britânico que, em 2002, se empenhou em estabelecer as características dessas experiências e que têm servido de base para um conjunto importante de obras internacionais¹⁰.

A abordagem da EMES sobre a empresa social é fruto de um longo diálogo entre várias disciplinas (economia, sociologia, ciência política e administração). Tal projeto foi orientado por um quadro teórico combinado com análise de experiências empíricas. Desde o início, pretendia-se encontrar indicadores que ajudassem a identificar as empresas sociais. Nesse sentido, foi elaborado um tipo ideal, na terminologia de Weber, que pudesse contribuir para análises de determinadas entidades com tais características (DEFOURNY, 2009c).

Segundo o conceito da EMES, há indicadores econômicos e sociais que configurariam uma empresa social. Os critérios econômicos são: a) a contínua atividade de produção de bens e/ou venda de serviços, consolidando atividades produtivas como uma das principais razões para essa empresa; b) elevado grau de autonomia das organizações quanto às deliberações do grupo, mesmo que elas se utilizem de subsídios públicos; c) um nível significativo de risco

¹⁰ A abordagem britânica está fortemente vinculada ao governo que por meio da Secretaria de Estado do Comércio e Indústria e a Unidade de Empresa Social publicou, em 2002, o livro intitulado "Empresa social: a estratégia para o sucesso". Na publicação, procura-se uma definição de empresa social, buscando seu favorecimento político no âmbito do governo de Blair. Reforça-se a ideia de que uma empresa social é um negócio que tem essencialmente objetivos sociais e seus excedentes são prioritariamente reinvestidos no negócio ou na comunidade, ao invés de maximizar o lucro de proprietários ou acionistas (DTI 2002 apud Defourny, 2009). Essa definição possibilitou uma série de estudos empíricos e a síntese dessas obras se consolidou em um relatório nacional. Nesse documento, destacaram-se as dificuldades entre a coerência dos termos na operacionalização dessas iniciativas. Com objetivo de corrigir essas deficiências, foi sugerido um conjunto de características ou indicadores, o que seria mais útil do que apenas uma declaração geral sobre essas iniciativas. Na mesma linha, a Coligação de Empresas Sociais propôs a utilização de três critérios em sua definição: além da "orientação para o mercado" e "objetivos sociais", a inserção de um terceiro que compreende a "propriedade social". A definição de gestão se daria a partir da participação e do controle dos grupos interessados. Vários levantamentos foram realizados com base em diferentes critérios. Um desses levantamentos concluiu que existiam 15.000 empresas sociais no Reino Unido, em 2004, empregando 475.000 trabalhadores e 300.000 voluntários. Cerca de 88% dessas empresas tinham gerado 50% das suas receitas provenientes do mercado. A maior parte também afirmou que tinham como missão ajudar as pessoas - especialmente pessoas com deficiência, crianças e jovens, idosos e pessoas com baixos rendimentos. A principal forma para isso era através de treinamento, diversas formas de apoio pessoal (habitação, cuidados infantis etc.), suporte profissional (conselhos de empresa, ajudar a procurar emprego etc.) e culturais e oportunidades recreativas (clubes desportivos, grupos de artes, etc) (DEFOURNY, 2009c).

econômico inerente a qualquer iniciativa, em que a viabilidade financeira depende dos esforços de seus membros e trabalhadores; d) possibilidade de combinação de recursos monetários e não monetários, voluntários e assalariados, embora exija-se um mínimo de trabalhadores assalariados (DEFOURNY, 2009c).

Entre os indicadores sociais, destacam-se os cinco critérios seguintes: e) objetivo explícito de beneficiar e servir à comunidade ou um grupo específico de pessoas; f) dimensão coletiva no levantamento de demandas e na construção de alternativas, pressupondo a participação social; g) poder de decisão independente da propriedade de capital, ou seja, cada membro representa um voto; h) gestão participativa em que usuários e clientes podem interferir na tomada de decisão, em muitos casos, com o objetivo de consolidar a democracia local por meio de atividades econômicas; i) limitada distribuição de lucros, evitando a ideia de maximização de ganhos (DEFOURNY, 2009c).

Esses critérios são utilizados para identificar novas empresas sociais e têm se mostrado produtivos nas pesquisas desenvolvidas pela EMES. Do ponto de vista teórico, o conceito indica um caminho para uma abordagem mais integrada à economia social, havendo, no entanto, duas fontes de tensão recorrentes e de difícil superação:

Uma fonte de tensão provém da diferença entre as empresas que oferecem a totalidade da sua produção para a venda no mercado (como fazem mais as cooperativas) e de várias categorias de associações cujas atividades não têm um caráter econômico forte (tais como atividades do movimento juvenil ou pequenos clubes desportivos locais) e cujos recursos são totalmente não-mercantis (subvenções, subsídios, etc.) ou mesmo recursos não-monetários (voluntariado). Uma segunda tensão existe entre as assim chamadas organizações de interesse mútuo (cooperativas, sociedades mútuas e muitas associações) que, pelo menos em princípio, visam servir seus membros e organizações de interesse geral, servindo uma comunidade mais ampla ou grupos alvo específicos fora da sua composição (como organizações lutando contra a pobreza e a exclusão, ou aquelas envolvidas na cooperação para o desenvolvimento, proteção ambiental e assim por diante) (Defourny, 2009c, p. 41-42, tradução nossa)¹¹.

Apesar das tensões citadas, é possível compreender a importância do tema das empresas sociais, na Europa, a partir de diversas iniciativas que serão descritas no próximo capítulo. Sob uma perspectiva diferenciada da definição francesa de economia solidária, essas experiências, além de significativas na realidade europeia, conseguiram interferir em quadros

¹¹ One source of tension originates in the gap between enterprises offering their entire output for sale on the market (as do most co-operatives) and various categories of associations whose activities do not have a strong economic character (such as youth movement activities or small local sports' clubs) and whose resources are totally non-market (grants, subsidies, etc.) or even non-monetary resources (volunteering). A second tension exists between so-called mutual interest organisations (co-operatives, mutual societies and many associations) which, at least in principle, aim to serve their members, and general interest organisations, serving the broader community or specific target groups outside their membership (such as organisations fighting poverty and exclusion, or those involved in development co-operation, environmental protection and so on).

legais em diversos países. No entanto, trata-se de uma visão mais utilitarista das iniciativas de cunho social que estariam se tornando empresas pelo viés de eficiência nos serviços a serem prestados ao Estado.

No Brasil, esse é um assunto polêmico nas reflexões sobre economia solidária e será por isso aprofundado nas seções seguintes. É importante ressaltar que a concepção de empresa social apresentada pela rede EMES está próxima a de economia social, criticada por Laville na seção anterior (2006; 2010a). Por outro lado, elementos como participação e envolvimento da comunidade são destacados em concomitância com os impulsos empresariais de gestão para resultados e risco econômico, revelando um quadro complexo de análise e de delimitações.

2.2 Economia social e solidária no Quebec: uma perspectiva de inovação social

A economia solidária na América do Norte tem entre seus principais expoentes a província do Quebec no Canadá. Sob a denominação de economia social e solidária, essas experiências são vinculadas fortemente à concepção de inovação social e às ações comunitárias. A conformação dessas iniciativas e sua articulação com as políticas públicas territoriais ganharam visibilidade internacional e, por isso, são importantes para as análises propostas nesta tese.

A economia social, sob o ponto de vista de Petrella (2011), pode ser considerada como formas originais de produção, visando o bem estar das populações. Trata-se de uma complementaridade em geral aceita e justificada por colaborar para resolução de certos problemas da economia estatal pública e a do mercado privada. A principal contribuição nesse campo é a luta contra desigualdades sociais, pobreza e exclusão (PETRELLA, 2011).

Segundo Bouchard (2011), as experiências no Quebec são recorrentemente analisadas a partir do conceito de inovação social. Em consonância com a vertente francesa, há também o debate acerca da dissociação entre econômico e social, sendo as iniciativas solidárias representantes de alternativas para essa separação. Trata-se de laboratórios de inovação na medida em que ajudam a estruturar necessidades dos indivíduos e de comunidades com a proposição de soluções locais e comunitárias.

A autora compreende que existem variações nas conceituações de economia social em diferentes partes do mundo. No entanto, ela relaciona o tema às acepções do terceiro setor, referindo-se às organizações e às empresas que não pertencem ao setor privado (que tem como finalidade o lucro) e nem ao setor público (que representa o Estado e a administração

pública). Nesse contexto, a economia social se distingue da economia capitalista e também da economia pública, combinando elementos como gestão privada autônoma e preocupações coletivas e associativas. A finalidade não está centrada no lucro, mas no interesse geral e compartilhado.

Segundo Bouchard (2011), a economia social agrupa duas correntes interpretativas principais. A primeira vincula-se às abordagens anglo-saxônicas com a ideia de setor “sem fins lucrativos” e a outra compreende uma visão mais europeia e quebequense que ressalta o funcionamento democrático dessas organizações. Na segunda vertente, estão incluídas as cooperativas, as empresas mutuais e as organizações sem fins lucrativos que produzem bens e serviços. O importante não é só ter lucro ou não, mas fortalecer a geração de riquezas coletivas em detrimento aos investimentos individuais.

Considerando as diversas possibilidades de interpretação sobre o tema, em 1996, um Grupo de Trabalho, envolvendo intelectuais, representantes da sociedade civil e gestores públicos, elaborou uma definição institucional de economia social adotada no Quebec. No conceito, estão presentes os principais elementos, tanto teóricos quanto empíricos.

Nessa definição, economia significa a produção concreta de bens ou serviços a partir de organizações que visam o aumento da riqueza coletiva. Do ponto de vista social, ressalta-se a rentabilidade social e não só econômica. Isso significa que essas experiências contribuem com o desenvolvimento democrático, por meio de uma cidadania ativa e promovem iniciativas de mudança individual e coletiva. Trata-se de organizações que colaboram com a qualidade de vida e com o bem-estar da população, em especial, através da oferta de serviços. Essas atividades podem estar organizadas em diferentes formatos jurídicos, mas no geral, seguem alguns princípios e regras de funcionamento.

Os empreendimentos da economia social têm como finalidade servir seus membros ou a comunidade e são autônomos em relação ao Estado. Os processos de decisão internos seguem princípios participativos e democráticos. Os excedentes das atividades são distribuídos, colocando o trabalho na frente do capital com destaque para a responsabilidade de suas ações com o propósito de mudança social (BOUCHARD, 2011, p. 3).

Essa concepção, de acordo com alguns autores como Bouchard (2011) e Lévesque (2011), se diferencia das concepções adotadas na América do Norte, em especial no Canadá de língua inglesa e nos Estados Unidos. Fora do Quebec, a economia social é compreendida pelo engajamento cívico, englobando iniciativas do setor voluntário e sem fins lucrativos, que têm ou não uma vocação econômica. Por outro lado, a definição do Quebec cobre um campo

mais amplo de empresas, reforçando o papel das organizações produtivas de bens econômicos.

Segundo Bouchard (2011), a economia social, como um dos vetores da inovação social, se consolida a partir de experiências que surgiram nos últimos trinta anos em um contexto de mudanças entre econômico e social. A crise vivida em relação ao modelo de desenvolvimento é múltipla, passando pelo trabalho, Estado, economia e ecologia. Ela é acompanhada pelo crescimento de desigualdades, exclusão social, falta de governabilidade dos Estados e competição individualista. Ao mesmo tempo, surgem essas iniciativas solidárias que buscam o reequilíbrio e a redistribuição de poder.

A economia social participa, neste contexto, da busca por soluções para as disparidades e as iniquidades econômicas, bem como da invenção de um modelo alternativo de desenvolvimento. Em primeiro lugar, em nível local, as iniciativas se multiplicam e se espalham, causando efeitos estruturantes sobre as condições de vida, o trabalho, os territórios e mesmo sobre o planejamento e a implementação de políticas públicas. É, portanto, cada vez mais comum ver a economia social ser explicitamente associada ao conceito de inovação social. (Bouchard, 2011, p. 5, tradução nossa)¹².

O Centro de pesquisa sobre Inovação Social - *CRISES (Centre de Recherche sur les innovations Sociales)* do Quebec define inovação social como “Uma intervenção iniciada por atores sociais para responder uma aspiração, atender um desejo, apontar uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação a fim de modificar relações sociais, transformar um quadro de ação ou propor novas orientações culturais” (Bouchard, 2011, p. 7, tradução nossa)¹³.

Os tipos de inovação social podem se manifestar por meio das relações de produção a partir do engajamento e a participação dos trabalhadores, novas formas de organização do trabalho, criação de empresas autogeridas, fundo de trabalhadores e empresas de inserção. No âmbito das relações de consumo, destacam-se a mobilização e a participação dos usuários na coprodução de serviços às pessoas, coconstrução de novos programas, regras e consumo, lazer e turismo responsáveis. Quanto às relações entre empresas, pode-se destacar a cooperação, a interdependência não mercantil e a responsabilidade social das empresas. Por fim, ressaltam-

¹² L'économie sociale participe, dans ce contexte, à la recherche de solutions aux disparités et aux iniquités économiques, de même que à l'invention d'un autre modèle de développement. D'abord à l'échelle locale, les initiatives se multiplient et se diffusent, entraînant des effets structurants sur les conditions de vie, le travail, les territoires, voire sur la planification et la mise en œuvre des politiques publiques. Il est ainsi de plus en plus fréquent de voir l'économie sociale être associée explicitement à la notion d'innovation sociale.

¹³ Une intervention initiée par des acteurs sociaux, pour répondre à une aspiration, subvenir à un besoin, apporter une solution ou profiter d'une opportunité d'action afin de modifier des relations sociales, de transformer un cadre d'action ou de proposer de nouvelles orientations culturelles.

se as relações sociais em novas formas de governança, desenvolvimento econômico e comunitário (BOUCHARD, 2011).

A economia social pode ser considerada como portadora de inovações sociais, pois nasce para responder às aspirações e desejos coletivos presentes em setores de atividades novos ou pouco desenvolvidos. Trata-se da proposição de organizações baseada em valores de equidade, igualdade e justiça social. Dessa forma, a dicotomia entre social e econômico é refutada, permitindo uma nova coordenação social e política (BOUCHARD, 2011).

A articulação entre economia social e inovação social contribui com o caráter diferencial das análises do Quebec. Essas iniciativas se apresentam como uma mistura entre a vertente mais tradicional, próxima aos debates de terceiro setor e, ao mesmo tempo, mobilizam questões como participação, soluções comunitárias de problemas sociais e coligação entre social e econômico. Esses elementos remetem à discussão de reciprocidade e aos espaços públicos de proximidade tratados por Laville (2006; 2010a).

A perspectiva de inovação social é pouco abordada no Brasil de forma explícita, mas se apresenta em diferentes estudos a partir de outros conceitos. No próximo capítulo, ao se aprofundar as experiências de economia social no Quebec, esse quadro ficará mais claro e a peculiaridade da produção teórica da região será evidenciada.

2.3 Economia popular e solidária segundo abordagens latinoamericanas

Os debates sobre economia solidária na América Latina, mesmo compartilhando semelhanças com processos de outras regiões, apresentam especificidades importantes em seu quadro analítico e teórico. A análise da abordagem latinoamericana deve privilegiar interpretações que observem o contexto histórico e sociocultural do continente, conforme ressaltam diversos estudiosos (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002; CUNHA; SANTOS, 2011; CORAGGIO, 2007a).

Como em âmbito internacional, os termos utilizados para denominar essas experiências também são diversos, Coraggio (2007a), ao reunir estudos do que ele denomina “economia social da periferia”, identifica os seguintes termos: economia solidária (GAIGER, 2007; SINGER, 2007, 2002, 2003a); economia de solidariedade (RAZETO, 2007) economia social e solidária (CORAGGIO, 2007b; SABATÉ, 2007), economia popular (QUIJANO, 2007; NUÑEZ, 2007); economia solidária e popular (BOCAYUVA, 2007); socioeconomia solidária (LISBOA, 2007), economia do trabalho (CORAGGIO, 2000, 2007b), economia da vida (DUCHROW; HINKELAMMERT, 2007).

Embora existam diferentes abordagens, pode-se afirmar que tais perspectivas estão relacionadas ao caráter ideológico de mudança da sociedade. O foco principal do debate é a superação de formas desiguais de produção e distribuição de riquezas características do capitalismo hegemônico e neoliberal (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002). As interpretações acerca dessas experiências, na América Latina, estão geralmente vinculadas às correntes teóricas de matriz crítica e dos pensamentos emancipatórios.

No âmago desses trabalhos estão o pensamento crítico de raiz marxista, dos vários socialismos, da teologia da libertação, da pedagogia da libertação freireana, pensamento que acompanhou uma história marcada pelo dilema de se adaptar, nos modernizando ou nos revoltando frente às diferentes formas de colonialismo e imperialismo, somando a força que nos dá o falar profundo da Ameríndia rebelde que hoje ressurgue com uma mensagem ética e política superadora, e, sem dúvida, faltam as novas hibridações de identidades e movimentos da região representadas neste crisol que é o Fórum Social Mundial (CORAGGIO, 2007a, p. 17, tradução nossa)¹⁴.

É possível afirmar, portanto, que a discussão latinoamericana compreende a formulação de sistemas de produção alternativos em contraposição ao capitalismo. Quijano (2002) destaca que a insatisfação com o capitalismo não é recente e que, ao longo do século XIX, e até a primeira guerra mundial, é possível observar na Europa a emergência de várias propostas para sua superação (QUIJANO, 2002, p. 478). No entanto, ao longo do século XX, essas ideias ficaram vinculadas ao socialismo e a nacionalização da economia que se desintegraram junto com a perda de poder da União Soviética e do bloco socialista europeu em 1989.

Apenas o cooperativismo consegue sobreviver à avalanche, embora fosse a custo de drásticas adaptações; e isto porque foi protegido, na Europa, pelo movimento designado como social-democrata e, fora da Europa (tanto na Ásia quanto na América Latina), por algumas das correntes democrático-nacionalistas em luta contra a aliança oligárquico-imperialista. Uma vez que finalmente todas essas correntes políticas ficaram reduzidas à luta pelas reformas do capitalismo, no sentido de aliviar a exploração dos trabalhadores e de servirem de moderadoras das reações entre capital e o trabalho nos países em que conseguiram ter acesso ao governo, o cooperativismo ficou vinculado à concepção e à prática dessas reformas. E manteve-se como parte do debate e da prática de políticos, mas sempre como um setor marginal da economia capitalista (QUIJANO, 2002, p. 479).

¹⁴ En el trasfondo de los trabajos estarán el pensamiento crítico de raiz marxiana, de los diversos socialismos, de la teología de la liberación, de la pedagogía de la liberación freireana, pensamiento que acompañó una historia marcada por el dilema de adaptarse, modernizándonos, o rebelarnos ante las diversas formas del colonialismo y del imperialismo, sumando la fuerza que nos da el hablar profundo de la Ameríndia rebelde que hoy resurgue con un mensaje ético y político superador, y sin duda faltan las nuevas hidridaciones de identidades y movimientos de la región que se representan en ese crisol que es el Foro Social Mundial.

Fora do contexto europeu, o autor identifica outros processos de contestação do capitalismo. Entre eles, destaca-se o período de 1925 e 1935 na América Latina, quando todos os países se viram de alguma forma envolvidos em processos revolucionários, muitos deles com influência socialista, contra alianças imperialistas e oligárquicas. De acordo com Quijano (2002), o mais importante deles foi liderado, no Peru, por José Carlos Mariátegui e fundamentado em reflexões sobre o papel e o lugar da comunidade indígena em revoluções de trajetória socialista. Mariátegui foi criticado por representantes da Internacional Comunista e mais tarde considerado um “anticapitalista romântico” (QUIJANO, 2002, p. 480).

Dois outros projetos devem ser destacados no período após a segunda guerra mundial: a experiência dos kibbutz¹⁵ na Palestina e a da “autogestão operária na produção”¹⁶, no Estado da Iugoslávia sob a direção do Marechal Tito.

Ainda segundo Quijano (2002), apesar dessas experiências isoladas, é a partir das mudanças no capitalismo mundial, em especial na década de 1970, com a ampla difusão da ideia de globalização, que o projeto de um sistema alternativo de produção se integra a um novo imaginário anticapitalista. Esse se coloca contra a virulência da globalização neoliberal e os projetos de nacionalização da economia e tomada do Estado, presentes no socialismo do século XX.

A origem dessas propostas alternativas emerge, em grande medida, da crise mundial, no final de 1960, em duas circunstâncias. A primeira vincula-se aos debates acerca da marginalização com destaque para as novas relações capital-trabalho, que excluem um número crescente de pessoas do emprego estável. Diversos estudos passaram a evidenciar a ampliação do denominado “pólo marginal” que se relacionava com o mercado de forma heterogênea e precária (QUIJANO, 2002, p. 483).

A segunda circunstância refere-se àquela que resulta da crise mundial capitalista a partir de 1973. A “marginalização” descrita anteriormente aumentou de forma significativa no mundo todo, inclusive nas áreas periféricas e dependentes. O conceito de “estratégias de sobrevivência” passou a ser fundamental para uma massa de trabalhadores fora das relações de emprego assalariado, que engrossava a massa da população empobrecida (QUIJANO, 2002, p. 484).

¹⁵ Os kibbutz tinham como base a corrente socialista do sionismo e se caracterizaram como “comunas”, nos territórios que os palestinos chegaram a ocupar. De acordo com Quijano (2002), foi uma das experiências que mais se aproximaram de princípios democráticos em projetos socialistas, mas ao longo do tempo foram sendo subordinados ao capitalismo e enfrentaram dificuldades em virtude dos conflitos constantes com Israel.

¹⁶ Essa experiência ocorreu após a ruptura da Iugoslávia com Stalin e com a União Soviética. Mesmo sob controle de um Estado burocrático e centralizador, a estratégia era uma tentativa de democratização como alternativa à nacionalização econômica.

De acordo com Pochmann (2004), a América Latina enfrentou, no último quarto do século XX, uma das maiores crises de desenvolvimento, com falta de crescimento da renda *per capita*, instabilidade nas atividades produtivas, aprofundamento da financeirização das riquezas e a ampliação da inserção subordinada e passiva dos produtos latinoamericanos primários na economia mundial. O arranjo das economias capitalistas periféricas se caracterizava pela permanência de grande parte da população em condições precárias de vida e de trabalho.

O segmento dito organizado do trabalho e os empregos assalariados diminuíram e o desemprego aberto avançou. As formas vulneráveis e precárias de emprego cresceram e o trabalho desprotegido deixou de ser transitório para se tornar permanente. Essa realidade contribuiu para a conformação de um conjunto da população socialmente excluído (POCHMANN, 2007; PINTO, 2006; QUIJANO, 2002). Além disso, a adoção das políticas neoliberais já na década de 1990, segundo Tiriba (2007), aprofundou ainda mais esse cenário de crise.

Quijano (2002) destaca que os trabalhadores concentraram suas forças na sobrevivência, aumentando o que ficou amplamente conhecido como “informalidade”. A predominância da economia popular, característica peculiar à América Latina, pode ser considerada como uma forma de resistência fundamental no enfrentamento dessas desvantagens presentes no mercado de trabalho.

A reciprocidade nunca esteve completamente ausente do capitalismo, mas o seu campo de ação tinha ficado cada vez mais reduzido. Porém agora aumenta, talvez massivamente, o recurso a essa forma de controle do trabalho e de organização da produção. Isto é, em rigor, uma redescoberta dos trabalhadores na resistência ao capitalismo. Mas não se trata do resultado da crítica consciente do capitalismo. Tal redescoberta é fundamentalmente uma conduta social resultante das próprias tendências do capitalismo, em especial do seu crescente desinteresse na mercantilização da força viva de trabalho individual. O recurso crescente à reciprocidade é uma nova tendência da resistência dos trabalhadores e implica a entrada de um outro momento do novo período histórico das experiências e dos conflitos sociais no capitalismo (Quijano, 2002, p. 486).

Parte considerável dos autores latinoamericanos encontrou, na resistência presente na economia popular e, no conjunto de trabalhadores excluídos socialmente, o substrato para as diversas elaborações acerca da economia solidária que, em grande medida, são tratadas como formas alternativas ao capitalismo. É na fase de expansão da globalização que um conjunto significativo dessas correntes, os movimentos sociais e a sociedade civil se articularam sob o lema de que “outro mundo é possível”. As diversas edições do Fórum Social Mundial, recorrentemente citadas nesta pesquisa, são os principais espaços para o debate entre

movimentos sociais, organizações da sociedade civil, trabalhadores e intelectuais (POCHMANN, 2007; QUIJANO, 2002; GAIGER, 2007; TIRIBA, 2007; CORAGGIO, 2007a).

É importante destacar, conforme afirma Coraggio (2007a), que mesmo não havendo um consenso acerca das definições sobre economia solidária na América Latina, é possível reconhecer alguns pontos comuns das principais concepções do continente. Em geral, essa variedade de interpretações, além de estar fundamentada no pressuposto de mudança social, engloba formas microeconômicas de economias organizadas por trabalhadores que se associam para produzir ou comprar coletivamente, seja para prover trabalho e renda, melhorar o poder de negociação, acessar crédito ou mesmo para uso de bens comunitários que melhorem condições ou meios de vida. Essas são formas que, em grande medida, ultrapassam a lógica do mercado por não estarem baseadas na ganância.

Discussões quanto à contestação do capitalismo e a possibilidade de construção de outros modos de produção e reprodução da vida estão presentes na maioria das vertentes latinoamericanas. Não há consenso quanto à construção de outro modo de produção, mas, em nível macroeconômico, os autores geralmente concordam que tais experiências reproduzem princípios no mínimo diferenciados em relação ao capitalismo hegemônico. Entre eles, destacam-se:

- não separação do trabalho em relação à propriedade/gestão dos meios de produção e o produto, característica própria da Produção Mercantil Simples (PMS);
- são empreendimentos econômicos baseados na livre associação, na autogestão e no trabalho cooperativo (aplicam o princípio da socialização dos meios de produção, o que os distingue da PMS);
- trata-se não só da organização de fatores de produção com predomínio do fator trabalho, senão também de uma sociedade entre *personas*, cujos laços interpessoais formam parte das relações sociais de produção;
- a orientação pelo valor de troca não desaparece, por ser parte de uma economia de mercado, no entanto é (ou se espera que seja) subordinada ao valor de uso (a resolução das necessidades);
- o conceito de eficiência é resignificado pela valorização de efeitos redutíveis ao esquema cosificador produtivista (CORAGGIO, 2007a, p.19, tradução nossa)¹⁷.

¹⁷- no separación del trabajo respecto de la propiedad/gestión de los medios de producción y el producto, característica propia de la Producción Mercantil Simple (PMS)

- Son emprendimientos económicos basados en la libre asociación, en la autogestión y en el trabajo cooperativo (aplican el principio de socialización de los medios de producción, lo que los distingue de la PMS)

- se trata no solo de la organización de factores de producción con predomínio del factor trabajo sino también de una sociedad entre *personas*, cuyos lazos interpersonales forman parte de las relaciones sociales de producción

- la orientación por el valor del cambio no desaparece, por ser parte de una economía de mercado, pero es (o se espera que sea) subordinada al valor de uso (la resolución de necesidades)

- el concepto de eficiencia se resignifica por la valoración de efectos reducibles al esquema cosificador productivista.

Guardadas as especificidades entre as abordagens, é possível identificar duas vertentes predominantes nas reflexões latinoamericanas. A primeira é identificada pelo termo da economia solidária e tem a cooperativa como unidade central, para organização dos trabalhadores em diferentes ramos ou setores da atividade econômica vinculada ao mercado. A diferenciação com o sistema capitalista está na autogestão dos trabalhadores, destacando-se as organizações coletivas. Enfatiza-se não só a lógica da cooperação, mas a posse conjunta dos meios de produção e o princípio da democracia. O potencial alternativo das cooperativas é muitas vezes colocado em questão. Entretanto, para alguns autores, em países latinoamericanos e, em especial no Brasil, esse potencial é uma convicção.

A segunda vertente tem como base as análises da economia popular, cujas instituições de composição são heterogêneas e seu formato não está focado somente nas cooperativas. As unidades podem ser constituídas por pessoas que, em geral, mantêm relações “primárias” entre si em pequenos agrupamentos e vinculados à lógica comunitária (QUIJANO, 2002).

Em relação às correntes teóricas implicadas no pensamento latinoamericano, Coraggio (2007a) destaca a de vertente marxista, o projeto socialista e a vertente da teologia da libertação (CORAGGIO, 2007a, p. 20). Nesta seção, serão descritos os argumentos dos principais autores implicados nessas duas abordagens.

O economista Paul Singer (2002; 2003a; 2007) é um dos mais conhecidos estudiosos sobre a economia solidária no Brasil, não só por seus trabalhos desenvolvidos, desde a década de 1970, mas também por seu importante papel no movimento social e no Estado. Singer ocupa, desde 2003, a coordenação da Secretaria Nacional de Economia Solidária do país. Os desdobramentos e desafios dessa experiência serão aprofundados no capítulo seguinte.

A argumentação do autor se refere, em grande medida, às reflexões sobre os diferentes tipos de socialismos, sendo a economia solidária uma de suas possibilidades. Para tanto, ele discute a interação do princípio de unidade entre posse e uso dos meios de produção e a distribuição com o princípio da socialização desses meios. E conclui que esse processo é intrínseco à luta dos trabalhadores contra o capitalismo.

Singer (2002) analisa as cooperativas nos primórdios do capitalismo e demonstra que tiveram forte afinidade com as classes trabalhadoras e se manifestaram como organizações de operários em resposta à pobreza e ao desemprego. As cooperativas desse período representavam uma tentativa de recuperação do trabalho e da autonomia econômica, a partir de princípios como igualdade e democracia, sintetizados justamente no que se poderia considerar como uma ideologia socialista (SINGER, 2002, p. 83).

As experiências solidárias não se baseiam na separação entre trabalho e posse dos meios de produção, pois seu capital pertence aos trabalhadores. A propriedade da empresa é dividida igualmente para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela, administrada, em geral, por sócios eleitos por todos os membros. O autor considera a autogestão marca principal da economia solidária.

A superação do capitalismo, segundo Singer (2007), depende da prática e experiência dos trabalhadores na autogestão e, nesse sentido, a economia solidária seria o laboratório propício para essas transformações. O surgimento e o fortalecimento desse movimento reforçam o poder de luta de todos os trabalhadores. Embora haja um destaque para as cooperativas como organizações típicas, Singer considera que as unidades de produção da economia solidária são variadas e podem compreender também associações, clubes de trocas, entre outros. Isso significa que essas experiências podem estar presentes em todos os campos de atividade econômica.

Como a unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, o autor ressalta que os princípios organizativos que deveriam estar implicados nas iniciativas solidárias são: posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática da empresa, por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados; destinação do excedente anual também por critérios acertados entre todos os cooperadores.

Um dos pontos de debilidade da economia solidária é a atuação isolada dos empreendimentos solidários nos mercados dominados por empresas capitalistas. Sua fortaleza está no princípio de autogestão e na melhora nas condições de trabalho, mesmo quando essas são precárias, conforme afirma Singer: “ Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo” (SINGER, 2003, p. 27).

Para Singer (2003a, 2007), a organização de iniciativas da economia solidária pode representar o início de transformações locais, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e desses com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais, promovendo mudanças em níveis individual e social. Para tanto, é necessário garantir certas estruturas para sua sustentação como financiamento, redes de comercialização, assessoria científica e técnica, formação contínua dos trabalhadores, normativa legal adequada, entre outros. (SINGER, 2007).

O conceito de Singer vem recebendo diferentes críticas, em especial, quanto à consistência de sua hipótese de que a economia solidária poderia representar um outro modo de produção capaz de se contrapor ao capitalismo. Segundo Lima (2009), com o avanço das propostas de economia solidária no Brasil, esses novos contornos do cooperativismo, que pressupunham autonomia e emancipação, ganham formas mais pragmáticas e estruturadas a partir da sua inserção e manutenção no mercado.

O socialismo, presente nas propostas iniciais de Singer, vai dando espaço à discussão do solidarismo, cujas propostas, de origens diferenciadas, defendem um retorno à comunidade na qual os indivíduos defendem, democraticamente, seus interesses comuns, convivendo, em sua concepção mais contemporânea, com formas plurais de organização da produção e do trabalho (LIMA, 2009, p. 201-202).

Dentre os autores brasileiros, Gaiger (2004) apresenta também um volume significativo de estudos nesse campo. Ele compartilha com Singer a compreensão de que a economia solidária é capaz de subverter a lógica de produção de mercadorias em função das necessidades de bem estar dos trabalhadores. Essa nova experimentação poderia possibilitar a emancipação do trabalho desumanizado e desprovido de sentido, a restituição do trabalhador à condição de sujeito de sua existência, sob a perspectiva de outras lógicas de reprodução da vida.

O solidarismo econômico entre os trabalhadores vem de longa data e materializa-se num conjunto heterogêneo de experiências de diferentes proveniências, em época e lugar, a formar uma história da qual a *ecosol* [economia solidária] é por assim dizer mais um episódio, com um notável poder de revitalização dos ideais emancipatórios, de politização e de convergências das suas diversas expressões concretas (GAIGER, 2004, p. 373).

No entanto, o autor pondera suas análises em relação à constituição de um outro modo de produção a partir da economia solidária. Mesmo admitindo que essas formas de produção pudessem se expandir, a capacidade das mesmas de superar o capitalismo é uma possibilidade distante (GAIGER, 2007).

Gaiger (2004) coordenou um estudo entre 1999 e 2003 no qual os empreendimentos econômicos solidários foram definidos como unidade de análise da economia solidária. São iniciativas associativas que congregam princípios que, em geral, giram em torno da autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autosustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

O autor combina em suas análises as ideias de interesse coletivo e de reciprocidade, destacando características promissoras da economia solidária, tais como: a) seus princípios

intrínsecos não a impedem de competir no mercado, portanto não se torna necessário aguardar dissolução da economia de mercado para que ela exista e gere benefícios; b) sob o ponto de vista da eficiência, possui vantagens relativas, seja devido à motivação moral e material dos sócio-trabalhadores, seja devido à sua capacidade adaptativa diante de mercados voláteis e fragmentados; c) sua difusão engendra um efeito imediato de distribuição da propriedade e de democratização da economia com estímulos para o crescimento e a redução das desigualdades; d) gera simultaneamente benefícios sociopolíticos, como a extensão da cidadania e da participação, contrapondo-se a desigualdades econômicas (GAIGER, 2004).

Os empreendimentos seriam uma forma de atenuar a sujeição dos trabalhadores à economia dominante, ampliando a perspectiva referente às relações assalariadas e, portanto, de subordinação e expropriação, a eles ordinariamente reservadas (GAIGER, 2004). Tanto o autor quanto Singer pontuam como questão decisiva a luta social implícita nesse processo em que as vontades dos cidadãos trabalhadores são claramente pronunciadas.

Com uma análise muito próxima à interpretação de Singer, Nuñez (2007) reforça o princípio de autogestão, mas o associa à economia popular para construção de um projeto associativo. As unidades autônomas dessa abordagem estão comprometidas com o benefício comum dos seus participantes, reunindo características para a construção do que o autor denomina economia popular, associativa e autogestionária.

A economia popular e sua expressão associativa e autogestionária se desenvolve, por um lado, rompendo com as relações capitalistas de produção no interior das empresas capitalistas, como projeto autogestionário dos trabalhadores, mas por outro lado se cultiva a si mesma conformando-se no interior da economia mercantil simples, associando-se entre eles para escalar e competir na economia em seu conjunto. Assistimos pois, por várias razões, à formação ou fortalecimento de uma economia popular, quer dizer, uma economia composta de produtores-trabalhadores, que batalham entre a lógica do capital e a lógica das necessidades, que se organiza para se defender da competência capitalista e que desenvolve formas comunitárias, cooperativistas, associativas e autogestionárias (NUÑEZ, 2007, p. 112, tradução nossa)¹⁸.

Os bens e as mercadorias são produzidos e consumidos pelo trabalho em função do trabalho. Esse projeto também incorpora os debates sobre economia doméstica, campo

¹⁸ La economía popular y su expresión asociativa y autogestionaria se gesta, por un lado, rompiendo con las relaciones capitalistas de producción al interior de las empresas capitalistas, como proyecto autogestionario de los trabajadores, pero por otro lado se cultiva a sí misma conformándose al interior de la economía mercantil simple, asociándose entre ellos para escalar y competir en la economía en su conjunto. Assistimos, pues, por varias razones a la formación o fortalecimiento de una economía popular, es decir, una economía compuesta de productores-trabajadores, que batalla entre la lógica del capital y la lógica de las necesidades, que se organiza para defenderse de la competencia capitalista, y que desarrolla formas comunitarias, cooperativistas, asociativas y autogestionarias.

predominante feminino e muitas vezes invisível aos estudos dessa natureza. Essas relações são solidárias tanto na produção como no consumo e, a partir da economia popular, é possível a gestação de novos sujeitos econômicos (NUÑEZ, 2007).

Segundo o autor, a autogestão está presente como livre exercício de participação democrática dos indivíduos nas unidades econômicas, possibilitando o controle dos excedentes gerados, rompendo com relações de poder e exploração. Em conformidade com os apontamentos de Gaiger (2007) e Singer (2003a, 2007), é sugerida uma ligação entre gestão do trabalho e gestão política que seria benéfica aos trabalhadores.

No entanto, diferente do que defende Singer (2003a), essa seria uma proposta conjuntural e não estrutural, que se apresenta como alternativa de sobrevivência das maiorias pobres da periferia, no caso abordado por Nuñez, na Nicarágua. Apesar de ser um projeto de resistência popular, sua vinculação à estratégia de transformação social de forma totalizante demandaria mais tempo.

Nuñez ainda compartilha com Gaiger (2007) e Singer (2003a) a importância da promoção de estratégias econômicas e políticas para fomento e apoio da economia solidária. Para crescer, mesmo sob domínio do capitalismo, essa economia deve estar interligada com movimentos sociais, a fim de pressionar o Estado e a sociedade por políticas públicas de apoio. Trata-se de um projeto de sociedade democrática e como o autor conclui: um socialismo libertário.

O enfoque associativo e autogestionário pertence então a um projeto e a uma estratégia de emancipação social que busca como construir um poder alternativo, uma economia alternativa, uma sociedade alternativa, enfim, uma cultura e uma civilização alternativas (NUÑEZ, 2007, p. 144, tradução nossa)¹⁹.

Singer (2003a) e Nuñez (2007), mesmo discordando em certos pontos, apresentam semelhanças especialmente no que diz respeito ao projeto de trabalho associado e de autogestão e à contraposição ao capitalismo. Os dois enfatizam a importância de elementos pragmáticos nessa construção, o que representa um longo caminho, cheio de contradições, resistências e consolidações de estruturas materiais para a autonomia dos trabalhadores.

Coraggio (2007b), em uma outra vertente interpretativa, se apoia na lógica da economia popular como possibilidade de construção do que ele denomina economia do trabalho. Ele parte do pressuposto de que a economia real é mista e composta por três

¹⁹ El enfoque asociativo y autogestionario pertenece entonces a un proyecto y a una estrategia de emancipación social, que busca como construir un poder alternativo, una economía alternativa, una sociedad alternativa, en fin, una cultura y una civilización alternativas.

subsistemas: economia empresarial capitalista (empresas de capital voltadas para acumulação sem limites); economia pública (organizações jurídico-administrativas voltadas ao bem comum, governabilidade, acumulação de poder político); economia popular (com base nas unidades domésticas ou em suas extensões, orientadas para reprodução ampliada de vida de seus membros).

É importante que, como ponto de partida, visualizemos a totalidade na qual este setor está situado. Essa economia popular, inorgânica, anômica, empobrecida, atravessada por contradições internas, confronta-se com dois outros sistemas (não meros conjuntos). De um lado, o sistema da *economia empresarial capitalista* que, mesmo tendo fortes contradições em seu interior, é muito mais orgânico e conta com uma forte estruturação e institucionalização nas suas frações mais centralizadas. Do outro lado, o sistema da *economia pública*, altamente institucionalizado, ainda que com contradições internas nos níveis inter e intrajurisdicional, e que vem passando atualmente por um processo ainda incompleto de reforma, comandado a partir do programa neoliberal (CORAGGIO, 2000, p.109).

Embora Nuñez se esforce em articular a autogestão com a economia popular, Coraggio (2000, 2007b) é o autor cuja obra é reconhecidamente vinculada aos estudos latinoamericanos, que tratam da questão da economia popular. Através de um estudo da dinâmica de sobrevivência de um conjunto significativo de trabalhadores populares, que são excluídos socialmente e sobrevivem fora do mercado de trabalho formal, ele busca estabelecer parâmetros para o projeto de uma outra economia.

Não só a situação atual é má, como, pior ainda, as expectativas de mudança são muito poucas. Sendo assim, as pessoas passam a procurar “algum emprego”, um emprego qualquer, para fazer qualquer coisa, mesmo que não tenha nada que ver com suas capacidades e sua trajetória como trabalhador. Empregos precários ou abertamente informais – pela jornada excessiva, pelo baixo salário, pela ausência de serviços vinculados à previdência social – acabam sendo aceitos. A perda do poder relativo da classe e de suas organizações faz com que os trabalhadores tenham pouca capacidade de discutir até mesmo as condições do processo de trabalho. Procura-se, então, algum trabalho, ou alguma “renda”, mesmo que seja através de salário (CORAGGIO, 2000, p. 92).

Coraggio (2007b) descreve a economia popular como o conjunto de relações e organizações que estão baseadas na reprodução da vida em que a unidade doméstica ocupa lugar principal. Ele define essa unidade como “[...] a modalidade de unidade doméstica mais generalizada – mesmo que não a única – é a família, nuclear ou extensa, e com base em relações de consanguinidade e afinidade” (CORAGGIO, 2000, p. 94). Assim, cada unidade doméstica é um grupo de indivíduos que estão ligados, a fim de se sustentarem de forma solidária e cotidianamente, por meio da obtenção e a distribuição das condições materiais necessárias para a reprodução imediata de seus membros (CORAGGIO, 2007b, p. 172).

Dessa forma, a economia popular é formada por diversos atores que compartilham recursos e articulam estratégias, explícitas ou implícitas, para reproduzirem a vida coletiva e satisfazerem a necessidade de todo o conjunto envolvido. A reprodução depende do que o autor denomina fundo do trabalho, que é composto por recursos das unidades domésticas e representa o conjunto de capacidades dos membros de cada núcleo em obter produtos ou trabalhar para consegui-los, de forma que suas necessidades sejam satisfeitas. Como o objetivo é alcançar a reprodução vital de todos os componentes, a contribuição para o fundo pode ser realizada de diversas maneiras.

Assim como a empresa é a forma prototípica da economia capitalista, a unidade doméstica é a célula típica da economia popular, com uma diferença fundamental: seu comportamento implica na reprodução da vida e não da ganância. A sobrevivência pode se dar de duas maneiras. Uma seria apenas o mínimo para a reprodução das famílias ou das unidades domésticas. A outra envolve a ideia de reprodução ampliada, que denota uma melhoria estrutural na qualidade de vida de uma família ou um grupo (CORAGGIO, 2007b).

Com base nessas definições, Coraggio (2000) sugere que, através da economia popular, é possível que surjam estruturas mais eficazes e eficientes para a reprodução da vida, orientada a partir de um paradigma de desenvolvimento humano. O autor não propõe um novo sistema totalizador que substitua o capitalista, mas um sistema misto, composto por três subsistemas, um dos quais é o conjunto integrado das múltiplas atividades econômicas de produção e reprodução comandadas pelos trabalhadores. A denominação “economia do trabalho” reforça o fato de que o trabalho é o principal recurso, mesmo que não seja o único (CORAGGIO, 2007b, p. 121).

A economia do trabalho deve articular uma diversidade de formas de organização, diferentes do modelo da firma capitalista. Toda uma variedade de empreendimentos, individuais, cooperativos, de tipo mercantil e de tipo não mercantil, devem ser promovidos. Seria um erro pretender que houvesse apenas uma única forma de se reorganizar a economia popular (CORAGGIO, 2000, p.121).

Coraggio (2000) reconhece, no entanto, que a construção da economia do trabalho não é uma tarefa fácil e que envolve lutas políticas e culturais, além de depender de um forte aporte de recursos para obter resultados em larga escala. Para tanto, são fundamentais programas de incentivo do Estado, assim como mudanças no sistema de educação. A escola representa um elo fundamental para ensinar a participação, a democracia e a solidariedade.

Outra autora latinoamericana, que trabalha com argumentos em torno da economia popular e da reprodução ampliada da vida, é Tiriba (2007). Em forte convergência com

estudos de Coraggio (2007b, 2000), ela propõe a concentração dos debates na questão do trabalho e da educação.

Do ponto de vista político e ideológico, os pressupostos, que assinalam os marcos fundamentais de uma cultura de trabalho de novo tipo seriam as relações de produção caracterizadas pela perspectiva do valor de uso e não de troca, pelas quais o trabalhador recupera o sentimento de produtor e sujeito-criador de si mesmo e da história e nas quais tendem a diluir-se a propriedade individual dos meios de produção e a hierarquia assegurada pelos que ‘sabem’. Uma nova cultura teria como requisitos a desmercantilização da força de trabalho e um processo de desalienação do trabalhador em relação ao produto, ao processo e a si mesmo como trabalhador²⁰ (TIRIBA, 2007, p. 200, tradução nossa).

Para a mudança dessa cultura do trabalho, é preciso uma atuação de organizações e movimentos populares a partir de formas democráticas e participativas. Segundo Tiriba (2007), ainda não há empreendimentos que podem ser caracterizados sob essa perspectiva, mas são reais as iniciativas de reação dos trabalhadores, através de formas de subsistência e de reprodução ampliada da vida, mediante a crise de emprego. Não há modelo predeterminado para essa nova cultura do trabalho, embora organizações econômicas populares pareçam espaços férteis para isso (TIRIBA, 2007).

A visão apresentada por Tiriba (2007) valoriza o espaço da mulher no trabalho e destaca a solidariedade como elemento fundamental para convivência cotidiana das classes populares. A ampliação do trabalho associado, nas comunidades e, em nível local, também contribui para a construção de alternativas à lógica do capital, pois é no espaço local e comunitário, que podem ser construídas novas formas de convivência, a partir da solidariedade no sentido da preservação da própria vida (TIRIBA, 2007).

Nessa nova cultura do trabalho, a figura do chefe-proprietário dos meios de produção é negada e o trabalhador comprometido com o coletivo e com seus companheiros é ressaltado. Em consonância com parte dos argumentos de Singer (2003a), a autora ressalta que a autogestão é um princípio, mas também um desafio, especialmente no que se refere ao rompimento de alguns paradigmas do mundo do trabalho, como a concentração de poder. Por outro lado, as organizações solidárias são espaços privilegiados de formação dos trabalhadores em processos pedagógicos dessa nova cultura (TIRIBA, 2007).

²⁰ Desde el punto de vista político e ideológico, los supuestos que nos señalan los marcos fundamentales de una cultura de trabajo de nuevo tipo serían las relaciones de producción caracterizadas por la perspectiva del valor de uso y no del valor de cambio, por las cuales el trabajador recupera el sentimiento de productor y sujeto-creador de sí mismo y de la historia y en las cuales tienden a diluirse la propiedad individual de los medios de producción y la jerarquía asegurada por los que ‘saben’. Una nueva cultura tendría como requisitos la desmercantilización de la fuerza de trabajo y un proceso de desalienación del trabajador en relación al producto, al proceso y a sí mismo como trabajador.

Trata-se de repensar a escola e de ampliar os espaços educativos que promovam novos conhecimentos e novas práticas sociais. Para tanto, um dos pontos de partida é compreender a produção associada como instância educativa, aprendendo com os trabalhadores acerca das formas mediante as quais buscam gestionar seus empreendimentos. [...] A finalidade educativa é a busca, mediante a práxis, de um novo trabalho, de um novo sentido para o trabalho e para convivência humana. [...] A solidariedade só pode se tornar um valor real, na medida em que ela reflita na própria organização do trabalho e em outras instâncias de relações de convivência (Tiriba, 2007, p. 214, tradução nossa)²¹.

Tiriba (2007) ressalta que é necessário que trabalho e educação popular, formação geral e específica, com objetivos econômicos, sociais e educativos estejam interligados. As organizações econômicas populares geralmente apresentam limitações em relação à remuneração dos trabalhadores. De acordo com outros autores que foram citados anteriormente, a luta, em espaços públicos e, em fóruns para fortalecimento desses empreendimentos, é fundamental. Da mesma forma, há a necessidade de promoção de novas tecnologias que favoreçam o desenvolvimento desse modelo visando à construção de meios de prosperidade segundo um marco ecológico, autônomo e independente. A potencialidade da economia popular está, portanto, no espaço educativo de vivências que não só atenua o desemprego, mas possibilita outras relações econômicas e sociais (TIRIBA, 2007).

Numa versão cristã da economia da solidariedade, Razeto (2007) é um dos primeiros autores latinoamericanos a vincular e debater solidariedade na economia. Ele relata as reações de surpresa, quando apresentou esse termo, na década de 1980. Pensar a solidariedade na economia parecia algo impossível. No entanto, a partir de um discurso ético e religioso, esse projeto representa a necessidade de inserir a solidariedade na teoria e na prática da economia, nos diversos ciclos econômicos de produção, distribuição, consumo e acumulação. Isso significa uma nova racionalidade econômica. Sob essa perspectiva, a solidariedade estará nas empresas, no mercado, no setor público, nas políticas econômicas, no consumo, nos gastos sociais e pessoais, entre outros.

Na compreensão de Razeto (2007), a economia da solidariedade não é completamente oposta à economia de empresas e a de mercado, mas opera com racionalidade não apenas instrumental, mas também orientada por outros valores. Não seria necessário abolir o mercado, mas corrigir suas práticas introduzindo solidariedade. A fim de avançar nesses

²¹ Se trata de repensar la escuela y de ampliar los espacios educativos que promuevan nuevos conocimientos y nuevas prácticas sociales. Para ello, uno de los puntos de partida es comprender a la producción asociada como instancia educativa, aprendiendo con los trabajadores acerca de las formas mediante las cuales buscan gestionar sus emprendimientos. [...] La finalidad educativa es la búsqueda, mediante la praxis, de un nuevo trabajo, de un nuevo sentido para el trabajo y para la convivencia humana. [...] La solidaridad sólo puede volverse un valor real, en la medida que se refleja en la propia organización del trabajo y en otras instancias de las relaciones de convivencia.

propósitos, o autor descreve alguns caminhos para esse projeto, tal como a solidariedade com os pobres, a cooperação entre os trabalhadores, a participação social, a busca pela transformação social, o desenvolvimento sustentável e os critérios ecológicos, a valorização da mulher e da família, o resgate dos povos antigos e tradicionais e o caminho espiritual.

Assim como Razeto (2007), outros autores também discutem, seja através da raiz teológico crítica ou à luz da ética cristã, a economia solidária em prol da vida (economia da vida) e do trabalho (DUCHOROW; HINKELAMMERT 2007; LISBOA, 2007). Essas duas abordagens complementam o que Coraggio (2007a) denomina vertente da teologia da libertação. Sua importância está em sua relação com a prática. No Brasil, por exemplo, parte significativa das ações do movimento de economia solidária é influenciada por entidades vinculadas à tradição cristã.

Após essa visão geral e sintetizada das principais vertentes teóricas e conceituais acerca da economia solidária na América Latina, é possível afirmar que a pesquisa é influenciada predominantemente pelas vertentes da economia popular e solidária. Os estudos latinoamericanos sobre economia solidária vêm ultrapassando fronteiras e encontrando ressonância também em outros continentes, como o africano, fato que não será aprofundado neste trabalho. Característico nesse debate são as interpretações que pressupõem uma mudança social e uma emancipação do trabalho. A realidade do continente latinoamericano diferencia-se dos contextos europeu e do Quebec e, por isso, é possível demarcar diferenças essenciais entre as vertentes anteriormente apresentadas, além de discutir pontos convergentes.

Estudiosos da economia solidária no Brasil e, em várias partes do mundo discordam naturalmente quanto às conclusões que podem ser tiradas desse tema. Há aqueles que defendem tais fenômenos como portadores de ideias de emancipação do trabalho, outros veem como limitada a capacidade de transformação social. É possível encontrar também reflexões que destacam papéis e funções sociais que colaboram com transformações introduzidas por princípios neoliberais, como o trabalho mal pago e destituído de direitos.

2.4 Considerações Finais

As concepções teóricas e interpretações em torno da economia solidária são variadas e implicam realidades muito diversas. As vertentes elucidadas neste capítulo demonstram

também as variações na terminologia empregada para caracterizar fenômenos sociais que, de forma geral, compartilham elementos comuns.

Entre os pontos recorrentes, é necessário ressaltar que, em todas as elaborações conceituais apresentadas neste capítulo, identifica-se, de alguma forma, a discussão acerca da crise do capitalismo hegemônico. Em maior ou menor grau, as iniciativas são caracterizadas por alguma forma de contestação, uma vez que os movimentos sociais se articulam, muitas vezes até em contextos internacionais, à procura de outras formas para organizar a economia. Há também evidências demonstrando a pluralidade da economia nos continentes europeu e americano, sendo que entre os dois é possível encontrar pontos semelhantes, mas também formas muitíssimo diferenciadas. A ideia de solidariedade, os debates sobre democracia, o princípio da autogestão, o associacionismo e suas raízes históricas aparecem como fundamentos de muitas análises de diferentes vertentes teóricas.

A maior divergência entre as interpretações teóricas encontra-se nas diferentes perspectivas sobre reforma, adaptação e transformação social. Muitas análises exprimem a diferença entre as vertentes europeia e latinoamericana. Enquanto as reflexões sobre empresa e economia social traduzem tendências reformistas, parte dos teóricos latinoamericanos procura não só refletir sobre conceitos de mudanças e emancipação social, mas também analisar projetos populares, associativos e autogestionários, considerando-os como oportunidades de transformação social. O papel do trabalho e dos trabalhadores também é ponto pouco convergente. A principal diferença está na compreensão do trabalhador como protagonista de iniciativas autogestionárias ou como beneficiário de ações de inclusão social.

Segundo a análise apresentada neste capítulo, é possível identificar três correntes principais presentes no quadro interpretativo da economia solidária. Cada uma dessas vertentes pode ser delimitada segundo pontos considerados como comuns.

Quadro 1 – Síntese dos principais conceitos do campo da economia solidária

| Denominação | Vertentes | Principais características |
|---------------------------|--------------------------------|---|
| Economia Solidária | <i>Pluralidade da economia</i> | Essa vertente ressalta o princípio de pluralidade da economia inscrito no associacionismo revolucionário e no debate de aproximação entre economia e política. Ressalta-se a reciprocidade e a importância dos espaços públicos de proximidade para uma economia baseada na democracia. |
| | <i>Autogestão</i> | Essa vertente destaca a economia solidária como possibilidade de construção de outro modo de produção a partir da posse coletiva dos meios de produção e da autogestão do trabalho. |
| Economia Social | <i>Tradicional</i> | Essa vertente pode ser caracterizada a partir da interpretação de terceiro setor na Europa e está vinculada às atividades complementares no Estado de bem-estar social . As organizações típicas são cooperativas, associações e empresas mutuais. |
| | <i>Inovação Social</i> | Inspirada na experiência do Quebec, essa vertente valoriza a organização comunitária e a participação da sociedade civil na constituição de experiências em áreas diversas como: projetos ecológicos, culturais, de inserção social, de mulheres, de desenvolvimento sustentável etc. |
| | <i>Empresas Sociais</i> | Também inscrita principalmente no contexto europeu, essa vertente engloba as experiências de empresas que têm como principais características a articulação entre objetivos sociais e econômicos. |
| Economia Trabalho | <i>Economia Popular</i> | Essa vertente é destaque na América Latina onde se percebe a economia popular como base para construção de formas de reprodução de vida ampliada e outras relações no campo da organização do trabalho. |

Fonte: Elaborado pela autora

3 AS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA NA EUROPA, FRANÇA E QUEBEC

Os conceitos sobre a economia solidária são variados e envolvem especificidades em função das realidades socioeconômicas em que estão inseridos, conforme foi ressaltado no capítulo anterior. A aproximação entre teoria e prática busca compreender quais elementos predominam na análise das iniciativas solidárias e os desafios interpretativos compreendidos nesse processo, suas ambiguidades e contradições. Neste capítulo, serão apresentadas experiências de diferentes países, identificando suas principais características e relacionando-as com diferentes correntes teóricas.

As iniciativas tratadas compreenderão a economia solidária na Europa, segundo as concepções de espaços públicos de proximidade e de empresas sociais. Serão analisados também os casos da França e do Quebec, destacando a conformação dos movimentos sociais e das políticas públicas nesses territórios. Além disso, busca-se compreender as relações dos atores sociais implicados nessa construção.

3.1 Economia solidária na Europa: experiências de serviços de proximidade e de empresas sociais

No capítulo anterior, foram discutidas duas concepções que podem ser destacadas na Europa: a vertente francófona de economia solidária e as análises referentes às empresas sociais. Na primeira corrente, a perspectiva da economia plural sob o impulso recíproco contribui para as interpretações do que Laville (2010a) denomina como iniciativas locais e de serviços de proximidade. Da mesma forma, Defourny (2009c) apresenta o conceito de empresa social referindo-se às organizações que combinam objetivos sociais e econômicos.

Nesta seção, partindo desses dois quadros interpretativos, serão apresentadas experiências que compreenderão análises de Gardin e Laville (2010) sobre iniciativas locais e dos serviços de proximidade e um estudo sobre empresas sociais em 15 países europeus, de acordo com Defourny (2009c).

Gardin e Laville (2010) destacam que o surgimento dos serviços de proximidade e iniciativas locais relaciona-se às mudanças sociodemográficas ocorridas em boa parte dos países do continente europeu. De acordo com os autores, o envelhecimento da população, as novas configurações das estruturas familiares e o aumento do emprego feminino são pontos importantes para a construção dessas organizações. Os novos movimentos sociais também

contribuem com isso, pois mobilizam novas demandas e serviços que envolvem preocupações que não eram muito evidenciadas, como a preservação ambiental, por exemplo. A busca pela qualidade de vida ajuda a ampliar as atividades locais de vizinhança, ou seja, aquelas que os autores denominam por proximidade.

As redes da sociedade civil, organizadas em cooperativas ou associações, foram fundamentais para a construção dessas inovações socioeconômicas. Nesse campo, podem ser destacadas as experiências das cooperativas de cuidado de crianças na Suécia, as cooperativas de solidariedade voltadas à inserção no mercado de trabalho na Itália e as cooperativas de vocação social na Espanha (GARDIN; LAVILLE, 2010).

Segundo os autores, alguns países como a Alemanha e a Áustria já tinham uma forte tradição de colaboração entre os poderes públicos e as associações, mas essas parcerias se renovaram em alguns setores. A principal crítica aos serviços prestados anteriormente centrava-se no formato padronizado dos mesmos. Na França e na Bélgica, esse movimento de renovação priorizou o respeito e a participação do usuário. No contexto francês, por exemplo, as creches parentais começaram a envolver os pais na socialização das crianças, rompendo alguns paradigmas tradicionais sobre o cuidado infantil. No Reino Unido, podem ser destacadas as experiências de transporte comunitário que buscavam atenuar a falta de transporte adaptado para pessoas com deficiência e aumentar as opções de transporte em nível local (GARDIN; LAVILLE, 2010).

Gardin e Laville (2010) identificam ao menos três dinâmicas socioeconômicas que se destacam nesse campo. A primeira representa a constituição de novos serviços ou adaptação daqueles já existentes, a partir da participação da sociedade civil. A segunda consiste na realização de ações direcionadas pela vontade ou necessidade coletiva, como os exemplos das empresas de inserção de desempregados, as creches parentais e os serviços para idosos ou deficientes. A terceira dinâmica compreende a criação de atividades em territórios fragilizados e aqueles que buscam ser valorizados em suas especificidades locais, como o caso da Grécia, através das cooperativas agroturísticas ou o exemplo francês da associação de manutenção da agricultura camponesa.

A abrangência dessas iniciativas também é variada, com destaque para os serviços de vida cotidiana, como a guarda de crianças e a ajuda aos jovens em dificuldades de inserção; os serviços direcionados à infraestrutura comunitária, como os processos de melhoramento da habitação ou da segurança de determinada localidade, a organização de transportes coletivos locais, a revalorização dos espaços públicos, entre outros. Da mesma forma, é possível identificar os serviços voltados à cultura e ao lazer que envolvem o turismo, a valorização do

patrimônio cultural, o desenvolvimento local e esportivo. Por fim, os serviços ambientais se caracterizam pela preocupação ecológica na gestão de dejetos e da água e da proteção e o apoio às áreas naturais (GARDIN; LAVILLE, 2010).

Não há um levantamento exaustivo sobre tais experiências, mas os autores afirmam que essas dinâmicas estão inseridas no contexto de crise da sinergia entre Estado e mercado. Essas novas modalidades de serviços incorporam impulsos recíprocos que podem ser internos aos grupos ou exercidos por pessoas de fora. Ambos os casos preenchem o espaço e o tempo cotidiano dos indivíduos envolvidos. A inovação dessas iniciativas se apoia no processo voluntário de construção de demandas e soluções sem a mediação redistributiva do Estado. A reciprocidade está na resolução de problemas da esfera pública por atores coletivos empenhados em mudanças, gerando as condições necessárias para a manifestação de demandas e de oferta de soluções (GARDIN; LAVILLE, 2010).

Os serviços de proximidade envolvem as práticas cotidianas, as trocas simbólicas, a trama da vida local, as aspirações, os valores e os desejos dos seus usuários e organizadores. Essas iniciativas são consideradas multiformes, pois representam espaços nos quais a demanda e a oferta são ajustadas de maneira recíproca. A pertinência desses serviços depende da associação dos seus usuários em prol de questões concretas dos cidadãos comuns (GARDIN; LAVILLE, 2010).

Tais experiências possibilitam processos de aprendizagem, de construção de identidades coletivas e de pertencimento. Trata-se de ambientes nos quais o exercício da participação e da democracia está em evidência. A manifestação quanto aos problemas locais relacionados à vida cotidiana possibilita a construção de soluções e seus efeitos são facilmente observáveis. Isso representa o que Gardin e Laville (2010) denominam hibridação entre as economias.

Em suma, os serviços de proximidade podem ser definidos como os serviços que, a partir de um impulso recíproco, operam uma construção conjunta da oferta e da demanda cuja consolidação passa pela combinação entre os princípios do mercado e da redistribuição. A originalidade dos serviços de proximidade assim como as dificuldades que eles enfrentam reside na articulação sustentável entre reciprocidade, mercado e redistribuição que eles buscam realizar no seio das unidades micro-econômicas. A abordagem de serviços sociais contida nos serviços de proximidade repousa na busca de autonomia por expressão recíproca e pela multi-dependência através da mobilização de recursos não monetários, mercantis e não mercantis reunidos em uma mesma unidade de produção de serviço submetido à necessidade de equilíbrio de gestão para se consolidar. A aposta é a da elaboração, em torno de projetos coletivos de ativistas, de instituições abertas à

complementaridade entre três economias que foram anteriormente separadas. (GARDIN; LAVILLE, 2010, p.98-99, tradução nossa).²².

Os autores ressaltam estatutos jurídicos que reconhecem a legitimidade dessas iniciativas com objetivo social na Europa, como o caso da Bélgica que, em 1997, criou a sociedade de finalidade social e o da França que, em 2003, aprovou uma legislação própria para cooperativas de interesse coletivo. Apesar dos desafios legais, a lógica de hibridação de recursos é a característica mais importante desses projetos. Tais iniciativas podem representar formas de geração de trabalho por meio de novos serviços de proximidade e de princípios coletivos, envolvendo relações democráticas. Essas experiências podem contribuir para uma visão ampliada da ação pública na qual o diálogo entre sociedade civil e poder público é preponderante (GARDIN; LAVILLE, 2010).

Já Deuforny (2009c) analisa, com base no conceito de empresas sociais, dados do primeiro estudo coordenado pela EMES em 15 países europeus, no período de 1996 a 1999. A pesquisa envolveu experiências de três campos: serviços pessoais, formação e reintegração através do trabalho e desenvolvimento local.

Na análise do autor, o campo dos serviços sociais equivale aos serviços de proximidade, descritos por Gardin e Laville (2010). Defourny (2009c) afirma que essas experiências mobilizam recursos adicionais ao mercado e ao Estado. Nesse domínio, destacam-se as cooperativas italianas que prestam serviços sociais destinados a pessoas com deficiência, idosos, usuários de drogas e jovens com problemas familiares e as cooperativas de cuidado domiciliar, no Reino Unido.

Na Dinamarca, muitas empresas sociais são consideradas híbridas por envolver, em uma mesma iniciativa, as ações de trabalho social, de desenvolvimento comunitário e de atividades produtivas. Já na Suécia, as cooperativas de trabalho social estão direcionadas aos antigos doentes das instituições de cuidado mental e pessoas com deficiência. Essas iniciativas são constituídas segundo a ideia do empreendedorismo incentivada por agências locais de desenvolvimento cooperativo. No geral, tais experiências não geram empregos

²² En somme, les services de proximité peuvent être définis comme *des services qui, à partir d'une impulsion réciprocaire, opèrent une construction conjointe de l'offre et de la demande dont la consolidation passe par la combinaison avec les principes du marché et de la redistribution*. L'originalité des services de proximité autant que les difficultés qu'ils affrontent tiennent à l'articulation durable entre réciprocaire, marché et redistribution qu'ils cherchent à réaliser au sein d'unités micro-économiques. L'approche des services sociaux contenue dans les services de proximité repose sur la recherche de l'autonomie par l'expression réciprocaire et par la multi-dépendance à travers la mobilisation de ressources non monétaires, marchandes et non marchandes rassemblées dans une même unité de production de services soumise à la nécessité d'équilibre de gestion pour se pérenniser. L'enjeu est celui de l'élaboration, autour de projets collectifs d'acteurs de changement, d'institutions ouvrant à la complémentarité entre trois économies qui ont été antérieurement séparées.

tradicionais, mas postos de trabalho para um determinado público. Em Portugal, as cooperativas para a formação e a reabilitação de crianças deficientes foram inicialmente organizadas como escolas especiais. Gradualmente, elas passaram a focar a geração de emprego, principalmente para os alunos que cresciam e precisavam trabalhar.

As empresas sociais podem representar espaços de integração profissional de pessoas com deficiência, por exemplo, ou ambientes de transição que têm como objetivo a reintegração ao mercado de trabalho de pessoas socialmente excluídas, como usuários de drogas, presos, jovens, entre outros. Esses dois princípios podem ser identificados em iniciativas da Itália, Bélgica, Luxemburgo, Grécia e Espanha. Nesse último país, o recolhimento de resíduos e as atividades de reciclagem são particularmente importantes. Assim, tais experiências oferecem empregos estáveis ou trabalhos temporários como etapa para reintegração ao mercado de trabalho (DEFOURNY, 2009c).

Defourny (2009c) destaca ainda que as empresas sociais podem estar inseridas em dinâmicas de desenvolvimento local, especialmente em áreas desfavorecidas. É possível destacar as iniciativas de serviços de proximidade e empresas comunitárias que envolvem a participação das populações locais. Algumas dessas experiências são descritas no quadro a seguir:

Quadro 2 - Exemplos de empresas sociais em 15 países da União Europeia

| Setores | Países | Exemplos |
|--------------------------|-------------|--|
| SERVIÇOS PESSOAIS | Áustria | Serviços de acolhimento de crianças com envolvimento dos pais. |
| | França | Creches parentais lideradas e geridas pelos pais e que prestam serviços de acolhimento de crianças. |
| | Dinamarca | Residências sociais concebidas como alternativa às instituições convencionais e destinadas às crianças e adolescentes com dificuldades. Concentram-se na formação e nos serviços de assistência. |
| | Reino Unido | Cooperativas que empregam seus membros, principalmente mulheres chefes de família, em regime de tempo parcial. |
| | Suécia | Agências locais de desenvolvimento cooperativo cujo objetivo é reabilitar e reintegrar pessoas com deficiência mental. |
| | Itália | Cooperativas da área de saúde, de formação ou de serviços pessoais, operando dentro do quadro jurídico adotado pelo Parlamento nacional da Itália, em 1991. |
| | Portugal | Cooperativas para o treinamento e a reabilitação de crianças deficientes. |
| | Bélgica | Empresas de formação para o trabalho e empresas de inserção. |
| | Itália | Cooperativas ativas no domínio da integração do trabalho de indivíduos em situações precárias, também operando |

| | | |
|---|---------------|--|
| TREINAMENTO E INSERÇÃO DE TRABALHO | | dentro do quadro jurídico adotado pelo Parlamento nacional da Itália, em 1991. |
| | Alemanha | Empresas sociais orientadas para criar empregos e promover o desenvolvimento econômico que visa à integração social e profissional de desempregados de longa duração. Os empregos são criados, quer em empresas privadas existentes ou em iniciativas de novas empresas. |
| | Luxemburgo | Associações (e às vezes cooperativas) que proporcionam aos seus membros a integração nas atividades econômicas em diversos campos, como a agricultura, a construção, a reciclagem de resíduos etc. Na maioria dos casos, são projetos financiados pelo estado. |
| | Espanha | Empresas de integração ao trabalho de pessoas com deficiência ou excluídos do mercado de trabalho. Em ambos os casos, a tendência é o acesso ao emprego transitório com o intuito da inserção ao mercado convencional de trabalho. |
| DESENVOLVIMENTO LOCAL | Finlândia | Cooperativas de mão de obra, organizadas por região, que constituem uma importante alavanca para o desenvolvimento econômico em nível local e regional. |
| | Países Baixos | Empresas independentes que desenvolvem serviços de proximidade, fornecendo aos habitantes de bairros desfavorecidos oportunidades de realizar trabalho remunerado na manutenção e melhoria das residências privadas e na infraestrutura comunitária ou na prestação de serviços sociais na vizinhança. |
| | Grécia | Cooperativas de agroturismo que são criadas por mulheres que vivem nas áreas rurais com potencial turístico. As organizações prestam serviços de alojamento, restauração e artesanato. |
| | Irlanda | Empresas comunitárias que fornecem uma variedade de serviços, incluindo a habitação social, integração de trabalho, de crédito (cooperativas de crédito) e os serviços de proximidade etc. |

Fonte: Adaptado de Defourny, 2009c, p. 3

Segundo Defourny (2009c), não há uma pesquisa aprofundada sobre as empresas sociais, na Europa Central e Oriental. No entanto, em parceria com o PNUD, a EMES desenvolveu um estudo mais geral e simplificado sobre o potencial dessas iniciativas, nesses territórios. O trabalho foi realizado em colaboração com os pesquisadores locais e abrangeu seis novos países membros da União Europeia (Bulgária, República Checa, Estônia, Lituânia, Polônia e Eslovênia), dois países balcânicos (Macedônia e Sérvia) e quatro países da Comunidade de Estados Independentes (Bielorrússia, Cazaquistão, Rússia e Ucrânia) (Borzaga et al., 2008, apud Defourny, 2009c).

Esse estudo permitiu evidenciar algumas tendências gerais sobre os obstáculos quanto ao reconhecimento das empresas sociais nesses países. Essas iniciativas não são vistas com bons olhos, especialmente em função da conjuntura de transição econômica e social. As organizações coletivas e as cooperativas recebem pouco apoio ou reconhecimento. Há uma

concepção negativa em relação às experiências presentes nos antigos regimes comunistas. As empresas sociais são fortemente dependentes dos seus doadores e, geralmente apresentam uma visão limitada sobre quais papéis devem desempenhar. Muitas delas recebem recursos de agências financiadoras internacionais, como as norte-americanas. Embora essas associações surjam da sociedade civil, grande parte tem como verdadeira motivação a aquisição de financiamento como impulso para a sua criação (DEFOURNY, 2009c).

De acordo com Defourny (2009c), apesar dos problemas aos quais estão associadas, as empresas sociais demonstram potencial de crescimento nesses países. As cooperativas estão recuperando espaço em funções tradicionais e também novas. É possível citar a reemergência do cooperativismo de crédito na Lituânia e as iniciativas cooperativas em diferentes áreas na Polônia e no campo da habitação na Estônia. (Otsing 2004, apud Defourny, 2009c).

Novos tipos de organizações do terceiro setor também estão emergindo na Europa Central e Oriental, como as associações e fundações. Alguns países criaram "fundações abertas" e o ambiente jurídico aparece como bastante favorável. Na Hungria, por exemplo, as empresas de interesse público prestam serviços públicos, enquanto prosseguem as atividades econômicas para levantarem fundos para esses serviços. A Polônia, a Eslovênia, a República Checa e a Lituânia fornecem exemplos da aprovação de quadros jurídicos para as empresas sociais.

A descrição dessas iniciativas demonstra o surgimento e o crescimento dos serviços de proximidade (GARDIN e LAVILLE, 2010), assim como a ampliação das empresas sociais (DEFOURNY, 2009c) na Europa. No entanto, é importante destacar alguns pontos importantes na análise dessas experiências. A maioria das empresas sociais apresentadas nesse estudo adota formatos de cooperativas, que têm como diferencial a vinculação direta com ações sociais ou comunitárias. Entre essas atividades, destacam-se serviços de inserção ao mercado de trabalho, apoio às pessoas com deficiência, cuidado de crianças e ações de desenvolvimento local. Nesse ponto, fica evidente, que tanto sob o preceito de serviços de proximidade, como de empresas sociais, a vocação comunitária ou coletiva é o elemento diferencial em relação às organizações tradicionais da economia social.

O princípio democrático presente nas iniciativas apresentadas conduz a outro ponto importante nesse quadro de análise, na medida em que enfatiza a participação social no âmbito dessas experiências. Além disso, as formas de vinculação do trabalhador às empresas sociais podem ser híbridas, ou seja, essas organizações envolvem funcionários assalariados, voluntários, cooperados, entre outros.

Por fim, é importante ressaltar que, por meio da análise das práticas, os conceitos limitados teoricamente são flexíveis, já que transitam entre a economia solidária, ao utilizar os preceitos de Laville, (2010a; 2006) e as empresas sociais, ao incorporar a interpretação de Defourny (2009c).

3.2 A trajetória da economia solidária na França: movimento social, experiências econômicas e políticas públicas

O crescimento das iniciativas solidárias em todo o mundo, como ressaltado na introdução deste trabalho, relaciona-se com o contexto de crise do capitalismo, com as mudanças na estruturação do trabalho e com a manifestação de movimentos sociais em nível global em prol de outra economia. Esta seção será dedicada a compreender elementos da organização da economia solidária, no caso específico da França, buscando analisar os principais elementos dessa trajetória.

Segundo Hersent (2006), a economia plural é a principal perspectiva da economia solidária na França e suas iniciativas envolvem diferentes atores na luta contra as desigualdades sociais. Essas experiências buscam responder demandas coletivas pouco satisfeitas, tanto no âmbito do mercado, quanto no setor público. Como na abordagem do Quebec, a autora resalta que essas experiências têm uma forte dimensão de inovação social e podem envolver diversos campos como produção, consumo, poupança e trocas (HERSENT, 2006, 2011).

Essas iniciativas fazem a aposta de lutar concretamente contra as desigualdades sociais e territoriais possibilitando o desenvolvimento das capacidades de ação de pessoas engajadas. Seus atores se posicionam num movimento cidadão decidindo se organizar para implementar os serviços ou atividades de produção que respondem aos desejos sociais baseados em uma preocupação de interesse geral e de bem comum (HERSENT, 2011, p. 23, tradução nossa).²³

O movimento de economia solidária na França começou a se organizar em meados de 1990 com o objetivo inicial de construir uma identidade coletiva sobre o tema. De acordo com Hersent (2006), essa primeira mobilização ocorreu com a organização da Inter-Rede de

²³ Ces initiatives font le pari de lutter concrètement contre les inégalités sociales et territoriales en facilitant le développement des capacités d'action des personnes engagées. Leurs acteurs se positionnent dans une démarche citoyenne en décidant de s'organiser pour mettre en place des services ou des activités de production répondant à des besoins sociétaux dans un souci d'intérêt général et de bien commun.

Economia Solidária - IRES (*Inter-reseaux d'économie solidaire*), fundada em 1997, sendo sucedida pelo Movimento de Economia Solidária (MES), em 2002.

A Inter-Rede buscava representar as experiências da economia solidária, especialmente frente aos poderes públicos, em favor de mudanças em dispositivos legislativos e o desenvolvimento de políticas públicas. A rede tentou reunir diversas forças e construir projetos comuns, primando pela preservação da autonomia de cada um de seus participantes. As atividades desenvolvidas pela organização seguiam três eixos principais: finanças solidárias, comércio justo e estruturação das iniciativas solidárias. O coletivo envolvia pesquisadores, grupos de apoio e organizações internacionais em uma estrutura híbrida, democrática e participativa. A rede era aberta, voluntária e dependia do engajamento, disponibilidade e investimento de seus membros e entidades para a mobilização de suas ações (HERSENT, 2006).

Como descreve Hersent (2006), durante vários anos, a IRES desenvolveu atividades em três campos prioritários: desenvolvimento internacional, estruturação regional e comunicação. No contexto internacional, a autora destaca ações de cooperação com o Brasil e com o Quebec. Na província canadense, foi possível realizar uma parceria por três anos, permitindo o intercâmbio entre as duas regiões e a construção de plataformas de ação conjuntas. Na visão da autora, essa iniciativa possibilitou uma maior compreensão sobre a organização da economia solidária em outros países. Diferente das experiências do Quebec e do Brasil, que mantinham diálogo com o movimento sindical, por exemplo, no caso francês, essa articulação ainda era distante.

No âmbito local, as ações da IRES favoreceram a estruturação da Agência Regional de Desenvolvimento da Economia Solidária na região da Baixa Normandia. Da mesma forma, ocorreram aproximações com as câmaras regionais de economia social, embora essas ainda permaneçam limitadas quanto à participação de representantes da economia solidária. As atividades vinculadas à comunicação foram realizadas ao longo de todo o processo e tiveram como função favorecer a legitimidade e a visibilidade do movimento, assim como facilitar seu desenvolvimento (HERSENT, 2006).

Segundo Hersent (2006), a trajetória da rede foi marcada por diversas tensões e conflitos especialmente em relação a sua organização. Em 2000, fruto dos desentendimentos internos, a IRES se transformou em Movimento de Economia Solidária (MES), dando um caráter mais fluido à sua estrutura de representação. O movimento se manteve aberto e plural, buscando mobilizar alianças com diferentes entidades. Assim, o MES se relaciona com outras organizações, entre elas, o movimento altermundialista e o movimento da economia social.

O movimento altermundialista mobiliza esforços para sensibilizar um amplo público acerca da construção de “outro mundo”, conforme foi ressaltado em passagens anteriores. Um conjunto significativo de atores sociais se articula para promover alternativas à mundialização de caráter neoliberal. Na análise de Hersent (2006; 2011), isso tornou propícia a valorização das iniciativas econômicas solidárias. Em 2002, o Fórum Social Mundial inseriu a temática da economia solidária em sua programação, sendo que nos anos seguintes essas discussões já ocupavam mais de 10% dos debates de todo o evento. Essa experiência foi fundamental para a realização do Fórum Social Europeu de Paris/Saint Denis, em 2003, no qual o movimento de economia solidária desempenhou um papel importante (HERSENT, 2006; 2011).

O MES se relaciona também com organizações da economia social em nível europeu e francês, apesar das divergências quanto às suas representações. Segundo Hersent (2006), a economia solidária tem primado por formas e processos de democracia participativa, em uma dinâmica de contestação do modelo liberal que, em alguma medida, a economia social tem contribuído para fortalecer.

A economia solidária na França é composta por um conjunto diverso de iniciativas que envolve serviços de proximidade, desenvolvimento comunitário e inclusão social (HERSENT, 2006; 2011). Fraisse (2007) ressalta a variedade dessas experiências que podem envolver temas como a utilização de combustíveis menos poluentes, a construção ecológica de habitação, alimentação biológica, consumo responsável, agricultura camponesa, reciclagem, turismo solidário, difusão cultural, entre outros (FRAISSE, 2007, p. 3).

Parte dessas iniciativas está vinculada à gestão dos serviços urbanos de proximidade, como os “*Régies de Quartier*”, que funcionam como associações, que reúnem representantes dos coletivos territoriais e habitantes de uma determinada comunidade. Eles fazem a gestão dos bairros por meio de processos democráticos, utilizando recursos de origem diversa. Atualmente, há 138 organizações dessa natureza na França, com cerca de 65.000 assalariados (HERSENT, 2010).

Com atuação local, um grupo de mulheres se organizou para criar iniciativas econômicas solidárias segundo seus saberes tradicionais. Essa rede se denomina *Réactives* - Rede de atividades de economia solidária (*Reseau d'activités d'économie solidaire*). Nesse campo, destacam-se também experiências de educação popular e de sistemas de trocas locais - SEL (*Systèmes d'échanges locaux*) (HERSENT, 2006; 2010).

No setor cultural e artístico, a União federal de intervenção de estruturas culturais - UISC (*Union fédérale d'intervention des structures culturelle*) reúne pequenas iniciativas nas áreas de teatro e de música. Essas experiências funcionam com diferentes tipos de

financiamento. O comércio equitável é outra vertente importante na França, especialmente, pela construção de um sistema de solidariedade entre os consumidores do Norte e os produtores do Sul, como as iniciativas do grupo Artesãos do Mundo (*Artisans du Monde*) e *Minga* (HERSENT, 2010).

Atualmente, a agricultura camponesa tem se destacado na economia solidária francesa, mobilizando numerosos atores em reação ao produtivismo e aos alimentos produzidos com a utilização de agrotóxicos. A Associação para a manutenção da agricultura camponesa - *Amap* (*Associations pour le maintien de l'agriculture paysanne*), as cooperativas bio e alguns produtores independentes buscam escapar desse circuito dominante e são exemplos dessas experiências (HERSENT, 2010).

As finanças solidárias são igualmente reconhecidas, com destaque para iniciativas como a *Finansol* que financia projetos sociais, que não conseguiriam acessar o setor financeiro tradicional. Além de emprestar recursos, essas entidades acompanham a formação e o desenvolvimento desses grupos. Esse setor se amplia através das moedas solidárias, como a desenvolvida pelo projeto *SOL*. Destaca-se também o turismo solidário que aproxima produtores e consumidores segundo relações éticas e recíprocitárias (HERSENT, 2010).

De acordo com Hersent (2006), as experiências de economia solidária mobilizam diferentes cidadãos na realização de ações coletivas em prol do desenvolvimento social.

Numa sociedade estruturada de maneira vertical e cheia de barreiras, atravessada por lógicas de notáveis e de representantes oficiais, o movimento de economia solidária conseguiu ecoar uma pequena música diferente, permitindo conhecer sua especificidade transversal, horizontal, bem como seus modos de organização mais participativos que representativos. Ela destacou seus modos de organização mais próximos aos fóruns que dos congressos, isto é, modos de decisão repousado no consenso e baseado em engajamentos no cotidiano. Ela conseguiu a convergência de atores de culturas muito diferentes, como os movimentos tradicionais da economia social, as organizações de solidariedade internacional e o movimento altermundialista. É precisamente a mobilização de ações comuns, a passagem para ações concretas e coletivas que podem verdadeiramente construir outro mundo mais respeitoso das mulheres e dos homens, bem como de seu meio ambiente (HERSENT, 2006, p. 95).

No âmbito acadêmico, um conjunto de pesquisadores tem se organizado ao longo dos anos para estudar o tema da economia solidária na França. Entre eles, é possível citar o Centro de pesquisa e de informação sobre a democracia e autonomia - *CRIDA* (*Centre de recherche et d'information sur la démocratie et l'autonomie*), a Rede Interuniversitária de economia social e solidária - *RIUESS* (*Réseau interuniversitaire d'économie sociale et solidaire*), e a Rede internacional de promoção da economia social e solidária - *RIPESS* (*Réseau international de promotion de l'économie sociale et solidaire*) (HERSENT, 2010).

As políticas públicas com o tema da economia solidária também são importantes na realidade francesa. Elas estão inscritas em novos domínios da ação pública e têm uma relação direta com a sociedade civil. Segundo Fraisse (2007), não se deve reduzir tais iniciativas apenas à problemática do emprego, circunscrita à criação de postos de trabalho e à inserção social, mas pensá-las como formas de inovação socioeconômicas.

Fraisse e Berger (200?) afirmam que os primeiros contornos das ações públicas com essa temática se iniciaram na década de 1980 com o surgimento da Delegação à economia e inovação social (*Délégation à l'économie et innovation sociale – DIES*). Por outro lado, a criação da Secretaria de Estado de Economia Solidária, em 2000, foi a iniciativa mais importante nesse campo, apesar de ter funcionado somente até 2002.

Hersent (2006) avalia que a Secretaria representou, mesmo com uma trajetória curta, o reconhecimento oficial e institucional do tema da economia solidária na França até então invisível e sem legitimidade no âmbito da gestão pública. Vários membros do movimento de economia solidária, que na época faziam parte da IRES, compuseram um grupo estratégico em que foi possível o diálogo entre poder público e sociedade civil. No entanto, a Secretaria não conseguiu construir uma estrutura de desenvolvimento de iniciativas no governo, embora tenha contribuído de alguma forma para avançar os debates sobre a coprodução de políticas públicas, mobilizando redes nacionais e europeias.

De acordo com Fraisse e Berger (200?), em nível regional, as políticas com esse tema são mais recentes, com destaque para a criação dos conselhos regionais de economia social e solidária, em 2004, que permitiram a visibilidade e a estruturação de um novo campo de ação pública nos territórios franceses. Essas primeiras políticas ocorreram concomitantes com a consolidação de um grupo de atores sociais engajados nessa temática, em diversas localidades. Isso representou para as administrações públicas novas formas de pensar o desenvolvimento através da participação desses atores e das organizações afetas à economia solidária e social segundo princípios como a solidariedade, a cooperação e a democracia (FRAISSE E BERGER, 200?).

Essas experiências representaram formas de construção participativa de políticas públicas em diversas regiões da França. Com o objetivo de analisar, de forma mais aprofundada tais iniciativas, o Movimento pela Economia Solidária (MES), em parceria com a Rede dos territórios da economia solidária (RTES), realizou uma pesquisa em seis regiões do país. O estudo demonstra as principais questões envolvidas em cada região e como a economia solidária se apresentou como uma ferramenta importante para o desenvolvimento local. (FRAISSE E BERGER, 200?).

O trabalho destacou alguns elementos importantes nas experiências das políticas territoriais analisadas. Um primeiro ponto que chamou a atenção na pesquisa foi o empenho na coprodução de políticas públicas nesses locais. Para tanto, foi importante construir uma identidade coletiva em torno da economia solidária, articular os diversos atores afetos ao tema e, posteriormente, definir as prioridades nas ações locais. Essa busca por legitimação não se fez sem conflitos ou tensões, embora tenha se mostrado fundamental para a renovação das relações entre gestores públicos e a sociedade civil na implementação de práticas mais participativas e democráticas (FRAISSE E BERGER, 200?).

O segundo elemento de destaque baseia-se na transversalidade das ações da economia solidária. Além do caráter de desenvolvimento econômico, aspectos associativos foram valorizados a partir de um conjunto diverso de possibilidades, como iniciativas de serviços de proximidade, comércio equitável, finanças solidárias etc. As experiências, portanto, pressupunham não só a formação, mas também divulgação e promoção da economia social e solidária por meio de eventos, guias e o incentivo ao consumo cidadão como forma de dar visibilidade ao setor (FRAISSE E BERGER, 200?).

O apoio às iniciativas dependia da sensibilidade da sociedade em geral para as especificidades da economia solidária em relação aos seus aspectos jurídicos, coletivos e sociais. Construir caminhos para esse acompanhamento também foi fundamental, seja por meio de incubadoras ou de outros recursos. Para tanto, a criação de orçamentos públicos nas regiões para a sustentação das ações e para a criação de iniciativas de finanças solidárias demonstraram-se pertinentes. Os empreendimentos solidários deveriam fazer parte de uma estratégia de desenvolvimento econômico regional como forma potencial de geração de emprego local e coesão social (FRAISSE E BERGER, 200?).

Fraisse e Berger (200?) chegam à conclusão que, apesar dos avanços dessas experiências, os desafios nesse campo permanecem numerosos. O primeiro deles é não resumir a política de economia solidária em uma ação pública adicional. Ela deve ser capaz de interferir em estruturas burocráticas, como as compras públicas que poderiam adotar critérios sociais e ambientais para aquisição de bens de coletivos territoriais. Outro desafio consiste no limite tênue entre a democracia participativa legítima e o privilégio corporativista. A participação deve refletir a expressão pública, tanto na definição dos planos regionais, como na avaliação dessas políticas. Por fim, a perenidade dessas ações é uma preocupação central, já que não devem depender somente da vontade e competência dos que são eleitos em determinados períodos ou dos poucos técnicos envolvidos com a temática. Como forma de amenizar tais questões, os autores indicam como estratégias importantes a formação de

funcionários territoriais nessa temática e o estabelecimento de convenções com os coletivos territoriais.

Ainda no campo das políticas públicas e, considerando a crise econômica vivida atualmente na Europa e na França, alguns segmentos da sociedade têm apresentado a economia solidária como possibilidade de um projeto alternativo. Durante o processo eleitoral para presidente no país, em 2012, foi realizado um encontro entre representantes do então candidato François Hollande com o movimento de economia solidária. Após sua vitória, uma secretaria de economia social e solidária foi constituída em seu Governo o que renova, de alguma forma, esse debate na sociedade francesa.

3.3 Economia social no Quebec e a participação da sociedade civil

No Quebec, é comum a utilização do termo economia social e solidária para designar experiências diversas caracterizadas pela inovação social e por princípios democráticos. Essas iniciativas têm forte vinculação com a sociedade civil organizada. Conforme ressalta Coté (2011), os movimentos sociais são centrais na mobilização de estratégias e de projetos que fortalecem inúmeras organizações comunitárias que, em grande medida, recebem subsídio do Estado e são apoiadas por variados organismos.

Ao retomar a história da economia social no Quebec, é possível identificar dois momentos principais. O primeiro pode ser tratado segundo uma concepção mais tradicional, que também predominou na Europa, caracterizada pelas grandes organizações cooperativas e mutuais. A segunda fase pode ser compreendida sob uma perspectiva mais comunitária e democrática próxima aos preceitos da economia solidária. Essa delimitação, mesmo que na análise das experiências possa parecer tênue, é importante para demarcar diferenças entre o projeto tradicional e o inovador.

Lévesque (2011) ressalta que as iniciativas da economia social surgiram, na segunda metade do século XIX, quando as sociedades de socorro mútuo se organizaram no Quebec. A idade de ouro do cooperativismo iniciou-se na crise econômica de 1930, com um projeto de renovação social apoiado em uma perspectiva cristã e corporativista. Nos anos de 1950, esse projeto entrou em decadência. Em 1965, as cooperativas passaram a se inserir em um processo de modernização da economia e aderiram à proposta de articulação do Estado com o setor privado.

De certo modo, o compromisso entre as duas concepções de cooperação se impõe: de uma parte, a visão corporativa (conservadora e nacionalista) aceita os objetivos de modernização do Quebec; de outra, a visão ideológica (liberal) apoia todavia o nacionalismo econômico, pela matriz da economia pelos francófonos (independentes). Na mesma época, vários sindicatos católicos e associações tendo atividades econômicas, notadamente no âmbito de serviços, abandonam sua característica confessional para se inscrever na modernização do Quebec sob a égide do Estado. Se as forças centrípetas no campo da cooperação e das associações predominam por alguns anos, assistiremos à emergência de uma nova geração de cooperativas e de associações autônomas (em relação à Igreja e ao Estado tal como os primeiros comitês de cidadãos) (Bélanger et Lévesque, 1992). É até aqui que é preciso remontar para estabelecer o longo processo que conduziu ao compromisso fundador de 1996, e ao reconhecimento do movimento comunitário como parte fundamental do desenvolvimento econômico (Lévesque, 2011, p. 25-26, tradução nossa).²⁴

Nesse momento, uma nova geração de cooperativas e de iniciativas da sociedade civil começou a se organizar. Os comitês de cidadãos, na segunda metade da década de 1960, reivindicavam dos poderes públicos melhores serviços. Segundo Bélanger, Boucher e Lévesque (2010), essa foi a primeira geração de um movimento popular e comunitário que se engajou, desde o início de 1970, em experimentações socioeconômicas com aspirações de autonomia e de autogestão. Pode ser observado o crescimento das associações, indo de 5.302, em 1956, para 23.330, em 1976 (LÉVESQUE, 2011).

Segundo Lévesque (2011), em 1980, a crise econômica tem duas consequências paradoxais. A primeira consiste no desaparecimento de certos setores cooperativos maduros e a segunda na emergência de novas cooperativas, próximas às iniciativas socioeconômicas da sociedade civil. Essa dupla dimensão acarretou tensões no seio do movimento cooperativo. A ala mais radical das novas cooperativas fazia forte crítica às cooperativas tradicionais, alegando que as mesmas contribuía para o desenvolvimento das empresas capitalistas, relacionando-se com o inimigo.

Em suma, o movimento cooperativo, notadamente aquele das cooperativas estruturadas, parecia então carecer de um projeto social mais amplo [...] enquanto

²⁴ De cette façon, le compromis entre les deux conceptions de la coopération s'impose: d'une part, la vision corporatiste (conservatrice et nationaliste) accepte les objectifs de la modernisation du Québec; d'autre part, la vision idéologique (libérale) appuie désormais le nationalisme économique, soit la maîtrise de l'économie par les francophones (maître chez soi). À la même époque, plusieurs des syndicats catholiques et associations ayant des activités économiques, notamment dans les services, abandonnent leur caractère confessionnel pour s'inscrire dans la modernisation du Québec sous l'égide de l'État. Si les forces centripètes dans le domaine de la coopération et des associations prédominent pour quelques années, on assistera à l'émergence d'une nouvelle génération de coopératives et d'associations autonomes (par rapport à l'Église et à l'État), tels les premiers comités de citoyens (Bélanger et Lévesque, 1992). C'est ici qu'il faut remonter pour établir le long processus qui a conduit au compromis fondateur de 1996, et à la reconnaissance du mouvement communautaire comme partie prenante du développement économique.

algumas novas cooperativas como uma boa parte do movimento comunitário promoviam um projeto de socialismo autogestionário que parecia não poder se impor ao conjunto da sociedade. [...]. Na realidade, o projeto cooperativo se apresentava em duas visões, uma fortemente integrada à dinâmica de desenvolvimento econômico de tipo fordista, a outra mais orientada para um outro desenvolvimento (Bélanger, Boucher e Lévesque, 2007). Todavia, a crise econômica que se prolonga lhe fornecerá a possibilidade de coexistir num modelo de desenvolvimento aberto a uma economia plural e à sociedade civil por uma governança renovada (Lévesque, 2011, p. 29, tradução nossa).²⁵

A crise econômica e a crise do Estado Providência reuniram elementos que mobilizaram as organizações da sociedade civil para buscarem alternativas para os problemas do desemprego de longa duração, da exclusão social e dos novos desejos sociais. O Estado começou a apoiar esses novos projetos que partiram do engajamento da sociedade do Quebec (LÉVESQUE, 2011).

O diálogo entre sociedade civil e Estado possibilitou a construção de soluções até então inéditas. Os espaços dos fóruns públicos foram importantes para a construção das convergências entre os grupos comunitários e o movimento cooperativo. O Fórum pelo emprego foi criado em 1987 e reagrupou sindicatos e os componentes da economia social em favor das iniciativas locais e regionais. Além disso, ocorreram diversos colóquios e seminários que influenciaram a redinamização do Conselho Cooperativo do Quebec – CCQ que ampliou seu escopo de atuação (LÉVESQUE, 2011).

Assim, no fim de um período de baixa influência, a economia social ocupou, de acordo com Coté (2011), um vazio criado pelas ideologias de esquerda inspiradas no marxismo. Além disso, setores sociais importantes foram mobilizados para a busca de respostas coletivas aos problemas sociais ampliados com a crise econômica.

Diversos estudos apontam a “Marcha das mulheres contra pobreza. Da rosa ao pão”, ocorrida em junho de 1995, e a Cúpula sobre economia e o emprego, ocorrida em outubro de 1996, como os principais eventos para a consolidação dessa nova fase da economia social (COTÉ, 2011, LÉVESQUE, 2011, CHANTIER; FBES, 2008). Do ponto de vista do movimento de mulheres, a demanda compreendia o investimento público em infraestrutura social com o objetivo de melhorar as condições de vida das mulheres. A Cúpula discutiu as grandes linhas para um novo pacto social. Esses eventos permitiram a criação do Grupo de

²⁵ En somme, le mouvement coopératif, notamment celui des coopératives structurées, semblait alors en manque d'un projet social plus large [...], alors que certaines nouvelles coopératives comme une bonne partie du mouvement communautaire mettaient de l'avant un projet de socialisme autogestionnaire que en semblait pas pouvoir s'imposer à l'ensemble de la société. [...] Dans la réalité, le projet coopératif se présentait sous deux visages, l'un fortement intégré à la dynamique de développement économique de type fordiste, l'autre plutôt orienté vers un autre développement (Bélanger, Boucher e Lévesque, 2007). Toutefois, la crise économique qui se prolonge leur fournira la possibilité de coexister dans un modèle de développement ouvert à une économie plurielle et à la société civile pour une gouvernance renouvelée.

Trabalho sobre a Economia Social (GTES) que foi presidido por Nancy Neamtan e que era formado por representantes do mundo cooperativo, de sindicatos, do setor privado e dos grupos comunitários e de mulheres. Esse coletivo propôs uma definição de economia social sob três grandes dimensões:

A definição de economia social proposta pelo GTES (Chantier de economia social, 1996) que foi aceita desejava ser ampla, inclusive realmente unificadora. Ela compreende três grandes dimensões. A primeira se refere ao que se deve entender por economia (do ponto de vista substantivo), ou seja “a produção concreta de bens ou de serviços”, e por social, definido ao mesmo tempo pela “melhoria da qualidade de vida e do bem estar da população” e pelo “desenvolvimento democrático”, a cidadania ativa. A segunda dimensão é constituída pelos princípios éticos em um sentido próximo dos princípios cooperativos. A terceira dimensão é dada pelos estatutos jurídicos de empresas e organismos, sejam estes de cooperativa, de mutualismo e de associação (Lévesque, 2011. p. 33, tradução nossa).²⁶

Segundo Lévesque (2011), o caminho da renovação da economia social iniciou-se por volta da década de 1960 e foi consolidado em meados de 1990. O ano de 1996 é o marco da afirmação dessa nova vertente, pois representa o momento de construção de grandes consensos acerca do tema para o qual a democracia participativa passou a ser fundamental. A crise do trabalho e a incapacidade do Estado Providência para apoiar os novos desejos da sociedade colocaram em questão o tema da burocratização. Nesse momento, ocorreu a confluência entre as iniciativas associativas e alternativas com as urgências e necessidades sociais (LÉVESQUE, 2011).

De acordo com Coté (2011), o Governo do Quebec percebeu a economia social como uma terceira via de saída da crise e como solução para ofertar serviços, diminuindo o setor público. Os movimentos sociais estiveram presentes na criação de centenas de grupos comunitários que sobrevivem até os dias de hoje apoiados em discursos de defesa de direitos, de mobilização da população mais pobre e de prestação de serviços sociais. Essas organizações desenvolveram sua estrutura de trabalho sustentada em causas sociais segundo temas variados. Atualmente, há cerca de 6.000 grupos comunitários no Quebec afiliados a quarenta federações (COTÉ, 2011).

Essas iniciativas socioeconômicas se ampliaram significativamente em serviços relacionados à vida cotidiana e à cultura, como alimentação natural, clínicas de saúde, bancos

²⁶ La définition de l'économie sociale proposée par le GTES (Chantier de l'économie sociale, 1996) qui a alors été acceptée se voulait large, inclusive, voire rassembleuse. Elle comprend trois grandes dimensions. La première concerne ce qu'il faut entendre par économie (point de vue substantif), soit “la production concrète de biens ou de services”, et par social, défini à la fois par “l'amélioration de la qualité de vie et du bien-être de la population” et le “développement démocratique”, la citoyenneté active. La deuxième dimension est constituée des principes éthiques dans un sens proche des principes coopératifs. La troisième dimension est donnée par les statuts juridiques des entreprises et des organismes, soit ceux de coopérative, de mutuelle et d'association.

alimentares, creche, habitação, mídia comunitária, teatro etc. As organizações respondem, em geral, às necessidades locais e recebem financiamento público que, mesmo insuficiente, possibilita recursos mínimos para sua sobrevivência. A partir de 1997, o Estado reorienta seus programas de apoio direto à economia social e introduz modificações legislativas para essa ação (COTÉ, 2011).

D'Amours (2007 apud Coté, 2011) divide o movimento da economia social no Quebec em três campos. O primeiro envolve as diversas iniciativas de grupos comunitários que produzem bens e serviços, como cooperativas de trabalho, caixas populares, cooperativas de habitação, experiências de desenvolvimento comunitário e novas cooperativas de solidariedade. O segundo engloba os intelectuais e promotores da economia social e o terceiro as políticas de Estado (COTÉ, 2011, p. 293-294).

Os empreendimentos da economia social no Quebec, em geral, são organizados juridicamente como cooperativas ou organizações sem fins lucrativos (OSFL)²⁷. Como em outros países, as cooperativas também são importantes e organizadas em ramos, tais como: cooperativas de consumidores, cooperativas de produtores, cooperativas de trabalho, cooperativas de trabalhadores/acionários²⁸; cooperativas de solidariedade²⁹ etc.

No campo da representação da economia social, o *Chantier*³⁰ é uma das entidades com maior atuação no Quebec, desde meados de 1990. A entidade tem uma forte articulação no território nacional e em nível internacional. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária é um dos parceiros dessa organização, que já participou de diferentes eventos no Brasil, como as várias edições do Fórum Social Mundial e também a I Conferência de Economia Solidária.

O *Chantier* foi fundado a partir das mobilizações da Cúpula de trabalho e Emprego que envolveu redes e movimentos sociais implicados com o tema da economia social, no Quebec, em 1996. A entidade tem como objetivo fomentar a implantação, o desenvolvimento e a consolidação de iniciativas solidárias. A organização é a principal interlocutora junto ao governo para a elaboração de políticas públicas e para a implementação das mesmas (CHANTIER; FBES, 2008, p. 75).

²⁷ A organização sem fins lucrativos é uma forma jurídica muito utilizada no Quebec. O marco jurídico desse tipo de organização, que em muitos outros países se chama “associação” é definido na parte III, da “Lei das Companhias”. Na Conferência de Economia Social e Solidária do Quebec, ocorrida em 2007, foi consenso o indicativo de lutar por uma nova lei exclusiva para associações (CHANTIER;FBES, 2008, p. 85).

²⁸ As cooperativas de trabalhadores acionários têm uma parte das ações da empresa que as emprega, permitindo aos funcionários participar no desenvolvimento da empresa. Elas possibilitam a colaboração entre direção e integrantes e facilitam processos de recuperação de empresas em falência (CHANTIER;FBES, 2008, p. 82).

²⁹ Nas outras formas de cooperativas, os integrantes devem pertencer à mesma categoria, na cooperativa de solidariedade não. Nela, trabalhadores, usuários ou qualquer outra pessoa ou sociedade que se interesse por se unir para satisfazer suas necessidades e aspirações podem participar (FBES e CHANTIER, 2008, p. 82).

³⁰ Para saber mais: www.chantier.qc.ca

O conselho de administração do *Chantier* é composto por empreendimentos solidários, Polos Regionais de Economia Social, centrais sindicais, movimento de mulheres, representantes dos povos autóctones (indígenas), do movimento comunitário e de outros movimentos sociais. Parte dos recursos para a realização das atividades da organização é financiado através de um protocolo de intenções firmado com o Ministério dos Negócios Municipais e das Regiões (MAMR)³¹ do governo do Quebec. Esse acordo prevê ações de promoção da economia social, assim como sua representação em questões relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico (CHANTIER; FBES, 2008).

Em nível local e regional, o *Chatier* desenvolve atividades em conjunto com os Polos Regionais de Economia Social vinculados às Conferências Regionais dos Eleitos, que são instâncias responsáveis pelo desenvolvimento regional e comunitário. Os Polos realizam uma série de atividades de mobilização e apoio à economia social nos territórios.

Os objetivos dos polos são os seguintes: a promoção; a representação na esfera regional; o apoio à consolidação, à experimentação e ao desenvolvimento de novos nichos de mercado e projetos; e a articulação dos vários atores regionais e locais de economia solidária e dos movimentos sociais (CHANTIER; FBES, 2008, p. 76).

Essa é uma das estratégias fundamentais para o desenvolvimento e sustentabilidade dos empreendimentos, pois envolvem redes de iniciativas econômicas, entidades de apoio, agrupamentos regionais e movimentos sociais. Esse conjunto possibilita o fluxo de informações de demandas da base para o âmbito nacional e vice e versa. Os polos também são espaços fundamentais para a divulgação de experiências e informações sobre os empreendimentos especialmente por meio do Portal da economia social³².

A economia social do Quebec também recebe apoio dos Centros Locais de Desenvolvimento - CDL que são financiados pelo governo para promoção do crescimento econômico nas localidades onde são implantados. Esses organismos oferecem serviços básicos de orientação e apoio técnico aos empreendedores individuais ou coletivos. Os CDLs administram fundos dedicados ao financiamento de pequenas empresas, entre eles: Fundos Locais de Investimento (FDLI) e os Fundos de Desenvolvimento dos Empreendimentos da

³¹ O Ministério é o responsável pela organização municipal e pelo desenvolvimento regional, possuindo como principal tarefa o aconselhamento do governo, garantindo a coordenação interministerial de diversos setores econômicos e sociais (CHANTIER; FBES, 2008, p. 78).

³² O portal de Economia Social foi lançado em 2007 e traz informações sobre empreendimentos e entidades de assessoria, em nível local, regional e nacional. Parte de seu conteúdo está baseado no mapeamento realizado na província do Quebec. O mapeamento e o portal foram realizados por meio de contribuições da Agência do Governo Federal do Canadá, da Indústria Canadá no âmbito do programa Comunidades virtuais francófonas e da Bell Canadá. O *Chantier* é um dos parceiros dessa iniciativa, assim como os polos regionais. Para saber mais: www.economiesocialequebec.ca (CHANTIER; FBES, 2008, p. 114).

Economia Social (FDESS). Os fundos apoiam a criação ou expansão de empreendimentos através do apoio financeiro (CHANTIER; FBES, 2008, p. 85).

Além dessas iniciativas, outros organismos promovem o financiamento da economia social no Quebec. Entre eles, é possível destacar a Rede de Investimentos Social do Quebec (RISQ) que é um instrumento financeiro do *Chantier* capitalizado com contribuições do setor privado e do governo. A Caixa da economia social *Desjardins*, criada em 1971, é muito conhecida e também oferece financiamento principalmente para cooperativas e organizações sem fins lucrativos. Em 2005, 65% do ativo de 385,8 milhões de dólares canadenses do *Desjardins* foram utilizados para financiar projetos coletivos. Diversas municipalidades também contam com organismos de crédito comunitário, como a Rede Quebequense de Crédito Comunitário (RQCC). Criada em 2000, a organização tem como objetivo promover o acesso ao crédito comunitário sob a perspectiva do bem estar individual e coletivo e da erradicação da pobreza (CHANTIER; FBES, 2008, p. 87-88).

Outra ferramenta de crédito disponível para empreendimentos solidários na província canadense é o *Finducie do Chantier*. A iniciativa foi elaborada a partir da constatação de que o crédito convencional é inadequado às experiências desse setor, já que gera dívidas que devem ser pagas em um curto prazo. A criação de um crédito “paciente” é uma das apostas do *Chantier* para a resolução desse problema. Depois de longos anos de esforços, o *Finducie*³³ foi lançado oficialmente no início de 2007.

A Finducie do Chantier é um fundo de 52,8 milhões de dólares canadenses que tem como principal missão a de favorecer a expansão e o desenvolvimento dos empreendimentos coletivos, aperfeiçoando seu acesso ao financiamento e assegurando uma melhor capitalização dos mesmos. Ele oferece empréstimos sem retorno de capital antes de 15 anos. Este capital paciente permite a sustentação das operações dos empreendimentos de economia solidária e apoia seus investimentos para o desenvolvimento de novas atividades através da aquisição de novos equipamentos e imóveis (CHANTIER; FBES, 2008, p. 91).

Entre as entidades de apoio e assessoria de cooperativas que realizam atividades em nível regional no Quebec, vale destacar as Cooperativas de Desenvolvimento Regional -

³³ A *Finducie* investe exclusivamente em empreendimentos de economia solidária com menos de 200 trabalhadores, especialmente entidades sem fins lucrativos e cooperativas. É possível financiar a criação de novas iniciativas ou novos projetos de experiências já existentes. O valor investido por projeto pode variar entre 50 mil a 1,5 milhões de dólares canadenses e não pode ultrapassar 35% do custo total do projeto proposto. Além disso, o empreendimento tem que comprovar o apoio de alguma entidade de assessoria local (CHANTIER; FBES, 2008, p. 92). Para saber mais: <http://www.FinducieduChantier.qc.ca>

CDR³⁴. A primeira iniciativa sob esse modelo foi criada em 1974 e, a partir de 1988, o governo passou a subvencionar suas atividades. Essas organizações são especializadas na promoção do cooperativismo, apoiando a criação de novas cooperativas e a consolidação e expansão das existentes. O foco principal da entidade é promover o tema da cooperação como base para o desenvolvimento regional.

As CDRs são especializadas em desenvolvimento cooperativo no Quebec: elas oferecem quadros, apoio e conhecimento técnicos necessários aos empreendedores que desejam: criar uma cooperativa; consolidar uma cooperativa; recuperar uma empresa privada para o modo cooperativo. Elas têm como função o favorecimento à implantação de novas cooperativas e a manutenção e a criação de postos de trabalho sustentáveis na sua região de atuação (CHANTIER; FBES, 2008, p. 102).

Em 2007, a rede agrupava onze Cooperativas de Desenvolvimento Regional que envolvia mais de 1080 cooperativas associadas e que havia contribuído para criação de mais de 11.000 postos de trabalho.

A diversidade e a pluralidade das experiências da economia social no Quebec se assemelham ao caso francês analisado neste capítulo. Essas organizações são criadas geralmente em função de demandas comunitárias, econômicas ou sociais. Nesta seção, a fim de apresentar parte desse contexto, serão utilizados dados da pesquisa de campo desenvolvida nesta tese. Essas informações baseiam-se nas visitas às diferentes iniciativas realizadas em outubro de 2011, na oportunidade do Fórum Internacional de Economia Social e Solidária - FIESS (*Forum International de l'économie sociale et solidaire*), coordenado pelo *Chantier* em parceria com diversas entidades nacionais e internacionais.

Além dos debates, conferências e reuniões, como parte do evento, foram realizadas visitas³⁵ às experiências de economia social em Montreal e em diversas cidades do Quebec. Naquela oportunidade, foi possível participar da atividade e incorporar a experiência na pesquisa de campo deste estudo. Esse contato foi importante, pois possibilitou conhecer a realidade dos empreendimentos da economia social pessoalmente, conversar com os trabalhadores e compreender um pouco mais as peculiaridades da referida província.

Todas as iniciativas visitadas são consideradas como a da economia social e, em geral, contam com o apoio de alguma instituição de fomento, como o *Chantier*, Cooperativas Regionais, entre outras. A maior parte das experiências recebe ou recebeu alguma subvenção

³⁴ Em 1991, a regulamentação do financiamento público dessas entidades foi alterada, baseando-se em critérios como rendimento, realizações, participação na comunidade local, número de postos de trabalho criados ou mantidos.

³⁵ As visitas ocorreram antes e depois do Fórum e fiquei ao todo 12 dias no Canadá, conhecendo um conjunto de 16 experiências em Montreal, Otava, Mauricie e outras cidades.

estatal para o desenvolvimento de suas atividades. Elas serão brevemente descritas segundo categorização desenvolvida por esta pesquisa³⁶. Trata-se de uma amostra limitada e, por isso, sem potencial para grandes generalizações.

Assim, foram identificadas iniciativas nos campos da saúde; educação; desenvolvimento local; consumo responsável; cultura; inserção/formação/qualificação e turismo. A seguir o quadro síntese das experiências visitadas de acordo com os campos elencados:

Quadro 3 - Experiências de empreendimentos da economia social no Quebec

| Setores | Empreendimento | Descrição |
|----------|--|--|
| Saúde | Cooperativa Solidarité Santé Pointe-du-Lac ³⁷ | Cooperativa que se organiza como uma clínica médica e disponibiliza serviços de saúde, desde 1985, à população da cidade de Trois-Rivières. A entidade conta com cinco médicos e duas enfermeiras que atendem em diferentes especialidades. Os pacientes são membros da cooperativa e utilizam não só as consultas, mas também d programas de promoção de saúde. Essa é considerada uma experiência de gestão da saúde de forma comunitária e subvencionada por recursos públicos. |
| | Cooperativa de paramédicos de Ottawa ³⁸ . | Cooperativa que tem como objetivo fornecer serviços pré-hospitalares de urgência e seus membros são, em geral, paramédicos de urgência. O projeto teve início na década de 1990. |
| Educação | Coopsco | Rede de cooperativas que desenvolve atividades no campo escolar em todo o Quebec. Foi visitada uma de suas iniciativas na Universidade de Ottaua, onde foi possível conhecer as experiências de livraria, papelaria e serviços alimentares. A lanchonete é administrada pela cooperativa e emprega alunos da instituição, assim como a livraria oferece descontos para quem é membro. Com grande tradição no território canadense, essa organização reúne mais de 20.000 membros ativos. |
| | Le Bucafin ³⁹ | Empresa de economia social que realiza atividades visando o melhoramento de alguns serviços ofertados à comunidade. Ela foi criada em 2003 e oferece serviços de lavanderia (buanderie), cafeteria (cafe) e de internet (internet). A escolha desses serviços partiu de uma consulta à comunidade quanto às principais |

³⁶ A categorização utilizada neste trabalho é de elaboração própria e sua divisão se baseia nas informações coletadas nas visitas realizadas e também a partir de pesquisa em sites oficiais de cada empreendimento. É importante ressaltar sua limitação quanto à possibilidade de generalização dessa divisão para a realidade do Quebec como um todo.

³⁷ <http://www.coopsantepdl.ca>

³⁸ www.paramedic.coop

| | | |
|-------------------------------------|--|--|
| Desenvolvimento Local e Comunitário | | demandas no bairro que é considerado vulnerável. Tais serviços são ofertados com custo reduzido a fim de possibilitar o acesso da população. Os funcionários da cafeteria são indicados pelo setor de trabalho do Governo como forma de inserção ocupacional. |
| | Centro de Eventos Comunitários | Uma comunidade em decadência econômica em função do fechamento de empresas importantes na região que buscou por meio da associação manter parte da cultura e dos espaços sociais de seu bairro. Foi assim que ao receber a notícia do fechamento da Igreja maior e mais importante do bairro, um grupo de moradores se organizou em forma de associação para comprar o espaço e transformá-lo em um centro de eventos da comunidade. Atualmente, o grande salão serve para apresentações musicais, de teatro, de dança e circo. Além disso, é utilizado para festas comunitárias e cursos diversos. O coletivo também organiza visitas guiadas no bairro para contar o desenvolvimento da localidade. |
| | Mercado Público de <i>Petite Nation</i> | Mercado organizado pelos moradores da localidade com o objetivo de servir como espaço comunitário e também de comercialização dos produtos dos agricultores da região. Dessa forma, busca-se o desenvolvimento comunitário, priorizando a aproximação de agricultores e consumidores. |
| Consumo responsável | Cooperativa <i>Le Maison Verte</i> ⁴⁰ | A <i>Maison Verte</i> é uma cooperativa comunitária que tem como objetivo comercializar produtos e serviços ecológicos e alimentos saudáveis e promover consumo responsável. Ela é a primeira cooperativa de solidariedade ambiental do Canadá. Em virtude desse tipo de organização, a cooperativa pode ter membros trabalhadores, de apoio e utilizadores. |
| | <i>Siembra</i> ⁴¹ | A cooperativa <i>Siembra</i> trabalha com o modelo de comércio equitativo fundado na cooperação e nos princípios da economia social e solidária e no respeito ao meio ambiente. A organização oferece aos consumidores produtos éticos e de qualidade a partir da parceria com outras cooperativas e com produtores rurais. Dessa forma, há um trabalho de intensa colaboração entre produtores dos países do sul com os consumidores do norte. A <i>Siembra</i> criou uma marca canadense de produtos alimentares equitativos e biológicos denominada Camino. A entidade está ligada a 18 cooperativas de produtores de onde são provenientes os ingredientes de mais de 35.000 produtores rurais de 10 países da América Central, América do Sul |

³⁹ <http://www.bucafin.qc.ca>

⁴⁰ <http://www.cooplamaisonverte.covm/>

⁴¹ <http://www.lasiembra.com/camino/>

| | | |
|----------------------------------|--|--|
| | | e Ásia Sudeste. |
| Cultura e arte | Galeria de Arte e Oficina de Artistas | A Galeria de Arte também funciona na cidade de <i>Trois-Rivières</i> e é organizada como cooperativa de artistas que administra uma galeria e uma oficina de trabalho. Os cooperados têm a possibilidade de expor seus trabalhos no espaço, assim como utilizar máquinas e materiais que, em geral, é de difícil manuseio em suas casas ou oficinas particulares. Eles partilham e administram máquinas e também as atividades que são desenvolvidas no espaço da galeria. O governo subvenciona as exposições dos artistas. |
| | <i>Tohu – La cite des arts Du Cirque</i> ⁴² | O projeto <i>Tohu – La cite des arts Du Cirque</i> faz parte de uma iniciativa que pretende revitalizar o bairro de <i>Saint-Michel</i> na cidade de Montreal. Sendo considerada uma área vulnerável, a ideia de criação do Complexo Ambiental de <i>Saint-Michel</i> envolve a criação de uma sala de espetáculos que é a <i>Tohu</i> e um parque urbano. O principal objetivo é articular as escolas de Circo que estão no complexo, como o <i>Cirque de Soleil</i> , para promover a formação e inserção profissional dos jovens da localidade. |
| | <i>Galerie Saw</i> ⁴³ | Esta é uma organização autogestionária da qual participam artistas de diversos campos. Há uma galeria para exposição de trabalhos, uma sala para eventos e equipamentos de filmagem e vídeo. Os membros compartilham os equipamentos para realização de seus trabalhos, dividindo custos e economizando em aluguel de espaços etc. Além disso, desenvolvem projetos de valorização artística e cultural. |
| Inserção, Formação, Qualificação | <i>Le Petites-Mains</i> ⁴⁴ | A empresa de inserção chamada de <i>Petites-Mains</i> (pequenas mãos) tem por objetivo promover a inclusão social especialmente de mulheres imigrantes. A entidade promove cursos de formação e possibilita o trabalho dessas mulheres na entidade. O principal objetivo é possibilitar que essas trabalhadoras consigam se inserir no mercado de trabalho. A organização foi criada em 1995 e já ajudou milhares de mulheres de diferentes origens. A principal formação disponibilizada pela entidade é em costura industrial, além de francês. |
| | <i>Fórmmetal</i> | Empresa de inserção que trabalha com a formação de jovens em situação de vulnerabilidade e com dificuldades na escola. Eles passam por cursos e recebem uma remuneração durante o período em que ficam na empresa. Na fábrica, são produzidos objetos em metal, como latas de lixo que são compradas pelo próprio governo que também |

⁴² <http://tohu.ca/en/home.html>

⁴³ <http://www.galleriesawgallery.com/sawgallery.html>

⁴⁴ <http://petitesmains.com/>

| | | |
|---------|--|--|
| | | subvenciona a iniciativa. |
| | <i>Service technologique La Relance</i> ⁴⁵ | O serviço de tecnologia <i>La Relance</i> é um organismo sem fins lucrativos que recolhe, repara e reinsere novos computadores e materiais de informática no âmbito do programa federal “Computadores para as escolas”. Esses computadores que não são mais utilizados em setores públicos ou privados são doados para a entidade que, por meio de um processo de formação de jovens, consertam os computadores, deixando-os prontos para serem utilizados em escolas do Quebec. Dessa forma, além de promover o reaproveitamento desse material, há a possibilidade de formação de jovens e uma contribuição para as escolas. |
| Turismo | <i>L'Écol'Hôtel</i> ⁴⁶ | Com o objetivo de revitalizar um dos primeiros bairros da cidade de <i>Trois-Rivières</i> , o projeto do <i>Ecol'Hôtel</i> é uma iniciativa de construção de uma escola-hotel-ecológica no Canadá. Com investimento de cerca de 10 milhões de dólares canadenses, o hotel é coordenado pela equipe da <i>Vire-Vert</i> e foi inspirado em uma iniciativa do Senegal. A ideia é criar um hotel ecológico que produza e utilize a energia de diferentes formas de maneira sustentável, assim como que se preocupe com reciclagem e o reaproveitamento de materiais. |
| | Albergue da Juventude <i>Petite Nation</i> ⁴⁷ | O Albergue da Juventude <i>Petite Nation</i> é uma cooperativa de solidariedade sem fins lucrativos que oferece hospedagem e serviços de turismo. Sob a perspectiva do desenvolvimento turístico e sustentável, a organização é gerida por um grupo de jovens do local e oferece estágios para pessoas menos favorecidas da região. Com o projeto no âmbito da economia social, tem uma gestão coletiva e uma preocupação comunitária. Tivemos a oportunidade de ficar hospedados no Albergue e conhecer um pouco mais da história do local, assim como seus atrativos culturais. |

Fonte: Dados da pesquisa

Considerando as experiências descritas, é possível afirmar que as iniciativas de economia social do Quebec envolvem atividades econômicas, iniciativas comunitárias e organizações de inserção social. A participação dos trabalhadores nessas entidades é híbrida. Há empreendimentos estruturados com base no trabalho de seus membros, como as cooperativas de paramédicos, por exemplo, e outras que se organizam em função do consumo, como a Cooperativa *Maison Verte*. Algumas experiências envolvem as comunidades ou

⁴⁵ <http://stlr.ca/fr/Default.aspx>

⁴⁶ <http://www.hotelk.ca/>

⁴⁷ <http://www.aubergepetitenation.org/propos/>

vizinhos em prol do desenvolvimento local, enquanto outras se configuram como empresas de inserção e realizam ações voltadas aos seus beneficiários, como mulheres imigrantes e jovens desempregados. Tais experiências, portanto, mesclam diferentes formas de trabalho e participação, da mesma maneira como demonstrado nas experiências francesas.

Os recursos para realização dessas atividades são mistos, podendo ser do poder público, de financiamentos privados e dos próprios trabalhadores ou da comunidade. É possível verificar que são investimentos significativos, como no caso do Hotel Ecológico que envolve parceiros locais e regionais. Além disso, é comum a presença de entidades que apoiam o desenvolvimento das iniciativas descritas. Por fim, alguns setores despertam a atenção, como arte, cultura e consumo responsável. O número de iniciativas inserido na economia social é muito representativo em comparação a outros países, como o caso brasileiro que será apresentado no próximo capítulo. A diferença entre o cooperativismo mais tradicional e as iniciativas de inovação social não é clara nas experiências do Quebec visitadas. Parte delas tem forte dinamismo econômico e outras estão vinculadas à base local e comunitária.

A diversidade dos empreendimentos e dos atores sociais, nesse contexto, gera inúmeros conflitos. Coté (2011) destaca o papel importante das mulheres no seio dos movimentos comunitários, cooperativos e da economia social, mesmo que em proporções variadas. É possível destacar não só a participação das mulheres em diferentes setores, mas também em sua atuação como líderes do movimento de economia social e comunitária, em uma proporção mais importante do que, por exemplo, em comparação aos partidos políticos ou conselhos de administração de empresas. O movimento de mulheres feministas estava presente na construção das políticas públicas de economia social, especialmente no debate sobre infraestruturas sociais. No entanto, em um determinado momento dessa história, tais pressupostos em comum se distanciaram.

Em uma postura crítica, Coté (2011) afirma que enquanto o *Chantier* e o governo do Quebec insistiam nas organizações de empresas, o movimento de mulheres optava por reforçar iniciativas a partir da coletividade, ou seja, experiências que se relacionavam com os desejos das comunidades locais eram implementadas por elas. A principal diferença entre as duas concepções estava na filosofia empreendedora, que se caracteriza como pilar do movimento cooperativo e do *Chantier*, e é completamente estrangeira ao movimento comunitário e feminista.

Os argumentos em torno da rentabilidade social e do desenvolvimento de empresas comunitárias influenciaram o governo do Quebec a falar em rentabilidade social viável

financeiramente, o foco se centrava no equilíbrio financeiro como medida para auferir resultados positivos. O movimento de mulheres tem a perspectiva de mudança social e, por isso, se afastou da economia social que tem se voltado para a rentabilidade econômica (COTÉ, 2011).

A vontade política inicial do governo do Quebec de apoiar grupos de mulheres como fomento à economia social foi nada mais que transitória, segundo análises de Coté (2011). Isso representa que, atualmente, o ponto de vista feminista não circula mais nas diversas práticas de economia social ou nas agências governamentais. Os grupos de mulheres ficaram fora do financiamento conferido à economia social porque não atendiam ao princípio de tarifação, que consiste na venda de um bem ou de um serviço. Esse pressuposto é contrário aos princípios de vários grupos comunitários e feministas que oferecem os serviços de ajuda e de apoio às populações excluídas. A autora sugere que talvez tenha sido um erro estratégico do movimento feminista apostar na construção de políticas públicas sobre tal temática, abrindo mão do tema prioritário da mulher.

Outro conflito do movimento da economia social e solidária no Quebec relaciona-se, de acordo com Lévesque (2011), com a representação dessas iniciativas econômicas. De um lado, está o Chantier liderando os empreendimentos mais próximos às experiências inovadoras, e, de outro, o Conselho Quebecoise de Cooperação - CQC mais vinculado às grandes cooperativas. Esse impasse também é vivenciado na França nas diferenças entre economia social e solidária, assim como no caso brasileiro, entre o Fórum Brasileiro e a Organização das Cooperativas no Brasil - OCB.

Apesar dessas diferenças e conflitos, a experiência do Quebec demonstra grande capitalidade em relação à presença dos empreendimentos no território canadense e uma ampla articulação com o Governo.

3.4 Considerações finais

As experiências apresentadas demonstram a diversidade e pluralidade do campo da economia solidária nas diferentes localidades estudadas. Pode-se destacar desde cooperativas tradicionais até associações de moradores e coletivos de consumo. Vale ressaltar a variedade de temas em que estão implicadas essas iniciativas tais como: serviços de proximidade, cultura, educação, empreendimentos de mulheres, comércio justo, consumo responsável, entre outros. O subsídio governamental parece fundamental no Quebec e o marco legal dá força às empresas sociais na Europa. Um ponto que parece diferencial em relação ao Brasil são as

empresas de inserção consideradas empreendimentos da economia social e, sob a perspectiva do movimento brasileiro, caracterizariam-se como entidades de apoio. Destaca-se também a forte vinculação das iniciativas analisadas com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil. O pressuposto social se evidencia, embora com pouca relação à emancipação social dos trabalhadores envolvidos nos empreendimentos.

4. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: ENTRE MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em uma perspectiva teórica, a economia solidária na América Latina pode ser compreendida a partir de diferentes debates sobre autogestão ou de diversas interpretações da economia popular, como demonstrado no primeiro capítulo. O continente está repleto de iniciativas complexas e instigantes. Um conjunto significativo de pesquisadores tem se empenhado na sistematização e análise dessas manifestações em diferentes articulações⁴⁸.

É possível destacar, por exemplo, o surgimento de novas formas socioeconômicas e empresas recuperadas no contexto de crise na Argentina (SABATÉ, 2007), empreendimentos de reciclagem na Colômbia (RODRÍGUEZ, 2002) e uma diversidade de iniciativas de economia popular no Chile (LARRAECHEA; NYSSSENS, 2010). Há também experiências importantes no que diz respeito às relações com o Estado, como a inserção da economia social como base do sistema econômico na Constituição do Equador. Além disso, a realidade latinoamericana apresenta variadas interfaces com os movimentos de reforma agrária e de povos indígenas.

Considerando a diversidade e a complexidade das experiências latinoamericanas e a impossibilidade de tratá-las de forma adequada nesta tese, optou-se por focar o caso brasileiro. Essa opção será útil para análise e comparação com os casos francês e canadense, apresentados na seção anterior, assim como contribuirá para a compreensão da realidade local que será tratada no próximo capítulo.

Alguns pontos considerados fundamentais para as interpretações da experiência brasileira serão analisados. O primeiro focará o contexto do seu surgimento e os principais atores implicados nesse processo. Em seguida, será analisada a organização do movimento de economia solidária como elemento importante na conformação desse debate no Brasil. A última seção englobará as políticas públicas, em nível federal, desenvolvidas ao longo dos dois governos do presidente Lula e as polêmicas vividas nos primeiros anos da presidência de Dilma Rousseff.

⁴⁸ Entre essas articulações de pesquisadores, é possível destacar Rede de Investigadores Latinoamericanos de Economia Social e Solidária – RILESS.

4.1 Os primeiros passos da economia solidária no Brasil

A experiência brasileira de economia solidária ganhou visibilidade nos últimos anos devido à conformação do movimento social, à inserção da temática em políticas públicas do Governo Federal e à expressão social das iniciativas produtivas presentes em todo o país. Trata-se de uma trajetória que teve início na década de 1980 e que ganhou maior impulso a partir dos anos de 1990.

O contexto para o (re)surgimento dessas iniciativas solidárias compreende a crise de desemprego em massa, na década de 1980, seguida da abertura do mercado interno às importações, o que agravou ainda mais tal cenário (SINGER, 2003a). A economia solidária emerge justamente durante as mudanças de forma e sentido do trabalho resultantes da extensão da crise do assalariamento (PINTO, 2006, p. 37). Lima (2009) divide esse processo em três momentos.

Num primeiro momento, até os anos de 1990, o debate se restringia às possibilidades acerca do socialismo possível, da autogestão e autonomia crítica ao capitalismo e ao socialismo de estado, com poucas referências empíricas. A partir dos anos de 1990, com a multiplicação de experiências decorrentes da reestruturação econômica, o debate se centra nas alternativas ao desemprego, representadas pelo trabalho associado e a precarização, num contexto de crescimento do terceiro setor da economia entre o público e o privado. No terceiro momento, esse debate é politizado a partir do surgimento de outro campo, ou da revitalização do campo, na Europa chamado de Economia social, passando a ser conhecido como Economia social e Economia solidária. Nela, inclui-se a autogestão como constituinte de uma “outra” economia, uma forma plural de produção e de participação política (LIMA, 2009, p. 196-197).

Embora o campo não seja restrito às iniciativas cooperativas, os debates sobre economia solidária contribuíram para as interpretações, por vezes dicotômicas, entre “novo” e “velho” cooperativismo. O “novo” estaria vinculado às experiências consideradas alternativas solidárias ao capitalismo e o “velho” relacionado com setores mais tradicionais e incorporado ao mercado em grandes ramos, como o agropecuário. Parte dessa argumentação é proposta por Laville (2010a), quando ele discrimina economia social e economia solidária, conforme apresentado no primeiro capítulo. Essa divergência se apresenta em alguns estudos que separam o cooperativismo tradicional do cooperativismo popular. Tais reflexões estão presentes no Brasil e influenciam os debates do movimento social e a elaboração de políticas públicas.

Na vertente do que poderia se denominar cooperativismo renovado, Singer (2003a) destaca os processos de organização dos trabalhadores, no início da década de 1990, para a

formação de cooperativas em função da recuperação de empresas falidas. Essas iniciativas podem ser consideradas como as primeiras experiências de economia solidária baseadas na autogestão no Brasil (SINGER, 2003a).

De acordo com Lima (2009), o crescimento do cooperativismo ocorre nesse período a partir de dois propósitos antagônicos. Em virtude de mudanças na economia e do aumento do desemprego, as cooperativas passaram a ser vistas como alternativas à falta de emprego e, no campo empresarial, como forma de redução de custos. Essas experiências se multiplicaram com a organização dos trabalhadores para recuperação de fábricas em situação de falência, mas também com a precarização do trabalho através de ações dos próprios empresários.

Apoiando as ações dos trabalhadores a fim de garantir os postos de trabalho perdidos no fechamento das fábricas, diferentes sindicatos, com destaque para os da região do ABC em São Paulo, foram fundamentais para o auxílio dos operários na gestão e manutenção das empresas com administração autogestionária (ODA, 2003). Em 1994, foi criada oficialmente a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária – Anteag com objetivo de amparar milhares de trabalhadores em processos de organização de empresas autogestionárias. A autogestão é a marca da entidade que buscou se fortalecer com base no desenvolvimento de novos modelos de gestão e de relações de trabalho (NAKANO, 2003).

Parte dessas cooperativas era organizada para reduzir os custos do trabalho nas empresas. Como ressalta Lima (2009), experiências com cooperativas de colheita de laranja, em São Paulo e, cooperativas industriais no Ceará podem ser incluídas nesse modelo ilegítimo de solidariedade econômica. Em função disso, a atuação sindical foi e ainda é conflituosa em relação ao apoio ao cooperativismo.

Nesse período, a atuação sindical era eventual e contraditória. Às vezes, apoiando a criação de cooperativas industriais para evitar o desemprego, como sindicatos calçadistas no Rio Grande do Sul, outras vezes, combatendo-se como forma de precarização do trabalho, como os sindicatos dos calçadistas do Ceará e de Franca e São Paulo, e outras vezes, ainda, com atuação pontuais em casos de fábricas recuperadas, como o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista (LIMA, 2009, p. 199).

Esses primeiros passos da economia solidária sob a perspectiva da autogestão, especialmente em centros urbanos, foram confusos, mas importantes para a afirmação das diferenças do projeto de organização do trabalho que se buscava construir, mesmo que seus limites permaneçam até hoje tênues.

Na área rural, Singer (2003a) destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra (MST) como importante no processo de construção da economia solidária a partir da luta contra a exclusão social e pela reforma agrária. Conforme descreve Ferreira (2003), a cooperação e o incentivo à construção de cooperativas de diversos setores nos assentamentos do MST são estratégias fundamentais do movimento. Embora essas experimentações tenham sido conflituosas, as formas coletivas de gestão de recursos dos trabalhadores permanecem vinculadas às iniciativas e projetos do movimento (FERREIRA, 2003, p. 91).

Outro processo importante da sociedade civil que contribuiu para o aparecimento de iniciativas econômicas, nos primeiros anos da trajetória da economia solidária no Brasil, foi o movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Liderado pelo sociólogo Betinho, em 1992, a população brasileira foi mobilizada para a doação de alimentos para um “Natal sem fome”. A distribuição de alimentos, já no ano seguinte, foi percebida como limitada e o desenvolvimento de estratégias de geração de trabalho e renda se mostrou fundamental. Nesse processo, surgiram projetos que desencadearam a constituição da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP na Universidade Federal do Rio de Janeiro seguida de várias outras iniciativas com o mesmo caráter em outras universidades brasileiras (SINGER, 2003b).

Lima (2009) ressalta que a experiência no Rio de Janeiro, por meio do programa de extensão da COOPPE-UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia), para apoio à organização da Cooperativa dos Trabalhadores de Manguinhos, em 1995, configurou-se como uma das primeiras iniciativas do “novo” cooperativismo. A proposta, além de envolver parcerias institucionais e políticas, como a FINEP e a Fundação Banco do Brasil, influenciou a criação do Programa Nacional de Incubadora de Cooperativas - PRONINC. Os primeiros artigos teóricos sobre o tema da autogestão como possibilidade efetiva de emancipação do trabalhador surgiram nesse processo (LIMA, 2009).

Segundo Guimarães (2003), o objetivo do programa das ITCPs é utilizar “[...] os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias, visando sua inclusão no mercado de trabalho” (GUIMARÃES, 2003, p. 111). Tais projetos estão em consonância com o princípio de extensão das universidades brasileiras em projetos de intervenção voltados à geração de trabalho e renda. Já em 1998, foi constituída uma rede que atualmente congrega ITCPs de todo o Brasil. De acordo com Lima (2009), o número de incubadoras universitárias cresceu de forma significativa no país, chegando a 42 no ano de 2009. Muitas dessas iniciativas começaram a realizar trabalhos conjuntos com municípios, a partir de políticas públicas direcionadas à economia solidária.

Esse “novo” cooperativismo se estruturou contrapondo-se ao cooperativismo de mercado, constituído fundamentalmente pelas grandes cooperativas agropecuárias que são representadas pela Organização das Cooperativas do Brasil - OBC (LIMA, 2009, p. 201).

A dualidade representada pelo novo e o velho, ou as autênticas e as falsas cooperativas, vão se constituindo ideologicamente, permeada por conflitos e interpretações divergentes no campo do pensamento de esquerda com fronteiras imprecisas, nem sempre representando a adesão aos princípios defendidos pelo movimento de Economia Solidária (LIMA, 2009, p. 201).

No âmbito das discussões do movimento sindical, outra iniciativa de destaque que surgiu no fim da década de 1990 foi a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, em parceria com a Unitrabalho e o Dieese. Conforme Magalhães e Todeschini (2003), o projeto nasceu das reflexões sobre o sindicalismo e o papel da CUT frente ao grave desemprego e às mudanças no mundo do trabalho. A entidade realizou diversos debates internos quanto ao projeto político em relação à economia solidária e deliberou, no fim de 1999, a criação da Agência. A ADS contava com escritórios nacional e regionais, que desenvolviam projetos de fomento, apoio e organização de empreendimentos econômicos solidários de diversos setores. Parte dessas estruturas foi reorganizada em função da criação da Unisol Brasil, em 2000, uma central de empreendimentos dentro do projeto da CUT para a economia solidária.

Segundo Lima (2009), as diferenças no campo do cooperativismo ficam ainda mais aparentes com a criação da Unisol que se propunha fortalecer as iniciativas econômicas democráticas e autogestionárias em contraposição às cooperativas fraudulentas ou tradicionais. No entanto, o tema da economia solidária no âmbito da CUT nunca foi consenso. Os debates internos quanto ao papel das cooperativas como solução para o desemprego ou como forma de precarização das relações do trabalho foram sempre presentes. Fora do contexto da central, a maioria dos sindicatos atua por orientação própria. O autor ressalta ainda que a Unisol passou a disputar espaço com a Anteag na representação dessa vertente do “novo” cooperativismo com concepções e práticas diferenciadas.

Ainda no âmbito das entidades fomentadoras de empreendimentos, é importante destacar também a atuação da Cáritas, órgão do Conselho Nacional de Bispos do Brasil - CNBB, que, por meio dos Projetos Alternativos Comunitários – PACs, apoiou iniciativas variadas para a sobrevivência de comunidades pobres de diversas partes do Brasil (SINGER, 2003a; GAIGER, 2003a). Singer (2003a) cita outras organizações, assim como governos municipais, importantes nesse contexto, como o caso de Porto Alegre, Blumenau, Santo André e São Paulo. O debate começou a se acirrar e surgiram os primeiros fóruns de economia

solidária nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

Lima (2009) afirma que a legitimação teórica da economia solidária no Brasil foi dada por Singer com base no projeto de “uma solução não capitalista para o desemprego” (LIMA, 2009, p. 202). No centro dessa proposição estava a formação de pequenos empreendimentos capazes de promover a inclusão de desempregados e trabalhadores que não tinham acesso ao mercado formal. O autor também chama atenção para as diversas edições do Fórum Social Mundial, como momentos importantes de mobilização de ideias em torno do projeto de economia solidária no Brasil.

Os Fóruns Sociais Mundiais de 2001 a 2005, realizados em Porto Alegre (e, posteriormente, em outras cidades do mundo), possibilitaram a consolidação do debate e do movimento da Economia social e solidária em suas vertentes europeia e latinoamericana. No caso brasileiro, deve ser considerado que o conceito de Economia solidária passou a abarcar distintos movimentos e formas alternativas de associação, desde as cooperativas de assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a programas sociais de origem ou apoiados por organizações religiosas, como a Cáritas, além de programas diversos de geração de renda (LIMA, 2009, p. 203).

Diversos movimentos sociais e entidades encontraram nessa proposta uma possibilidade de intervenção social e de mobilização. No início de 2000, com o aumento das organizações solidárias, ganham força também as instâncias de debate público sobre o tema. Embora existam diversas articulações, uma das principais a ser destacada é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que tem representações em todos os estados e cujo objetivo é discutir as políticas e estratégias do movimento, assim como reforçar seus princípios. Nesses espaços, reúnem-se diversos atores, ou seja, trabalhadores da economia solidária, representantes de entidades de fomento e representantes do poder público.

No mesmo período em que a articulação entre sociedade civil e movimentos sociais foi ampliada, foi criada, com a eleição do presidente Lula, no âmbito do Governo Federal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes dentro do Ministério do Trabalho e Emprego. Essa foi uma das primeiras experiências com esse formato no mundo e influenciou de forma significativa a ampliação da visibilidade desse tema no Brasil.

Nas próximas seções, será apresentada a conformação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Senaes, assim como as interfaces, diálogos e conflitos entre as duas estruturas.

4.2 O Fórum Brasileiro de Economia Solidária: sentidos e significados de um movimento social em construção

O movimento de economia solidária, aqui compreendido a partir da experiência do Fórum Brasileiro, tem sido analisado em diversos estudos. A trajetória de organização de atores sociais em prol do tema, no país, vincula-se com ligações em âmbito internacional, especialmente a partir do Fórum Social Mundial. Trata-se de um processo que se insere no contexto histórico e político vivenciado na América Latina e, fundamentalmente, no Brasil, nas últimas décadas.

Conforme Gohn (2011), é importante destacar que os anos de 1970 e 1980, na América Latina, foram marcados por processos de redemocratização. Com o fim das ditaduras, passou-se a vivenciar novas experiências em relação aos direitos sociais coletivos e à cidadania. A década de 1990 pode ser caracterizada por mudanças no capitalismo, por uma nova redivisão internacional do trabalho e por processos de reestruturação produtiva. Esse cenário afetou, por exemplo, os sindicatos, o que causou demissões em massa e exigiu novas posturas dos trabalhadores e de suas organizações. Nessa “era da globalização”, novos atores sociais e pautas de lutas entraram em cena, redesenhando, em parte, os movimentos sociais e suas organizações (GOHN, 2011).

Nesse novo ciclo de lutas, a exclusão social e a pobreza tornam-se temas fundamentais, mobilizando atores sociais em prol de alternativas que buscam conectar os aspectos macrossociais às abordagens que priorizavam a vida cotidiana.

É, pois, nessa confluência das reelaborações organizativas e práticas dos movimentos sociais com as transformações das questões conceituais a respeito do trabalho e sua afetação social, que, na década de 1990, constituem-se elementos propícios para que o mais forte movimento alternativo de geração de trabalho e renda, já visto em nosso país, ganhe espaço e volume, sob o nome de *Economia Solidária* (LACERDA; VERONESE, 2011, p. 29).

Nessa confluência, diversas organizações começaram a rediscutir a questão da organização do trabalho aliado ao tema da exclusão social e de formas mais sustentáveis de vida. Esse campo reuniu movimentos com diferentes bandeiras em prol do debate sobre outra economia. Em um contexto de democratização, movimentos sociais e organizações da sociedade civil demandam espaços de participação social com o objetivo de influenciar as políticas públicas. A Constituição Federal de 1988 assegura alguns desses preceitos e o desafio serão os limites e potencialidade desse diálogo, para construção de ações coletivas.

Alguns autores têm adotado a abordagem de rede para analisar a participação dos movimentos sociais nesse processo.

Os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas. Como parte desses esforços, muitas vezes, se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos. Essa demanda implica não somente na criação de espaços de diálogo entre atores da sociedade civil e do governo, mas da maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado (ABERS; BULOW, 2011, p. 65).

Abers e Bulow (2011) ressaltam a importância de se compreender a participação de ativistas dos movimentos sociais no Estado. Ou seja, o cruzamento dessa fronteira como fator importante para a construção de políticas públicas. Confluindo com essa argumentação, Diani e Bison (2010) afirmam que os movimentos sociais podem ser considerados também redes de interações informais que mobilizam diferentes indivíduos, grupos ou associações, a partir de uma identidade coletiva compartilhada, engajados em conflitos políticos ou culturais.

Em uma conceituação mais ampla, Gohn (2011) considera os movimentos sociais como “[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil” (GOHN, 2011, p. 251). Essas organizações são estruturadas a partir de temas e problemas de conflitos e disputa em uma sociedade. Tais processos criam uma identidade coletiva compartilhada por um interesse comum. Essa é a principal força do movimento, ou seja, a solidariedade construída com base em valores culturais e políticos debatidos em espaços coletivos e não institucionalizados. Os movimentos têm capacidade de gerar uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não estatal) e privada. Trata-se de mobilizações importantes na luta política de um país e em sua transformação. Sua atuação apoia-se em entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas baseadas em demandas socioeconômicas ou político culturais (GONH, 2011, p. 251-252).

Com base nas perspectivas apresentadas, apesar de envolver uma temática nova, não consensual e conflituosa, é possível afirmar a existência de um movimento social de economia solidária no Brasil. Essa articulação contempla diferentes atores sociais em prol da construção de formas de trabalho associado, autogestionário e com perspectivas emancipadoras. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária pode ser considerado um dos principais expoentes nesse contexto.

Esta seção será dedicada à análise do processo de conformação do FBES, seus projetos, conflitos e desafios. O caso apresentado está baseado em pesquisa documental,

realizada principalmente em documentos oficiais e públicos do Fórum e, em especial, na carta de princípios e nos relatórios das plenárias que são instâncias máximas de participação dos atores sociais envolvidos nesse movimento. Informações coletadas a partir de observação participante em eventos do FBES também foram utilizadas em uma tentativa de síntese.

O cruzamento entre as ações do FBES e da Senaes fica visível, reforçando a noção de rede e do trânsito entre movimento social e gestão pública. No caso da temática da economia solidária, esses limites institucionais sempre foram tênues. A fim de demarcar os principais acontecimentos e a implicação dos mesmos na consolidação do FBES, essa trajetória foi dividida em três fases. Cunha (2012), tratando do mesmo quadro, também compreende que há pelo menos dois momentos marcantes nesse processo, em especial, em relação à Senaes.

A primeira fase engloba a construção dos primeiros consensos quanto à identidade do movimento de economia solidária no Brasil e a articulação de seus principais atores sociais. Esse período abarca ainda a relação com a Senaes em seus primeiros anos e o desenho das políticas públicas em nível federal. A segunda é marcada por fortes conflitos e tensões e, compreende o momento de avaliação do FBES, quanto ao seu papel junto ao Governo Federal e suas principais estratégias. Na terceira fase, a conjuntura atual do Fórum é apresentada e a questão primordial gira em torno de seu projeto político para a sociedade.

Atualmente, o FBES envolve mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, mobilizando mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela rede de gestores em economia solidária.

4.2.1 Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária: articulação de atores sociais e a construção dos principais consensos (2001-2006)

Nessa primeira fase do movimento de economia solidária no Brasil, a mobilização para a constituição do FBES foi iniciada em 2001, no processo de preparação do I Fórum Social Mundial - FSM, em Porto Alegre. Um Grupo de Trabalho (GT Brasileiro)⁴⁹, do qual

⁴⁹ As doze entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participavam do GT-Brasileiro eram: **1. Rede da Socioeconomia Solidária (RBSES)** foi criada em 2000, em um encontro nacional em Mendes/RJ. **2. PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul** – Entidade com atuação nacional e internacional e, desde 1996, tem atuado como um dos atores na produção e reflexão de conhecimento relacionado à Economia Solidária e os seus eixos transversais. **3. FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional**, organização quinquenária de atuação junto aos movimentos populares, sindicais e ambientais, traz, na sua história o apoio às ações comunitárias, entre elas, de atividades produtivas, à agricultura familiar, às compras comunitárias. **4. Anteag – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em AutoGestão**, nasceu como resposta de parte do movimento sindical às situações de falência de

faziam parte um conjunto significativo de entidades, em geral, com atuação nacional, se organizou para debater essa temática no evento internacional. Naquele momento, sob o viés de outra globalização, conforme já discutido anteriormente, essas entidades se reuniram na primeira edição do FSM que teve a participação de 16 mil pessoas de mais de 117 países. Durante o evento, mais de 1500 participaram da oficina intitulada “Economia Popular e Solidária e Autogestão” (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012a).

Esse grupo encarregou-se de elaborar uma identidade minimamente consensual em torno da economia solidária e de planejar a construção de uma organização em nível nacional, considerando diferentes segmentos e atores sociais envolvidos com essa temática. O coletivo elaborou uma carta, em 2002, direcionada ao então presidente Lula, sob o título “Economia Solidária como estratégia política de desenvolvimento” na qual solicitava a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária. Esse documento foi aprovado na I Plenária de Economia Solidária, realizada em São Paulo, em dezembro do mesmo ano, com a presença de mais de 200 pessoas, entre trabalhadores de empreendimentos associativos, gestores de políticas públicas e entidades de assessoria e fomento (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012a).

Na segunda plenária, em janeiro de 2003, também, durante o Fórum Social Mundial, um documento intitulado “Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária” apresentava propostas mais concretas para a construção de um espaço nacional de articulação dos diferentes segmentos da economia solidária no Brasil. Com mais de 800 presentes, esse espaço definiu a agenda de mobilização de debates, de sensibilização pelas regiões e referendou o GT já constituído como responsável por esse processo (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012a).

empresas. **5. IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas**, criado pelo sociólogo Betinho, no início dos anos 80, tem oferecido avaliações de programas governamentais de diferentes políticas públicas, entre elas, os de Trabalho e Renda. **6. Cáritas Brasileira**, organismo internacional que no Brasil está vinculado à CNBB, atuando fundamentalmente junto a populações excluídas e em, desde 1980, promovendo a organização de grupos associativos no campo e na cidade através dos seus fundos de miniprojetos ou projetos alternativos comunitários (PACs) em quase todos os estados brasileiros, com incidência maior no Nordeste e no Rio Grande do Sul, onde surge com maior peso a articulação da economia popular solidária. **7. MST/Concrab – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**, Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária Brasileira. **8. Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)**, tem a peculiaridade de unir a pesquisa tecnológica à perspectiva da cooperação e do popular, reunindo professores, pesquisadores e universitários no apoio a iniciativas nascentes da Economia Solidária. **9. ADS/CUT – Agência de Desenvolvimento Solidário**, da Central Única dos Trabalhadores, traduz o esforço de parte do movimento sindical dos assalariados em buscar alternativas aos desempregados e/ou precarizados. **10. UNITRABALHO** - Reúne pesquisadores das universidades voltados para as questões do trabalho, tendo sido a principal organização de avaliação do Planfor/FAT (Programa Nacional de Formação Profissional). **11. ABICRED – Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito** – Também de constituição recente, passou a participar do GT Brasileiro a partir da I Plenária Nacional da Economia Solidária, em dezembro de 2002 (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012a).

Em junho de 2003, menos de seis meses depois, realizou-se a III Plenária de Economia Solidária, envolvendo 17 estados e com a participação de mais de 900 pessoas, representantes de empreendimentos e entidades de apoio, gestores públicos, incluindo o recém-nomeado Secretário Nacional de Economia Solidária, Prof. Paul Singer e representantes do Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, entre outros (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003).

Nesse momento, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária configurou-se como principal interlocutor da sociedade civil com a Senaes. Além disso, a organização teve o desafio de mobilizar a criação de fóruns regionais e estaduais para sustentação e ampliação do diálogo com as bases do movimento.

[...] o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES é hoje a instância nacional de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização do movimento de Economia Solidária no Brasil. O FBES representa também o movimento de Economia Solidária frente ao poder público (nas esferas federal, estadual e municipal através da sua Coordenação Nacional e dos Fóruns Estaduais e Municipais) e frente a entidades, redes e articulações nacionais e internacionais (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 3).

Na ocasião da III plenária, também foi aprovada a carta de princípios do FBES, um documento importante para a articulação dos atores sociais que compõem o movimento e para afirmação de seus valores, identidade de luta e eixos de mobilização. Esse foi o momento de construção dos grandes consensos quanto à economia solidária no país.

Um primeiro ponto que parece explícito na carta é o cenário sociopolítico desse novo projeto que, por um lado, se apoia na luta histórica dos trabalhadores contra a exploração do trabalho e, por outro, representa uma alternativa ao modo capitalista de produção. A ideia principal centra-se na organização e mobilização de outras relações sociais dos seres humanos entre si e com a natureza, a partir da forte crítica à mercantilização das relações de trabalho e à sua forma assalariada. O cenário para emergência desse projeto alternativo engloba a crise do assalariamento e a ampliação do desemprego e dos excluídos.

O ser humano é compreendido como sujeito e finalidade da atividade econômica e, não a acumulação privada de riqueza em geral e, de capital, em particular. Essas experiências são extremamente variadas e podem ser reconhecidas desde práticas de reciprocidade de povos indígenas até formas de cooperativas. Mesmo com a diversidade de origem e de dinâmica cultural, a carta apresenta eixos gerais de convergências quanto aos princípios da economia solidária:

- a valorização social do trabalho humano,
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza,
- os valores da cooperação e da solidariedade (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012b).

O documento também ressalta a perspectiva de uma globalização humanizadora e de um desenvolvimento sustentável e justo. O centro dessa economia está no trabalho e nas práticas de relações de colaboração solidária. Destaca-se a qualidade de vida e de consumo, ressaltando a necessidade de solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial. Dessa forma, a economia solidária configura-se como poderoso instrumento de combate à exclusão, na medida em que se torna viável a geração de trabalho e renda.

Ao afirmar sua identidade, o Fórum também apresenta o que não faz parte do seu projeto. De acordo com o documento, não se trata de estratégias para compensar problemas sociais gerados pela globalização neoliberal e, rejeitam-se as práticas de competição, consumismo, maximização do lucro individual e degradação do meio ambiente. Não se deve também confundir tais práticas com o terceiro setor e nem como estratégia de substituir o Estado nas suas obrigações sociais (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012b).

A Economia Solidária é fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular. Esta nova prática de produção e consumo privilegia o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 3).

Essa plenária de fundação definiu também a composição do FBES organizada a partir de três segmentos: empreendimentos econômicos solidários, gestores públicos e entidades de assessoria e fomento. Esse ponto foi polêmico principalmente em relação à incorporação dos gestores públicos como um dos segmentos do fórum. Definiu-se também que os empreendimentos considerados como protagonistas do movimento teriam maior representatividade nas diversas instâncias do FBES.

Segundo essa concepção, o papel das iniciativas econômicas foi definido como central no movimento de economia solidária no Brasil. De acordo com a carta do FBES, para compor o movimento, os empreendimentos econômicos solidários devem estar organizados de forma

coletiva, autogestionária e suprafamiliar. Essas iniciativas podem assumir diferentes formatos, como descrito a seguir:

Cooperativas, associações populares e grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nos âmbitos rural e urbano); empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas recuperadas pelos/as trabalhadores/as); agricultores familiares; fundos solidários e rotativos de crédito (organizados sob diversas formas jurídicas e também informalmente); clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social, ou moeda comunitária); redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias; lojas de comércio justo; agências de turismo solidário; entre outras (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 04).

As entidades de apoio e assessoria, em geral, são organizações sem fins lucrativos, não governamentais ou universidades. Essas últimas são representadas por meio das Incubadoras Tecnológicas ou grupos de extensão. Elas prestam serviços de apoio e de fomento aos empreendimentos em diferentes níveis de atuação, tais como formação, assessoria técnica, crédito, entre outros.

No segmento de gestores públicos, estão os representantes de governos estaduais e municipais que executam explicitamente programas e projetos voltados à economia solidária. Nacionalmente, esse segmento está representado pela Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária.

A estrutura do Fórum, nesse primeiro momento, foi organizada por meio de uma coordenação nacional composta por entidades e redes nacionais e três representantes dos Estados, dentre eles, dois empreendimentos e um de assessoria ou gestor público. No total, foram escolhidos 97 participantes que buscavam se reunir pelo menos duas vezes ao ano. Constituiu-se também uma coordenação executiva com representações das regiões e entidades nacionais, assim como uma secretaria executiva encarregada das ações operacionais do FBES.

Para discussão e aprofundamento de temáticas específicas importantes para o avanço do movimento, foram organizados Grupos de Trabalho⁵⁰ compostos por diferentes atores. Esses GTs tinham como objetivo realizar o diálogo entre governo e sociedade sobre questões importantes à economia solidária.

Os Fóruns estaduais e regionais constituíram-se como os espaços de capilaridade e organicidade do movimento. Nesse primeiro momento, nem todos os Estados tinham constituídas organizações dessa natureza. Essas instâncias foram compostas pelos mesmos

⁵⁰ Em um total de 8 Grupos Temáticos em funcionamento: Comunicação; Mapeamento; Marco Jurídico; Políticas Públicas; Produção, comercialização e consumo solidário; Relações Internacionais; Finanças Solidárias e Formação.

segmentos do FBES e são fundamentais para o diálogo com as bases, assim como para articulação com novos membros do Fórum.

A partir das discussões dos GT nacional, o FBES definiu eixos de ação que balizaram e ainda balizam, com algumas reformulações, as principais plataformas de ação do movimento. Esses eixos começaram a ser construídos desde a I plenária, mas se consolidaram no momento de criação, na III Plenária, e vêm sendo revistos em momentos subsequentes. Ao todo foram 7 plataformas trabalhadas: finanças solidárias⁵¹; marco legal⁵²; educação⁵³; comunicação⁵⁴; redes de produção, comercialização e consumo⁵⁵; democratização do conhecimento e tecnologias⁵⁶ e organização social da economia solidária⁵⁷.

Os primeiros passos de organização do Fórum são marcados por grandes desafios em relação às políticas públicas, com a criação da Senaese em relação à expansão do tema da

⁵¹ No campo das finanças solidárias, as propostas basicamente diziam respeito a duas questões. A primeira seria a criação, no âmbito do governo, de um fundo que pudesse fomentar as ações dos empreendimentos econômicos solidários, em nível nacional, estadual e municipal. Essa ação também estaria articulada com programas como Fome Zero e renda mínima. Por outro lado, se discutiam formas de incentivo e criação de programas de crédito voltados às especificidades dos empreendimentos solidários. O repasse desses recursos poderia ser operado por meio de operadoras de crédito como cooperativas, ONGs e Oscips, assim como com a criação de Fundos Solidários ou de linhas em bancos populares, de microcrédito ou bancos públicos. Havia também, nesse ponto, a discussão sobre rede nacional de trocas e criação de moedas sociais.

⁵² O marco legal envolve, de forma geral, pontos como tributação, organização jurídica e benefícios. A discussão sobre formas jurídicas adequadas aos empreendimentos considera não só a revisão da lei de cooperativismo, mas também estatutos jurídicos específicos como para empresas autogestionárias. Quanto à tributação, pensa-se em sistemas que incentivem a organização desses empreendimentos por meio de mecanismos de tributação adequados e diferenciados para essas empresas. E, por fim, buscavam-se benefícios como prioridades em licitações públicas ou reforma das leis trabalhistas.

⁵³ No campo da educação, definiu-se como prioridade a incorporação do tema da economia solidária nos programas curriculares dos diferentes níveis de educação; formar profissionais capacitados para trabalhar com o tema e ampliar a capacitação dos empreendimentos, seja por meio de cursos de qualificação, seja através da maior articulação com o SEBRAE e o sistema S. Buscava-se também a adequação dessas ações a uma metodologia e ao princípio da economia solidária, contemplando temas transversais como gênero, raça e etnia, por exemplo, com indicativo para criação de um grupo de formadores sobre essa temática.

⁵⁴ Na área de comunicação, priorizavam-se estratégias de comunicação externa e interna, com a utilização de ferramentas adequadas ao público da economia solidária. Definiu-se também o incentivo ao trabalho de rádios e TVs comunitários e também organizações autogestionárias de jornais, revistas etc. A ideia de um banco de experiências se apresentou como uma forma de replicar boas práticas em diferentes contextos, assim como a realização de intercâmbios para troca de saberes.

⁵⁵ No campo de redes de produção, comercialização e consumo, a organização em rede se destacou tanto no campo do incentivo a essa forma de articulação nos territórios como também com o apoio das políticas públicas de compras, por exemplo. Levantou-se também a possibilidade de criação de um portal da economia solidária, selos e marcas. O consumo e a comercialização foram pensados sob a perspectiva de ação coletiva.

⁵⁶ Democratização do conhecimento e tecnologia se referia à promoção de tecnologias apropriadas à economia solidária e a orientação de pesquisas e programas de extensão nas universidades. Para formação e capacitação tecnológica dos empreendimentos, buscava-se a criação de programas de incentivo, criação de centros solidários de desenvolvimento tecnológico, ampliação de fóruns de ciência e tecnologia, redefinição da assistência técnica em espaços rurais, mobilização do potencial criativo e promoção do acesso às novas tecnologias, com intercâmbios e trocas de materiais.

⁵⁷ No campo da organização social, buscou-se reforçar o papel do movimento em articular com a Senaese e promover a criação de políticas transversais. Da mesma forma, ressaltou-se a importância da representatividade do Fórum no Conselho e o fortalecimento das bases.

economia solidária no país. Era imprescindível fortalecer as bases e articular os empreendimentos solidários que, em muitos casos, não estavam mobilizados sob tal perspectiva. Isso significou a realização de formação e ampliação das instâncias locais, o que implicava questões de ordem operacional, como pessoas liberadas para trabalhar na secretaria executiva dos fóruns e também recursos para mobilizações, reuniões e plenárias.

Além disso, o ato que criou a Senaes deliberava sobre a criação do conselho nacional, que passou por um período de discussões até sua maturação e instituição, em 2006. Esse espaço representaria, em alguma medida, a institucionalização do diálogo entre Governo Federal e movimento de economia solidária.

Nesse contexto, os primeiros anos de criação do Fórum, a partir de 2003, foram de muitas atividades e de rápida expansão. A elaboração e implementação de políticas públicas consideradas pelo movimento como essenciais ao projeto de economia solidária, começaram a ser executadas, como o caso do mapeamento nacional, ocorrido em 2005 e 2007. Nesse processo, o FBES teve grande participação, em especial, em suas instâncias regionais no desenvolvimento da pesquisa nos Estados, como confirma Cunha (2012), embora também ressalte elementos conflituosos nesse contexto:

Desde sua criação, o FBES e suas entidades-membros ocupam o papel de interlocutores privilegiados da Senaes na sociedade civil, não só na expressão de demandas e na sugestão sobre as linhas da política, como também na própria execução de várias das ações e projetos, enquanto parceiros do poder público [...]. Embora este papel suscite questionamentos e conflitos que se acirraram, sobretudo na segunda gestão Lula, além do fato de que atores importantes na rede de políticas dialogam diretamente com órgãos estatais sem passar pela mediação do FBES, não se pode negar que, ao menos durante a primeira gestão, o FBES adquiriu a posição de principal articulação da ES na sociedade civil, enquanto expressão organizada de um movimento social em construção (CUNHA, 2012, p. 198).

Ainda segundo Cunha (2012), a equipe da Senaes, desde o início, tinha por opção o fortalecimento do Fórum Brasileiro como a principal instância de articulação da diversidade da economia solidária. A ideia era de que um movimento forte e articulado contribuiria para a expansão e institucionalização da política pública. Uma das primeiras ações da Secretaria foi justamente o apoio à sustentação do Fórum e suas instâncias estaduais, inclusive contribuindo para sua criação em lugares em que elas não existiam. No entanto, havia também questionamentos quanto ao papel do FBES como interlocutor, em especial, pela sua fragilidade e recente articulação. Essas tensões eram evidenciadas por integrantes do Fórum que temiam pelo aparelhamento do movimento. Apesar dessas questões, foi criado um Conselho interlocutor que representava o espaço de diálogo entre Senaes e FBES.

Da mesma forma, as atividades de alguns Grupos de Trabalho foram intensas e várias ações foram delineadas a partir desses debates. No entanto, o avanço e a disseminação da economia solidária nos Estados e a ampliação da mobilização de empreendimentos, entidades de apoio e gestores públicos geraram diferentes conflitos no âmbito do movimento. Com o aumento de ações e projetos do governo federal nesse campo, as concepções e estratégias dos diferentes atores ficavam mais confusas, o papel de lideranças e a relação com o governo federal aprofundou alguns conflitos. O elemento primordial para o início do que foi caracterizado como segunda fase do FBES é a constituição do Conselho Nacional de Economia Solidária, em 2006, processo que será apresentado na próxima seção.

4.2.2 Representação, participação social e conflitos: repensando a prática (2006-2010)

Os primeiros anos de atuação do Fórum e da Senaes, a partir de 2003, foram marcados pela elaboração e execução de diferentes ações, projetos e programas. Esse foi um período de aprendizado e ao mesmo tempo de construção. No âmbito do MTE, a economia solidária se configurava como um diferencial no que se relaciona à questão do Trabalho, Emprego e Renda.

A composição do Conselho Nacional de Economia Solidária, criado no mesmo decreto da Senaes, foi negociada até 2006, quando foi possível, depois de muitas discussões, a indicação de seus membros. A discussão foi intensa, especialmente, em relação aos indicados pela sociedade civil. Uma das principais polêmicas, segundo Cunha (2012), era a indicação ou não de algumas entidades, como a Organização das Cooperativas do Brasil - OCB, entidade de representação do cooperativismo dito tradicional.

Em meados de 2007, com a instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária, logo após a primeira Conferência Nacional, a interlocução do FBES com o governo se alterou. Essa instância institucionalizada, composta pela sociedade civil e pelo governo modificou o papel do Fórum como interlocutor na política pública nacional. E na tônica de repensar seu papel perante o Governo, a IV plenária começou a ser articulada, voltada para as prioridades internas do movimento, a conformação de seu projeto político e o fortalecimento de suas bases. Muitos projetos estavam em curso, muitos atores novos haviam sido mobilizados e alguns desmobilizados. A economia solidária, a partir do impulso da política nacional, começou a chegar a diferentes municípios em forma de ações governamentais e na constituição de leis de fomento.

A reestruturação fora diagnosticada como prioridade nas instâncias de Coordenação do FBES, e seus processos de mobilização confrontavam-se com os desafios de ativar dinâmicas orgânicas dos fóruns locais – que, em muitos estados, não passavam de algumas pessoas de referência, e mesmo os fóruns estaduais em muitas UFs não estavam ativos, além de não contarem com equipes liberadas e/ou infraestrutura física. A partir das discussões e encontros nos territórios, a proposta era mobilizar plenárias estaduais que preparassem para uma IV Plenária Nacional – inicialmente planejada para 2007, mas que acabou se viabilizando só em 2008 (CUNHA, 2012, p. 249).

Em março de 2008, foi realizada a IV Plenária do FBES com o tema “Outra economia construindo outros desenvolvimentos”. Esse momento marcou a segunda fase, pois ressaltou, de forma mais clara, as bandeiras e eixos de lutas do Fórum, revisando suas ações prioritárias nos eixos de Produção, Comercialização e Consumo solidário; Formação; Finanças Solidárias; Marco Legal⁵⁸. Diferente do momento de conformação do Fórum, em que as prioridades estavam em fase de construção, nesse momento, o movimento conseguiu sistematizar e priorizar ações de maneira mais concreta.

Além dos debates acerca das bandeiras, o Fórum avançou na definição do seu papel social como “[...] um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos” (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 7).

⁵⁸ O eixo de **Produção, Comercialização e Consumo Solidários** foi o eixo mais concorrido e com maior participação de delegados e definiu, entre várias outras orientações importantes, que as bandeiras prioritárias para este eixo serão: **1)** Por programas e políticas de infraestrutura e apoio à formação de redes e cadeias de produção, comercialização, consumo e logística solidária; **2)** Por um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário; **3) Interna:** Criar e articular redes e cadeias de produção, comercialização e consumo. O eixo de **Formação** elencou três bandeiras principais, sendo que a primeira foi considerada como estruturante e portanto central, complementada pelas duas seguintes. São elas: **1)** Realizar ações de formação junto aos/as trabalhadores/as da Economia Solidária; **2)** Articular e fomentar a Rede de Formadores em Economia Solidária; **3)** Pelo financiamento público a pesquisas e tecnologias para melhoria da produção e outras temáticas da Economia Solidária. Já o eixo de **Finanças Solidárias** apontou que este eixo deve mudar de nome, de modo a explicitar a sua bandeira estruturante: este eixo passa a se chamar “Por um Sistema Nacional de Finanças Solidárias”, e tem como bandeira prioritária, que lhe dá sustentação e é uma das bandeiras mais importantes para o FBES hoje a construção do PRONADES: “Por um Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária – PRONADES”. Por fim, o eixo **Marco Legal** foi um dos mais difíceis de se trabalhar. Havia a contribuição de facilitadoras/es que compreendiam muito do assunto e tinham posições divergentes, de modo que houve um debate profundamente rico com uma grande diversidade de argumentos e proposições. Este eixo acabou não conseguindo identificar 2 ou 3 bandeiras prioritárias, mas fez um grande trabalho de síntese com um texto de orientações para o eixo e detalhamentos das bandeiras. Portanto, as bandeiras principais seguem sendo as 6 que vieram das plenárias estaduais, ou seja: **1)** Por uma Lei Geral da Economia Solidária; **2)** Pela alteração, aprovação e implementação das leis de Cooperativismo (geral e específicas) de acordo com os princípios e valores da Economia Solidária; **3)** Pela aprovação e implementação de leis municipais e estaduais de reconhecimento e fomento à Economia Solidária; **4)** Por uma tributação diferenciada para empreendimentos de Economia Solidária; **5)** Pela regulamentação e ampliação do mercado institucional para produtos e serviços da Economia Solidária; **6) Interna:** Consolidar articulações do FBES com o poder legislativo (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 5-6).

A plenária também avançou, definindo, de forma mais precisa, quais eram os empreendimentos, passando a exigir comprovações para participação nos fóruns locais. A participação dos gestores foi reafirmada a partir da participação dos mesmos em rede. As entidades que faziam parte da coordenação nacional tiveram que demonstrar a atuação em pelo menos 7 fóruns estaduais, o que reforçou a participação das mesmas nas instâncias regionais. Da mesma forma, estabeleceram-se parâmetros para a organização dos fóruns municipais, microrregionais e estaduais.

Nesse sentido, o Fórum aprofundou a concepção de empreendimentos de economia solidária, estabelecendo critérios mais claros, como descritos a seguir:

Quanto à gestão e funcionamento internos:

- São coletivas (singulares e complexas), tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos informais e bancos comunitários.
- Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados.
- Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real. A forma jurídica não é o mais fundamental, mas sim a autogestão.
- No caso de associações sem fins lucrativos, estas devem possuir atividade(s) econômica(s) definida(s) em seus objetivos.
- São organizações regulares, que estão em funcionamento, e organizações que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas.
- Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário.
- São organizações que respeitem os recortes de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, grupos sociais minoritários como comunidades tradicionais e de fundo de pasto, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, portadores de necessidades especiais; que abominem toda a forma de violência contra mulheres, crianças, índios, negros/as; e que contemplem a dimensão ética em suas ações e atividades.
- São organizações que respeitem o direito de trabalhadores/as e não explorem o trabalho infantil, considerando exploração o trabalho forçado e coagido e não a transmissão de saberes tradicionais entre pai, mãe e filhos na agricultura familiar.
- São organizações que valorizam o compartilhamento, entre homens e mulheres, do trabalho reprodutivo e do cuidado com as pessoas.
- São organizações que respeitem critérios ambientais nas suas atividades econômicas, buscando a priorização da conservação ambiental e o desenvolvimento humano (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 43).

As organizações no campo da agricultura familiar, unidades indígenas, quilombolas, extrativistas e agricultores urbanos são consideradas empreendimentos, se estiverem integradas em iniciativas coletivas, autogestionárias e suprafamiliares. Comunidades tradicionais (ribeirinhas, quilombolas, pescadores etc) podem ser consideradas se de fato tiverem uma ação econômica coletiva. Os empreendimentos familiares urbanos podem participar, desde que integrados a uma organização por ramos de atividades ou território e que

sigam os princípios da economia solidária. A plenária definiu ainda que os grupos que não atendem a esses critérios podem participar do Fórum, sem direito à representação, desde que busquem se adequar aos mesmos.

Já as entidades de apoio devem ter atuação de assessoria e fomento em ações em várias modalidades junto aos empreendimentos solidários, tais como capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento, crédito, assistência técnica e organizativa. Elas devem incentivar a participação nos fóruns e participar dos mesmos, subsidiando a elaboração e o fomento de políticas, incluindo em seus projetos planos de ação e atividades de fortalecimento dos Fóruns locais.

Os movimentos sociais não participam do Fórum enquanto segmentos, mas são aliados na construção de lutas comuns. Incentiva-se a articulação com outros movimentos sociais em prol da transformação social, sendo fundamentalmente ampliar essas alianças.

Essa plenária contou com a participação de representantes de entidades internacionais, como a RIPESS (Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária), da qual o FBES faz parte em seu Conselho de Administração; *Espacio Mercosur* (uma rede de articulação para a busca de relações concretas de colaboração entre empreendimentos solidários do Mercosul); a Universidade de Kassel (Alemanha) e o *Chantier* (Quebec-Canadá).

Os recursos financeiros mobilizados pelo Fórum, no período de 2004 a 2008, de acordo com o relatório apresentado ao fim da realização da Plenária, foram na ordem de R\$ 2.839.083,52 (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008). A maior parte desse recurso, 77%, foi financiada pela Senaes. Frente a esses dados, Cunha (2012) ressalta que a sustentabilidade do FBES foi um ponto controverso desde o começo, embora isso possa parecer surpreendente.

A questão da sustentabilidade do FBES foi polêmica desde o início – o que não deixa de ser surpreendente, já que em muitos outros campos de políticas públicas o fortalecimento de instâncias de organização da sociedade civil por meio do apoio governamental é considerado componente importante e não gera maiores controvérsias, para não falar de organizações ligadas ao grande capital que foram e continuam a ser fortemente apoiadas pelo Estado (por ex., a OCB, para ficar no campo do agronegócio sob forma do cooperativismo empresarial). O secretário Singer, em especial, sempre defendeu a necessidade de apoiar (inclusive financeiramente) este espaço de articulação das forças da ES, antevendo os problemas desde o início (CUNHA, 2012, p. 236).

As estratégias prioritárias para o triênio de (2009-2011) do FBES foram definidas como fortalecimento político e organizacional dos Fóruns estaduais, microregionais e

municipais, visando a uma maior integração e interiorização do movimento. Outro enfoque foi a consolidação dos empreendimentos a partir de redes e cadeias no campo da produção, comercialização, logística, consumo e finanças solidárias. Da mesma forma, destacou-se a incidência nas políticas públicas, em especial, sob a perspectiva de outro modelo de desenvolvimento.

As relações com outros movimentos e atores da sociedade civil, em consonância com as proposições da economia solidária, tornaram-se prioridade, assim como articulações internacionais, fundamentalmente na América Latina. Outra preocupação foi a busca por sustentabilidade dos fóruns nacional e local, por meio de estratégias de autofinanciamento, captação de recursos públicos e cooperação internacional.

De acordo com Cunha (2012), a nova fase do FBES será marcada pelas mudanças em relação às dinâmicas de interação com a Senaes, com tensões entre as duas partes. A instalação do Conselho representará a perda de força do Fórum na construção conjunta das políticas públicas que era predominante no período anterior. A etapa foi considerada menos participativa. A autoavaliação iniciada em 2006 evidenciou a necessidade de reestruturação e rediscussão da composição do Fórum, sua forma de funcionamento e seus conteúdos prioritários.

Nesse momento, apesar do ponto de vista otimista que poderia se exprimir mediante a construção conjunta de políticas públicas, Cunha (2012) destaca que o balanço interno do FBES indicava que essa construção havia sido feita de forma desigual. Mesmo com o reconhecimento de certos avanços, alguns tensionamentos ficaram claros e, no geral, com a percepção de fragmentação e pouca integração entre as ações. Com a instituição do Conselho Nacional, mesmo que mais da metade dos conselheiros fossem indicados pelo FBES, esse se caracteriza como outro espaço de participação marcado pelas disputas de projetos e mobilizações. A força do movimento passa a compreender sua capacidade de realizar proposições e defendê-las no âmbito do CNES.

Durante a preparação da IV Plenária, segundo Cunha (2012), alguns fatores acirraram ainda mais as relações entre FBES e Senaes. Um deles foi a decisão de que a Secretaria não teria direito de voto durante o evento. Decisão que pode ser interpretada como reflexo da tentativa de afirmação do Fórum quanto sua identidade, na busca por marcar independência em relação à Senaes. Embora essa decisão prévia tenha sido revogada logo no início da Plenária, seus desdobramentos ampliaram a distância entre os dois.

Outros pontos polêmicos também contribuíram para tornar o ambiente do evento tenso e, dentre eles, o mais forte foi o impasse quanto à composição da coordenação executiva,

espaço que concentra certo grau de poder político decisório. Cunha (2012) afirma que, por um lado, isso demonstra a dificuldade de perceber que tais estruturas representam articulações e acordos de um coletivo maior. E, por outro, apresenta-se a partir de uma lógica centralizadora, característica do que a autora denomina “lógica de funcionamento da esquerda mais institucional”. Ela conclui que esses conflitos surgiram em função de um debate inacabado sobre a existência e natureza do “movimento em construção” e pelas divergências mais amplas, que ainda não foram superadas.

Em suma, a partir do segundo governo Lula, observa-se crescente dissociação entre as duas instâncias nacionais da ES que haviam nascido da mesma semente de articulação, em que nem o FBES é considerado mais como único interlocutor, embora segundo o discurso geral continue a ser interlocutor “preferencial” (cf. RONCONI, 2008), nem tampouco a Senaes é mais vista como lugar exclusivo das políticas públicas, sequer como possível articuladora da execução transversal. [...] Além disso, chama atenção a descontinuidade de apoio financeiro ao Fórum – que pode se justificar por uma série de motivos, como falta de recursos, novas regras de parcerias etc., mas nunca é demais lembrar que o fortalecimento à organização social havia sido um dos eixos da Plataforma incorporada nas políticas federais de ES. [...] Por ora, uma avaliação das dinâmicas de relações no segundo período é de que a vocação de construção conjunta permaneceu em vários espaços, porém, as dinâmicas observadas nas políticas específicas corroboram a hipótese de que a materialização desta vocação variou segundo os temas e os interlocutores envolvidos. Pensar que as relações entre atores diversos em posições dentro e fora do aparelho do Estado se desenrolaria sem tensões e atritos seria ingênua idealização, já que o conflito é tão constitutivo destas relações quanto a cooperação. Porém, o que causa perplexidade entre vários atores envolvidos (entre os quais me incluo) é a virtual mutação de um ambiente inicial em que haviam predominado esforços partilhados de construção de um espaço público antes inexistente, para uma distinção bem mais radicalizada das posturas em torno da oposição “ser do governo” X “ser do movimento”, situação que se cristalizaria assim pelo resto do governo Lula (CUNHA, 2012, p. 257).

O período que se seguiu à IV plenária foi também intenso, com a ampliação de ações do FBES. Dentre os destaques, pode-se ressaltar a criação do “Cirandas”, que é uma ferramenta da internet para promover a articulação econômica, social e política da economia solidária. Trata-se de um espaço que visa à articulação entre os atores, à divulgação e à busca de produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários. Além disso, funciona como uma rede social, que interliga conteúdos e demandas de consumo e venda.

Outras iniciativas podem ser destacadas, nesse período, como o Centro de Formação em Economia Solidária, projeto nacional, financiado pela Senaes. Executado em todas as regiões do Brasil, a iniciativa tem como objetivo formar educadores populares, agentes de desenvolvimento, gestores públicos, conselheiros de políticas públicas de geração de trabalho e renda e formadores para atuarem na economia solidária. O período de execução foi de 2009

a 2012. O projeto envolveu milhares de pessoas em todo o Brasil, num processo de formação, construção e sistematização de práticas.

Em 2011, foi lançada a Campanha pelo Projeto de Lei de iniciativa popular para uma Lei Geral de Economia Solidária. Esse é um debate e uma antiga demanda do movimento manifestada em todas as suas plenárias e conferências. A proposta foi consolidada no âmbito do Conselho Nacional de Economia Solidária e propõe a criação da Política Nacional de Ecosol e o Fundo Nacional de Economia Solidária. O Fórum vem mobilizando campanha em prol de assinaturas e tem que alcançar um milhão e trezentas e cinquenta mil assinaturas.

Em 2010, foi instituído pelo governo federal, o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS com o objetivo de fortalecer a prática de preço justo para quem produz, comercializa e consome; divulgar os produtos, processos, serviços, bem como experiências e organizações que sigam as normas do SCJS; subsidiar os empreendimentos econômicos solidários; contribuir com os esforços públicos e privados de promoção de ações de melhoria para a comercialização; incentivar a colaboração entre os empreendimentos; apoiar a educação para o consumo. O sistema é um conjunto de parâmetros que envolve conceitos, princípios, critérios, atores, instâncias de controle e gestão visando a uma estratégia única de afirmação e promoção do Comércio Justo e Solidário no país. Essa é a primeira experiência no mundo nesses moldes.

Os mapeamentos nacionais também foram projetos que mobilizaram o Fórum e seus atores, em especial, nas comissões gestoras estaduais. Foi realizado, nos anos de 2005 e 2007, o mapeamento de mais de 21 mil empreendimentos em todo o território brasileiro e sua terceira versão será finalizada em 2013. Para planejar políticas públicas e mobilizar socialmente, era preciso conhecer e chegar às diferentes iniciativas inscritas nos princípios da economia solidária. Iniciativas dessa natureza já tinham sido realizadas por entidades ou organizações em diversas partes do país, como no caso do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária que elaborou um sistema de mapeamento dos empreendimentos desse Estado.

Para o início dessa ação, foi constituído um grupo de trabalho que definiu o que seria considerado empreendimento econômico solidário. Além dos empreendimentos, são pesquisadas também entidades de assessoria e fomento e políticas públicas. O processo do mapeamento é coordenado por uma comissão Gestora Nacional do SIES e nos Estados por Comissões Gestoras Estaduais de que participam representantes do Fórum e do poder público. Essa comissão tem o papel de contribuir para os trabalhos da comissão técnica de pesquisa no planejamento das atividades, articulações locais e também validação dos questionários

aplicados. Essa gestão compartilhada pode apresentar vantagens, principalmente porque o conceito trabalhado como empreendimento é amplo, mas a prática de seus princípios nem sempre é fácil.

Essa fase do FBES foi marcada pela reflexão quanto à atuação do movimento social em relação às políticas do governo federal, a partir da criação do conselho nacional. Outro ponto fundamental desse período compreende a reestruturação interna do Fórum que colocou em debate a articulação de forças entre os fóruns estaduais e algumas entidades nacionais. A IV plenária se configurou como o auge dessa disputa interna e marcou a separação do projeto de algumas organizações para o reforço das instâncias estaduais, compreendidas na diversidade dos fóruns regionais.

Na próxima seção, será tratada a terceira etapa aqui interpretada como aquela em que o Fórum busca fortalecer seu projeto político para a sociedade e que ainda está em curso.

4.2.3 Relação entre o Estado e o movimento social: repensando o projeto político para a sociedade

A terceira fase do FBES começa a se delinear especialmente a partir da mudança no governo federal. Com a eleição da presidente Dilma Rousseff, a economia solidária se torna um tema ainda mais importante no que diz respeito à erradicação da extrema pobreza. Essa adequação direciona os programas e ações da economia solidária para os beneficiários do Programa Bolsa Família, inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico. Ao mesmo tempo, percebe-se também a ênfase nas ações voltadas ao empreendedorismo, englobando, em especial, os microempreendedores individuais.

Em 2011, o governo lançou o Projeto de Lei 865 que propunha a criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa que passaria a ter atribuições relacionadas à economia solidária, com a transferência da Senaes e do Conselho para essa nova pasta.

Em diversos documentos e atos, o Fórum Brasileiro demonstrou sua insatisfação quanto à falta de diálogo do governo com a sociedade civil, com o Conselho e com a Senaes em relação à mudança proposta. O movimento se manifestou contrário à nova proposição. Para ampliar essa discussão, os fóruns estaduais mobilizaram audiências públicas, no período de maio a junho de 2011, com a participação de diferentes atores sociais e com o apoio das frentes parlamentares de Micro e Pequena Empresa e da economia solidária. Nesse período, foram realizadas 23 conferências, reunindo cerca de 2.500 pessoas.

Nas audiências, atores da economia solidária, em sua maioria, reafirmaram as diferenças em relação às micro e pequenas empresas, especialmente quanto às estratégias de desenvolvimento territorial, sustentável e solidário. Buscou-se ressaltar que os empreendimentos atuam sob caráter de emancipação social e, também, lutam contra a pobreza, destacando suas articulações com outros temas como agroecologia, segurança alimentar, saúde mental, moradia urbana, entre outros. O FBES também recebeu apoio de diferentes instituições contra tal proposta, inclusive em âmbito internacional.

Com base nas proposições advindas de todo o Brasil, foi apresentado ao governo um documento que sintetizava as principais diretrizes do FBES em relação ao Projeto de Lei. A proposta continha dois apontamentos gerais: o da criação de uma Secretaria de Economia Popular Solidária e Desenvolvimento Econômico (ideia sempre reforçada nas Conferências) ou, se isso não fosse possível, a ampliação das ações e o fortalecimento da Senaes no espaço que lhe fosse atribuído.

Após intensa mobilização e debates, o PL 865 foi retirado da pauta do Governo e a Senaes permaneceu no Ministério do Trabalho e Emprego. No entanto, nas avaliações de algumas lideranças do Fórum, essa atitude foi audaciosa e gerou conflitos internos no movimento. É desse momento político que nasce a V plenária, buscando fortalecer a economia solidária externamente e consolidar sua identidade política e social como movimento.

Com o tema “Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”, a plenária teve como intenção aprofundar o debate acerca da economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário. Trata-se de uma opção de organização popular e luta emancipada dos trabalhadores associados segundo uma proposta transversal e interligada com diversos temas, sujeitos e iniciativas para o enfrentamento e superação do modelo capitalista. Os debates foram organizados em três dimensões: Orientação política do movimento⁵⁹; Orientação das ações do movimento; Organicidade do movimento.

⁵⁹ A Coordenação Nacional do FBES, em sua X reunião, indicou os pontos a serem aprofundados no processo da V Plenária que dizem respeito ao rumo político do movimento. São eles: a) sustentabilidade; b) autogestão e autonomia; c) economia popular; d) emancipação econômica e política dos empreendimentos de economia solidária; e) território e territorialidade; f) diversidades (gênero, raça, etnia, povos e comunidades tradicionais, orientação sexual, geração, juventude, rural/urbano, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional e saúde mental); g) cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de economia solidária e o estado (FBES, 2012c).

Refletindo sobre a identidade do movimento social de economia solidária no Brasil. Para tanto, é importante debater o significado de ser um movimento social, o que nos une, quais os nossos enfrentamentos, com quais movimentos e setores nos aliamos. Refletindo sobre o nosso projeto político para a sociedade. Buscando construir estratégias que nos ajudem a identificar o que e quem contribui para o fortalecimento do nosso projeto político, bem como o que dele nos distancia (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012c).

É importante salientar que o movimento de economia solidária, nesse momento, visa discutir, como em outras plenárias, suas ações prioritárias e formas de organização, mas foca no caráter político do movimento, o que pode ser uma tentativa de reafirmar sua identidade. O documento base da plenária destaca a economia solidária como um movimento contra o capitalismo, em prol de uma nova sociedade e organização social, política e econômica. Para tanto, é preciso ampliar diálogos, articulações e alianças estratégicas, parcerias e convergências com outros movimentos sociais na construção de uma sociedade justa, solidária, diversa, autogestionária e sustentável.

Após cerca de 10 anos de construção, não só do movimento, mas também de uma política nacional, compreender como esses atores sociais construíram essa trajetória em nível local apresenta-se como algo propício nessa conjuntura de reflexão. Os resultados dos debates da V Plenária e seus desdobramentos fogem ao escopo desta tese, considerando que o evento ocorreu na segunda quinzena de dezembro de 2012 e, portanto, não houve tempo para uma análise aprofundada. É importante salientar que essa é uma nova fase do movimento que busca repensar suas ações de forma mais independente das políticas nacionais e reforça seu caráter político. O processo ainda está em construção, mas torna-se cada vez mais evidente a mudança de caminho do FBES. A viabilidade desse projeto no contexto atual ainda não é clara, principalmente no que diz respeito às estruturas e mobilização do Fórum nos Estados e municípios, conforme será tratado no próximo capítulo.

4.3 Sentidos da incorporação da economia solidária como política pública no Brasil

Além da organização da sociedade civil, como demonstrado na seção anterior, as políticas públicas desenvolvidas com a temática da economia solidária têm se ampliado em todos os níveis da federação de maneira significativa no Brasil. O crescimento de pesquisas nesse campo comprova a relevância desse tema, tanto no âmbito empírico quanto científico. Um conjunto de estudos desenvolvidos nos últimos anos aborda, de forma multidisciplinar, a conformação dessas políticas a partir de diferentes perspectivas. É possível identificar trabalhos que buscam compreender a estruturação dessas ações públicas, os processos de

implementação, a organização de redes e institucionalização política, a participação de diferentes atores e suas trajetórias militantes, além da avaliação de resultados (GOULART; MARIN, 2011; GOERCK; BULLA, 2009; SILVA; OLIVEIRA, 2011; CUNHA, 2012).

Paralelamente, a economia solidária amplia seu campo de atuação em diversos governos inserindo-se em políticas relacionadas não só à geração de trabalho e renda, mas também ao desenvolvimento sustentável e agrário, segurança alimentar, agroecologia, saúde mental, entre outros. Diferentes atores sociais estão implicados na construção dessas ações públicas, participando de processos complexos e conflituosos.

Em relação à economia solidária, governos locais, em geral administrados pelo Partido dos Trabalhadores, desenvolveram ações de apoio aos empreendimentos econômicos solidários, tais como feiras, assistência técnica e microcrédito. Podem ser destacadas as experiências do Governo do Estado do Rio Grande do Sul que implementou o Programa de Economia Popular e Solidária, em 1999 e do município de São Paulo que instituiu o Programa Oportunidade Solidária, em 2001 (GOULART; MARIN, 2011).

Cunha (2012) elaborou um quadro que apresenta detalhadamente quais governos, em âmbito estadual, desenvolviam ações voltadas à economia solidária em 2009. De acordo com a autora, esse levantamento, com exceção de Minas Gerais, reforça o que Bitelman (2008 apud Cunha, 2012) atribui como “fator partidário”. Ou seja, a maioria dos governos era administrada pelo PT, seguido pelo PMDB, PSB e do PDT⁶⁰.

⁶⁰ De acordo com Cunha (2012), “Além dos estados supracitados, Tatiana Godoy identificou em sua pesquisa pelo menos mais dois estados com estruturas então em implantação, Amazonas e Rio de Janeiro (GODOY, 2011). Dos 16 estados identificados ao todo, 10 eram comandados por partidos considerados de esquerda: 5 pelo PT (AC, BA, PA, PI, SE), 3 pelo PSB (CE, PE, RN) e 2 pelo PDT (AP e MA, neste caso depois substituído pelo PMDB). Outros 5 eram governos do PMDB, incluindo os dois estados em implantação (AM, ES, MS, PR, RJ), e um era governado pelo PSDB” (CUNHA, 2012, p. 181).

Quadro 4 - Áreas com políticas de economia solidária nos governos estaduais (em 2009)

| | GOVERNO ESTADUAL | SECRETARIA ESTADUAL | ÓRGÃO DIRETAMENTE RESPONSÁVEL PELA PPES | TIPO |
|--------------|---|---|--|------|
| NORTE | Acre | Sec. Desenvolvimento para Segurança Social | Divisão de Economia Solidária (do Depto. de Inclusão Sócio Produtiva e Empoderamento Comunitário) | 1 |
| | Amapá | Sec. Trabalho e Empreendedorismo | Núcleo de Associativismo e Economia Solidária (dentro da Coordenadoria do Empreendedorismo) | 1 |
| | Pará | Sec. Trabalho, Emprego e Renda | Diretoria de Economia Solidária | 1 |
| NORDESTE | Bahia | Sec. Trabalho, Emprego, Renda e Esporte | Superintendência de Economia Solidária | 1 |
| | Ceará | Instituto de Desenvolvimento do Trabalho | Projeto Economia Solidária | 1 |
| | | Sec. Trabalho e Desenvolvimento Social | Desenvolvimento do Empreendedorismo e do Artesanato | |
| | Maranhão | Sec. Trabalho e Economia Solidária | Supervisão de Economia Solidária | 1 |
| | Pernambuco | Sec. Especial da Juventude e Emprego | Gerência de Economia Solidária | 1 |
| | Piauí (*) | Sec. Trabalho e Empreendedorismo | Diretoria de Empreendedorismo e Associativismo | 2 |
| | Rio Grande do Norte | Sec. Trabalho, Habitação e Assistência Social | Programa Desenvolvimento Solidário | 2 |
| Sergipe | Sec. Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social | Departamento de Inclusão Produtiva | 2 | |
| SUL | Paraná | Sec. Trabalho, Emprego e Promoção Social | Assessoria Técnica de Geração de Emprego e Renda (dentro do Depto de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda) | 2 |
| SUDESTE | Espírito Santo | Sec. Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social | Gerência de Trabalho e Renda | 2 |
| | Minas Gerais | Sec. Desenvolvimento Social | Diretoria de Promoção do Associativismo (dentro da Superintendência de Política de Trabalho, Emprego e Renda) | 2 |
| CENTRO-OESTE | Mato Grosso do Sul | Fundação do Trabalho de MS | Coordenadoria de Trabalho e Renda | 2 |

Tipo 1 = Economia solidária explicitamente reconhecida ou inserida institucionalmente na ação do governo (seja do ponto de vista de programas, ações, projetos ou no que se refere a espaços específicos, como Secretarias, Superintendências, Departamentos, Coordenações etc.)

Tipo 2 = Economia solidária internalizada implicitamente nas ações e nos espaços de gestão de políticas de trabalho e renda, de desenvolvimento social etc.

Fonte: SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (apud CUNHA, 2012, p. 179)

Ainda segundo a autora, até 2010, mapeavam-se 10 Estados com leis de economia solidária, que instituíam políticas e/ou conselhos estaduais.

- em 2004, em Minas Gerais (Lei nº 15.028);
- em 2006, no Espírito Santo (Lei nº 8.256) e no Rio Grande do Norte (Lei nº 8.798);
- em 2007, em Pernambuco (Lei nº 12.823);
- em 2008, no Mato Grosso (Lei nº 8.936), Rio de Janeiro (Lei nº 5.315) e Sergipe (Lei nº 6.525);
- em 2009, no Pará (Lei nº 7.309) e no Acre (Lei nº 110);
- em 2010, no Rio Grande do Sul (Lei nº 13.531).

Outros estados seguiam tramitando projetos de lei, em 2010, como é o caso da Bahia, Goiás ou Mato Grosso do Sul. Também alguns municípios já contam com leis que instituem conselhos, políticas e até fundos – entre os mais conhecidos, estão os de Osasco (SP), Montes Claros (MG), Tangará da Serra (MT), Londrina (PR), Santa Maria (RS) – enquanto em outros vários projetos de lei encontram-se em tramitação (CUNHA, 2012, p. 181).

Há diversas experiências de políticas públicas de economia solidária no país, assim como um conjunto de leis que tratam do seu fomento e apoio. No entanto, análises sobre esse processo podem apresentar perspectivas distintas. É possível destacar os argumentos que denotam a incorporação dessa temática à agenda governamental como uma ação de legitimação do trabalho como não direito. Outra perspectiva pressupõe que o trabalho associado representa a possibilidade de ampliação dos direitos sociais desses trabalhadores, incorporando-os a algum tipo de regulação que ainda está em construção.

Numa abordagem crítica, Barbosa (2007) afirma que a economia solidária faz parte do processo de consentimento de desvinculação do Estado, com a expansão e qualidade do assalariamento.

As experiências de economia solidária parecem situar-se numa vereda dessas mudanças societárias, quando o Estado se descompromete com a ainda incipiente perspectiva social de universalização de direitos, entre eles o trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que ensaia maior apoio às iniciativas de autoemprego. O campo é de mudanças na realidade concreta e no modo de conceber a vida e a convivência social, algo em torno de uma suposta automização civil com o lema *a sociedade por conta própria* (BARBOSA, 2007, p. 23).

A autora afirma, ainda, que a legitimação da informalidade e do desemprego é conveniente às mudanças recentes no capitalismo. A proposta de tornar o trabalho informal uma alternativa social contribui para que a economia solidária se inserisse em um contexto ainda pouco regulamentado. Parte da atuação do Estado baseia-se na ideia da luta contra a pobreza, por meio de políticas de assistência aos trabalhadores informais.

Segundo Barbosa (2007), os novos movimentos sociais são importantes na resignificação dessa prática e dessa cultura, ancorados em discursos considerados pela autora essencialmente valorativos. Em geral, são atores que participaram do processo de renovação da democracia e que abandonaram ações de caráter reivindicatório para o enfretamento de soluções práticas. A economia solidária significaria, pela primeira vez, uma via de proteção que não é o trabalho assalariado.

Trata-se da negação de um sistema único para o trabalho. Assume-se a naturalização da fragmentação e a heterogeneidade do trabalho. Reconhecem-se as variadas atividades informalizadas com que os trabalhadores vão preenchendo a vida como

subsistência e, no caso, associadamente a vinculação dessas atividades em coletivos de produção. Ou seja, reconceitua-se a perspectiva de trabalho, firmando-a como possibilidade de ocupação em cooperativas e associações, não só em empresas ou autonomamente. Mais que isso, aponta-se esta como a opção para qualificar o trabalho informal, em termos de produtividade, aumento de renda e proteção social. Assim, a economia solidária seria a possibilidade de redenção do espúrio trabalho informal que sempre marcou a história trabalhista do país e que cresce estruturalmente nos últimos tempos (BARBOSA, 2007, p. 195).

A economia solidária, nessa concepção, significaria uma ação propositiva para a diminuição do emprego, ampliando o entendimento do trabalho e conferindo estatuto social às práticas econômicas informais consideradas pela autora como uma confluência perversa. É fácil encontrar estudos que demonstrem a fragilidade dessas iniciativas no sistema econômico capitalista. As iniciativas que conseguem ter um pouco mais de êxito, em termos econômicos, ainda não alcançaram a sustentabilidade econômica.

Cunha (2012) critica os argumentos apresentados por Barbosa (2007), destacando que a pesquisadora analisou, em seu estudo, um período muito curto (apenas 18 meses) de atuação da Senaes e que os preceitos teóricos adotados pela autora não foram adequados à leitura da política pública em questão, em especial pela característica do mercado de trabalho brasileiro.

Sob um ponto de vista mais otimista, Shiochet (2009) visualiza a economia solidária como possibilidade de luta por direitos, especialmente pelo direito ao trabalho associado e à promoção de formas solidárias de organização. A autogestão é o princípio para que essa organização social, econômica e política reivindique ações públicas específicas. A garantia da coesão e da proteção social pode ser realizada sob o prisma da solidariedade e não somente a partir da sociedade salarial.

A economia solidária foi criada como alternativa tanto às políticas de emprego (típicas do modelo keynesiano), quanto às políticas de trabalho e renda neoliberais. Enquanto política de trabalho, a economia solidária volta-se à ampliação dos postos de trabalho organizados de forma coletiva e autogestionária (SHIOCHET, 2009, p. 271).

Apesar de considerar a incorporação da economia solidária na agenda governamental como positiva, o autor afirma que tal processo ocorre ainda de forma dispersa e fragmentada. Um dos maiores desafios para essas políticas é a busca por regulações que garantam os direitos dos trabalhadores, para que o trabalho coletivo também possa ser protegido. É necessária, portanto, uma política ativa acompanhada de políticas distributivas de acesso a terras, crédito, educação, formação e desenvolvimento tecnológico.

Já em relação à estruturação dos programas e ações públicas dessa natureza, França Filho (2006) também destaca duas grandes orientações presentes nas políticas já

implementadas no país. A primeira se relaciona com a perspectiva denominada “inercial-competitiva” e é centralizada nas ações de qualificação profissional. Os programas estão apoiados na visão do empreendedorismo como solução para a inserção da massa de desempregados e subempregados na economia de mercado, sob a forma de novos pequenos empreendedores. A ideia é acomodar a economia informal nos marcos institucionais regulatórios da própria economia de mercado, sem apresentar uma estratégia efetiva de desenvolvimento diferenciado (FRANÇA FILHO, 2006).

A segunda orientação reconhece a importância de estratégias de desenvolvimento, a partir do fomento de outra dinâmica econômica. Tal concepção se baseia na construção e fortalecimento de “circuitos socioprodutivos” locais. Não se pensa apenas em fortalecer os empreendimentos, mas em construir iniciativas econômicas interligadas, incentivando novas institucionalidades, em certos territórios (FRANÇA FILHO, 2006).

França Filho (2006) acredita que as duas concepções que servem de base para as políticas de economia solidária apresentam abordagens diferenciadas, justamente pela dificuldade de unanimidade na compreensão do que seja economia solidária (FRANÇA FILHO, 2006).

No primeiro modelo, o autor destaca o reconhecimento do limite do assalariamento e a possibilidade de organização de parte do mercado informal. No entanto, o horizonte paradigmático é o da economia de mercado, fundamentalmente a partir do discurso do empreendedorismo. Tais iniciativas devem ser adaptadas para se inserirem no circuito convencional de economia, único caminho possível para produzir e viver socialmente (FRANÇA FILHO, 2006).

Já na segunda perspectiva, o autor defende que o conceito de economia solidária é assimilado de forma mais adequada, pois sugere uma dupla inscrição dos empreendimentos: econômica e política. A geração de renda interfere na esfera política, na medida em que incita uma dinâmica associativa, na qual a noção de negócio é ressignificada em favor das dimensões social, política, cultural e ambiental. Embora essa concepção possa parecer mais coerente à economia solidária, a primeira é a mais disseminada. Por isso, há uma heterogeneidade de políticas que envolvem o tema e um grau variado de estruturação política que, em boa parte, pode ser explicado pela influência e nível de organização do movimento social (FRANÇA FILHO, 2006).

O autor reconhece que a economia solidária pode ser compreendida, pelo menos teoricamente, como uma temática transversal, mas sua incorporação como política pública depende da atuação do movimento social e da sensibilização dos gestores. França Filho

(2006) afirma que parte desses empreendedores públicos, antes de atuarem em órgãos governamentais, também era engajada, o que dá um tom diferenciado às políticas em questão. Trata-se, em última análise, de uma política indutiva, pois pressupõe que o fomento às iniciativas é a base para sua consolidação.

No Brasil, as políticas públicas de economia solidária são consideradas novas ações para gerar trabalho e renda no âmbito das políticas de emprego. Na próxima seção, será analisada a experiência da Secretaria Nacional de Economia Solidária, como expoente da atuação do Estado brasileiro nas ações direcionadas aos empreendimentos econômicos solidários e a articulação com a sociedade civil neste contexto.

4.4 A Secretaria Nacional de Economia Solidária: sentidos e significados da política pública em construção

O primeiro ponto importante a ser destacado sobre a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego é o entendimento de sua função nas ações de trabalho, emprego e renda, na esfera federal. É fundamental compreender a conjuntura do mercado de trabalho nesse período.

Diferentes estudos têm se dedicado à análise das políticas de trabalho e emprego no Brasil. Em geral, elas convergem, ao afirmarem o caráter tardio da implantação do sistema de emprego no país e a exclusão de mais da metade dos trabalhadores brasileiros das proteções sociais, construídas a partir do trabalho assalariado (CARDOSO, 2005; THEODORO, 2009). A informalidade e as relações de trabalho precárias sempre estiveram presentes na história brasileira e são determinantes para a conformação do que Ivo (2008) denomina como massa de trabalhadores empobrecidos.

Cardoso (2005) comprova que não há políticas públicas no Brasil para segmentos expressivos da população economicamente ativa, que estejam desempregados ou subempregados em condições precárias. “As políticas tradicionais de um SPE são pouco eficazes para enfrentar esta situação de heterogeneidade e precariedade do mercado de trabalho nacional, e este é justamente o desafio posto para a nova geração de políticas e programas governamentais no campo do trabalho” (CARDOSO, 2005, p. 171).

No período entre 1990 e 2000, de acordo com Barbosa (2007), essa nova geração de política de trabalho concentrou esforços nos grupos socialmente vulneráveis, fazendo emergir programas, como o primeiro emprego para os jovens, requalificação técnica e incentivo aos pequenos negócios. A ideia era associar uma vertente tradicional – seguro-desemprego,

qualificação e intermediação de mão de obra – aos programas de geração de trabalho e renda com forte incentivo ao empreendedorismo individual ou coletivo. A qualificação profissional foi um dos destaques e estava baseada no pressuposto da empregabilidade. No período seguinte, durante Governo do Presidente Lula, houve a reestruturação de parte dessas novas ações e uma novidade nesse governo foi a incorporação da economia solidária como tema (BARBOSA, 2007).

Juntamente com a falta de efetividade das políticas de emprego tradicionais, é fundamental contextualizar, também, a conjuntura do mercado de trabalho, naquele momento. Uma análise realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea revela que, entre 1995 e 2005, o Brasil vivenciou um período de desocupação e desemprego crescentes.

A taxa de desemprego aberto, por exemplo, elevou-se substancialmente entre 1995 e 2005: partiu de um patamar de 6% para quase 10% nos anos recentes. Em termos absolutos, isso significou um aumento de 5 para 8,3 milhões de pessoas economicamente ativas sem ocupação. Concomitantemente, elevou-se a taxa de participação, isto é, a proporção de pessoas economicamente ativas sobre o total de pessoas em idade de trabalhar (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2007, p. 194).

Isso significa que o mercado de trabalho brasileiro, em virtude do baixo crescimento e da baixa geração de emprego, na maior parte do período descrito, não foi capaz de absorver esse contingente de trabalhadores. Somente em 2004, cerca de um ano após a criação da Senaes, esse quadro começa a se reverter. Essa situação afetava ainda, de forma desigual, diferentes parcelas da população.

Em síntese, o que se verificou no período 1995-2005 foi não somente a elevação da taxa de desemprego, mas também sua concentração nos segmentos que historicamente já tinham uma inserção mais precária: mulheres, negros, jovens e trabalhadores de baixa escolaridade. E foi nas regiões metropolitanas, áreas tradicionalmente mais dinâmicas do ponto de vista da geração de emprego de qualidade, que se sentiu o maior impacto do desemprego. O quadro geral indica, portanto, que diante da diminuição das boas oportunidades de trabalho, o mercado se torna mais competitivo e tende a reforçar as suas características excludentes. Porém, as consequências desse processo não se limitaram apenas ao desemprego, sendo por isso necessário olhar também a evolução das ocupações informais, que costumam ser a alternativa para grande parte dos trabalhadores quando há geração insuficiente de empregos com carteira assinada (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2007, p. 196).

Conforme o estudo destaca, o denominado “núcleo estruturado”⁶¹ do mercado de trabalho, que compreende os empregos protegidos e registrados, se manteve minoritário entre

⁶¹ “Essa própria heterogeneidade torna complexa uma definição operacional dessas ocupações, de modo que neste capítulo utilizar-se-á uma definição que separa os trabalhadores em dois grupos: i) “núcleo estruturado” do

as ocupações. O setor informal, além de ser ocupado pela maior parte da população, tendia a crescer, no período entre 1995 e 2005.

Em suma, ao longo do período 1995-2005, os empregos protegidos, ou que compõem o “núcleo estruturado” do mercado de trabalho, continuaram a ser minoritários entre as ocupações. Os dados sugerem que o aumento do desemprego não se deu paralelamente a uma melhoria na qualidade das ocupações, decorrente da reestruturação produtiva ou da renovação tecnológica. Ao contrário, nos grupos onde o desemprego mais cresceu (entre os jovens, nas áreas metropolitanas e entre as pessoas de escolaridade intermediária), também se verificou uma diminuição do grau de formalização e de proteção previdenciária (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2007, p. 198).

Dois elementos se unem para a incorporação do tema da economia solidária nas políticas de trabalho e emprego: a busca por novas ações de geração de renda e uma conjuntura negativa no mercado de trabalho. Tal contexto compreendia não só o crescente desemprego, como também a maior incidência entre trabalhadores com inserção historicamente precária, como mulheres, negros e pessoas com baixa escolaridade.

Ao se observarem os beneficiários dessas políticas em outros Estados e Municípios, esse fato contribui para argumentar que a economia solidária se configurou, em princípio, como uma alternativa de inclusão social, via organização coletiva. Por outro lado, a mobilização política recente de entidades e movimentos sociais, com diferentes linhas, em torno dessa temática, atribui a esse campo elementos políticos de proposta de mudança de sociedade e de um desenvolvimento alternativo.

Assim, a criação da Senaes, em meados de 2003, é uma das primeiras experiências no mundo de constituição de um órgão responsável por elaborar e coordenar políticas públicas voltadas ao fomento e ao apoio à economia solidária, em nível federal. A incorporação no MTE não era consenso e não ocorreu sem conflitos, como demonstra Cunha (2012).

Nos espaços de articulação e negociação entre atores do GT Brasileiro e do governo recém-eleito, discutia-se à época a possibilidade do lugar institucional da ES ser construído dentro do então Ministério da Assistência Social ou do recém-anunciado Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – ou até do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, como forma de marcar os vínculos (e disputas) em torno do desenvolvimento econômico. Porém, prevaleceriam as argumentações em defesa da identidade que a ES guarda com as lutas do trabalho, incluindo origens históricas comuns, sob a perspectiva de que, mesmo com as dificuldades históricas do Ministério do Trabalho em se abrir a outras formas de trabalho que não o assalariamento formal, era dentro dele que se deveriam dar as

mercado de trabalho: a soma dos assalariados com vínculo formalizado, isto é, empregados com carteira assinada, inclusive trabalhadores domésticos, servidores públicos estatutários e militares; e *ii*) “núcleo pouco estruturado” do mercado de trabalho: trabalhadores ativos sem ocupação, mais os trabalhadores sem carteira assinada, trabalhadores autônomos, os sem remuneração e aqueles localizados na construção para próprio uso e na produção para autoconsumo” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2007, p. 196-197).

disputas neste sentido. A discussão sobre o lugar institucional voltará à tona em muitos momentos-chave subsequentes, algo profundamente relacionado às divergências, jamais superadas, entre diferentes concepções sobre as políticas voltadas à economia solidária: para quem são feitas, como são feitas, com quais objetivos (CUNHA, 2012, p. 193).

Esse tema representou uma novidade nas ações do MTE, por envolver formas de geração de trabalho e renda, por meio de organizações coletivas, autogestionárias e solidárias. O movimento de economia solidária, mesmo com sua história de organização recente, contribuiu nas discussões da Secretaria, no que se refere às suas principais diretrizes. A equipe, formada pelo secretário Paul Singer, tinha em seus cargos de chefia professores universitários, ex-alunos e ativistas de diferentes entidades das cinco regiões do país. A incorporação ao Ministério não foi fácil, em especial pelas dificuldades de diálogo com setores da burocracia estatal e os desafios na relação com o movimento organizado (CUNHA, 2012).

A Secretaria se estruturou a partir de dois departamentos: o de Estudos e Divulgação (DED) e o de Fomento à Economia Solidária (Defes). Cada um deles tinha duas coordenações. O DED se responsabilizava pela promoção de estudos e pesquisas e atividades de divulgação da economia solidária, assim como o apoio a iniciativas universitárias em torno da ES. O Defes era responsável por projetos de promoção e articulação de ações de apoio e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. O segundo semestre de 2003 foi dedicado à elaboração do PPA 2004-2007. Foi proposta a implantação de dois ou três programas, mas, ao final, após negociações internas no governo, permaneceu apenas um, intitulado “Economia Solidária em Desenvolvimento”. A secretaria ficou responsável por essa ação e passou a contar com orçamento próprio (CUNHA, 2012).

Segundo Cunha (2012), o programa buscava vincular a concepção de economia solidária à perspectiva de um modelo de desenvolvimento e não apenas à ideia de combate à pobreza. O objetivo inicial era fazer, a partir das plataformas do Fórum Brasileiro, a maior equivalência possível às demandas do movimento organizado de economia solidária. Na prática, entretanto, tais prioridades, com base nos eixos do FBES, teriam dificuldades para corresponder às ações formais previstas no formato do PPA. A autora atribui tal questão aos problemas de tradução da linguagem da máquina estatal para o que efetivamente é executado nas políticas, especialmente em áreas ou temáticas consideradas novas.

A Senaes, além do apoio dado inicialmente às ações do Fórum e a suas instâncias estaduais, buscou mobilizar setores das Delegacias Regionais do MTE. Essas parcerias eram consideradas importantes na implementação das ações descentralizadas, em especial na

realização de ações e reuniões nos estados. A atuação da Secretaria, em 2004, se baseou na execução de projetos de diferentes segmentos, como forma de conhecer melhor suas necessidades. A partir dessa experiência, esperava-se estabelecer, de maneira mais clara, linhas de ação prioritárias. Essa opção, segundo Cunha (2012), pode ter fragilizado a Senaes dentro do MTE e do governo.

O dilema entre definir a atuação em relação aos projetos já conhecidos e às entidades mais articuladas ou avançar no conhecimento sobre as iniciativas existentes para só então construir a política estará presente nos primeiros anos de funcionamento da secretaria. O conhecimento precário das reais dimensões e características da economia solidária no Brasil impunha a realização de um “censo” ou diagnóstico como tarefa central, ainda que de médio prazo, entre outras razões também para servir como instrumento de elaboração da política, de modo a melhor organizar os eixos de atuação em vez de ficar apenas respondendo à demanda aberta, conforme pontuam algumas falas de dirigentes da Senaes em reunião de planejamento de 2003 (CUNHA, 2012, p. 209).

A estruturação das políticas de uma forma mais estratégica e o conhecimento da economia solidária no Brasil foram fundamentais para realização do mapeamento e de uma campanha nacional de divulgação, lançada em 2006. No que se refere ao marco legal, a Senaes inseriu-se nas discussões do GT Interministerial do Cooperativismo e no Fórum Nacional do Trabalho e buscou debater questões que envolviam a regulamentação mais apropriada ao trabalho associado.

Além de projetos de diferentes naturezas, implementados em função de demandas gerais, como o de apoio a feiras, cursos, encontros, aquisição de equipamentos etc., algumas ações buscaram a articulação com governos locais e estaduais, para a implantação de políticas públicas nos territórios. O principal projeto desenvolvido nesse contexto foi o de implantação dos “centros públicos” de economia solidária. Outra ação foi a realização de cursos, voltados para servidores do quadro do MTE e suas delegacias, para a formação de gestores públicos, tanto de funcionários do governo federal, quanto de servidores de outros órgãos.

Com a redução do orçamento da Secretaria, em 2005, a constituição de relações com outros órgãos federais passou a ser fundamental. Além disso, foi importante o desenvolvimento de programas mais institucionalizados, como, por exemplo, o Programa Nacional de Fomento às Feiras, executado em parceria com o Instituto Marista de Solidariedade. A entidade compunha a coordenação executiva do FBES e já havia realizado projetos de feiras em Minas Gerais. No primeiro ano de realização dessa ação, foram realizadas feiras em 18 Estados e, no ano seguinte, em 27 UFs (CUNHA, 2012).

A proposta orçamentária inicial apresentada pelo MTE para a Senaes, em 2004, era de R\$ 4 milhões. Esse número subiu, depois de negociação interna, para R\$ 10,6 milhões, chegando a R\$ 29,2 milhões, após articulações com deputados, no Congresso Nacional. No entanto, o Ministério da Fazenda liberou, como limite financeiro, R\$ 19,6 milhões, dos quais quase a totalidade foi executada (R\$ 18,6 milhões). Em 2005, o valor aprovado inicialmente se reduziu pela metade, girando em torno de R\$ 13,2 milhões, sendo executados R\$ 12,4 milhões (CUNHA, 2012, p. 246).

Através desse orçamento, foram apoiados vários tipos de projetos, com ênfase para a organização de redes e cadeias e comercialização. Cunha (2012) destaca a forte presença das entidades que compõem o FBES como as principais convenientes junto ao Governo Federal: IMS, Unisol, Anteag ou Concrab. Os Estados que mais receberam recursos foram Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco. A presença de entidades de apoio organizadas há mais tempo e a maior quantidade de projetos e organizações podem ter sido fatores que explicam a concentração de recursos nesses estados.

A construção de uma política pública de economia solidária enfrentou desafios externos, no que se refere à mobilização e ao diálogo com os movimentos sociais, e internos, no que se refere à articulação com políticas tradicionais do Ministério do Trabalho e Emprego. Em 2004, além de ser o ano em que, pela primeira vez, foi implantado o Plano Plurianual do Governo Federal, realizou-se o Primeiro Encontro Nacional de Empreendimentos Solidários que reuniu 2.500 pessoas, sendo a maior parte de empreendimentos econômicos solidários.

O evento aconteceu em Brasília e foi um espaço de discussão ampliada dos eixos estratégicos indicados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com um amplo debate sobre propostas e prioridades para a política. É importante destacar que a mobilização dos atores sociais em espaços como esses ocorreu pelo menos mais duas vezes, em menos 10 anos de Secretaria, com a primeira conferência, em 2006 e a segunda, em 2010.

A Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária - Conaes foi convocada pelo Ministério do Trabalho e Emprego/Senaes, em parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A conferência teve 1.073 delegados de todos os estados brasileiros que realizaram também conferências estaduais. Com pouco mais de dois anos de experiência de gestão da política pública nacional, a conferência foi um marco na história da economia solidária no Brasil e também no mundo. A presença do Presidente Lula e a de representantes de outros ministérios convergiram para o entendimento de ações transversais nesse campo, no âmbito do Governo Federal.

O tema da primeira Conaes foi “Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento”. Os debates foram divididos em três eixos. O primeiro compreendeu a afirmação da identidade da economia solidária no Brasil, com o título “Os fundamentos da economia solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo”. Esse eixo procurou mobilizar os atores para a reflexão não só sobre as diversidades de organização da economia solidária na produção, consumo e comércio, mas também sobre seu caráter como alternativa ao capitalismo. A ideia era a de que o debate não se resumisse apenas à perspectiva da inclusão social, mas agregasse outras abordagens, como educação, autogestão, igualdade, preservação do meio ambiente, trabalho emancipado, sociedade socialista, agricultura familiar, quilombolas, reforma urbana, catadores, participação popular, luta contra o preconceito, entre outros.

A afirmação dessas temáticas e a compreensão sobre a economia solidária contribuíram para o entendimento coletivo de que o tema é inspirado em múltiplas lutas, conforme avalia Singer:

A conferência entendeu a economia solidária como uma prática de produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão, a cooperação e o desenvolvimento comunitário e que se caracteriza por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ao invés da acumulação privada do capital (SINGER, 2006, p. 10).

A forma de desenvolvimento proposta parte da compreensão de sustentabilidade apoiada nos empreendimentos econômicos solidários. Essa é uma possibilidade também para globalizar a solidariedade, ressaltando-se a importância da soberania nacional e dos princípios democráticos.

O segundo eixo compreendeu “O balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas por ela”. A partir dos debates da conferência, foi possível afirmar a importância da perenidade dessas ações em âmbito federal e do diálogo com a sociedade civil organizada. Torna-se fundamental, também, compreender a diversidade da economia solidária e mobilizar as diferentes instâncias governamentais para sua promoção.

No item seguinte, “Prioridades e Estratégias de atuação para as políticas e programas de economia solidária e mecanismos de participação e controle”, as prioridades giravam em torno de questões, como: comercialização, marco jurídico, crédito e finanças solidárias, formação, assistência técnica e tecnologia; comunicação e divulgação; investimento em

infraestrutura; saúde do trabalhador; institucionalidade e papéis dos entes federados e participação e controle social.

Já em 2007, as ações delineadas no programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” começaram a ser reformuladas para o PPA de 2008 a 2011. As propostas levavam em consideração os dados do mapeamento e também os debates em diferentes espaços, como as conferências, plenárias e o Conselho Nacional. De acordo com Cunha (2012), o discurso da Secretaria era sintetizado no que ficou conhecido como “trinômio de acessos”, que correspondia às três grandes necessidades da economia solidária no Brasil: acesso ao capital, acesso ao conhecimento, acesso aos mercados.

O acesso ao capital fazia uma clara referência ao crédito e também aos serviços financeiros em geral, a partir da perspectiva das finanças solidárias. No âmbito do acesso ao conhecimento, enfocavam-se as ações de formação, assistência técnica, conhecimento e novas tecnologias, formação de formadores e gestores, ampliação dos sistemas de informações, produção e difusão de estudos. No campo do mercado, enfatizavam-se a criação e a melhoria de condições e canais de comercialização dos produtos e serviços da economia solidária. Ainda se somavam a esses três eixos os debates sobre marco legal.

A segunda conferência, quatro anos depois da primeira, em 2010, já tinha outro tom de debates e negociações e foi convocada pelo Conselho Nacional⁶², instituído em 2006. As vivências, acúmulos e experiências das ações desenvolvidas proporcionaram discussões mais concretas sobre a economia solidária no país. Dados do mapeamento nacional, a implementação de projetos e a avaliação de alguns deles foram questões levantadas no evento. Com o tema “O direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento”, a conferência mobilizou a questão do direito social de forma inédita.

⁶² O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES foi criado pelo mesmo ato legal que, em junho de 2003, instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes, no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Foi concebido como órgão consultivo e propositivo, para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária. Tem por atribuições principais: a proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal e o acompanhamento da execução dessas ações, no âmbito de uma política nacional de economia solidária. A composição do CNES foi objeto de extensas negociações, visando garantir a representação efetiva, tanto da sociedade, como do Estado - representatividade essencial para que a interlocução em seu seio resulte no aprimoramento permanente das políticas públicas para a economia solidária. Acordou-se, finalmente, que o Conselho será composto por 56 entidades divididas entre três setores: governo, empreendimentos de economia solidária e entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária, conforme Decreto nº 5811, de 21 de junho de 2006, que dispõe sobre sua composição, estruturação e funcionamento.

A afirmação do direito ao trabalho associado vinculava-se às práticas da economia solidária como direito de cidadania. Para tanto, foi importante a avaliação e o balanço do que já havia sido feito, assim como a construção de bases para uma institucionalização das políticas públicas articuladas em um Sistema Nacional de Economia Solidária.

Diferentemente da primeira conferência, foram realizadas, nas etapas preparatórias, além das conferências regionais e estaduais, eventos temáticos. Foram 167 conferências, que mobilizaram representantes de 2.894 municípios brasileiros, com 15.800 participantes dos diversos segmentos. Foram realizadas 27 conferências estaduais, envolvendo 4.659 pessoas, entre delegados e convidados. As cinco conferências temáticas debateram sobre os seguintes assuntos: finanças solidárias; comércio justo; formação, cooperativismo solidário; etnodesenvolvimento e cooperativas sociais.

A II Conaes reconheceu os acúmulos organizativos e os avanços da política pública nos níveis federal, estadual e municipal.

O documento final expressa esse reconhecimento nas diversas ações de formação, de qualificação social e profissional, de incubação, de assessoramento técnico a redes de cooperação e de promoção do desenvolvimento local em comunidades rurais e urbanas. Ressalta avanços no fomento à produção e comercialização solidárias, na criação e fortalecimento de Redes de Cooperação de produção, comercialização e consumo. Em relação ao desenvolvimento das Finanças Solidárias, destacam-se as iniciativas de apoio aos Bancos Comunitários e Fundos Solidários que foram disseminados e multiplicados em todo o país, para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis. Mostra também a importância da expansão de políticas públicas de economia solidária em governos estaduais e municipais, inclusive com a criação de legislações e a implantação de conselhos de gestão (SINGER, 2010, p. 10).

No entanto, a conferência apontou limites nas políticas de economia solidária, em relação a orçamento, ações e programas. A fragmentação e a limitação de abrangência também foram apontadas como desafios, assim como o acesso ao financiamento e ao crédito.

A maioria das propostas aprovadas converge para afirmar o modelo econômico solidário como um direito do cidadão e que essa deve ser uma preocupação do Estado. A proposta de criação de uma lei em âmbito nacional para a economia solidária foi unânime. Ressaltou-se, também, a necessidade de se criar um Ministério próprio, um fundo de recursos, assim como um sistema que possa articular e integrar ações nos diferentes níveis da federação. Mais uma vez, o desafio é a institucionalização da política na estrutura do Estado brasileiro, viabilizando empreendimentos econômicos solidários como sujeitos de direito.

Entre as principais atividades e ações realizadas com recursos da Senaes, no período entre 2003 e 2012, Cunha (2012) apresenta um quadro sistematizado em sete eixos prioritários.

Quadro 4 – Síntese cronológica das principais atividades e ações com recursos da Senaes, por eixo de ação

| Eixo de Ação | Principais atividades e ações com recursos da Senaes/MTE (2003-2010) | Ano/Período | |
|--|---|--------------------------------------|-----------|
| 1 - FINANÇAS SOLIDÁRIAS | • Projetos de apoio a Bancos Comunitários (diversos - via FBB) | Desde 2005 | |
| | • Apoio a projetos de Fundos Rotativos Solidários (PAPPS) – com parceiros | Desde 2006 | |
| | • Edital para apoio a projetos de fomento a Finanças Solidárias (Bancos e Fundos) | 2010 | |
| 2 - FORMAÇÃO e ASSISTÊNCIA TÉCNICA em ES | • Projetos de formação e capacitação apoiados via FBB | 2004-2008 | |
| | • Formação de gestores públicos federais (várias edições) | Desde 2004 | |
| | • Formação de agentes de etnodesenvolvimento solidário em comunidades quilombolas e pesqueiras (via FBB) | 2004/2005 | |
| | • Formação de gestores públicos da Rede de Gestores ES (várias edições) | Desde 2004 | |
| | • Retomada do Programa Nacional de Incubadoras (via Finep + parceiros) | 2005 | |
| | • 1o Plano Setorial de Qualificação em Economia Solidária (parceria) | 2006/2007 | |
| | • Edital Centros de Formação em Economia Solidária - CFES (Nacional/Regionais) | 2007 | |
| | • 2o Plano Setorial de Qualificação em Economia Solidária (parceria) | 2008/2009 | |
| | • Edital rede de Núcleos Estaduais e Temáticos de Assistência Técnica (Neates) + projetos de apoio ao fortalecimento de Redes de Cooperação em ES | 2008 | |
| | • Edital atualização/especialização para gestores públicos de ES | 2010 | |
| 3 - COMERCIALIZAÇÃO de PRODUTOS e SERVIÇOS da ES | • Várias edições do projeto Brasil Local (ex-PPDLES): formação de agentes de desenvolvimento solidário para atuação em grupos e comunidades específicos | Desde 2006 + Edital 2009 | |
| | • Projetos de apoio direto a feiras locais e microrregionais (via FBB) | 2004/2005 | |
| | • Organização Nacional das Feiras Estaduais e Nacional de ES (via FBB) | 2005/2007 | |
| | • Reuniões do GT de construção da norma do Sistema de Comércio Justo e Solidário | 2006-2008 | |
| 4 - MARCO JURIDICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA | • Edital para Organização Nacional da Comercialização (Feiras + SCJS) | 2008 | |
| | • Debate, proposição e acompanhamento de projetos, entre outros: - revisão da Lei Geral do Cooperativismo - cooperativas de trabalho e PRONACCOOP - segmento nacional de Finanças Populares e Solidárias - institucionalização da política nacional de ES | Desde 2003 | |
| 5 - INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS para PROMOÇÃO da ES | • Reuniões do GT de construção da base conceitual/metodológica do SIES | 2003/2004 | |
| | • Financiamento de estudos e pesquisas (parceria com IPEA) | 2004/2005 | |
| | • Construção da 1a base de dados do SIES | 1a coleta dados (via FBB) | 2004/2005 |
| | | Complemento da 1a coleta (via Finep) | 2006/2007 |
| | • Elaboração e divulgação da Campanha Nacional de ES | 2004/2006 | |
| | • Construção da 2a base de dados do SIES | Edital Finep | 2008 |
| Edital MTE (Região Norte) | | 2009 | |
| • Edital para Caracterização Amostral dos/as Participantes de EES | 2010 | | |
| 6 - INSTITUCIONALIZAÇÃO de POLÍTICAS de ES e DIALOGO SOCIAL | • Apoio às Plenárias Estaduais para criação/fortalecimento dos Fóruns Estaduais ES | 2003/2004 | |
| | • Apoio ao funcionamento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (via FBB) | 2004-2008 | |
| | • Apoio à implantação de Centros Públicos de Economia Solidária | Desde 2004 | |
| | • Organização da I Conferência Nacional de Economia Solidária (com parceiros) | 2006 | |
| | • Instalação e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária | Desde 2006 | |
| • Organização da II Conferência Nacional de Economia Solidária (com parceiros) | 2010 | | |
| 7 - FOMENTO a REDES e SEGMENTOS ESPECIFICOS | • Apoio a projetos de redes e cadeias (mel, algodão etc.), via FBB | 2004-2008 | |
| | • Assistência técnica e fomento de empresas recuperadas em sistema de autogestão | Proj. 2005 + Edital 2010 | |
| | • Apoio a cooperativas de catadores de materiais recicláveis (com parceiros) | Desde 2004 + Editais | |

Fonte: Cunha (2012, p. 206)

Além das ações da Senaes, Cunha (2012) identifica pelo menos 22 Ministérios ou órgãos com os quais o tema da Economia Solidária está interligado, como Ministério do Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Agrário, Saúde, Meio Ambiente, Esportes, entre outros. Conforme a autora, isso demonstra que a política de economia solidária ultrapassa o escopo da secretaria e do MTE e, por isso, deve ser pensada em suas diversas transversalidades.

Com a transição para um novo mandato, com a eleição da Presidenta Dilma Rousseff, o governo lançou, no início de 2011, o Projeto de Lei 865, que propunha a criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, para onde seriam transferidos a Senaes e o Conselho Nacional. Como demonstrado em seções anteriores, essa proposição foi rejeitada pelo movimento de economia solidária e não houve avanços em nenhuma direção.

A Secretaria permaneceu no âmbito do Ministério do Trabalho e desenvolve um novo programa, no que concerne ao PPA de 2012/2015, intitulado “Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária”. Esse programa, diferente do anterior, mesmo pautando a questão do desenvolvimento, incorpora o tema do território. Essa concepção é entendida como estratégica, considerando o território como espaço importante para a ampliação das ações em articulações com municípios e estados.

Da mesma forma, o Programa está em consonância com as orientações estratégicas, determinadas pelo Governo Federal, quanto à redução das desigualdades socioeconômicas e regionais, voltadas para a população que se encontra em situação de extrema pobreza.

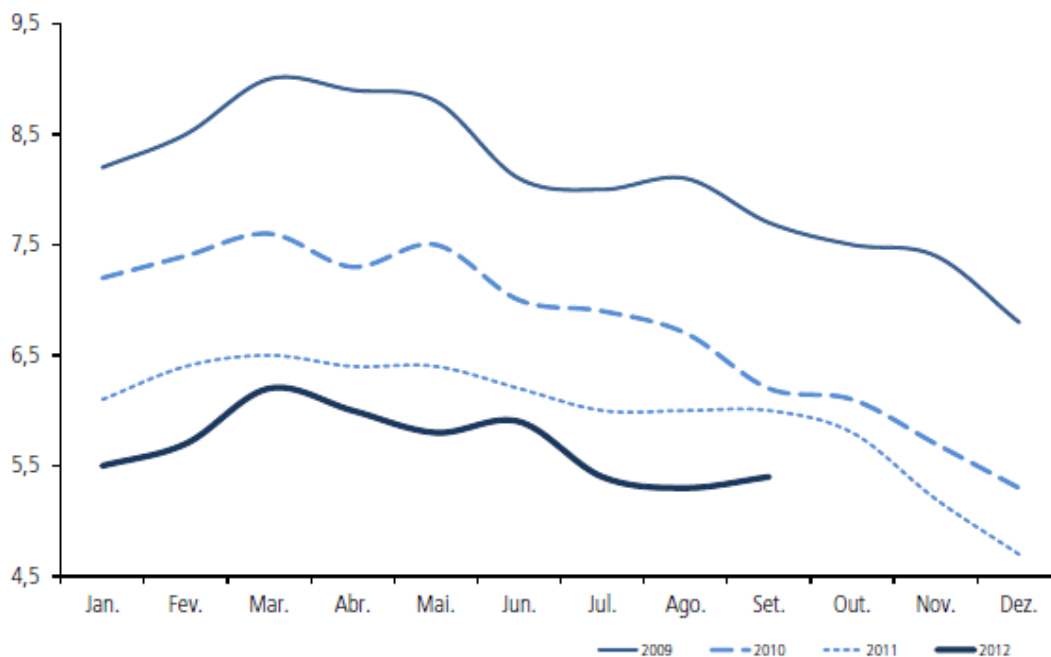
Esses dois aspectos alteraram, de alguma forma, parte da destinação dos recursos da Senaes, conforme mostram seus editais. Em uma convocação recente para convênio de projetos, Estados e Municípios puderam apresentar propostas no campo da economia solidária. Entre os preceitos para a apresentação, estava o recorte do público prioritário, como os beneficiários dos programas Bolsa Família e aqueles inscritos no CadÚnico, assim como comunidades indígenas, quilombolas e outras.

É preciso ressaltar que esse redirecionamento das políticas de economia solidária pelo novo governo, no que se refere à Senaes, está associado tanto a uma opção estratégica, quanto à atual conformação econômica do país. No início deste capítulo, foi apresentado um quadro que demonstrou que o período entre 1995-2005 foi marcado pelo aumento de desemprego e a presença do trabalho informal. No fim de 2012, no entanto, esse cenário tem outra conformação, como demonstram diferentes pesquisas em todo o país.

O último boletim “Mercado de Trabalho”, divulgado pelo Ipea (2012), em novembro de 2012, sintetiza a mudança nos dados sobre desemprego e informalidade no Brasil. A partir

dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, em seis regiões metropolitanas⁶³ do país, a taxa de desemprego atingiu a média de 5,4% no terceiro trimestre de 2012, a menor da história. Esses dados podem ser verificados no gráfico a seguir, que ilustra o comparativo desde 2009. Em 2003, ano de criação da Senaes, a mesma taxa girava em torno 12,1%.

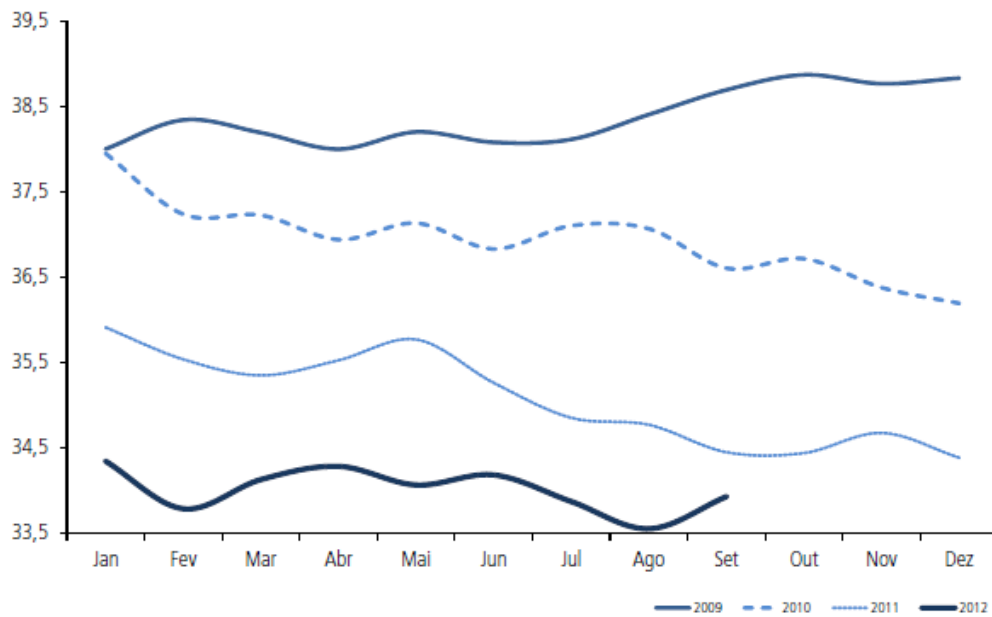
Gráfico 1 – Taxa de Desocupação (em %)



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/PME (apud IPEA, 2012, p. 11)

Há também, nos últimos anos, uma tendência de aumento da formalidade, ou seja, se forem comparados os grupos de empregados com e sem carteira assinada. O gráfico “permite dizer que o nível de informalidade médio da população ocupada no terceiro trimestre de 2012 ficou em 33,8%, o que representa uma queda de 0,9 p.p. em relação a 2011” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012, p. 14).

⁶³ As RM analisadas são: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Gráfico 2 – Evolução do Grau de Informalidade (em %)

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (apud IPEA, 2012, p. 14)

As políticas de economia solidária, na esfera federal, se deslocam do tema do trabalho para o tema da pobreza. Embora se articulem a outros ministérios importantes, como demonstrou Cunha (2012), os limites das ações da Senaes ficaram evidentes, tanto do ponto de vista orçamentário, como operacional.

Por outro lado, mesmo apesar de tais redirecionamentos, tanto em relação à especificação do público, quanto ao tamanho da articulação com entes federados, projetos como os Centros de Formação, o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, o Mapeamento e o Programa de Feiras permanecem como ações que estão sendo executadas pela Secretaria.

Embora seja possível observar avanços, a política nacional enfrenta muitos desafios. Entre as principais questões, é possível citar a frágil institucionalização do tema em âmbito federal, sem um marco jurídico adequado e sem fundo de recursos específico para as ações. Além disso, a aprovação da Lei Nacional está longe de ser concretizada e os empreendimentos enfrentam muitas dificuldades em suas sustentabilidades social e econômica.

4.5 Características dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil

Como foi apresentado na seção anterior, o mapeamento nacional foi fundamental para a construção de políticas públicas e para o conhecimento da realidade da economia solidária no Brasil. Apesar de apresentarem diversas limitações em relação à abrangência e às estruturas de pesquisas, tais dados são importantes para a compreensão das principais características dos empreendimentos solidários no país.

O termo empreendimento econômico solidário, utilizado para designar iniciativas da economia solidária, é amplamente difundido no território brasileiro. Gaiger (2004) é um dos autores que têm buscado estudar as características dessas iniciativas e definir princípios que lhes sejam comuns.

Uma grande variedade de estudos dedica-se à análise de empreendimentos solidários, em diferentes setores. Entre os mais expressivos, é possível citar inúmeras pesquisas sobre experiências na área de reciclagem, agricultura familiar e empresas recuperadas. Em várias partes do país, e sob olhares de diversas disciplinas, pesquisadores têm se empenhado em compreender tais realidades a partir de uma perspectiva mais crítica ou mais valorativa. Além desses setores, algumas iniciativas brasileiras têm se tornado referência em estudos, como é o caso do Banco Palmas, a cadeia de vestuário Justa Trama e a empresa autogestionária da Usina do Catente.

Compreendendo a pluralidade de interpretações e estudos de casos sobre as experiências brasileiras, esta seção se dedicará à análise de dados mais gerais quanto às características dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil. Essas reflexões estão baseadas nos dados do Sistema de Informação da Economia Solidária – SIES, a partir do mapeamento nacional, realizado em 2005 e 2007.

O conceito de empreendimento no âmbito do mapeamento compreende quatro dimensões, que ficaram amplamente conhecidas e envolvem os princípios de cooperação, solidariedade, autogestão e ação econômica. Isso significa que as iniciativas pesquisadas devem apresentar algum tipo de atividade econômica, ou seja, produção de bens, prestação de serviços, comércio justo, consumo solidário. Da mesma forma, devem estar organizadas também a partir de bases ditas solidárias, como: cooperativas, associações, empresas de autogestão, grupos solidários, redes solidárias, clubes de trocas etc.

Os dados do mapeamento são importantes para o planejamento e execução de políticas públicas e diversos projetos estão sendo realizados com base nessas informações, que são

também informações ricas para pesquisas acadêmicas. Gaiger (2011) vem insistindo no potencial de análise desses dados, para além de apresentações apenas descritivas.

Ao todo, foram mapeados no Brasil 21.859 empreendimentos econômicos solidários, presentes em 52% dos municípios do país, envolvendo 1.687.496 de trabalhadores. Um primeiro ponto que parece interessante é o crescimento dessas iniciativas entre a década de 1990 e o ano 2000, o que reforça os argumentos de ampliação dessas organizações nos últimos anos, em especial, no período de crise no mercado de trabalho.

Observa-se a predominância dos empreendimentos pesquisados na região Nordeste, com 43,5%, seguida do Sudeste, com 18%, Sul, com 16,5%, Norte, com 12% e Centro Oeste, com 10%. Em todas as regiões, exceto no Sudeste, o mapeamento ocorreu em pelo menos metade dos municípios que compõem a região.

No que diz respeito à forma de organização, 52% dos empreendimentos são grupos informais; 36,5%, associações, 10% são cooperativas e 1,5% se organizam a partir de outros formatos. Esse dado é um dos que marca, de forma mais clara, a diferença entre os empreendimentos brasileiros e aqueles presentes na realidade europeia e quebequense. A inscrição na economia popular e informal é determinante em pelo menos metade dessas iniciativas, fato que não ocorre da mesma forma em outros países.

Outra questão diferencial está na motivação das pessoas para integração nesses empreendimentos. Enquanto em outras localidades há determinantes relacionados ao desenvolvimento comunitário, à inclusão social ou à execução de serviços de vizinhança, no Brasil, pelo menos 46% das experiências representam alternativas ao desemprego para seus integrantes. Para 44%, essas iniciativas são importantes na complementação de renda e, em 36%, consistem em melhores ganhos em uma ação associativa. Isso significa que a falta de emprego e a busca de alternativas de renda são predominantes em relação a outras questões, como o trabalho coletivo, por exemplo.

Em relação aos tipos de atividades, 41% dos empreendimentos estão no setor de agropecuária, extrativismo e pesca; 17% enquadram-se no setor de alimentos e bebidas e, no mesmo percentual, estão as iniciativas que realizam artefatos artesanais. Essas três categorias demonstram que, em geral, a maioria dos grupos da economia solidária está em setores com baixa tecnologia, de trabalhos manuais ou serviços.

Em relação à autogestão, a maior parte dos trabalhadores afirma que participa das decisões cotidianas do empreendimento. Entre os principais problemas apontados pelos empreendimentos, mais da metade considera a comercialização um grave problema, seguindo-se o crédito e, por fim, o apoio, assistência e formação.

Diversos estudos têm sido realizados, sob diferentes perspectivas, a partir dos dados do Sies. Em geral, as análises ressaltam, por um lado, a fragilidade econômica dessas iniciativas do ponto de vista da remuneração de seus sócios, um alto índice de informalidade e o isolamento dos empreendimentos nos territórios brasileiros. Por outro, alguns trabalhos demonstram o potencial político dessas iniciativas que, em muitos casos, além da organização autogestionária interna, se articulam com movimentos sociais e desenvolvem ações em suas comunidades. É importante ressaltar que tais empreendimentos possibilitam, em geral, rendimentos de até um salário mínimo para seus trabalhadores e são organizações informais.

4.6 Considerações finais

Ao considerar a experiência do Brasil no campo da economia solidária, é importante destacar que se inscreve no contexto internacional de globalização da solidariedade e de mudanças econômicas e no mundo do trabalho. A articulação entre organizações da sociedade civil, movimentos sociais e construção das políticas públicas nacionais também é comum. Por outro lado, apesar da expressão social que ganhou tal trajetória no país, muitas análises demonstram seus limites e fragilidades, em especial, quanto à consolidação econômica dos empreendimentos e ao potencial de transformação proposto pelo movimento.

Diferentemente dos casos estudados da França e do Quebec, os empreendimentos brasileiros representam organizações de trabalhadores associados, que sobrevivem dos recursos gerados de forma coletiva. A hibridação apresentada nas experiências dos outros países não se configura na realidade brasileira, pois esses grupos estão no limite da sobrevivência e reprodução da vida. Por outro lado, o apoio de entidades de fomento ou de gestores públicos é significativo para o impulso e desenvolvimento dessas experiências. Além disso, temas relacionados à cultura, ao meio ambiente ou ao desenvolvimento comunitário apresentam-se ainda de forma tímida. Esse tema será aprofundado no próximo capítulo.

5 CONFLITOS E CONVERGÊNCIAS NA CONFORMAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Esta pesquisa partiu da análise de teorias, conceitos e iniciativas no campo internacional, passando pela estruturação da economia solidária no Brasil, para chegar à construção desse movimento em âmbito regional e local. O quadro elaborado nos capítulos anteriores ajuda a compreender e a contextualizar teoricamente as discussões sobre a temática em diferentes países e continentes, assim como a analisar as relações entre os atores sociais implicados nesse campo.

As possíveis influências, diferenças e semelhanças entre global e local são fundamentais para se refletir como os diferentes atores sociais da economia solidária operam em suas bases, no cotidiano da reprodução social e econômica. O movimento tem ganhado visibilidade pela organização de estruturas em nível regional e local, em curto espaço de tempo. Os dados do mapeamento nacional, por exemplo, apresentam apenas parte dessa realidade.

O Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária é a principal organização com esse tema no Estado e se estrutura em dez Fóruns Regionais. Cada região tem uma coordenação, que é composta por representantes dos municípios da abrangência da regional e são elas: Metropolitana, Noroeste, Norte, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce, Vale do Jequitinhonha, Campos das Vertentes, Zona da Mata, Sul, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. As coordenações são compostas por representantes de empreendimentos econômicos solidários, de entidades de apoio e fomento e por gestores públicos. No entanto, nem todas conseguem mobilizar representantes dos três segmentos.

As regionais são definidas em função da sua capacidade de envolver representantes da economia solidária dos municípios. Algumas se subdividem em microrregiões, mas não há um padrão quanto a esse formato. Como Minas Gerais tem 853 municípios, são, em média, 85 cidades por regional. O Fórum não consegue chegar a todas as localidades e o nível de capilaridade é diferente, de uma região para outra. O número de encontros e as ações desenvolvidas também variam.

Nesta seção, para analisar a experiência mineira, os principais procedimentos metodológicos utilizados foram: a pesquisa documental, as entrevistas semiestruturadas realizadas com diferentes atores sociais do FMEPS e a observação participante. As entrevistas foram realizadas com representantes de cinco regionais, entre gestores, representantes de entidades e empreendimentos. Entre as entidades, foram priorizadas aquelas que têm atuação

estadual e também compõem ou compuseram o Conselho Estadual. Parte dessas entidades esteve presente na constituição inicial do Fórum e outras atuam somente em nível regional.

Os representantes de empreendimentos econômicos solidários são de diferentes setores de produção e serviço, com destaque para o artesanato. Os gestores públicos são os únicos em que parte dos entrevistados não pertence à estrutura do Fórum, pois são representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo de Minas Gerais, que ocuparam cargos durante o período de criação e regulamentação da lei estadual. Os outros são de municípios e atuam em políticas municipais.

As entrevistas foram realizadas em dois períodos. A primeira etapa ocorreu entre junho e novembro de 2011 e a segunda, entre setembro e outubro de 2012. A seguir, a relação de entrevistados, segundo suas representações:

Quadro 5 – Entrevistados/as

| Denominação | Funções |
|--|---|
| E1 – Gestor Público Estadual | Superintendente de Trabalho, Emprego e Renda, no período de 2003 a 2009, servidora pública aposentada, ex-gestora do Ministério do Trabalho e Emprego, no Governo Fernando Henrique Cardoso. |
| E2 – Gestor Público Estadual | Subsecretário de Trabalho, Emprego e Renda, no período de 2009 a 2010. Formado em Economia, servidor público, lotado na Secretaria de Estado da Fazenda e cedido à Sedese, no período em que exerceu o cargo. |
| E3 – Gestor Público Estadual | Superintendente de Monitoramento e Avaliação, no período de 2007 a 2009. Superintendente de Trabalho, Emprego e Renda, no período de 2009 a 2010. Formado em Administração, servidor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, cedido ao Governo do Estado. |
| E4 – Gestor Público Municipal/Coord. Do Fórum Regional e Municipal | Gerente de Economia Solidária da Prefeitura de Belo Horizonte, desde 2004. Formada em Administração de Empresas e servidora pública. Membro da coordenação do Fórum Metropolitano de Belo Horizonte e do Fórum Municipal. Faz parte da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária. |
| E5 – Gestor Público Municipal/Coord. Fórum Estadual e Regional. | Diretor de Fomento ao Trabalho da Prefeitura de Governador Valadares. Formado em Economia e servidor público concursado. Membro da Coordenação do Fórum Regional do Vale do Rio Doce. Faz parte da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária. |
| E4 – Representante de EAF (Entidade de Apoio e Fomento) /Coord. do Fórum Estadual/Membro do CEEPS | Diretor sindical, bancário e ex-secretário executivo do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária. Membro do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária. Inicialmente representante da Agência de Desenvolvimento Solidário/CUT, entidade de apoio e fomento fundadora do Fórum Mineiro e do Brasileiro de Economia Solidária, com efetivo engajamento no movimento, a partir de 1999. |

| | |
|--|---|
| <p>E5 - Representante de EAF (Entidade de Apoio e Fomento) /Coord. do Fórum Estadual/Presidente do CEEPS</p> | <p>Agrônomo e representante da Cáritas, entidade fundadora do Fórum Mineiro e Brasileiro de Economia Solidária e membro da Coordenação Estadual do FMEPS. Presidente do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária.</p> |
| <p>E6 - Representante de EAF (Entidade de Apoio e Fomento)/ Coord. do Fórum Estadual/Membro do CEEPS</p> | <p>Psicólogo e representante do Instituto Marista de Solidariedade, entidade fundadora do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e que desenvolve ações de economia solidária, desde 1995. Participa do Fórum Mineiro e Brasileiro de Economia Solidária, com efetivo engajamento, a partir de 2000. O entrevistado é analista social, faz parte da Coordenação Estadual do Fórum Mineiro e é membro do Conselho Estadual. Coordena o Centro de Formação da Região Sudeste.</p> |
| <p>E7 - Representante de EAF (Entidade de Apoio e Fomento)/Coord. Fórum Estadual e Regional.</p> | <p>Arte-educador e representante da Central dos Movimentos Populares, entidade de apoio que compõe a coordenação do Fórum Regional do Triângulo Mineiro. A organização desenvolve ações principalmente na área de formação política e faz parte da coordenação FMEPS.</p> |
| <p>E8 - Representante de EES (Empreendimento Econômico Solidário) / Coord. Fórum Estadual e Regional.</p> | <p>Representante de um empreendimento de artesanato que participa do FMEPS, desde 2009. Membro da Coordenação da Regional do Triângulo Mineiro. Seu grupo é informal e atua no setor de artesanato, com nove participantes. O grupo foi fundado em 2008, a produção é individual e a comercialização coletiva, em feiras e outros espaços. O empreendimento recebe apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, desde a sua fundação.</p> |
| <p>E9 - Representante EES (Empreendimento Econômico Solidário)/ Coord. Fórum Regional/ Membro do CEEPS</p> | <p>Representante de um empreendimento de reciclagem que participa do FMEPS, desde 2003, já foi da Coordenação do Fórum da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Conselho Estadual de EPS. Seu grupo é do setor da reciclagem e está organizado em uma cooperativa que, atualmente, tem 42 participantes. O grupo foi fundado em 2002 e tem apoio principalmente da Prefeitura Municipal, desde sua constituição. Já passou por diversas capacitações e recebeu apoio de entidades de fomento em assessoria técnica, formação, equipamentos, entre outros.</p> |
| <p>E10 – Representante EES (Empreendimento Econômico Solidário)/Coord. Fórum Brasileiro de Economia Solidária e do Fórum Regional</p> | <p>Representante de um empreendimento de alimentação e produtos de higiene. Participa do Fórum Mineiro de EPS, desde 2004, representante de Minas Gerais na Coordenação Nacional de FBES e da Coordenação Executiva do FBES. Foi agente do Programa Brasil Local. O grupo foi fundado em 2003 e já passou por diversas capacitações. Atualmente tem sete componentes. É membro do Fórum da Região Metropolitana e da Coordenação do Fórum Municipal de Esmeraldas.</p> |
| <p>E11 – Representante EES (Empreendimento Econômico Solidário)/ Foi Coord. Fórum Estadual e Regional./Ex-membro do CEEPS</p> | <p>Representante de um empreendimento que participa do Fórum Mineiro de EPS, desde 2006, já foi da Coordenação da Regional do Sul de Minas e membro do Conselho Estadual de EPS. Seu grupo é do setor de artesanato e está organizado em uma associação que, atualmente, tem 12 participantes. O grupo foi fundado em 1986, cada participante faz seu artesanato e o grupo comercializa coletivamente.</p> |

| | |
|---|---|
| <p align="center">E12 – Representante EES (Empreendimento Econômico Solidário)/Coord. Fórum Regional e Municipal</p> | <p>Representante de um empreendimento que participa do Fórum Mineiro de EPS, desde 2003, fazendo parte da Coordenação da Regional da Região Metropolitana e do Fórum Municipal de Ribeirão das Neves. Já foi representante suplente na primeira formação do Conselho Nacional e da Coordenação Nacional do FBES. Seu grupo está formalizado como microempresa, sob forma autogestionária. Realiza sua produção no setor de alimentação, em especial, em serviços de <i>buffet</i> para eventos. O empreendimento se reúne a partir de demandas e conta, em seu cadastro, com 10 mulheres e seis homens. Faz parte de uma rede de empreendimentos do setor de alimentação. O grupo foi fundado em 2003 e recebeu, inicialmente, apoio da Prefeitura e, depois, de entidades de apoio e fomento, por meio de capacitações e utilização de espaços para produção. Atualmente, não conta mais com o espaço de produção coletiva. Participou do curso do CFES.</p> |
| <p align="center">E13 - Representante EAF/Coord. Fórum Estadual e Regional</p> | <p>Representante de uma entidade de apoio e participa da coordenação do FMEPS e da Regional do Norte de Minas.</p> |
| <p align="center">E14 – Representante EES (Empreendimento Econômico Solidário)/ Coord. Fórum Estadual e Regional</p> | <p>Representante de um empreendimento que participa do Fórum Mineiro de EPS, desde 2004, da Coordenação da Regional da Zona da Mata e da Coordenação Estadual. Também participa do Fórum Municipal de Juiz de Fora. Seu grupo está formalizado como associação de artesanato e tem 24 sócios, que se organizam para a venda coletiva. A associação tem uma loja que foi cedida e é mantida pela Prefeitura do Município. O empreendimento recebeu apoio de uma Incubadora, mas preferiu abrir mão desSa parceria. A produção é individual. Participou do curso do CFES.</p> |
| <p align="center">E15 - Representante EES (Empreendimento Econômico Solidário)/ Coord. Fórum Estadual e Regional</p> | <p>Representante de um empreendimento que participa do Fórum Mineiro de EPS, desde 2003, da Coordenação da Regional da Zona da Mata e da Coordenação Estadual. Também participa do Fórum Municipal de Juiz de Fora. Seu grupo está formalizado como cooperativa que presta serviços na área administrativa e os cooperados são pessoas com deficiência. Ao todo, são 63 cooperados. O empreendimento foi incubado pela ITCP da UFJF, no período de 1999 a 2004, onde recebeu assistência, formação e apoio para sua estruturação. Prestava serviços para a Universidade, mas foi impedida pela interpretação de que esSa seria uma forma de precarização de mão de obra. Atualmente, o grupo tem um contrato com a Prefeitura Municipal. Participou do curso do CFES.</p> |

Fonte: Dados da pesquisa

Neste capítulo, as questões que nortearam a análise da experiência regional e local de economia solidária foram: Qual a trajetória de constituição e organização do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária? Como a economia solidária é compreendida entre os diferentes atores sociais do FMEPS? Quais as relações entre eles? Em que medida tais discursos se aproximam ou se distanciam? Quais os principais conflitos, convergências e desafios? Como o Fórum e a conjuntura nacional contribuíram para que a temática da

economia solidária fosse incorporada à agenda das políticas públicas estaduais, na área de geração de trabalho, emprego e renda? Em que medida a experiência local e a regional se assemelham às experiências de outros países e quais os pontos de diferença?

No primeiro momento, foi discutida a estruturação do movimento de economia solidária no Estado, identificando-se o cenário sociopolítico e os principais elementos que mobilizaram diferentes organizações e gestores públicos em torno dessa temática. Os atores sociais implicados nesse processo foram identificados, assim como suas relações com acontecimentos nacionais.

Em seguida, os pontos de conflitos e convergências quanto à concepção de economia solidária foram evidenciados, identificando-se os valores, as crenças e os ideais que compõem a ideologia do FMEPS. As principais características dos empreendimentos e as relações entre os atores sociais nas práticas dos Fóruns e nas organizações locais ficaram destacadas.

Em outro tópico, analisou-se o papel do movimento na elaboração de políticas públicas de economia solidária no Estado, especialmente na constituição de uma legislação específica e nas ações e projetos implicados nesse contexto. Ao fim desta seção, foram apresentados os desafios, pontuando-se os limites e possibilidades dessa organização.

5.1 Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária: conjuntura, histórico e primeiros passos

A formação do movimento de economia solidária no Estado de Minas Gerais está relacionada a dois elementos, que foram ressaltados tanto nas análises teóricas, quanto no estudo das experiências nacionais e internacionais apresentadas nos capítulos anteriores. O primeiro compreende o processo de exclusão social acentuado, a partir das mudanças no mundo do trabalho, o aumento do desemprego e a ampliação da pobreza. Tal conjuntura contribuiu para a mobilização de alguns atores, em busca de alternativas de geração de trabalho e renda. O segundo envolve uma perspectiva política vinculada à ideologia de mudança da sociedade. Esses dois impulsos se misturam na realidade local e regional e aparecem recorrentemente nos discursos dos entrevistados nesta pesquisa.

Assim, em princípio, a dificuldade econômica e social motivou a organização de empreendimentos e de unidades de produção apoiados pelo poder público e por entidades de fomento ligadas à Igreja ou ao movimento sindical. As iniciativas coletivas envolviam uma massa de trabalhadores pobres e excluídos, com o objetivo de gerar trabalho e renda. No

entanto, esse discurso era mais amplo e se fundamentava também na construção de um projeto político de mudança social, baseado no trabalho associado, autogestionário e solidário.

Em diversas passagens, as lideranças do Fórum enfatizaram essa definição, ou seja, não se tratava de amenizar uma falta, mas de tentar influenciar o sistema, tanto em âmbito local, como nacional e internacional. O Fórum Social Mundial e outros eventos realizados em nível estadual, durante a trajetória de organização da economia solidária, foram espaços importantes para os debates quanto a esse desenvolvimento alternativo. Nessa conjuntura, dois elementos se somavam: a necessidade de trabalho e renda dos participantes dos empreendimentos e os ideais de organização popular e social das entidades de fomento e, em parte, de alguns gestores públicos vinculados, especialmente, ao Partido dos Trabalhadores. Além disso, um conjunto de pesquisadores e estudiosos contribuía para a teorização sobre formas alternativas de organização produtiva e luta dos trabalhadores. Um dos representantes do FMEPS sintetiza tais argumentos, de forma clara:

O primeiro motivo é a crise no mundo do trabalho, a questão do desemprego. A questão da informalidade ela tá colocada. As pessoas que trabalham no informal hoje e a organização que você tem de toda uma malha social aí, formando cooperativas, associações, grupos informais e mostrando isso que tem geração de trabalho e renda a partir disso. E a questão ideológica porque eu acho que aí também tem um componente ideológico, porque a economia solidária ela consegue fazer trabalhar a divisão de gênero na prática. Ela consegue trabalhar esta questão de que... do coletivo, a questão da divisão justa no final do mês, a questão do respeito ao meio ambiente. Então tem todo um processo que começa com a crise do trabalho, mas que teve também a parte da organização dos trabalhadores que hoje a gente chama de empreendimentos econômicos solidários. E teve também muita incidência política, eu acho que mesmo quando não chamava de fórum, mesmo quando não chamava disso, nós tínhamos pés nas universidades, tínhamos teóricos que escrevia sobre isso. Nós tínhamos instituições que conseguiam teorizar o debate, o tema, colocar em evidência, realizar feiras e colocar isso no Fórum Social Mundial e conseguiu dar visibilidade a isso, mesmo sendo uma coisa pequena. Porque a gente não pode falar que a economia solidária é tão grande. É uma coisa muito pequena, mas que tem uma visibilidade muito grande e que tem um apelo político muito forte. [...] Eu acho que a questão do apelo político que a economia solidária traz no sentido da sustentabilidade, seja ambiental, seja social, seja política, seja cultural. Este apelo que a economia solidária traz por trás de qual modelo de desenvolvimento que o país, que uma nação precisa, ela é muito forte (E5 - Representante de EAF).

As motivações para o envolvimento dos empreendimentos com o movimento de economia solidária no Estado são bastante variadas. Uma das questões compartilhada é o fato de, recorrentemente, haver alguma entidade ou gestor público na intermediação entre o grupo e o FMEPS. Isso significa que, nos casos estudados, é comum que os empreendimentos tenham apoio de organismos externos e que a participação no Fórum seja parte da estratégia do fortalecimento dos grupos.

As lideranças dos empreendimentos ressaltam o Fórum como um espaço de articulação, engajamento e aprendizado. Essas afirmações estão em consonância com os argumentos de Tiriba (2007), quanto à gestação de uma nova cultura do trabalho, que depende essencialmente de processos educativos. O movimento serve, em alguma medida, aos interesses de organização política e representativa, assim como pode ser um ambiente pedagógico que mobiliza atores que, anteriormente, estariam desconectados desses debates.

A identificação com o projeto sociopolítico da economia solidária relaciona-se aos processos de participação e formação. Essa incorporação ao movimento ocorre por impulsos políticos, econômicos ou sociais, conforme relato dos representantes das iniciativas solidárias envolvidas no FMEPS.

Em relação à perspectiva política, parte significativa dos representantes dos empreendimentos reconhece a vinculação ao Fórum como estratégia para mudança de leis e para fortalecimento de suas iniciativas. No geral, essas organizações foram apoiadas por incubadoras de cooperativas populares, entidades de fomento e políticas públicas. Tal engajamento representa a possibilidade de dar visibilidade às suas dificuldades cotidianas e construir coletivamente soluções.

E aí a gente foi buscando os espaços de articulação política não só pra capacitação, mas pra poder junto ali elaborar as leis que era o que a gente precisava, o que a gente precisava até hoje porque muita coisa não foi melhorada. [...] Quando a gente começou num primeiro momento, o que a gente via era que era um espaço onde se tratava só de feira. Não tinha uma articulação pros outros setores. A questão era artesanato e agricultura familiar e aí a gente se sentia meio que de lado. Mas aí a gente colocou que seria um espaço de articulação e a gente precisava tá ali pra mostrar a nossa cara, o nosso objetivo. Porque que a gente veio e realmente o fórum é o nosso espaço de articulação. É onde a gente teve mais visibilidade, a gente aprendeu muito, teve muitas capacitações que veio pelo Fórum e a gente fez e foi muito contemplado por elas, então, a gente acha que realmente que era o nosso espaço independente de ser o setor reciclagem (E9 - Representante EES).

O Fórum é o nosso espaço de discussão. Se os empreendimentos não tiver o fórum e o empreendimento não entender que é a minha casa. É preciso fortalecer que o fórum tem que existir. E o empreendimento tem que investir para a vida do fórum. Pra você ter uma loja, você não tem que comprar mobiliário, pagar a água, luz telefone para ter um retorno? O fórum é nossa loja de ideias. É nossa loja de juntar as forças. É o seu espaço. O empreendimento precisa esquecer esta coisa assistencialista de falar assim: quem vai pagar? É claro que o recurso é público e nós queremos o recurso, não abrimos mão do recurso público, mas antes do recurso público, eu como ator da economia solidária tenho que ter o meu Fórum forte para a gente juntar e encaminhar as instâncias. O Estado, fórum brasileiro, vamos chegar no congresso. Vamos dizer o que somos e pra que estamos (E8 - Representante de EES).

O limite entre participação política e organização econômica é tênue. Para alguns empreendimentos, o Fórum representa o espaço para acesso a determinados projetos e programas, como as feiras, que são ações coordenadas pelo FMEPS, por exemplo. Assim, alguns entrevistados relataram o impulso econômico como fundamental para a participação no movimento de economia solidária. Em geral, são iniciativas que se formaram com menor apoio de entidades de fomento e a chegada ao Fórum se deu por caminhos diversos. É possível citar a experiência de uma iniciativa do setor de serviços que, inicialmente, contou com a ajuda de entidades, como Sebrae e Ocemg, para a organização de uma cooperativa. Buscando informações sobre formas de estruturação e assistência técnica, um de seus representantes conheceu a experiência de um empreendimento da economia solidária e, por meio desse contato, começou a participar do Fórum. Segundo esse relato, a primeira participação na reunião do FMEPS ocorreu em 2004 e, em princípio, ele não compreendeu bem do que se tratava, mas prosseguiu seu envolvimento com o Fórum.

Outro exemplo é o de um artesão que, em busca de espaços para comercialização, conheceu a economia solidária, em 2004. Como trabalhador individual, ele se integrou a uma associação para poder participar do movimento. Ele produz individualmente e comercializa em uma loja coletiva. Embora participante das instâncias do FMEPS, representando seu grupo, a maioria dos membros da associação não se reconhece como economia solidária e não se integra nessas discussões, conforme relato do próprio artesão.

Mesmo que o impulso inicial tenha sido a renda, a participação nas discussões do Fórum ampliou os horizontes de trabalho desses grupos, de alguma maneira. Essa integração, de acordo com um entrevistado, se desdobrou na fundação de um Fórum Municipal, em sua cidade, e na construção de um banco comunitário, na comunidade na qual está inserido. É possível perceber que o discurso inicial foi requalificado, englobando outras perspectivas, para além da renda.

Aí nossa ideia que era pensar no desenvolvimento econômico das pessoas que estavam fazendo parte do projeto, nós passamos a conhecer a economia solidária que tem outra perspectiva. [...] Que não só o desenvolvimento econômico, gerar riqueza pras pessoas, mas fazer desenvolvimento sustentável, fazer desenvolvimento da cidadania, da comunidade como um todo. A gente pensava só na gente mesmo, cada um se enriquecer através da cooperação entre o grupo ali e se enriquecer, mas quando a gente conheceu a economia solidária mesmo e fomos aprofundando, aprendendo. O grupo todo foi entendendo que não era só pra ele, só pra aquele grupo fechado, só pra aquele grupo e é por isso que nós estamos com este monte de encaminhamento lá na comunidade (E10 – Representante EES).

Por fim, um dos empreendimentos que atua no setor de alimentação teve a participação ao Fórum vinculada ao que se pode denominar de impulso social. O projeto que deu origem ao grupo estava no âmbito das ações, desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, de socialização de mulheres vítimas de violência doméstica. Uma das estratégias de ressocialização das mulheres era o trabalho a partir da organização de um empreendimento econômico solidário. Com a formação do grupo, elas foram orientadas a participar do FMEPS.

O empreendimento surgiu em 2003 para inclusão social. Eu estava saindo da violência doméstica e aí junto com mais outras quatro mulheres, a Coordenadoria do Direito da Mulher fez um trabalho com a gente de reintegração social. Para reintegração social, a gente montou um grupo de convivência. Desse grupo de convivência, nós resolvemos cada um ver qual era nossa aptidão e, com nosso saber popular, cada um foi fazer alguma coisa. Eu entrei neste grupo fazendo pães, uma fazia biscoito, a outra fazia salgado e outra fazia tapete. Aí fomos através da coordenadoria para aquele espaço da cidadania na Bernardo Monteiro pra comercializar e integrar porque todas nós passamos por violência e por cárcere. [...] Eu não vim para economia solidária para falar da renda, pra comercializar. Eu vim para reintegrar, para mim encontrar e levantar a autoestima. Aí que eu vi que tinha renda. Aí em 2003 que a gente foi para feira e viu que tinha renda. Aí que a gente falou “ah, vamos montar um grupo associado”, mas cada um vai fazer na sua casa e a gente vai comercializar lá junto (E12 – Representante EES).

Entre os representantes entrevistados das entidades de apoio, as estratégias desenvolvidas no campo da economia solidária partem dos projetos políticos e sociais realizados por essas organizações. É preciso destacar o papel das entidades vinculadas à Igreja Católica que, em uma vertente popular, busca a construção de estratégias para superação da pobreza. Essas iniciativas executam projetos financiados com recursos próprios, públicos e de cooperação internacional.

Nos casos apresentados nesta pesquisa, as entidades trabalham nas áreas de formação e capacitação de empreendimentos, de organização de feiras e de assessoria técnica. Vale destacar as ações vinculadas aos sindicatos, por meio da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, que deixou de existir como estrutura estadual, mas que foi importante na organização do movimento. Além disso, as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares sempre estiveram presentes nas articulações FMEPS, assim como outras entidades de cunho social e associativo. No geral, a economia solidária se tornou uma estratégia de mobilização de projetos voltados às populações excluídas socialmente, como catadores de resíduos sólidos, mães chefes de família, pessoas com deficiência, agricultores familiares etc.

Entre os gestores públicos entrevistados, há duas situações. A primeira se refere ao caso de uma gerente de economia solidária da estrutura da prefeitura, que recebeu capacitação, tanto da Senaes quanto da Rede de Gestores, para compreensão política do tema. A segunda envolve a experiência de outro gestor que se aproximou desse debate na graduação, ainda como estagiário e, desde então, vem participando dos espaços do Fórum Regional e Estadual.

Nesse campo, a diversidade entre os atores sociais marca o movimento de economia solidária, que engloba entidades e empreendimentos com realidades diferenciadas. O espaço do Fórum se apresenta como local de luta, de aprendizado e de construção identitária. No entanto, a pluralidade de compreensões gera conflitos e, em alguma medida, fragilidades, que ainda serão abordadas neste estudo. Antes de debater, de forma específica, tais questões, é importante tratar do processo histórico e dos principais elementos que caracterizam a trajetória do movimento de economia solidária no Estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, de acordo com registros do Fórum Mineiro, o início das discussões sobre esse tema no Estado ocorreu no Governo de Patrus Ananias, do PT, prefeito de Belo Horizonte, no período de 1993 a 1996. No âmbito das atividades da Secretaria de Desenvolvimento Social, um Grupo de Trabalho – GT que envolvia gestores públicos e sociedade civil foi organizado, com o objetivo de debater ações alternativas de geração de trabalho e renda, em 1994. O Grupo se reunia mensalmente, para realizar estudos e elaborar propostas focadas no fomento às iniciativas solidárias. Nesse contexto, já participavam desse coletivo as principais entidades fundadoras do FMEPS.

O tema do trabalho foi central nesses debates e é importante ressaltar que esse coletivo se reuniu pela primeira vez a partir da mobilização de um governo municipal administrado pelo Partido dos Trabalhadores. As discussões sobre a economia solidária ganharam força com a organização da sociedade civil, dos movimentos sociais e do poder público municipal, na procura por alternativas à grave crise do desemprego.

No ano de 1996, outras organizações se agregaram a esse grupo, que realizou diversas capacitações visando à formação de seus representantes em intercâmbio com outros Estados, como o Rio de Janeiro. Da mesma forma, as ações do GT foram ampliadas com a criação de um banco de dados, divulgação de informações, desenvolvimento de projetos nas áreas de comercialização e de formação, entre outros. Naquele momento, havia um foco central na capacitação dos técnicos e dos gestores que começavam a atuar com o tema da economia solidária.

Parte das entidades que compunha esse GT, como a Cáritas, participava também do Fórum de Desenvolvimento Sustentável e estava envolvida com a promoção das Feiras da Reforma Agrária, ocorridas em 1996 e 1997. Essa articulação contribuiu para a vinculação dos debates ao meio rural e a mobilização de outros movimentos sociais, como o Movimento dos Sem Terra.

Em 1997, o então vereador do PT, André Quintão, promoveu uma reunião com o objetivo de criar um Banco do Povo - Banpop. O evento teve a presença de representantes de várias entidades, da Prefeitura e da Câmara Municipal e a participação do Secretário de Trabalho do Distrito Federal. Nesse momento, as discussões sobre o microcrédito e as diferentes experiências no Brasil e no mundo se apresentavam como estratégias férteis para o fortalecimento das iniciativas embrionárias dos empreendimentos econômicos solidários.

A lei para criação de um Banco do Povo - Banpop, em Belo Horizonte, foi sancionada em abril de 1998. O vereador André Quintão se empenhou em acompanhar esse assunto e realizou também outras ações, como a busca pela disponibilização de espaços para comercialização, na Feira de Artesanato da cidade, para os empreendimentos do Fórum e o desenvolvimento de projetos em parceria com a Arquidiocese de BH, por exemplo. Em 1999, os critérios para acesso aos recursos do Banpop foram discutidos na Câmara, com a participação de representantes da economia solidária. Em agosto do mesmo ano, o Banco entrou em funcionamento.

A implantação e a operacionalização do Banco do Povo foram pontos discutidos em diferentes momentos e, para alguns componentes do FMEPS, frustrou as expectativas de atendimento aos grupos da economia solidária e não possibilitou o avanço de experiências de fundos rotativos e solidários.

No período de 1996 a 2001, diversos eventos foram realizados, com o intuito de aprofundar e difundir o tema da economia solidária no Estado, com destaque para os cursos de formação e para o empenho na consolidação de um banco popular em Belo Horizonte.

Naquele momento, nós tínhamos em Minas Gerais o Fórum de Desenvolvimento Sustentável, o próprio Fórum de Geração de Renda aqui em Belo Horizonte, então, a gente participava desse movimento. [...] E quando foi em 2000, 2001, começa também, a partir do desenvolvimento do Fórum de Geração de Trabalho e Renda aqui da região metropolitana, que foi um fórum criado na época que o Patrus que era prefeito aqui e que ele chamou as instituições daqui para fazer uma ação mais ampliada na questão social de incentivo à geração de trabalho e renda também. A Cáritas começou a participar deste Fórum junto com o Graal, junto com o Marista, junto com a própria ADS/CUT que vem nesta época. Aí o tema em 2000, 2001 da chamada economia popular solidária começa. Muito a partir também dos Fóruns Sociais Mundiais (E5 - Representante de EAF).

Em âmbito nacional, entidades como a Cáritas e a Agência de Desenvolvimento Solidária da CUT faziam parte do GT Brasileiro, que articulou a criação do Fórum Brasileiro, em 2003. As duas entidades tinham representações em diversos Estados, entre eles, Minas Gerais. A criação de fóruns temáticos, como o de economia solidária, estava em consonância com as orientações estratégicas da Cáritas em relação aos debates de questões sociais no Brasil, conforme trecho a seguir:

A Cáritas é uma instituição internacional presente em quatro países. No Brasil, nós estamos presentes em 18 estados. [...] E até na nossa análise do nosso programa de políticas públicas, quando a constituição de 88 traz o conselho como espaço de participação, nós da Cáritas, também junto com o movimento da sociedade organizada no Brasil, a gente começou a discutir a importância de criação de fóruns pra tá politizando o debate dos conselhos e pra tá fazendo esta relação. O debate sair do conselho e chegar a quem realmente tem que chegar. Então, sempre que a gente organizava a ação da Cáritas, enquanto programa, a gente organizava a participação da Cáritas nos conselhos temáticos e ao redor desse conselho temático a criação de fóruns e aí nesse sentido que em Minas Gerais começa a ser criado o fórum naquele momento de 2000, 2001. E a gente tava aí junto na criação do fórum (E5 - Representante de EAF).

Da mesma forma, a ADS/CUT, também implicada nas ações de fomento e assessoria aos empreendimentos econômicos solidários desde 1999, envolveu seus coordenadores e a equipe estadual na discussão sobre a organização do movimento de economia solidária no Brasil, em virtude dos debates no Fórum Social Mundial:

E lá, neste mesmo momento do Fórum Social Mundial, teve uma plenária, uma grande reunião do povo que trabalhava com esse conceito de economia solidária, de economia comunitária, economia socialista, socioeconomia solidária, economia pra libertação, economia da comunhão, uma série de nomes que as pessoas usavam e muita gente continua achando que esses nomes eram importantes. Eu também acho que são. Mas, no fritar dos ovos, apareceu o consenso de que o nome do bichinho seria **economia** solidária e criou-se, começou-se a trabalhar a criação do movimento de economia solidária (E4 – Representante de EAF).

Em 2001, com o avanço dessas articulações estaduais, foi criado o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária. Em princípio, essa era uma organização concentrada na região metropolitana de Belo Horizonte, já que havia uma maior presença de entidades na capital mineira, mesmo que suas ações fossem mais amplas no território do Estado. Os encontros e os momentos de formação debatiam temas considerados estratégicos para os grupos e para as organizações que compunham o Fórum, tais como formação, legislação e comercialização. Três oficinas de abrangência estadual foram realizadas com essas temáticas, assim como também ocorreram eventos de planejamento de ações e de definição de bandeiras prioritárias para o movimento no Estado.

Essas oficinas iniciaram o processo de interiorização do FMEPS. Na Oficina de Legislação, ocorrida em novembro de 2002, por exemplo, representantes de sete regiões participaram do evento. Os participantes eram de associações rurais, de empresas autogestionárias, de cooperativas e de grupos informais. Entre as entidades de apoio, havia representação de congregações religiosas, organizações não governamentais, universidades, sindicatos e banco popular. Além disso, havia gestores da prefeitura e assessores de dois vereadores e de um deputado estadual.

Em 2003, o Fórum continuou o seu processo de ampliação, através de encontros regionais de interiorização. Tais ações ocorreram previamente a um evento estadual denominado por I Feira e I Ciclo de Debates da Economia Popular Solidária, realizado em junho de 2003. Nesse espaço, foram discutidos os temas comercialização, microfinanças, legislação e políticas públicas. O evento ocorreu na Assembleia Legislativa do Estado e contou com a participação de pessoas especializadas nos temas, representantes do movimento social e deputados. Foi a partir dessa mobilização e dos debates ocorridos durante o encontro que surgiu a proposta de criação de uma lei específica para a economia solidária no Estado.

Essa proposta foi levantada durante a mesa redonda sobre certificação solidária. Na ocasião, o deputado Dalmo Ribeiro se propôs a elaborar uma lei de criação de um selo da economia solidária. Em princípio, a colocação feita no debate pareceu despreziosa, considerando que o deputado em questão não tinha nenhum envolvimento com o tema. Um dos fatos curiosos dessa história é que os parlamentares do PT, que eram mais afeitos ao assunto, não estavam presentes naquela semana na Assembleia, pois haviam viajado para Brasília, para participar de uma reunião com o Presidente Lula. No entanto, poucos dias depois do evento, em 18 de junho de 2003, foi apresentado por Dalmo Ribeiro o Projeto de Lei 830/2003, que tratava da certificação solidária. Ao analisar a proposta, o Fórum solicitou, por meio da Comissão de Participação Popular, uma audiência pública para discussão do projeto de maneira participativa.

O FMEPS apresentou três pontos na audiência pública: que a elaboração do projeto considerasse as discussões já realizadas no âmbito do Fórum; que mais temas fossem incorporados ao projeto e que se garantisse a participação efetiva do movimento, na elaboração do PL. A partir do debate na audiência pública, foi constituída uma comissão⁶⁴ mista, para elaboração de uma proposta de substituição do PL 830/2003.

⁶⁴ Participaram dessa comissão: representantes do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e representantes das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Previdência e Ação Social da Assembleia Legislativa.

Essa comissão construiu um substitutivo para o Projeto de Lei, que foi aprovado, em primeiro turno, no dia 25 de novembro e, em segundo turno, no dia 3 de dezembro. O Governador do Estado realizou a sanção em 19 de janeiro de 2004. A Lei 15028/04, que teve a participação do Fórum Mineiro em sua elaboração, instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária⁶⁵, que tem como diretriz, de acordo com seu Art. 1º, o desenvolvimento de ações de promoção e incentivo à organização de empreendimentos solidários no Estado.

Em 2003, as ações de interiorização do Fórum e o processo de construção da Lei Estadual ocorreram no mesmo período de mobilização nacional para criação do FBES. Naquele momento, eram elaborados os contornos iniciais sobre o entendimento acerca da economia solidária e de seu projeto político. Muitos representantes regionais debatiam, pela primeira vez, o tema da economia solidária, estabeleciam as convergências iniciais e mobilizavam outros atores. O debate sobre legislação, formas de organização e princípios era novo para a maior parte dos participantes, de acordo com os documentos da época.

O Estado de Minas Gerais, em virtude de sua organização, foi convidado a eleger delegados para participarem da III Plenária, que constituiria o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Em um evento estadual, os representantes do FMEPS, após discussão interna, compreenderam que aquele não era o momento adequado de criação de uma instância nacional. O movimento deveria mobilizar, de forma mais adequada, suas bases e nascer a partir de um processo de fortalecimento dos espaços locais e regionais e não o inverso. No entendimento do FMEPS, a construção coletiva dependeria de um diálogo mais amplo com representantes de empreendimentos, de entidades e gestores. Uma carta⁶⁶ foi escrita, justificando a não participação de delegados mineiros na criação do FBES, conforme trechos a seguir:

[...] Em Minas vimos primando pelo cuidado expresso no sentimento de quem respeita as trajetórias de cada empreendimento, grupo, entidades, sejam eles, regionais, locais, comunitários, familiares. Paralelamente, acompanhamos os processos de criação do Fórum Brasileiro de EPS e por mais que entendamos que nossos passos corroboram com esse movimento, percebemos que os caminhos de cada indivíduo/coletivo que estavam em processos de sensibilização para a construção de um **novo movimento** não poderiam ser atropelados por uma inversão abrupta de organização de fora para dentro, de cima para baixo, e já como um pacote, velho conhecido do modelo que não se encaixa no que queremos como nosso instrumento de trabalho e poder transformador, horizontal. Decorrente disso, vimos surgir antigos conceitos e atitudes, tais como disputa, delegados, voz e voto, dissenso, competição, ocorridos em alguns estados que fizeram o “dever de casa”.

⁶⁵ Os principais pontos da legislação são destacados no anexo deste trabalho, em um quadro síntese.

⁶⁶ A carta na íntegra está em anexo.

Na nossa “plenária estadual”, depois de ampla discussão e socialização dos processos para a criação do Fórum Brasileiro, o bom senso (e o “cuidar”) nos apontou o caminho da participação na Plenária Nacional como participantes (e não “delegados”), assumindo a realidade da complexidade que os temas propostos ainda representa para a grande maioria dos noss@s companheir@s, ficou livre a cada uma das dez regiões para indicarem 04 pessoas para compor o coletivo para participar, abrir um procedimento de escuta, colaborar no que for possível com seus conhecimentos prático-vivenciais, nos diálogos de criação de mais um organismo político de interlocução, que é o FÓRUM NACIONAL. [...] cremos que, numa visão holística, horizontal, cabe a nós fazer acontecer o novo, o viável, o possível do outro mundo que queremos, com respeito aos diferentes segmentos, às partes que compõem o todo e que juntas produzem uma energia muito maior.

Se o “trem” da história passa por nós e, para pegá-lo, tínhamos que ser “delegados” então, segundo um companheiro nosso, “não tenhamos medo de perder o trem dessa história, aliás, que trem? A história somos nós!!!!” . Vamos de ônibus, como participantes e colaboradores. Queremos deixar claro que Minas não está se arvorando a verdades absolutas, “dando exemplo”, estamos apenas, responsabilmente exercitando o novo, afinal também temos esse direito (FORUM MINEIRO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA, 2003).

A carta deixa explícita a compreensão de que o processo de criação do FBES era precipitado, considerando não haver os consensos necessários e também a insuficiente mobilização dos atores sociais que se aproximavam da economia solidária, naquele momento. A trajetória do Fórum, a partir das três fases analisadas no capítulo anterior, demonstra que a preocupação do coletivo mineiro teve desdobramentos na relação política com a Senaes e a fragilização dos fóruns regionais. Em 2012, a reflexão sobre o movimento na V Plenária, em alguma medida, retoma os fundamentos essenciais da organização da economia solidária no país e se volta ao conteúdo dessa carta.

No entanto, essa posição assumida pelo FMEPS não foi consensual no Estado. Representantes da cidade de Juiz de Fora, vinculados à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, que mantinha relações diretas com o GT brasileiro, realizaram também uma reunião e elegeram seus delegados. A carta escrita pelo Fórum também trata desse assunto, esclarecendo que Minas Gerais não teria representação, embora esse grupo pudesse se manifestar como delegados do município do qual faziam parte e não representantes do Estado como um todo.

A delegação de Minas participou da III Plenária e ponderou sobre os encaminhamentos estaduais. O FBES foi criado a partir do movimento de lideranças de entidades nacionais e como forma de aproveitar a oportunidade histórica de diálogo privilegiado com a recém-criada Senaes. O Fórum seria o principal interlocutor de uma política nova no Ministério do Trabalho e Emprego, no Governo do Presidente Lula. O ambiente era de grande otimismo e “não perder o trem da história” significou priorizar estratégias com bases frágeis e que, quase 10 anos depois, ainda não se consolidaram, como o

desejado naquele momento. Uma comissão provisória foi eleita para representar o Estado e ficou responsável por encaminhar as deliberações nacionais.

No início de 2004, apesar desses questionamentos, a aprovação da Lei Estadual e a criação do FBES e da Senaes foram consideradas conquistas importantes, por grande parte dos atores sociais envolvidos com o movimento de economia solidária no país e no Estado. Em âmbito estadual, o poder executivo do Governo de Minas Gerais tinha um prazo de 90 dias para regulamentação da Lei 15028/04, o que não ocorreu. O Fórum buscou várias instâncias do executivo para propor formas de regulamentação que pudessem ser participativas. Diversos encontros e reuniões foram agendados com representantes do poder executivo, no entanto, sem muito avanço.

O Fórum Mineiro, sob as orientações do recém-criado FBES, passou, então, a desenvolver suas ações em âmbito estadual, seguindo alguns projetos já estabelecidos como prioritários. Entre eles, um mapeamento em nível estadual nas regiões do Vale do Rio Doce e Vale do Mucuri. Essa iniciativa se conformou como uma espécie de projeto piloto para o mapeamento nacional.

Ainda em 2004, outras atividades foram iniciadas pelo movimento estadual, como ações de capacitação e apoio à infraestrutura. Destacam-se o projeto de fortalecimento da agricultura familiar, que compreendia a compra de equipamentos para unidades de beneficiamento, e o Pronaf Capacitação, que promoveu cursos com diversos temas, como comercialização, gênero e gestão. Nesse momento, uma Feira Estadual também mobilizou empreendimentos de todo o Estado.

Em 2005, as atividades do mapeamento nacional e da I Conferência envolveram grande número de gestores públicos, representantes de empreendimentos e de entidades de apoio. Muitos deles, pela primeira vez, tinham contato com a economia solidária. A Conferência, considerada um instrumento importante de participação social na elaboração de políticas públicas, mobilizou mais de 500 pessoas de diferentes partes do Estado. A organização desse evento contou com a colaboração da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, conforme diretrizes nacionais. Uma das reivindicações da conferência foi a regulamentação da Lei Estadual e, mais uma vez, essa iniciativa não avançou.

Em 2006, foi realizada novamente a Feira Estadual, fato que se seguiu em todos os anos, especialmente a partir de 2008 com recursos alcançados através de audiências públicas de proposição de emendas populares ao Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG. Esse programa de comercialização é implementado pelo Governo do Estado, com o apoio do

Fórum e do Conselho Estadual. Essa ação sempre foi objeto de muitas negociações e de conflitos entre o FMEPS e o governo. O recurso, mesmo garantido no orçamento, passava por diferentes trâmites burocráticos e políticos, até ser executado.

Outros projetos que passaram a fazer parte das ações estaduais de economia solidária foram o Brasil Local e o Centro de Formação em Economia Solidária, ambos financiados pela Senaes. Este último envolveu boa parte da coordenação do fórum mineiro em suas atividades. Os integrantes desse projeto constituíram uma rede de educadores populares em economia solidária.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares se ampliaram no território mineiro e, em algumas regionais, assumiram as coordenações dos fóruns, representando o segmento de entidades de apoio. Essas organizações são fundamentais nos processos de animação e mobilização de algumas regiões.

Em meados de 2007, a discussão da regulamentação da Lei Estadual foi retomada. Um Grupo de Trabalho do FMEPS se reuniu diversas vezes com representantes da Sedese, com o intuito de discutir pontos importantes na regulamentação, como a constituição do conselho, a formatação do cadastro de empreendimentos, entre outros. A minuta de decreto, fruto desses debates, tramitou novamente entre as Secretarias de Estado, até sua publicação, no dia 19 de setembro de 2008. O texto final dispõe sobre os agentes executores da política, a constituição, composição e estruturação do Conselho Estadual e a formatação do Cadastro Estadual de Empreendimentos da Economia Popular Solidária, conforme detalhamento em anexo.

Após a regulamentação, foi organizada uma assembleia para eleição dos membros da sociedade civil que fariam parte do Conselho Estadual e os Secretários de Estado indicaram os representantes do Governo. No dia 18 de dezembro de 2008, ocorreram a posse dos membros do conselho e a primeira reunião ordinária. A partir desse momento, o espaço de diálogo entre o poder executivo e o movimento de economia solidária se tornou institucionalizado, apesar dos limites e desafios desse processo.

Outros eventos, em articulação com instâncias nacionais, contribuíram para a mobilização e os debates do FMEPS, como a IV Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em 2008; a II Conferência Nacional, em 2010 e a V Plenária, em 2012. Durante esse período, várias outras atividades foram realizadas, com muitas dificuldades, especialmente em relação ao envolvimento das diversas regionais do Estado.

A última seção deste capítulo detalha mais profundamente os principais limites e desafios do movimento de economia solidária, em âmbito estadual e local. É importante ressaltar que a trajetória apresentada é entrecruzada por diferentes acontecimentos que, por

um lado, são comuns a outras experiências e, por outro, têm especificidades próprias. O fato que mais chama a atenção é o rápido crescimento desse movimento no Estado de Minas Gerais e a preocupação dos atores locais com a qualidade desse desenvolvimento. O Fórum Mineiro é uma organização que busca o diálogo com o poder público e ao, mesmo tempo, tem servido como espaço de aprendizado e construção coletiva.

5.2 Convergências e conflitos: a economia solidária entre a utopia e a realidade

Como em diferentes realidades apresentadas nos capítulos anteriores, as concepções sobre economia solidária, nas interpretações dos atores sociais que participam do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, não são consensuais. No geral, as elaborações transitam entre os projetos de transformação e os de inclusão social. Os diferentes segmentos implicados nesse movimento desempenham papéis complementares, embora nem sempre sejam harmoniosos. A diversidade quanto aos objetivos que mobilizam a ação comum em torno do tema representa a base para uma parte dos conflitos identificados nas realidades locais.

No geral, as concepções de economia solidária apresentadas pelas lideranças entrevistadas nesta pesquisa envolvem alguns elementos comuns, embora fiquem claros pontos importantes de divergência. Como tentativa de identificar essas linhas interpretativas, foi possível elencar ao menos três correntes principais de compreensão: a institucional, a utópica e a social. Obviamente, essas são simplificações da realidade, mas evidenciam questões predominantes nos discursos dos envolvidos neste estudo.

A vertente institucional engloba conceituações baseadas em consensos gerais estabelecidos tanto pelo FBES, quanto pela Senaes. O foco está em um tipo ideal de empreendimento econômico solidário, que deve seguir princípios que conferem legitimidade às iniciativas da economia solidária. Em geral, essa visão foi apresentada por representantes de entidades de apoio e de fomento e também por alguns gestores públicos.

Economia solidária basicamente a gente trabalha com o conceito da Senaes. Uma definição que ela divulgou neste último material que ela divulgou sobre o tema. Então, são empreendimentos autogestionários que trabalham na perspectiva da preservação do meio ambiente, que trabalham na perspectiva da gestão coletiva, no compartilhamento de resultados e que visam um pouco à superação do trabalho assalariado (E6 - Representante de EAF).

A autogestão, a divisão de resultados e o trabalho associado e coletivo são pontos comuns que aparecem nas descrições sobre economia solidária, nessa corrente institucional. Tal perspectiva engloba princípios que geralmente são atribuídos às cooperativas. Essa compreensão está centrada na organização dos empreendimentos econômicos solidários de um ponto de vista interno, ou seja, nas relações dos trabalhadores em suas atividades dentro dos grupos. O foco no cooperativismo e nas formas de estruturação dessas iniciativas não é por acaso. Um conjunto expressivo de materiais de divulgação e pedagógicos de diversas entidades, do FBES e da Senaes reforça tais interpretações.

Em outra vertente, a compreensão de economia solidária envolve necessariamente um projeto de mudança e de transformação social. Tal visão está vinculada às diversas propostas de socialismo e do fim do sistema assalariado. Esse é um processo de luta dos trabalhadores contra o capitalismo e, por isso, ela é tratada neste estudo como utópica. Essas concepções são apresentadas majoritariamente por representantes de entidades de apoio e se sustentam em pensamentos de esquerda e em correntes teóricas de interpretação crítica.

Pra mim não é geração de trabalho e renda, pra mim não é terapia ocupacional, pra mim não é complementação de renda. Na minha opinião, é preciso trabalhar pra o fim do sistema do trabalho assalariado. E é esta perspectiva que eu venho atuando no movimento de economia solidária desde 1999. [...] O movimento de economia solidária, ele é um movimento que entre outras palavras, na minha opinião, e eu pego muito pesado quando vou falar dessas coisas, anticapitalista. Não tem outra expressão. Se ele pensa trabalho emancipado, se ele pensa o fim do trabalho assalariado, se ele pensa a autogestão, se ele pensa historicamente isso, então, ele é um movimento libertário. Essa pode não ser a compreensão de muita gente que atua no movimento de economia solidária, gestores públicos, mas a minha opinião é essa (E4 - Representante de EAF).

Nós tamos num modelo capitalista, querendo ou não, as relações que se constroem na economia solidária, quando a gente fala de produção coletiva, sem patrão, divisão justa no final do mês, respeito ao meio ambiente, querendo ou não isso são práticas no mínimo socialistas, né? [...]. Eu acredito que pra gente viver uma economia solidária de fato, nós vamos ter que mudar o sistema que taí. [...] Eu não acredito muito que exista uma economia mista. Essa forma de conviver a economia solidária e o capitalismo. [...]. Então, eu acredito que a economia solidária é isto: mais um movimento de resistência ao capitalismo do que outra economia. De fato existe, acontece outra economia, mas é muito mais como forma de resistência, de resistir ao capitalismo do que de garantir a sobrevivência da maneira que a gente queria que a economia solidária garantisse (E5 - Representante de EAF).

O entendimento de economia solidária do que é para o movimento sindical: outro jeito de viver. Outra ideologia política, as discussões, é com este caráter de um desenvolvimento local focado no crescimento desta economia. [...] Então, as discussões que a CMP (Central dos Movimentos Populares) têm dentro do seu interior promovido e também levado para região é neste caráter. De pensar um desenvolvimento, no caso lá, um desenvolvimento focado nesta economia. Criar a moeda social, fazer da região, no caso do Triângulo, que é seu território de ação, um exercício experimental da liberdade. Que possa a gente vivenciar o cotidiano de

outra economia que não é essa. É claro que somar esforços para que este projeto ele possa ser mundialmente aceito e hegemônico (E7 - Representante de EAF).

Em uma terceira vertente, a economia solidária é compreendida sob um ponto de vista social. Tais interpretações se remetem à função de inclusão social e de geração de trabalho e renda presentes nos empreendimentos econômicos solidários. Essas organizações representam formas para a superação da pobreza, através do trabalho autogestionário e da gestão coletiva. Nesse campo, destaca-se também o enfoque na economia a serviço do ser humano, que engloba maneiras alternativas de viver, de produzir e de comercializar. Essa concepção está em consonância com a carta de princípios do FBES e trata de temas como o consumo, o trabalho precário e as relações comunitárias. De forma geral, essas abordagens foram apresentadas por lideranças dos empreendimentos econômicos solidários.

Olha eu falo que é ajuntamento de pessoa pra gerar trabalho e renda. É outra forma de viver, é outra forma de comercializar. Cê conta a história do seu produto. Você chega na padaria você compra um bolo sem saber, né? [...] Não é o caso do nosso produto “É esta rosca? Foi feita assim, assim, assim, sem química, sem conservante” [...] E o que a gente consome da economia solidária, a gente sabe o que a gente tá consumindo (E12 - Representante EES).

É uma nova proposta de vida, é um novo formato, do viver coletivo, é um novo formato, é uma nova proposta. Dentro de todas as dificuldades, diante do capitalismo que não se mostrou suficiente, porque você vê as pessoas hoje trabalhar porque a escravatura mudou de mão apenas. Eu acho que nunca houve abolição da escravatura. Ela mudou de mão. Você vê uma pessoa dum telemarketing trabalhar 6 horas sem poder ir no banheiro. É uma escravatura. Por um salário x no final do mês. E nenhum momento foi visto como um ser humano que produz. Ele é visto apenas como uma força de trabalho. E na economia solidária se diz como um movimento porque quer uma mudança disso. Por isso, a gente busca um trabalho autogestionário, por isso queremos onde todos podem participar (E8 - Representante de EES).

Economia solidária eu acho que é geração de trabalho e renda. [...]. Eu acho o seguinte pra mim: a vida inteira eu vivia na economia solidária porque naquele tempo não existia isso. Para nós era consideração com as pessoas. Para nós era consideração, troca, era tudo isso. Tudo aquilo que a gente já tá fazendo há mais anos e deram um nome para ela, entendeu? [...] Você pode amenizar a situação por gestos solidários, entendeu? Que é questão das trocas, a questão de um ajudar o outro, a formação de grupos [...] porque sem grupo você não consegue trabalhar. É isso que eu entendo. A explicação que eu tenho de economia solidária é conseguir as coisas com mais facilidade em grupo para geração de trabalho e renda, procurar meio de capacitação, de aprender a fazer as coisas, de lidar a fazer as coisas (E11 - Representante EES).

Os gestores públicos entrevistados reforçaram o entendimento sobre economia solidária como estratégia de inclusão social. Esse enfoque corresponde à perspectiva de geração de trabalho e renda presente nas políticas públicas com essa temática. A ideia do desenvolvimento local também foi citada como maneira de dinamização econômica.

Ao analisar essas concepções em relação às correntes teóricas apresentadas no primeiro capítulo, é possível destacar alguns elementos convergentes. A vertente institucional, na qual os princípios cooperativos foram evidenciados, se aproxima das interpretações teóricas de Gaiger (2004) e de Singer (2003a), em virtude do foco nas características dos empreendimentos econômicos solidários e da ênfase nas organizações cooperativas. A racionalidade econômica desses grupos é colocada em evidência, contrapondo-se à lógica empresarial. Ao destacar tais aspectos, essa compreensão se concretiza em indicadores que podem diferenciar uma iniciativa legítima de uma fraude. A perspectiva institucional é importante nos espaços de disputa de recursos públicos, como no caso da Senaes.

Na abordagem utópica, o foco na transformação social corrobora com algumas linhas interpretativas presentes na América Latina. Singer (2003a) é destaque nas leituras que tratam a economia solidária como projeto de socialismo e Bocayuva (2007) e Tiriba (2007) ressaltam o caráter de emancipação do trabalho por meio da autogestão. A mistura dessas concepções está presente nos discursos dos entrevistados que compreendem as iniciativas solidárias segundo aspectos ideológicos de contraposição ao capitalismo, inscritos em diversas interpretações críticas. É comum a referência à mudança nas formas de organização do trabalho, especialmente quanto ao assalariamento. Essas abordagens também estão presentes nas elaborações do FBES, que é influenciado pela liderança dessas entidades de apoio.

Por fim, a terceira vertente, denominada social, apresenta aspectos relacionados às organizações coletivas e autogestionárias, conforme Gaiger (2004) e Singer (2003a), mas com menor ênfase à contraposição ao sistema capitalista. Da mesma forma, é possível perceber pressupostos em consonância com as interpretações da economia plural, apresentada por Laville (2010a; 2006). Alguns entrevistados ressaltam preocupações comunitárias e destacam o princípio da reciprocidade na construção de soluções comuns na vida local. Os aspectos referentes ao consumo e à produção ressaltam outras maneiras de viver e de se relacionar, especialmente, entre pessoas próximas.

Embora os limites entre as diferentes concepções sejam tênues, é possível verificar, entre as lideranças do movimento, a predominância das interpretações em consonância com as teorias de Singer (2003a). No Brasil, essa influência é significativa, pois o autor, além de ser um intelectual importante no país, exerce o cargo de Secretário Nacional de Economia Solidária, desde 2003. Como se ressaltou no capítulo anterior, a trajetória da organização do movimento de economia solidária se entrecruza com a construção das políticas públicas em nível federal. Os consensos construídos em torno desse tema têm relações claras com determinadas correntes analíticas, embora seja possível perceber variações importantes.

A ideia de um movimento anticapitalista, recorrentemente defendida pelos representantes das entidades de apoio, gera confusões e conflitos entre os diferentes segmentos que compõem o Fórum. De acordo com uma das trabalhadoras entrevistadas, há uma distância grande entre os projetos “militantes” e a realidade dos grupos. Essa crítica equivale ao que Leite (2009a) denomina defasagem entre teoria e prática.

Uma coisa que às vezes me dá um nó na minha cabeça é a luta contra o capitalismo. Isso aí me dói lá dentro da minha consciência, entendeu? Porque eu acho que economia solidária não é luta contra o capitalismo. Você precisa do capitalismo também para sobreviver senão você é engolido. [...] Existe o militante que fica falando aquelas coisas que numa plenária cansativa, lá em Brasília, falando aquelas coisas tudo... Dá impressão que tá lá em cima contando mentira. É o militante que fica falando, falando, falando, sonhando, sonhando, sonhando, e que não resolve nada. [...] E aí fica falando, falando, falando, exigindo do Governo, exigindo do Estado, exigindo do Município, exigindo disso e ele não pega e não faz nada. E fica esperando o Município botar grana, fundo não sei do quê, fundo não sei do quê... Tudo bem que tem que ser criado. Tudo bem que tem que ter uma coisa para pessoa levantar. Mas ninguém arregaça as mangas e bota a mão na massa, entendeu? [...] Então, a gente fica sem saber. Para te falar a verdade, se for mesmo para entender mesmo, eu não entendo nada de economia solidária. Eu quero é fazer (E11 - Representante EES).

O relato dessa entrevistada é comum entre os participantes do Fórum. Embora os objetivos possam confluir sobre determinados temas de luta, há uma diferença fundamental entre os discursos dos representantes de entidades e os de empreendimentos econômicos solidários, o que gera a distância entre o discurso e a prática. A concepção quanto aos aspectos coletivos e autogestionários está entre os principais consensos em relação às experiências de economia solidária. No entanto, vários entrevistados destacaram que, na prática, muitas iniciativas que compõem o FMEPS são organizações individuais ou familiares.

Aqui em Minas, a gente tem muito artesão que articula individualmente e tem uma grande associação, então, isso é economia solidária ou não é? E se isso fica fora, quantos por cento do cadastramento que nós temos na Sete (Secretaria de Trabalho e Emprego do Governo do Estado) hoje, da antiga Sedese (Secretaria de Desenvolvimento Social) fica de fora? Porque o que nós estamos vendo na nossa feira hoje é este tipo de coisa. São os empreendedores que têm a sua ação de produção de artesanato individual, mas têm uma associação grande que os representa (E5 - Representante de EAF).

Quando se analisa o perfil dos empreendimentos dos quais os representantes foram entrevistados nesta pesquisa, o trabalho individual é característica predominante, embora algumas atividades sejam desenvolvidas de forma coletiva. Entre os sete grupos estudados, três são do setor de artesanato, sendo duas associações e um grupo informal. Em todos eles, a

comercialização é a única etapa desempenhada conjuntamente pelos trabalhadores, em espaços como lojas ou feiras. A produção individual é justificada em virtude do caráter artístico e pessoal de suas atividades. Há também a forte presença de familiares na execução desses trabalhos.

Uma das iniciativas do setor de alimentação, por exemplo, funciona em formato de rede. A coordenação do grupo mobiliza os trabalhadores em função de encomendas que são distribuídas pelos diversos núcleos. Esses núcleos são, na prática, unidades familiares envolvidas informalmente no empreendimento. As tarefas são distribuídas e cada componente da família é responsável por uma atividade. As cozinheiras são, em geral, as mulheres, e os filhos ou maridos desempenham as funções de garçons ou de motoristas. A divisão sexual do trabalho é bem marcante. O grupo se organiza juridicamente como microempresa e, em virtude dessa dinâmica de trabalho, não tem ao certo quantas pessoas compõem o empreendimento, mas quantos trabalhadores estão cadastrados nessa rede.

Os entrevistados que fazem parte das cooperativas descreveram processos mais coletivos de trabalho e de decisão. Nos dois casos estudados nesta pesquisa, a organização das atividades em grupo é menos informal, ou seja, há funções determinadas e a rotina de trabalho é mais clara. Na cooperativa de serviços, no entanto, a tarefa realizada pelo cooperado é individual e ocorre fora da sede do empreendimento. Os espaços de diálogo e de discussão se resumem às assembleias gerais, das quais menos da metade dos cooperados participam, geralmente. A cooperativa do setor da reciclagem desenvolve ações coletivas. As mulheres são responsáveis pela triagem e os homens pela prensa, reforçando questões quanto à divisão sexual do trabalho analisadas em diversos trabalhos, como Costa e Neves (2007).

Os gestores públicos entrevistados destacaram que a maior parte dos empreendimentos apoiados pelas políticas coordenadas por eles é informal e familiar. Essas características são marcantes e consideradas como elementos que conferem fragilidade aos grupos. Os gestores ressaltam, também, a diferença entre as iniciativas nas quais os trabalhadores sobrevivem do trabalho coletivo e aquelas que servem como complementação de renda. Esse ponto influencia a dinâmica de organização e a perenidade desses grupos. Outra questão importante nesses relatos é a forte participação de mulheres nos empreendimentos que acessam determinadas políticas públicas. Segundo uma das entrevistadas, isso é marcante, principalmente em relação à idade dessas trabalhadoras. Nesse campo, destaca-se ainda a forte presença de iniciativas de produção artesanal.

A maioria deles trabalha com uma produção mais artesanal, mais manual, então, a gente pode colocar aí 90% ou mais transitando entre o artesanato e a confecção de artigos de vestuário, bolsas, a parte de alimento muito pouco. [...] Majoritariamente são compostos por mulheres, com idade mais avançada, que têm um perfil que já é uma aposentada ou é uma pensionista. Poucos jovens e mais mulheres. Os grupos que a gente conhece há mais tempo, a gente tem uma diferença dos grupos que realmente sobrevivem daquela atividade. Aí eles têm uma produção maior, têm uma regularidade da produção, pois como vivem daquilo, então, o pensamento é “oh, eu tenho que produzir tantas peças durante a semana porque no fim de semana tem que comercializar”. Quer dizer que a renda gira em torno disso e estes estão muito vinculados aos grupos mais familiares. Então, quer dizer, a unidade familiar sobrevive daquilo. Aí agrega um ou outro que não seja da família e dá uma configuração assim mais de empreendimento suprafamiliar. Mas esses que vivem daquela produção têm uma característica mais de empreendimento econômico. E esses que representam uma complementação, ou a pessoa tem uma pensão, tem uma aposentadoria ou os outros membros da família têm emprego formal que dá uma sustentação financeira maior para a família. Então, a pessoa entra ali numa complementação, numa atividade de socialização também, né? (E4 - Gestor Público Municipal).

Embora a maior parte dos entrevistados destaque, em seus discursos, a importância do trabalho associado e da autogestão, na prática, os empreendimentos que participam do Fórum apresentam características que se aproximam da economia popular e nem sempre associativa. Essa vertente interpretativa é tratada por diferentes autores latinoamericanos, como Coraggio (2007), e enfatiza a lógica da reprodução da vida, a partir das unidades familiares. Tal perspectiva está presente nas iniciativas estudadas, segundo o relato dos entrevistados, apesar de não ser citada, quando os mesmos falavam sobre a compreensão da economia solidária.

A economia popular seria a base potencial para uma nova cultura do trabalho, mas, conforme ressaltam Tiriba (2007), Leite (2009a) e Lima (2009), as iniciativas atuais são frágeis em relação aos projetos de mudança social. O que se apresenta, dessa forma, é a distância entre os discursos das lideranças e a prática dos empreendimentos.

A classe trabalhadora, heterogênea, fragmentada e com suas bandeiras de luta enfraquecidas, teria uma saída na economia plural, possível de ser solidária, sem romper com o capitalismo. A identidade social pelo trabalho, contudo, perde espaço para uma identidade igualmente fragmentada economicamente. Para se manter solidária, elementos culturais devem ser ressaltados e multiplicados, como a confiança, a atividade não utilitária, a preocupação com o coletivo. Mais do que a busca por uma sociedade socialista, a partir da emancipação pelo trabalho, o debate no campo se abre para a economia plural e as distintas formas de inserção por parte dos trabalhadores, na qual a autogestão constitui um caminho (LIMA, 2009, p. 218-219)

Por outro lado, esses são espaços em construção e parte das fragilidades observadas no movimento foi tema de debates da última plenária do FBES. Nesse espaço, ficou em evidência a necessidade de reforço do projeto político da economia solidária para sociedade. As questões sobre as defasagens entre teoria e prática são extremamente pertinentes e o olhar

para as características desses empreendimentos em suas bases é fundamental. A pesquisa corrobora, portanto, a afirmação de Leite (2009a):

Se, por um lado, a economia solidária possui características que apontam no sentido de um movimento social, as quais vale a pena levar em consideração, ela apresenta também, por outro lado, uma série de defasagens entre a teoria defendida pelos líderes do movimento e a prática cotidiana dos empreendimentos, que não pode ser deixada de lado quando se pensa em sua capacidade de transformação social (LEITE, 2009a, p. 229).

Além das concepções de economia solidária, outro fator importante na organização desse movimento compreende as relações entre os diferentes segmentos (entidades de apoio, empreendimentos e gestores públicos) que compõem o Fórum. Essa rede é responsável por debater e discutir as estratégias nesse campo e, em geral, seus papéis são teoricamente consensuais entre os entrevistados.

Nessa perspectiva, os atores principais são os empreendimentos que verdadeiramente praticam a economia solidária. Trata-se de organizações nas quais é possível experimentar, como afirmam diversos autores, relações de trabalho emancipadoras, autogestionárias e solidárias. O fortalecimento dos grupos é a razão de ser do FMEPS, que procura trabalhar em diferentes vertentes, desde a formação política e social até o fortalecimento econômico. Essas iniciativas configuram-se como protagonistas e, ao mesmo tempo, beneficiárias de políticas públicas e de projetos de entidades de apoio.

O empreendimento é o que dá força para a economia solidária. Os empreendimentos são os geradores de renda, são os trabalhadores para gerar renda, porque eles precisam da renda (E11 - Representante EES).

Os empreendimentos são a razão de ser da economia solidária. São os empreendimentos que são a origem, antes nem tanto com este nome de economia solidária, de empreendimento de economia solidária, mas antes como empreendimentos de geração de renda que visam à geração de renda e trabalho para seus membros. Então, eles que são o suporte praticamente. É deles que vem toda necessidade de comercialização, é deles que vem toda a necessidade de financiamento, é deles que vem toda a necessidade do fortalecimento da economia solidária (E6 - Representante de EAF).

O empreendimento é o ator prioritário neste processo aí. Ao mesmo tempo numa posição de beneficiário de políticas públicas ou de assessorias e fomento das entidades, mas que também contribui para estes outros atores para conformar o que é preciso fazer, né? Então, ao mesmo tempo em que ele é beneficiário, ele é um ator ativo na construção tanto da política, tanto dos projetos de atuação das assessorias (E4 - Gestor Público Municipal).

As entidades de apoio e fomento desempenham a função de liderança ideológica do movimento de economia solidária e são as principais articuladoras das ações do Fórum. De

origens diferenciadas, elas promovem projetos que contribuem para a sustentabilidade dos empreendimentos em diversos campos. Em grande medida, essas organizações executam recursos públicos e privados, através da realização de atividades de formação, de comercialização e de assessoria técnica.

A entidade de apoio é sempre bem vinda porque é aonde que sai alguns recursos também que abre caminho para economia solidária (E11 - Representante EES).

As entidades de apoio sempre existiram exatamente nesta perspectiva de identificar aquilo que a sociedade precisa e de apoiar dentro da sua especificidade de trabalho, apoiar estas diversas iniciativas. A entidade de apoio é um sustento praticamente, uma sustentação da atuação mínima dos empreendimentos e da organização do movimento como um todo (E6 - Representante de EAF).

As entidades de apoio elas vêm como terceiro setor ou outras instituições que existe pra participar e são trabalhadores também que devem ou deveriam receber pra prestar um serviço para os atores principais que são os empreendimentos. E aí viria como incubação, como formação e esta coisa toda (E14 - Representante EES).

As assessorias, em certa medida, elas atuam a princípio onde o setor público está ausente, mas na verdade isso não acontece muito de fato porque as próprias entidades são operadoras do recurso público. Quando a gestão pública não tem uma área minimamente organizada para executar determinada política, eu acho que aí vem o papel das entidades que também contribui na formação (E4 - Gestor Público Municipal).

Os gestores públicos compõem o segmento direcionado à execução de políticas públicas voltadas aos empreendimentos econômicos solidários. Diferentes municípios de Minas Gerais, como Montes Claros, Varginha e Belo Horizonte, por exemplo, têm leis de fomento à economia solidária. Os gestores, assim como as entidades, são apoiadores das iniciativas solidárias de diferentes setores. A participação no Fórum representa a possibilidade de diálogo com a sociedade civil e, mais do que isso, de construção coletiva de variadas ações. No Estado, além dos representantes do poder executivo, há a participação de assessores de Deputados e Vereadores.

O gestor público ele vem como aquele que deveria estar numa posição de estar atento às demandas da sociedade e implementar a ação que viabiliza o atendimento destas necessidades. [...]. Não há dúvida de que os três segmentos são fundamentais pra o crescimento e pra a caminhada pra a organização do movimento de economia solidária. Sem que a gente encontre gestores que entendem a idéia e assumam a proposta, a gente vai encontrar muita dificuldade de avançar. O movimento tem o papel do movimento de se organizar e fazer pressão, mas o restante a gente fica sempre dependente do poder público. E aí entra o legislativo também que o legislativo é um espaço que consegue praticamente transformar em leis, consegue negociar com executivo e consegue mostrar a importância das várias iniciativas que o movimento apresenta (E6 - Representante de EAF).

Eu acho que os gestores, que são os agentes públicos, eles vêm pra participar no sentido de dar apoio, de escutar as nossas demandas pra poder realizar políticas

públicas em função desses atores principais que somos nós (empreendimentos econômicos solidários) (E14 - Representante EES).

Os papéis de cada ator implicado no movimento parecem claros. Os empreendimentos são os protagonistas e as entidades de apoio e gestores públicos, nos campos da sociedade civil e do poder público, contribuem para o fomento às iniciativas solidárias. Ao compreender essa conformação, não se pode deixar de enfatizar as entidades como lideranças que mobilizaram inicialmente a discussão da economia solidária no Brasil. No Estado mineiro, essas organizações e alguns gestores também conduziram o processo de formação do FMEPS.

As entidades de apoio são as principais responsáveis por darem sentido político à luta do Fórum. Isso significa ampliar a concepção de geração de trabalho e renda, comumente assumida pelos gestores públicos e pelos representantes dos empreendimentos, para uma compreensão de projeto de mudança da sociedade. A organização em rede, com a participação de três segmentos, sustenta e organiza a economia solidária no Brasil e em Minas Gerais. No entanto, as relações internas são carregadas de conflitos e disputas.

A partir das entrevistas, foi possível identificar alguns elementos de desavença entre os diferentes atores sociais que compõem o FMEPS. O primeiro está relacionado à fragilidade de participação de diferentes segmentos nas instâncias locais. No estudo de campo, por exemplo, algumas regionais revelaram não haver gestores públicos implicados na organização do Fórum. Em alguns municípios, não há atuação de entidades de apoio. Além disso, organizações históricas presentes na formação do Fórum Mineiro perderam força de ação, ao longo dos anos, por diferentes motivos ou se afastaram do movimento. A confusão quanto à função de cada um desses componentes da dinâmica do FMEPS também foi ressaltada.

Uma história que ainda não tá, vamos dizer assim, efetivada porque você tem uma definição já. Uma definição de construção do fórum da importância de participação destes três segmentos e tem inclusive a definição desta participação que entra 50% de empreendimentos, 25 de entidades de apoio e 25 do gestor. Agora, a gente percebe que ainda é frágil a participação do gestor. Das entidades de apoio, às vezes, algumas entidades participam, mas de uma forma meio que confusa e os empreendimentos também. É coisa nova, já praticavam a economia solidária. É uma prática. A economia solidária é a prática da solidariedade entre as pessoas, mas aí a construção deste conceito, por ser novo, tem ainda assim um aprendizado interno em construção (E7 - Representante de EAF).

Outro conflito interno que aparece nas entrevistas é a relação entre gestores e entidades. Como ambos executam recursos, em alguns momentos, há disputas por financiamento federal, por exemplo. A questão gira em torno do papel das gestões públicas como parceiras na implementação de ações desenvolvidas por entidades.

Um desafio que eu vejo é que gestores e entidades atuam num campo de disputa. Quem faz o quê? Com que recurso? Então, por exemplo, um recurso federal, muitas vezes, a gestão pública estadual, local teria um interesse em executar aquele recurso, mas as entidades também estão naquela disputa do mesmo recurso para atender o mesmo beneficiário (E4 - Gestor Público Municipal).

Em relação aos empreendimentos econômicos solidários, diferentes entrevistados manifestaram preocupações quanto à real participação deles nos espaços do Fórum. Alguns ressaltaram o acomodamento das lideranças das iniciativas solidárias e sua dependência de entidades ou de gestores públicos.

O que eu fico brigando com o povo o tempo todo? Aí eu vou citar o nosso exemplo aqui da V Plenária. Nós somos os atores principais do movimento, tanto na coordenação, nós somos 60%, gestor 20, entidade de apoio 20, mas tem uma prática que os empreendimentos, nós da sociedade civil, é achar que a entidade de apoio tem que fazer tudo por nós, é achar que o gestor tem que fazer tudo por nós. É tanto que alguns estados discute hoje se quer continuar com este tipo de coordenação, tipo de parceria tripartite. Eu acho muito válido, as entidades de parceria, de apoio, a parceria do gestor público, junto com nós, nós os empreendimentos. Mas tem que... como é que fala? Tem que a partir do momento que entidade de apoio fomenta o empreendimento, ela tem que fazer uma maneira que a partir do momento que acabar a assistência que o empreendimento pode continuar andando com suas próprias pernas. A maioria das pessoas interessantes de empreendimento reclama “Ah, mas o Estado não dá isso. A entidade não dá aquilo outro. Eles têm dinheiro. Eles podem isso. Ele pode aquilo outro”. Gente, nós temos que ser o protagonista da coisa. Acho que está faltando no movimento de economia solidária o compromisso dos próprios empreendimentos (E12 – Representante EES).

Essa relação ambígua entre empreendimento e entidades de apoio, conforme o relato anterior, converge com algumas conclusões de Holzmann (2009):

É a ação de agentes externos que tem assegurado a formação e continuidade de empreendimentos solidários, ação desenvolvidas em instâncias governamentais ou no âmbito de organizações da sociedade civil, ou até mesmo por alguns indivíduos sem respaldo institucional. No entanto, a ação desses agentes não tem propiciado, até agora, o pleno exercício da autonomia, mantendo muitos dos empreendimentos sob sua tutela (HOLZMANN, 2009, p. 283).

Outro ponto polêmico envolve a execução de recursos financeiros oriundos de projetos de fomento e apoio aos grupos. No geral, os empreendimentos têm dificuldades em compreender os trâmites para acesso aos financiamentos e desconhecem o escopo das propostas desenvolvidas por entidades e órgãos governamentais. Um dos trabalhadores destacou que já se posicionou contra uma entidade de apoio que não apresentou com clareza o projeto que iria executar e os recursos implicados na ação proposta. Essa entidade foi impedida de apoiar o empreendimento que, na visão do representante do grupo, manipulava as

informações do projeto. Em diferentes momentos da história do Fórum, episódios como esses ocorreram, principalmente em relação às organizações que não conhecem a economia solidária, mas se aproveitam da onda de financiamento federal ou estadual para acessar recursos.

O que falta para o movimento é a base dizer para a entidade: “olha, nós queremos uma parceria no nosso molde”. Nós queremos uma parceria, o recurso vem, mas nós queremos gerência de como o recurso vai ser usado. [...] O recurso não chega na ponta porque a base não se fortalece para negociar [...] Eu acho que tem que ter essa negociação na gestão dos três. [...] A entidade não consulta na execução do recurso. Busca o recurso, mas não negocia no momento da implementação [...] Se ela é feita tripartite, 60, 20, 20, por que que, quando o recurso tá na mão, o 20 manda mais que o 60? [...] A relação precisa crescer e é conflituosa para muitos. Estamos entrelaçados. O empreendimento não tem como buscar este recurso. Ele tem que se formar verdadeiramente. Não vai mudar o governo, mas vai se apropriar do que é seu e que está lá [...] A questão política é vital. O ser humano tem que saber negociar. Negociar até a exaustão. A base tem que saber negociar (E8 - Representante de EES).

As questões em torno da falta de autonomia dos empreendimentos e da importância deles serem os protagonistas do movimento recorrentemente voltam à tona. No entanto, muito se fala sobre a falta de condições dos representantes das iniciativas solidárias de participarem dos espaços políticos cotidianamente. Esse envolvimento depende de um conjunto de elementos que possibilite essa participação e isso está muito distante da realidade atual.

Às vezes, eu vejo empreendimento falar assim “ah, é tanta reunião que não sobra tempo pra gente produzir”. Se eu sou empreendimento eu preciso produzir. Ai o movimento quer que este empreendimento debata tantas outras coisas em que ele está presente em tantas outras coisas que realmente não vai sobrar tempo pra ele produzir. Ele tem que fazer autogestão na formação, nas finanças, na tecnologia social, em tantas frentes que realmente vai sobrar pouco tempo para ele produzir. Se ele tiver que tá em todas as frentes de luta da economia solidária que vai ficar complicado (E4 - Gestor Público Municipal).

É complicado porque temos que produzir e, na maioria das vezes, não temos recurso para andar pra cima e pra baixo. Mas a gente tem que entender que faz parte e tem que tá preparado pra isso. Pra ser o protagonista da coisa. Porque nós vamos continuar sendo visto como coitados porque a gente precisa de uma muleta. A entidade é a muleta que a gente anda com ela. Eu falo o tempo todo que a gente precisa tomar pé, sair da assistência (E12 - Representante EES).

Leite (2009a) corrobora essas afirmações, ressaltando que o envolvimento dos atores implicados no movimento de economia solidária ocorre de forma desigual. Há uma forte presença de lideranças de ONGs e gestores públicos, enquanto os representantes dos empreendimentos têm que enfrentar o trabalho cotidiano para geração de seu sustento. Esse é um dos fatores que influencia a ideia de defasagem entre teoria e prática. Se os atores

principais não têm ao menos condições concretas para viabilização de sua participação, isso leva a crer que as discussões nos fóruns podem girar em torno de pressupostos distantes da realidade.

De fato, a presença dos atores sociais envolvidos nos empreendimentos solidários parece bem pouco expressiva nos fóruns dos quais participam, mais amplamente, gestores públicos ou lideranças de ONGs. Enquanto os primeiros encontram-se envolvidos na labuta do dia a dia de seus empreendimentos, os últimos dispõem de muito mais condições para participar dos eventos. A fraca participação dos (as) trabalhadores (as) associados (as) nos fóruns de discussão seria, contudo, um forte elemento a contribuir para a defasagem entre a teoria e a prática, entre as discussões travadas pelos gestores e nos encontros e a prática cotidiana vivida nas associações e cooperativas. Essa defasagem estaria por trás, nesse sentido, da pouca capacidade de intervenção social, de transformação da realidade do trabalho, mesmo para a maioria daqueles que fazem parte dos empreendimentos solidários. Ela estaria, também, por trás da fraca capacidade dos empreendimentos de se articularem de maneira mais orgânica com os vários movimentos sociais, incorporando, no seu interior, os avanços por eles conquistados (LEITE, 2009a, p. 233).

Em relação à participação dos gestores públicos, diferentes pontos foram levantados. O primeiro diz respeito à rotatividade, já que parte dos gestores envolvidos com o tema da economia solidária ocupa funções comissionadas. Com as inúmeras mudanças nos governos, muitas dessas pessoas saem dos cargos que ocupavam. Nesse sentido, a continuidade de determinados projetos é prejudicada. Isso ocorre em virtude da personificação das ações desse campo, ou seja, em vários contextos as políticas são desenvolvidas em virtude de quem está ocupando determinados cargos. Nos espaços como o Fórum, os gestores entrevistados afirmaram que eles acabam representando, em muitos casos, posições pessoais, considerando que a política é pouco institucionalizada. Outra questão que se mostra delicada é a participação do gestor no movimento. A questão predominante se relaciona aos mecanismos de pressão do Fórum, levando em consideração que os gestores públicos fazem parte do movimento. Até que ponto é possível pressionar?

Agora os gestores tem certa limitação que é a rotatividade de seus membros. [...] Na prática, a gente sabe que isso acaba sendo sempre algo limitado porque a gente sabe que os gestores públicos, pela sua rotatividade, eles nem sempre conseguem ter uma continuidade num acompanhamento de qualquer processo que se inicie, seja no processo formativo, seja processo do marco regulatório, seja qualquer outro processo que se envolva. Você nunca tem a garantia que sejam as mesmas pessoas que estejam ali dando sequência ao assunto. Então, é sempre um recomeço, é sempre uma retomada de negociações (E6 - Representante de EAF).

Muitas vezes não é a instituição representada e sim a pessoa que tá naquela função, né? É bem diferente eu tá num espaço representando a instituição prefeitura, a secretaria à qual eu tô vinculada com a gerência que eu assumo. E essa participação, a representação institucional, a gente tem uma orientação institucional, então “olha, neste espaço a posição da prefeitura é essa, essa e essa”. Mas como a gente tem uma

proximidade muito grande, quase diária com esses outros atores, é quase uma relação pessoal, né? Então, eu estou lá no segmento dos gestores, então, eu defendo o entendimento que a gerência que é muito personificado, né? [...] Em alguns momentos eu percebo que é preciso que o gestor dê umas distâncias sim, sabe? Pra realmente o movimento se enxergar como movimento e vê qual que é seu papel principal. E aí quando a figura do gestor tá presente, eu sinto que muito do que tem que ser posição, discussão, posicionamento do movimento acaba que o gestor que vai pautando, vai direcionando... e o próprio movimento fica pedindo que o gestor resolva aquilo. Que ele dê conta daquilo e na verdade vai tendo certa inversão aí. Eu vejo assim: é importante a participação do gestor, mas eu vejo que em alguns momentos a presença dele prejudica o desenvolvimento do movimento de economia solidária enquanto movimento mesmo (E4 - Gestor Público Municipal).

Esse é um ponto que, como descrito no capítulo anterior, foi responsável pelos tensionamentos entre o Fórum Brasileiro e a Senaes. Tais conflitos ainda não foram superados e, por vezes, voltam à tona quanto à identidade e às bandeiras de luta do movimento, não só na esfera nacional, mas também local, como apresentado nesta pesquisa.

Por fim, uma última questão que se apresenta na fala de uma das entrevistadas relaciona-se com o direcionamento que os programas ou projetos de economia solidária acabam exercendo na organização dos empreendimentos. Alguns grupos são estruturados em função da possibilidade de apoio e se incorporam ao Fórum como critério para acessar determinada política ou ação, como no caso da realização das feiras, por exemplo. Eles estão presentes nas reuniões do FMEPS em suas instâncias locais, mesmo não compreendendo ao certo as prioridades e os princípios do movimento.

Então, eu vejo que as características desses grupos vai muito em função daquilo do que a gente tem de apoio a oferecer [...] Então, vem os grupos já minimamente organizados dentro daquilo que a gente coloca como critério mínimo para se entender como empreendimentos. Então, tem que ter pelo menos três pessoas, tem que ter uma organização assim, assim, assim. Então, acaba que o grupo se formata em função dos critérios do nosso projeto. E também da oportunidade que tá em vista. Que é o quê? É a participação em alguma feira. Então, vem empreendimentos para este tipo de espaço, né? [...] Eles ficam presentes em algumas reuniões, mas o conceito de participação é diferente. Eles tão lá. Tão lá, assina a lista de presença, mas participar, agregar, construir o movimento eu não consigo ver que isso existe não (E4 - Gestor Público Municipal).

É possível considerar que a relação entre os segmentos do Fórum é conflituosa, principalmente quanto aos papéis de entidades e gestores e ao real protagonismo dos empreendimentos. Mais do que isso, há um desafio na estruturação e organização das iniciativas solidárias. A distância entre os princípios ideológicos e políticos e a prática fica clara.

5.3 Formação da agenda governamental: a economia solidária como ação de trabalho e renda

A base para os estudos de políticas públicas ancora-se no pressuposto de que o que o governo faz ou deixa de fazer pode ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes (SOUZA, 2006). De acordo com Dye (2011), essas análises buscam compreender basicamente o que os governos fazem, por que eles fazem e qual diferença isso faz na sociedade.

Como ressalta Kingdon (2011), a formulação de uma política pública consiste em um conjunto de processos que inclui, pelo menos, a definição da agenda política, a especificação de alternativas, a escolha de uma destas alternativas e a implementação dessa decisão. O sucesso em um desses processos não significa necessariamente o sucesso em outros. Por exemplo, uma decisão legislativa não será necessariamente implementada da forma como foi concebida.

O autor se preocupa em compreender os motivos pelos quais alguns temas entram na agenda política e outros são negligenciados. A agenda governamental é entendida como o conjunto de assuntos sobre os quais o governo e as pessoas ligadas a ele concentram sua atenção, em um determinado momento. De acordo com Kingdon (2011), uma questão faz parte da agenda, quando chama atenção dos formuladores de políticas públicas e sua alteração ocorre por meio da convergência de três fluxos decisórios: problemas (*problems*); soluções e alternativas (*policies*) e política (*politics*). Esses fluxos seguem de forma relativamente independente e convergem em momentos críticos, produzindo mudanças na agenda governamental.

O modelo de múltiplos fluxos (*multiple streams*), elaborado por Kingdon (2011), se inscreve na literatura do ciclo de política pública, concentrando-se nos momentos de “pré-decisão” e de “decisão” do processo decisório (CAPELLA, 2007). Nesse sentido, busca-se, com esta abordagem, analisar a incorporação do tema da economia solidária à política pública de trabalho, emprego e renda no Estado de Minas Gerais e a participação do movimento social nesse contexto.

Assim, para realização desta análise, torna-se necessário compreender o contexto político e administrativo do Governo estadual, no momento em que foi possível a regulamentação da Lei, a criação de uma estrutura de coordenação para a política de economia solidária e o estabelecimento de um orçamento específico para o desenvolvimento dessas ações.

Apesar de a constituição da Lei estadual ter ocorrido em 2004, nos três anos que se seguiram, não houve avanços no diálogo entre FMEPS e o Governo estadual. Em 2007, com a reeleição do Governador Aécio Neves, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social foi reordenada e passou a ser constituída por três Subsecretarias. Nessa nova conformação, algumas diretrizes foram alteradas, visando ampliar a capacidade estrutural da Política de Trabalho, Emprego e Renda no Estado, com a inclusão de novos projetos e a ampliação da equipe.

A Subsecretaria responsável por essa política tinha, em sua estrutura, duas Superintendências: uma responsável somente pelo monitoramento, controle e avaliação e outra que coordenava as políticas de trabalho, emprego e renda. Essa última incorporou a Diretoria de Promoção do Associativismo, que tinha como responsabilidade o desenvolvimento de ações direcionadas às “novas formas de trabalho”, por meio de organizações solidárias, como associações e cooperativas.

As diretrizes da Política de Trabalho foram renovadas e seguiram o formato de gestão para resultados adotado pelo Governo estadual, com base no “Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado”, que apresentava grandes eixos de ação estratégica e áreas de resultado, entre elas, “Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva da População Adulta”. Todas as secretarias participavam do chamado “Acordo de Resultados”, que estabelecia metas que, sendo cumpridas, rendiam premiações aos funcionários públicos. O acordo variava conforme a Secretaria, assim como os objetivos a serem alcançados e o tipo de premiação.

A Subsecretaria de Trabalho, Emprego e Renda elaborou o programa no PPAG, denominado de “Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda” e, dentre suas ações, é possível destacar a “Implantação da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária”. A ação foi proposta pela equipe da Diretoria de Promoção do Associativismo, baseada nas diretrizes da Lei Estadual 15028/04.

A justificativa para implantação desse programa considerava a conjuntura do mercado de trabalho no Brasil e em Minas Gerais que não incorporava parte significativa da população excluída do acesso a um emprego formal. Nesse sentido, as políticas públicas de inclusão produtiva se desenhavam como estratégias para o enfrentamento da pobreza. Dentre essas ações, destacavam-se o apoio e o fomento aos empreendimentos coletivos da economia solidária, por serem espaços de geração de trabalho e renda.

As áreas prioritárias da ação “Implantação da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária” eram: formação, comercialização, apoio à infraestrutura e crédito. No entanto, embora justificadas e inseridas no orçamento estadual, as atividades

previstas nessa ação não foram realizadas como planejadas. Apenas as iniciativas de qualificação, que seguiam critérios subjetivos de aporte de recursos, foram implementadas. Várias foram as estratégias para seleção dos empreendimentos a serem apoiados e nenhum processo de seleção público foi realmente efetivado.

Além de conflitos internos entre as equipes de coordenação da Subsecretaria e Superintendência, ocorreu uma alternância grande entre os gestores. Isso refletiu em mudanças de prioridade, alterações no foco e nas ações em desenvolvimento. A equipe responsável executou os recursos, sem ter claro realmente o que se realizaria. Esse cenário passou por mudanças a partir de 2009, ano no qual o Conselho começou a funcionar. Nesse contexto, o que o movimento propunha passou a ser considerado, mas não necessariamente incorporado, de forma efetiva.

Dentre os principais projetos, nesse período, destacam-se as ações de qualificação profissional para os empreendimentos e as iniciativas na área de comercialização. A participação do Fórum Mineiro em audiências públicas sobre o Orçamento Estadual resultou no aumento de recursos para a Política Estadual, por meio da proposição de emendas populares aprovadas pelo legislativo. Em 2008, com orçamento inicial de R\$ 845.000,00, foram apoiados 150 empreendimentos, beneficiando-se, diretamente, cerca de 1.270 pessoas, em 58 municípios mineiros. Já em 2009, com orçamento inicial de R\$ 1.500.000,00, foi possível qualificar 656 pessoas e apoiar, por meio das Feiras Regionais, 302 empreendimentos de 111 municípios. Ao todo, foram realizadas 10 feiras regionais no Estado de Minas Gerais, reunindo um público estimado de cerca de 9.000 pessoas. No primeiro semestre de 2010, foram realizadas 10 Conferências Regionais e uma Estadual, reunindo 1.068 participantes.

Considerando essa trajetória, é possível afirmar, portanto, que a economia solidária no Estado de Minas Gerais pode ser compreendida como uma temática desenvolvida no âmbito das políticas de trabalho, emprego e renda, por meio da consolidação de três elementos: 1) constituição e regulamentação de uma legislação específica, a partir da qual se instalou um espaço de participação social, que é o Conselho Estadual; 2) implantação de um orçamento específico no Plano Plurianual de Ação Governamental e 3) execução orçamentária de ações específicas direcionadas aos empreendimentos solidários.

Mesmo com todos os desafios, a incorporação da economia solidária na agenda estadual passou por diversos caminhos e foi resultado de uma conjuntura que envolveu diferentes atores sociais e gestores, assim como foi concretizada a partir de instrumentos de participação, como as audiências públicas e conferências. Dessa forma, ao considerar o

modelo de análise de múltiplos fluxos, elaborado por Kingdon (2011), é possível refletir sobre os processos que levaram esse tema à agenda do Estado.

Assim, o primeiro fluxo descrito pelo autor relaciona-se às questões que se transformam em problemas e passam a ocupar a agenda governamental. Um problema é um assunto em que os formuladores entendem que devem fazer algo a respeito. O reconhecimento da importância de um problema pode ocorrer basicamente a partir de três mecanismos: indicadores; eventos, crises e símbolos e *feedback* das ações governamentais. Esse processo não ocorre de forma automática e depende de como socialmente os problemas são construídos e interpretados. A forma dessa definição é importante, pois pode determinar o sucesso ou não de uma questão, num ambiente competitivo.

No caso de Minas Gerais, destacam-se algumas questões que foram fundamentais nesse processo de construção de “problemas”. Um primeiro ponto consiste na compreensão dos limites das políticas de trabalho, emprego e renda centradas fortemente em ações direcionadas ao mercado formal de trabalho. Parte da população não consegue se inserir nesse contexto de formalidade, permanecendo em condição de pobreza, precariedade e exclusão social.

A ineficiência das ações de intermediação de mão de obra e qualificação profissional despertou a atenção dos formuladores, a partir do *feedback* dessas ações governamentais. Há, segundo os gestores, um conjunto de trabalhadores “não intermediável”, que as políticas tradicionais de trabalho não conseguem atingir.

Aliados a isso, indicadores socioeconômicos demonstram taxas consideráveis de desemprego e de informalidade. Esse fator implica, de forma direta, nas discussões da Subsecretaria, já que está vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Na medida em que essa limitação de atuação torna-se cada vez mais explícita, os formuladores de políticas públicas começam a refletir sobre o problema, conforme extratos de entrevistas a seguir:

Eu acho que a política de trabalho, emprego e renda sempre foi muito focada no mercado formal. Por outro lado, o mercado formal estava demonstrando claramente um esgotamento na capacidade de incorporação de uma massa que a gente definia como “não intermediável”. Ou seja, era um público que ia para o posto do Sine (Sistema Nacional de Emprego), mas que não tinha um requisito mínimo para o mercado de trabalho [...] Quando você faz uma análise mais ampla, você percebe que realmente tem um vácuo e que tem uma população que não está sendo atendida por nenhuma das políticas [...] O mercado ele está cada vez mais migrando para economias desenvolvidas em que este trabalho exige um nível maior de qualificação e quando isso ocorre você vai excluindo uma população que não consegue se inserir no mercado formal [...] A primeira questão colocada foi: este método de inserção de você qualificar e intermediar ele não atende todos os públicos. Este é o primeiro

ponto a partir deste problema da necessidade de inserção. E aí você tem taxas de desemprego que chegam a um patamar que não cai mais (E3 – Gestor Público Estadual).

Quando a economia solidária chega na política de trabalho e emprego, há um ambiente propício dentro da própria Sedese (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social) quando começa a romper a barreira do emprego como a única alternativa das pessoas terem acesso ao mercado de trabalho [...] Esta é uma coisa muito clara na minha cabeça, pois historicamente o papel do SINE (Sistema Nacional de Emprego) sempre foi muito forte [...] A partir do momento que a gente começa a abrir, quando eu falo abrir eu digo Estado e Sedese, porque o direito das pessoas, o direito social é o direito ao trabalho e não o direito ao emprego. Esta foi a primeira abertura para se chegar a outras formas de inclusão produtiva das pessoas [...] porque existia muito no discurso de que pessoas que não tivessem uma escolaridade adequada, elas não conseguiriam um lugar no mercado de trabalho, mas sempre se reportando ao mercado formal. A economia solidária chega neste momento para dar vazão a um contingente muito grande de pessoas com baixa escolaridade, sem acesso ao mercado de trabalho e sem condições de produção (E1 – Gestor Público Estadual).

O segundo fluxo consiste nas alternativas e soluções disponíveis para os problemas. As ideias que se mostram mais viáveis do ponto de vista técnico e as que têm custos toleráveis geralmente sobrevivem. É importante que essas alternativas representem valores que sejam compartilhados e aceitos pelo público em geral e também pelos formuladores de políticas.

Nesse campo, Kingdon (2011) ressalta a importância de especialistas, assessores, pesquisadores e especialistas de grupos de interesse que, por meio de diferentes formas, divulgam suas concepções em relação aos problemas que lhes são familiares. As denominadas comunidades geradoras de alternativas (*policy communities*) mobilizam preocupações em relação a determinado assunto e acabam influenciando a formulação de proposições.

No Estado mineiro, o apoio aos empreendimentos solidários se apresentou como uma solução possível ao problema da ineficiência das políticas de trabalho e do desemprego. Para os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, com baixa escolaridade e pobres, a economia solidária poderia ser um caminho para geração de renda. Dois atores aparecem como fundamentais no contexto de divulgação dessas ideias: o grupo de interesse representado pelo FMEPS e os pesquisadores.

Pode-se ressaltar que o movimento social de economia solidária se mobilizou de diferentes maneiras para fazer com que o Governo do Estado considerasse a economia solidária como uma opção de ação para geração de trabalho. É possível destacar a participação do fórum em diversas instâncias, como conferências, audiências públicas na Assembleia Legislativa, seminários, feiras, entre outros. O caminho da constituição de uma Lei articulada com o poder legislativo pode ser considerado como uma das formas de

mobilização para o interesse pelo tema. Os pesquisadores acadêmicos aparecem, também, como importantes nesse processo, na medida em que criticam as políticas vigentes e elaboram conceitualmente a noção de economia solidária.

A saída que foi vista é a economia popular solidária que na minha visão no meio acadêmico e dos movimentos sociais já era uma saída bem clara definida, mas o Estado ainda não tinha sensibilidade para incorporação disso. Então veio a incorporação que do meu entendimento partiu disso aí de uma limitação da política de trabalho, emprego e renda. De você avançar, avançar, avançar e chegar no ponto de você perceber que tem uma população que eu não consigo intermediar, mesmo qualificando [...] Na construção da política ela foi basicamente construída em cima das demandas sociais. O Estado em si não tinha embasamento, uma massa crítica em cima da discussão. Ele incorporou isso da academia e dos movimentos sociais. Foram os dois grande atores ativos no processo de demandar do Estado uma política para aquele público. E quando eu falo do Estado, eu falo de todos os poderes. Então, quando a assembleia faz uma proposição, ela faz reagindo a uma demanda social. Quando o estado muda uma legislação, ele faz reagindo a uma demanda social [...] O que a gente percebia, por exemplo, quando você numa discussão sobre o desenvolvimento do vetor norte viés trabalho, emprego e renda, que a gente vai numa comunidade junto com a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), e a gente sabe, mesmo considerando a política de economia solidária uma coisa incipiente, quando você ouve a população, e a população e os movimentos sociais eles têm aquilo tão claramente. Você fala “escuta por que eu não enxergo com tanta clareza que as pessoas têm?”. Ou seja, a demanda já estava formada. Já existia uma massa crítica de que existe um público não intermediável que a saída é a economia popular solidária e ela tem sua própria dinâmica, sua própria lógica, e ela é para um público específico (E3 – Gestor Público Estadual).

O terceiro fluxo se relaciona ao que Kingdon (2011) denomina de dimensão política “propriamente dita”, em que não importa o reconhecimento de um problema ou das alternativas que estão disponíveis, o fluxo político segue sua própria dinâmica e regras. As coalizões são construídas em um processo de barganha e negociação política. Nesse campo, três elementos podem influenciar a agenda governamental: 1) o clima ou humor nacional em que algumas ideias podem se germinar; 2) as forças políticas organizadas, exercidas principalmente pelos grupos de pressão; 3) as mudanças dentro do próprio governo, tanto em relação às pessoas, quanto em relação à estrutura, estratégias, gestão, composição, chefia etc. Para o autor, o início de um novo governo é um dos momentos mais propícios para mudanças nas agendas.

Essa dimensão apresenta-se, no exemplo estudado, a partir da participação do FMEPS em espaços públicos, para demandar a inserção do tema da economia solidária na agenda do trabalho, emprego e renda. O fato de o Estado não ter uma orientação política partidária favorável à economia solidária mobilizou o movimento social para a participação em espaços de articulação e de diálogo com diferentes atores, como o poder legislativo. Essa “pressão” foi reconhecida pelos gestores públicos como um dos fatores importantes nesse processo.

A conjuntura nacional de recente criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no governo federal, em 2003, também favoreceu o momento político para implantação de ações sob essa temática em nível estadual. O fato de haver recursos e diretrizes nacionais no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego significou, para os gestores, uma oportunidade para ampliação da política.

Além disso, os dois períodos, em 2003, quando se constituiu a Lei e, em 2008, em que a mesma foi regulamentada e o orçamento próprio aplicado, eram momentos de início de gestão do Governo Aécio Neves. Ou seja, momentos que, de acordo com Kingdon, são propícios para mudanças ou alterações na agenda.

E teve também muita incidência política. Eu acho que mesmo quando a gente não chamava de fórum, nós tínhamos entidades, tínhamos teóricos que escreviam sobre isso, nós tínhamos instituições que conseguiam teorizar o debate, colocar em evidência, realizar feiras e colocar isso no Fórum Social Mundial. Conseguimos dar visibilidade a isso, mesmo sendo uma coisa pequena, porque a gente não pode falar que a economia solidária é tão grande, mas que tem um apelo político muito forte (E5 – Representante FMEPS).

O resultado disso é fruto do trabalho dos empreendimentos que pautaram o poder público para criação de um fundo, não sei se hoje está constituído, mas era um desejo. Eles pautaram para a constituição de um conselho que hoje é atuante, de recursos orçamentários, mas também o governo entendeu que aquela política poderia dar frutos e investiu nesta política. [...] São dois processos recorrentes e complementares: o processo de uma política nacional porque na hora que você tem a diretriz de quem tem a chave do cofre que é o governo federal que pode repassar recursos para aquela política, é muito importante ter uma secretaria nacional de economia solidária. E o segundo que partiu do próprio movimento que conseguiu pautar a política pública para criação do conselho de economia solidária que é fundamental. Então nós tínhamos os dois pontos e aí no caso do governo do estado no meio do processo teria que se definir qual a forma que se utilizaria desta política. Eu tinha uma política nacional, eu tinha um norte dado pela política nacional e eu tinha uma demanda social dos empreendimentos (E2 – Gestor Público Estadual).

Em uma determinada circunstância, os três fluxos descritos são reunidos e é possível a mudança na agenda. Um problema é reconhecido, a solução está disponível e as condições políticas tornam o momento propício para a mudança, permitindo a convergência dos três fluxos e possibilitando que questões ascendam à agenda. Tais oportunidades são transitórias (KINGDON, 2011). Esse processo pode ser identificado no caso mineiro, pois havia o problema da política voltada excessivamente para o mercado formal, a solução colocada era o apoio à economia solidária e, por fim, o momento político favorável em nível federal e também por meio da pressão do movimento estadual.

Na época a política de trabalho estava dentro da Secretaria de Desenvolvimento Social e o grande desafio da política de Desenvolvimento Social é dar renda, é criar renda para população e para as pessoas. Nós vimos uma janela de oportunidades de

poder entender os dois lados: a política para o trabalho formal e a política da economia solidária (E2 – Gestor Público Estadual).

Kingdon (2011) ressalta que, nesse processo, é fundamental considerar a participação e a atuação dos “empreendedores de política”. São pessoas dispostas a investir seus recursos, tempo, energia, reputação e dinheiro no processo de alteração de agenda. Os empreendedores podem estar no governo ou fora dele, como grupos de interesse, comunidade acadêmica ou até na mídia. O empreendedor tem a capacidade de representar e defender ideias e articulá-las nos três fluxos, sempre que surgir essa possibilidade. Trata-se de alguém que vai unir soluções aos problemas, propostas aos momentos políticos, eventos políticos aos problemas. Sem empreendedores, a ligação entre os fluxos pode não acontecer.

No caso de Minas Gerais, é possível supor que, enquanto não havia um “empreendedor” no espaço do poder executivo, não houve uma grande abertura para as articulações com FMEPS. Não havia ação orçamentária e a regulamentação da lei ficou parada por cerca de quatro anos. Nesse sentido, a presença do “empreendedor” foi fundamental na composição da agenda e para a confluência destes três fluxos.

Esta lei ficou um bom tempo engavetada e aí surge dentro de um novo governo Aécio (Aécio Neves – Governador do Estado) uma Diretoria de Associativismo dentro da Sedese. E aí surge uma diretora de associativismo que desempenhou um papel, que pegou a lei, colocou debaixo do braço e fez as articulações necessárias. Chamou o fórum e lutou pela regulamentação da lei. A lei estadual foi regulamentada no final de 2007 e começo de 2008 e aí a gente vai caminhando na estruturação do conselho que para mim é um grande avanço, pois dentro de uma política pública ter um conselho deliberativo (E5 - Representante de EAF).

A participação do empreendedor público reforça a ideia de movimento social enquanto rede, onde a fronteira com o Estado pode ser cruzada. Nesse sentido, é possível destacar o papel do FMEPS em dois fluxos do processo de convergência para a mudança da agenda governamental: formulação de alternativas e incidência política.

O Fórum se mobilizou durante um longo período, em primeiro lugar, para a elaboração da Lei e, depois, para sua regulamentação e constituição de um orçamento próprio. Destacam-se os espaços de diálogo como fundamentais para a “pressão” do movimento, principalmente por meio da articulação com o poder legislativo estadual. Mecanismos, como audiências públicas, seminários, participação em comissões e conferências, foram importantes para realização dessas proposições. Esse conjunto de elementos e fatores fez com que a economia solidária pudesse entrar na agenda do Estado, embora ela ainda não represente um tema prioritário no governo.

A incorporação da economia solidária à agenda governamental da política de trabalho, emprego e renda no Estado de Minas Gerais é o resultado da convergência de diversos processos. A percepção de um problema, a elaboração de soluções e a coalizão política são momentos que envolvem diferentes atores, em espaços de conflitos e negociações. De acordo com a análise de múltiplos fluxos de Kingdon (2011), o encontro dessas três circunstâncias é capaz de promover a alteração de uma agenda. No estudo de caso do governo estadual mineiro, parece que parte importante desses elementos está em evidência.

Nesse contexto, destaca-se também a importância do movimento da economia solidária na construção de ações públicas, conforme ressaltado por Laville (2006). As políticas nesse campo devem ser compreendidas a partir da interação dos diversos atores sociais. A experiência de Minas Gerais se torna relevante, pois demonstra como a incidência organizada do Fórum foi determinante no processo de construção e participação democrática que ainda está em curso.

A compreensão do movimento social a partir da ideia de rede (ABERS; BULOW, 2011) contribui para a análise do papel dos empreendedores de política. No cruzamento entre sociedade e estado, destacam-se os ativistas que estão na gestão pública e mobilizam recursos para a convergência dessas oportunidades de mudança de agenda. No caso mineiro, o gestor público comprometido com o movimento social possibilitou a articulação de diferentes ações, como a regulamentação da Lei, criação do Conselho, realização de Feiras e projetos de qualificação profissional.

No entanto, trata-se de um processo que ainda está em construção. Esse é um campo de muitos conflitos e de visões divergentes. Em geral, para os gestores públicos, a economia solidária representa uma forma de inclusão produtiva para um público determinado como “não intermediável” no mercado formal de trabalho. Para as lideranças do movimento, trata-se de uma estratégia de desenvolvimento social e empoderamento popular.

Embora alcançar a agenda seja algo importante, a política pública de economia solidária no Estado enfrenta, atualmente, grandes desafios. Em primeiro lugar, há o desafio de se manter na política; em segundo, o de ganhar capilaridade e escala em suas ações. A conquista de um pequeno espaço na agenda não significou a priorização do governo estadual em relação aos programas com essa temática. Na próxima seção, serão aprofundados os principais desafios e limites dessa organização.

5.4 Limites e desafios da consolidação do movimento de economia solidária em Minas Gerais

A conformação da economia solidária em Minas Gerais envolve o movimento social, as organizações da sociedade civil e os gestores públicos, em um processo de construção coletiva repleto de limites e desafios. Como apresentado nas seções anteriores, esse é um campo conflituoso e contraditório, tanto em relação às práticas, como em relação aos discursos e conceitos dos diferentes atores sociais implicados nessa temática, no Estado.

Conforme Gohn (2011), os movimentos sociais vivenciam fluxos e refluxos ao longo de suas trajetórias e, por vezes, nem toda conquista pode ser considerada como positiva. A autora destaca que determinados avanços podem contribuir para a acomodação da luta e, por isso, representam retrocessos.

Nesse sentido, apesar do crescimento do debate da economia solidária no Brasil e em âmbito internacional, as iniciativas locais ainda são frágeis. Diversas pesquisas vêm demonstrando os avanços e os limites dessa organização, que envolve desde a estruturação dos empreendimentos econômicos solidários até a efetividade das políticas públicas. Dessa forma, é possível realizar um balanço dessa trajetória, a partir do depoimento dos entrevistados nesta pesquisa.

Em relação à política pública, a criação da Senaes foi citada como um avanço importante na implementação de políticas públicas com essa temática, no território brasileiro e em Minas Gerais. É importante destacar que o órgão foi responsável por articular ações em outros ministérios e órgãos, o que foi positivo, no entendimento de diferentes atores. As instâncias de participação e diálogo são ressaltadas como fundamentais na construção coletiva de propostas para a ação pública.

Entre os projetos mais citados no Estado, sob a coordenação federal, aparece o Centro de Formação em Economia Solidária. Em diversas passagens, a formação como educadores populares apareceu como um fator de destaque, na opinião dos representantes de empreendimentos. A ação do Centro contribuiu para aprofundar a discussão sobre o tema entre as lideranças do FMEPS, fortalecendo, em alguma medida, as articulações dos fóruns locais.

No âmbito do Governo Estadual, a criação da Lei, sua regulamentação e constituição do Conselho foram passos considerados positivos. Da mesma forma, a participação em instâncias legislativas na proposição de orçamento nas audiências públicas reforça a compreensão de participação democrática e engajamento do Fórum.

A criação da Senaes é um avanço importante, as duas conferências nacionais é um avanço importante, o amadurecimento do movimento em relação às políticas públicas é um avanço importante. Acho que com a criação da Lei Estadual em Minas Gerais e sua regulamentação com certeza foi um avanço importante (E4 – Representante de EAF).

No entanto, os limites das políticas públicas, tanto federais como estaduais, são recorrentemente citados por todos os atores. Os pontos levantados, em relação à esfera nacional, compreendem: a limitação orçamentária; a dificuldade na aprovação da Lei Nacional; a falta de prioridade do governo, quanto às políticas públicas direcionadas à temática. Alguns entrevistados ressaltaram que a maior parte das diretrizes priorizadas nas conferências nacionais, por exemplo, não foi levada em consideração, como a proposição de criação de uma secretaria ou de um ministério de economia solidária. Por outro lado, um dos entrevistados também destacou a inviabilidade dessa proposição, principalmente, pela configuração frágil desse setor hoje no país.

Em âmbito estadual, a falta de efetividade das políticas e o formato de implementação das mesmas foram pontos muito citados. A relação com o Estado, apesar de um conselho estadual constituído e de uma lei de fomento regulamentada, é extremamente conflituosa. O Programa de Feiras Regionais foi recorrentemente ressaltado, em virtude dos problemas de diversas ordens em relação à sua execução.

Outro ponto muito destacado foi a falta de compreensão do funcionamento da política pública, por parte dos empreendimentos e entidades, e da economia solidária, por parte dos gestores públicos. Além disso, apesar de haver recursos orçamentários previstos no Plano Plurianual para as ações de economia solidária, a maior parte deles foi contingenciada. Muitas vezes, depois de muito debate, a verba era liberada, em geral, no fim do ano, com prazo reduzido de execução. Várias diretrizes estabelecidas nos conselhos também eram alteradas ou ignoradas, seja em virtude de incompatibilidade com normas internas dos órgãos, como em processos de compras, por exemplo, seja por orientação contrária dos secretários da pasta. Isso fica claro no trecho da entrevista a seguir:

O principal limite, na minha opinião, é do não conhecimento por parte dos militantes de economia solidária, os três segmentos, do que é política pública, o trabalho do orçamento, pra que serve, como é que monta, como que atua, como é que discute o recurso. O principal limite é a falta de conhecimento do nosso papel. Tá certo? Conhecimento efetivo [...] Quando a gente conversa com gestores públicos que têm ações em diversas secretarias ou departamento, têm ação em economia solidária, mas não conversam, não se tocam, então, não tem jeito, né? [...] Cada um cuidando do seu pobre, né? Então, isso é um dificultador. Então, do ponto de vista das entidades, então tem limitação de conhecimento, o povo não gosta de ler, ou então lê e interpreta errado. Os gestores têm esta dificuldade. Nós estamos falando em desenvolvimento, nós estamos falando de outro desenvolvimento, a gente quer a

economia solidária como estratégia política de desenvolvimento. Quando você discute desenvolvimento o povo discute desenvolvimentismo. Nós não estamos falando disso. Estamos falando de desenvolvimento sustentável, econômico, solidário, perene a partir do trabalho emancipado, a partir da autogestão, então nós estamos falando de outra coisa, de outro mundo, de outro papo. Muita gente de gestores não deu conta disso ainda (E4 - Representante de EAF).

Em relação à economia solidária e à organização do movimento no Estado, diversos pontos foram levantados como limites e desafios. Entre eles, é possível citar a necessidade de ampliação de iniciativas locais, na área do consumo responsável e solidário. Percebe-se que esse tema é pouco desenvolvido nas regionais, embora seja fundamental. Outra questão compreende a articulação dos empreendimentos solidários em ações comunitárias, especialmente como estratégia de desenvolvimento sustentável. Em muitos casos, os grupos estão isolados, fora dos debates de seus bairros ou regiões. Citados aqui como desafios, essas são iniciativas que aparecem com mais frequência nas experiências da França e do Quebec. Ou seja, os temas do consumo responsável e dos serviços de proximidade não são muito debatidos na realidade do FMEPS. Em geral, os grupos estão voltados às questões mais emergentes, como a sobrevivência e geração de renda de seus membros, implicados na reprodução da vida, nos termos de Coraggio (2007b).

A outra que eu acho fundamental é a construção de cooperativas de consumo. Que a gente possa, com isso, ter uma compreensão da sociedade maior do que vem a ser este trabalho, possa ter o envolvimento enquanto consumidor de participar neste sentido e aos pouquinhos mudar os hábitos e comportamentos. De fazer compras dos segmentos de empreendimentos que não têm esta contaminação capitalista (E7 - Representante de EAF).

A gente ainda não tá discutindo as questões da comunidade, do bairro, dos problemas de desenvolvimento daquela comunidade. Nós ainda estamos falando do empreendimento que quer resolver o seu problema. Ele tá lá no Barreiro, mas ele quer resolver seu problema de forma geral. Como ele resolve o problema dele na comunidade? É incentivando outro empreendimento? A discussão ainda não está localizada naquilo que economia solidária quer ser como estratégia de desenvolvimento local sustentável, né? Poucos são os lugares que a economia solidária surge para resolver os problemas daquele lugar. Não. Ela está resolvendo o problema de um indivíduo ou de no máximo de um grupo de três (E4 - Gestor Público Municipal).

A sustentabilidade, sob diversas perspectivas, também aparece entre os desafios mais frequentes citados pelos entrevistados. O primeiro nível de dificuldade apresenta-se entre as iniciativas solidárias, que são frágeis economicamente. Como ficou claro nos dados do mapeamento, a comercialização é um dos pontos de maior debilidade para os grupos. Diversos estudos também têm abordado esse problema.

Outra questão, em termos de sustentabilidade, aparece entre as entidades de apoio e incubadoras que se apoiam, na execução de projetos e, por isso, na visão de um dos entrevistados, ficam limitadas às ações de dois ou três anos. Uma das soluções seria a criação de empreendimentos de assessoria, o que ainda está distante da realidade brasileira, já que a maior parte dos grupos é composta por trabalhadores manuais, nos setores de agropecuária, artesanato e confecção, como também demonstra o mapeamento.

Do ponto de vista das limitações das entidades de assessoria, eu acho que é a maioria das entidades de assessoria trabalhar a partir da elaboração de projetos e isso é limitado. Eu acho muito limitado, por exemplo, você contrata alguém para fazer um trabalho que vai receber e desenvolver o trabalho um, dois anos e aí depois? Eu sou daqueles que acha que deve se criar empreendimentos econômicos solidários de formação. Do ponto de vista das universidades já disse, as incubadoras estão dentro das universidades elas precisam atuar perenemente porque não dá pra ficar naquele espaço de 2 anos, 4 anos. Depois disso, sugiro que os universitários que se formaram formem grupos de formação em economia solidária. Mas enquanto isso não acontece, eu acho que o recurso não pode ser de convênio da universidade com o governo federal. Na hora de montar o orçamento de novo bota lá a rubrica. Pra não ficar dependendo de ter ou não ter recurso federal porque se não tiver no PPA nacional, não vai ter Proninc e se não tiver acaba as incubadoras? E depois disso, nós estamos formando economistas, assistentes sociais, agrônomos e que vão pro mercado formal de trabalho é esta a ideia? Se é só isso, tá faltando um negócio aí. Nós estamos formando este povo todo. E este povo todo pode trabalhar através de empreendimentos da economia solidária, criar um empreendimento. Não é uma ONG, não é onguismo não. Um empreendimento mesmo. O nosso papel aqui é esse. Então, e acho que é esse. Com algumas dificuldades é isso (E4 – Representante de EAF).

Sob outra perspectiva, diferentes entrevistados citaram a sustentabilidade do próprio movimento, do ponto de vista econômico e político. Em relação aos recursos, é interessante notar que os dados apresentados no terceiro capítulo demonstram que parte significativa das atividades do FBES era financiada pela Senaes. Essa realidade não é diferente nos Estados ou Municípios. Muitas das ações de mobilização social, desenvolvidas em prol da economia solidária, dependem de recursos públicos. Nesse sentido, em certa medida, a autonomia dos fóruns pode ficar comprometida. Cunha (2012) ressalta que essa é uma discussão recorrente para diversos movimentos mas que, no caso da economia solidária, não pode ser considerada como problema, na medida em que o FBES é um ator social importante na construção de políticas públicas e no diálogo com o Governo. Esse cruzamento em muitos contextos pode contribuir para a perspectiva de alguns entrevistados, de falta de combatividade do Fórum. Além disso, o coletivo tende a seguir agendas estabelecidas “de cima”, a partir do FBES, da Senaes ou do Governo do Estado. O planejamento local, integrado à comunidade não é uma ação priorizada no cotidiano dos fóruns. A carta do coletivo mineiro, escrita em 2003, temia por isso e se mostrou profética, na conjuntura atual.

Como movimento social, ele não pode depender tanto do recurso público. Como ele se sustenta? Como ele se sustenta como movimento social? Aí a gente começa a trazer pro local de tá inclusive no regimento interno do fórum municipal da sustentabilidade que cada um tem que contribuir. E aí as pessoas “ah, eu vou contribuir? Por quê? O que vocês vão fazer com este dinheiro?” a pergunta não é “o que vocês vão fazer com este dinheiro?”, a pergunta é “o que nós vamos fazer com este dinheiro?”. Então, as pessoas que participam do fórum veem naquela coordenação os que comandam os que estabelecem as coisas. Eles não se veem parte daquilo, ajudando a construir. Eles estão aí ouvindo direcionamentos, agendas e o que aquela coordenação falar que tem que fazer, então, eles vão cumprir um pouco do que tá posto ali. Pouquíssimas vezes se veem fazendo parte daquilo [...] Eu vejo muitos desafios que ainda falta uma boa estrada aí para configuração de movimento. Eu vejo o fórum mais um ajuntamento de pessoas que estão em determinados lugares. Pessoas que estão em empreendimentos, pessoas que estão em entidades, pessoas que estão na gestão pública. Mais um ajuntamento do que uma construção de movimento de economia solidária, né? Apesar de tá bem definido este segmento empreendimento, gestores, entidades, o fórum, pelo menos o que eu participo, como que é o metropolitano e agora o municipal, ele não deu conta de fazer planejamento de ação enquanto fórum. Ele funciona muito na agenda da semana ou do mês seguinte, mas ele não tem um horizonte. “Olha, a nossa atuação aqui é pra chegar em tal local. Aí a gente chegou naquele local, avaliou. Conseguiu um resultado? Então, a gente vai fazer um novo plano”. Então, a minha avaliação é que não tem este objetivo a alcançar num curto, médio e longo prazo. Apesar de você ter as discussões do Fórum Brasileiro, do Fórum Mineiro, das plenárias, aqui no local a coisa tá funcionando muito em função da agenda do mês seguinte. Então, se tem dezembro, a gente vai ter uma Mostra Regional e um seminário de certificação organizado pelo Estado, então, nós temos que organizar para chegar até lá. E muitas vezes aquela agenda lá, ela atropela tudo que o fórum tá fazendo. Aí também vem o fórum brasileiro que tá com a plenária nacional para fazer, então, o fórum local tem que fazer a sua. Então, não se constrói especificamente agenda, o que que é a luta mesmo que o movimento social tem que fazer naquele local (E4 – Gestor Público Municipal).

Alguns entrevistados também relataram a tentativa de priorização de agendas locais. Por isso, um dos fóruns regionais tem organizado ações municipais, sem apoio público e a partir de agenda própria. Outra região do estado também reorganizou a estrutura do seu fórum, criando comissões temáticas e elaborou critérios específicos de participação. Parte do espaço das reuniões ou encontros é dedicada à formação continuada, tanto para os integrantes mais antigos como, principalmente, para os novos membros. Da mesma forma, essa regional tem buscado articulação com o poder público, na tentativa de promover o desenvolvimento mais integrado entre os projetos municipais e o movimento de economia solidária.

Em relação à sustentabilidade política, uma constatação dos entrevistados é a de que o movimento cresceu de forma rápida, mas, nem sempre, com qualidade. Isso significa que muitos dos participantes não sabem o que é economia solidária e, em determinada medida, se aproveitam de editais ou programas, para acessarem recursos ou benefícios, sejam eles representantes de empreendimentos, de entidades de apoio ou gestores públicos. O crescimento, nesse caso, como ressaltou Gonh (2011), não necessariamente pode ser compreendido como avanço.

Primeiro grande desafio que eu vejo da economia solidária é a sustentabilidade do movimento. Eu vejo que é a formação de uma consciência social sobre a importância da economia solidária e dos princípios da economia solidária. Eu vejo que é a ocupação dos espaços públicos pelo movimento de economia solidária porque a consciência do pessoal do movimento da economia solidária é muito restrita, é muito limitada. É muito mais oportunista porque volta muito para momentos de geração de renda, como uma feira, um trabalho mais específico. Acho que é também a organização dos empreendimentos individualmente. Organização, fortalecimento em termos de consciência e em termos de processos produtivos, em termos de financiamentos das suas próprias atividades (E6 - Representante de EAF).

Tem hora que eu fico meio desanimada porque é assim: o movimento tomou uma forma tão grande, que veio centro de formação, veio mapeamento, veio isso, veio aquilo outro e as pessoas quando vinham pra economia solidária, elas vinham porque acreditava no movimento. Acreditava que pudesse ser outra qualidade de vida, ter outra maneira de comercializar, outra maneira de valorizar as pessoas, mas por outro lado tem certas pessoas que vêm por causa de edital, porque lá eu vou ter meu meio de vida e tem interesses afim e tal, mas eu ainda acredito no movimento porque eu ainda continuo (E12 - Representante EES).

Um desafio da economia solidária que eu acho importantíssimo seria formar as pessoas para o movimento. Nós temos 25% a 30% das pessoas que estão à luz do movimento, que sabem, que vê o movimento de cima pra baixo. Este é o nosso desafio. Trazer pra dentro as pessoas que estão dentro. Que estão dentro, mas estão fora porque não estão dentro. Quase uma viagem, né? [...] O primeiro é fortalecer o movimento. Não precisa crescer agora. Só conscientizar quem está dentro (E14 — Representante EES).

Eu acho que o desafio do movimento é ele ser de fato movimento. Se configurar de fato movimento no sentido de todos alinhados para uma mesma causa. Eu acho que hoje aqueles que estão e que chegam na economia solidária eles têm entendimentos bastante diferenciados do que que é efetivamente a economia solidária. Não sei se a economia solidária consegue ter um conceito único, né? Uma definição única, mas que pelo menos todos estes três segmentos estejam alinhados pela mesma causa. Então, um primeiro momento o poder público quer resolver uma questão social, quer resolver a questão da pobreza, da renda, da violência, então, ele vai tentar perceber se economia solidária vai conseguir dar resposta a algum destes problemas sociais. E entidade e empreendimentos que configurariam mais a sociedade civil, eles querem uma mudança na sociedade, uma mudança de sistema econômico, eles não querem só ter a renda. Então, um desafio é o movimento ter esta unidade de pensamento e de luta. Quando a gente consegue perceber em outros movimentos e a gente não consegue perceber no movimento de economia solidária [...] Porque às vezes eu percebo assim: alguns participantes da economia solidária não tão falando de trocar o capitalismo pelo socialismo não. Pessoal tá querendo ter renda. Pode ser no capitalismo, sim. Aliás, os empreendimentos comercializam no mercado capitalista. Então, esta discussão de fundo não atinge todo o mundo da mesma maneira, da mesma forma. O desafio do movimento de economia solidária é ter esta clareza de bandeira. Porque estas bandeiras que o fórum brasileiro coloca “ah, a educação inclusiva, popular, as finanças solidárias”, eu acho que no concreto demora a chegar demais no dia a dia das pessoas. Porque no final das contas, os empreendimentos estão querendo sobreviver daquelas atividades e aí a questão fica da renda, do produto e do mercado, né? A formação? Quando der tempo eu vou lá para a formação, eu vou falar da educação popular, das finanças solidárias, do banco, né? [...] Então pra mim, o desafio é realmente se enxergar como movimento social e ter uma atuação como tal. A gente não vê um painel, um bandeirão do movimento de economia solidária. A gente vê em alguns momentos que senão aparecer perde alguma coisa. Como foi a articulação e a mobilização pro PL (865). Aí sim. Quando tem alguma causa você vai ali atrás, mas você não... Se não fosse o PL, que bandeira

é esta que tá indo para a rua pra sociedade conhecer, que existe o movimento de economia solidária (E4 - Gestor Público Municipal).

Nesse campo, muito se discute a formação política dos atores sociais implicados no Fórum, numa tentativa de aproximar o discurso das lideranças ideológicas da prática dos empreendimentos. Esse debate corrobora as questões levantadas por Leite (2009a), em relação à defasagem entre a teoria dos líderes e a prática das iniciativas solidárias. Isso ocorre, em especial, pois o movimento baseia-se em propostas de transformação social, em grande medida audaciosas, o que está muito distante da realidade atual, como pode ser confirmado nesta pesquisa.

Ainda que isso não signifique que devemos perder de vista o caráter de resistência do movimento, essa fragilidade nos coloca frente à suspeita de que a ideia de transformação social emerge muito mais como ideal de uma liderança portadora de uma visão teleológica, que confere à classe trabalhadora a missão histórica de promover a grande transformação social, do que a uma realidade ou potencialidade efetiva dos empreendimentos solidários (LEITE, 2009a, p. 263-264).

Leite (2009a) pondera que, apesar de o movimento de economia solidária fugir às características típicas, as expressões importantes dessas práticas de resistência “conferem à Economia Solidária características de um verdadeiro movimento social” (p. 234). No entanto, a autora ressalta que tais características não têm se mostrado capazes de promover uma transformação social, num sentido ampliado do termo, e nem alcançado êxito na criação de “empreendimentos verdadeiramente autogestionários” (p. 234). Essa afirmação converge, de acordo com a autora, com outros estudos sobre a inviabilidade da existência de empreendimentos realmente autogestionários, no quadro do mercado capitalista.

As pressões para a competitividade são tantas, que as práticas menos democráticas de tomada de decisões acabam se tornando quase uma questão de sobrevivência. Nesse sentido, o máximo que poderíamos falar seria de empreendimentos que buscam seguir (com maior ou menor grau de sucesso) práticas inspiradas em princípios autogestionários (LEITE, 2009a, p. 235).

Os entrevistados também destacam o desafio de viver a economia solidária na prática. Muitos compreendem os limites dessas experiências em relação ao modelo elaborado pelas lideranças do movimento. Esses desafios se cruzam entre as práticas de sobrevivência e o debate sobre autogestão.

O principal desafio, na minha opinião pessoal, de novo, é criar empreendimentos que deem conta do modelo de empreendimentos que nós estamos pensando (E4 - Representante de EAF).

A economia solidária é um desafio, fazer marco legal, fazer finança, sobreviver... Primeiro tem que sobreviver porque a gente não sobrevive se não tiver dinheiro não faz e não vai. Para chegar a um denominador comum é um desafio (E11 - Representante EES).

Por fim, é importante ressaltar que, apesar dos desafios e limites apresentados, o movimento de economia solidária tem servido como espaço de aprendizado e de mobilização de trabalhadores antes invisíveis aos olhos da sociedade brasileira. Embora a distância entre teoria e prática se apresente visível nas experiências locais, outros sentidos e valores vão sendo construídos ao longo dessa caminhada, mesmo que lentamente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da economia solidária está inserido em várias realidades socioeconômicas e em debates internacionais, principalmente em espaços que discutem propostas sobre uma globalização alternativa ou solidária. A referência quanto à presença dessa temática nas diversas edições do Fórum Social Mundial é recorrente e demonstra sua forte vinculação aos projetos de mudança da sociedade atual. Da mesma forma, é comum que a conjuntura de emergência dessas iniciativas seja relacionada à crise do capitalismo mundial e à busca por alternativas para a resolução de questões sociais, como o desemprego. Um conjunto considerável de estudos compreende o processo de reestruturação produtiva como fundamental para a retomada das reflexões sobre a organização do trabalho com bases autogestionárias, coletivas e democráticas. Além disso, alterações na conformação das políticas públicas, com a ampliação do pensamento neoliberal, desde a década de 1970, contribuíram para a reorganização dos serviços públicos e do papel do Estado.

O quadro conceitual sobre economia solidária possibilita diferentes interpretações e inscrições teóricas. Não há consensos neste campo, nem mesmo em relação ao termo que define esse conjunto de manifestações solidárias. No intuito de abarcar parte dessas reflexões, foram apresentadas, neste trabalho, quatro linhas interpretativas que, em geral, podem ser definidas segundo as realidades nas quais estão inseridas.

A vertente francofônica de economia solidária vincula-se à sociologia econômica e tem como pressuposto fundamental a perspectiva da economia plural. A retomada das relações baseadas no impulso recíproco, presentes na Europa, é a evidência de que o princípio do mercado, mesmo predominante nas relações da sociedade atual, não é o único. Além disso, o pensamento do associacionismo fundamenta o que se caracteriza como democratização econômica, unindo a política e a economia. Nessa corrente, a economia social é criticada por servir como uma confluência perversa, na medida em que não é capaz de questionar o sistema dominado pelo mercado.

Em uma tentativa de atualizar os debates sobre a economia social e incorporar a ideologia empresarial na prestação dos serviços públicos, em virtude da reestruturação das ações do Estado, a concepção de empresa social tem se difundido, especialmente na Europa. Essas organizações destacam-se por incluírem objetivos sociais e serem geridas como empresas. Elas atuam em quase mercados, assumem riscos econômicos, constroem demandas e serviços coletivamente e têm suas funções vinculadas à resolução de problemas sociais.

Sob a perspectiva da inovação social, a economia social e solidária, no Quebec, enfatiza a construção coletiva de serviços comunitários e a participação social, como primordiais na organização de iniciativas econômicas. É possível reconhecer a influência francófona nos estudos da região, mas o consenso de diferentes atores quanto aos princípios dessa economia é o principal destaque dessa vertente.

Na América Latina, as discussões giram em torno da economia popular, característica que é predominante no continente. Muitos dos autores partem da lógica da sobrevivência dos trabalhadores empobrecidos, para refletirem sobre a construção de projetos de uma economia do trabalho ou autogestionária. Nesse campo, há também propostas que envolvem perspectivas socialistas, compreendendo a autogestão e a posse coletiva dos meios de produção como aspectos fundamentais da luta dos trabalhadores contra o capitalismo. Entre os debates latinoamericanos, as correntes vinculadas à teologia da libertação, de origem cristã, também são presentes.

Portanto, como é possível perceber, a economia solidária pode assumir diferentes concepções. A principal divergência entre as leituras francônicas e europeias e as latinoamericanas está no papel do trabalhador e do trabalho, compreendido em pressupostos de mudança social. Enquanto, para parte dos estudos, o foco seja a reciprocidade e a possibilidade de democratização da economia, para outros, a ideia de luta pela emancipação, autonomia e autogestão é preponderante. Essa é uma diferença que marca a conformação da economia solidária em cada realidade socioeconômica em questão.

As divergências teóricas se repetem nas experiências empíricas. Nesse sentido, quando se observam as iniciativas econômicas e a conformação do movimento de economia solidária na França e no Quebec, fica claro o enfoque no desenvolvimento comunitário, de trabalho coletivo e de inserção social. Os temas relacionados à sustentabilidade, cultura e educação são fortemente presentes, mas o papel do trabalhador, em muitas experiências, é reduzido à concepção de beneficiário. As políticas públicas com essa temática inserem-se no campo do desenvolvimento social ou territorial e, por diversas vezes, estão relacionadas à organização comunitária, para resolução de problemas públicos. As diferenças que teoricamente ficam evidentes entre economia solidária e empresa social, na prática, são tênues, sendo que algumas experiências são interpretadas segundo quadros teóricos considerados, em princípio, discordantes.

Na experiência brasileira, o cruzamento das ações do movimento com as políticas públicas fica claro. A criação, praticamente no mesmo momento, do FBES e da Senaes gerou conflitos, principalmente em relação à compreensão do papel de cada ator nos processos em

curso. Os discursos fortemente centrados nos ideais de mudança de sociedade foram inseridos num ambiente político, que buscava novas formas de geração de renda e, em última análise, de inclusão social. A construção de acordos, identidades e consensos representou um dos maiores desafios, tanto para o movimento, quanto para os gestores públicos. Apesar da expressão social que a economia solidária ganhou no país, muitas análises demonstram os limites dessa proposta, especialmente em relação à consolidação econômica dos empreendimentos e ao potencial deles na transformação social. A fragilidade das iniciativas econômicas e as dificuldades de estruturação dos fóruns são pontos importantes para se pensarem as distâncias entre teoria e prática.

A trajetória da economia solidária em Minas Gerais é semelhante à da experiência brasileira. O movimento, como em âmbito nacional, se organizou em função da mobilização de entidades de fomento e gestores públicos, em fóruns de debates locais, em meados da década de 1990. A conjuntura econômica e social desse período era caracterizada pelo alto índice de desemprego, informalidade e pobreza. Diferentes organizações desenvolviam projetos de geração de trabalho e renda e começaram a refletir sobre alternativas solidárias. No início dos anos 2000, esse processo começa a ganhar força e diversos eventos estaduais foram realizados, envolvendo atores de várias regiões do Estado.

Tais encontros tiveram dois desdobramentos importantes, que influenciaram, de maneira determinante, a história da economia solidária, em âmbito estadual. O primeiro compreendeu a elaboração da Lei Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária, sancionada em janeiro de 2004, uma iniciativa inédita no país. O segundo fato consistiu na recusa do coletivo de Minas Gerais em participar da criação do Fórum Brasileiro, em 2003. O movimento acreditava que tal construção era prematura, em função da fragilidade de suas mobilizações. Apesar desse contraponto inicial, após a constituição do FBES e da Senaes, o Fórum Mineiro seguiu, em geral, as orientações nacionais.

Uma questão determinante na estruturação da economia solidária no Brasil é a da composição dos Fóruns em três segmentos. Em outros países, tal organização não é tão clara como na experiência brasileira. Além da identificação de um ator principal, ou seja, os empreendimentos econômicos solidários, a representação dos mesmos é majoritária, em relação aos dois outros segmentos: entidades de apoio e fomento e gestores públicos. Essa característica do movimento como uma rede, na qual se incorporam segmentos distintos, se apresenta como uma novidade interessante, embora seja responsável por vários conflitos.

Na experiência do Estado de Minas, fica claro que todos os entrevistados compreendem exatamente o papel de cada segmento no Fórum. Os empreendimentos são os

protagonistas e é onde a economia solidária de fato é vivenciada. As entidades de apoio são aquelas que geralmente desenvolvem projetos de apoio e fomento e os gestores públicos estão comprometidos com a implementação de programas e projetos. Embora tais definições sejam claras, as relações entre os diferentes atores são conflituosas. A principal questão levantada se relaciona ao papel desempenhado pelos empreendimentos. Parte considerável das análises apontou para as dificuldades de os trabalhadores das iniciativas solidárias participarem dos processos do fórum, de compreenderem as lutas da organização e de liderarem o movimento. Em geral, o papel da liderança fica centralizado nos representantes das entidades e nos gestores públicos. Da mesma forma, os recursos para o desenvolvimento de projetos e o conhecimento sobre o tema também são concentrados, o que gera questionamentos quanto às relações estabelecidas no espaço dos fóruns.

Aprofundando essa análise, foi possível verificar que as compreensões sobre a economia solidária, tal como ocorre na teoria, também são diversas na prática. No geral, três linhas interpretativas foram as mais mencionadas no entendimento dos entrevistados. A primeira envolve uma concepção institucional, baseada tanto nas perspectivas apresentadas pelo Fórum Brasileiro, quanto pela Senaes. Essa interpretação gira em torno dos grandes consensos que direcionam a identidade do movimento no país, especialmente em seus aspectos de organização coletiva, autogestionária e cooperativa. A segunda perspectiva se apoia numa visão utópica de transformação da sociedade e de luta contra o capitalismo. Entre os que mais citaram tal acepção, estão os representantes de entidades de apoio ligadas ao movimento sindical e às organizações religiosas. Por fim, em uma concepção baseada na inclusão social, a visão da economia solidária como oportunidade de geração de trabalho e renda foi recorrente, especialmente na fala dos representantes dos empreendimentos.

Essas diferentes compreensões geram conflitos internos, em âmbito local, levando em conta as divergências entre os participantes do movimento. Fica claro que parte dos empreendimentos busca se adaptar, para se inserir nos debates do Fórum ou para participar de políticas públicas que fazem algum tipo de exigência nesse sentido, o que é muito raro. Seria ingenuidade, no entanto, pensar que todos esses atores sociais iriam ter compreensões semelhantes. Em vários espaços como esse, são comuns discordâncias e divergências, mas o que chama a atenção é a distância entre o discurso de algumas lideranças e o dos representantes dos empreendimentos.

Outros elementos contribuem para reafirmar tais constatações. Muitos entrevistados chamaram a atenção para a organização dos empreendimentos inseridos no Fórum. O pressuposto do movimento, como apresentado nas deliberações das diferentes plenárias, é o

de que as iniciativas econômicas não sejam individuais, se comportem de forma autogestionária, democrática e cooperativa, entre várias outras questões. Obviamente tais critérios são orientações gerais e, como afirmam diversos autores, a vivência desses princípios é um grande desafio. No entanto, é muito comum, mesmo entre as lideranças do fórum, se encontrarem empreendimentos individuais ou familiares que, em grande medida, estão muito próximos das concepções de economia popular.

Muitos dos entrevistados concordam sobre a fragilidade em várias dimensões da organização do Fórum e a maior parte deles vincula essa situação à defasagem entre o discurso e a prática. Muitas regiões, inclusive, têm voltado as ações para a esfera local, visando estarem mais próximas dos espaços de construção mais permanentes, já que, durante um período considerável, as demandas e tarefas vinham de cima.

Por outro lado, não é possível deixar de citar avanços nesse campo, como a conquista de algumas políticas públicas e espaços institucionais, a exemplo dos conselhos. A caminhada dos fóruns também contribuiu para o amadurecimento das lutas, para as reflexões internas e as avaliações, embora cada vez mais se questione o papel da economia solidária, numa conjuntura de baixo desemprego e crescente formalização da economia.

Se a conjuntura de surgimento dessas iniciativas era caracterizada por péssimas condições, com mudanças nessas tendências, qual seria o papel do tema da economia solidária nas políticas públicas e na organização do movimento social? O governo da Presidenta Dilma tem direcionado a economia solidária para o campo da extrema pobreza, enquanto o movimento tenta construir um projeto político para sociedade. O fato é que, cada vez mais, esses contornos vêm sendo delineados.

Dessa forma, a conclusão deste trabalho corrobora a sua hipótese de que, apesar do amplo debate em diferentes vertentes e abordagens, as experiências locais são frágeis. Mesmo considerando um processo global com envolvimento de experiências de variados países para uma globalização alternativa ou solidária, há um longo caminho para se chegar às iniciativas locais que, no Brasil, se organizam em princípios da sobrevivência.

No entanto, mesmo com tais constatações quanto às fragilidades de suas bases, a economia solidária no Brasil não pode deixar de ser considerada, em virtude da sua expressão social. Depois de mais de uma década, verifica-se que os passos, mesmo lentos, já começaram a ser dados.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebeca; BÜLOW. Marisa von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011.

AMARO, Rogério Roque. Economia solidária da Macaronésia: um novo conceito. **Revista de Economia Solidária**, Açores, n. 1, p. 11-30, dez. 2009.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho**. Terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 13-22.

ATLAS da economia solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60 p.

AZEREDO, Beatriz. **Políticas públicas de emprego**: a experiência brasileira. São Paulo: ABET, 1998. 312p.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007. 317p.

BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUES, Ricardo, MEDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 21-49.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999. 178p.

BÉLANGER, Paul R.; BOUCHER, Jacques L.; LÉVESQUE, Benoît. L'économie solidaire en Amérique du Nord : le cas du Québec In: LAVILLE, Jean-Louis (Dir.). **L'économie solidaire**: une perspective internationale. Paris: Pluriel, 2010. p. 105-144.

BOCAYUVA, Pedro Cláudia Cunca. Economía solidaria y la nueva centralidad del trabajo asociado. In: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia**: contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 241-270.

BOUCHARD, Marie J. Introduction: L'innovation sociale em économie sociale. In: BOUCHARD, Marie J. (Dir.). **L'économie sociale vecteur d'innovation: l'expérience du Québec**. Québec: Ed. Université du Québec, 2011. p. 1-20.

CAILLÉ, Alain. Dádiva. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; HESPANHA, Pedro (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Altamira, 2009. p. 103-107.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 87-124.

CARDOSO, José Celso Jr. A questão do trabalho urbano e o sistema público de emprego no Brasil contemporâneo: décadas de 1980 e 1990. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 127-178.

CARDOSO, José Celso Jr., JACCOUD, Luciana. Políticas Sociais no Brasil: Organização, abrangência e tensões da ação Estatal. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 181-160.

CARNEIRO, Vanderson. Entre o público e privado: uma reflexão sobre o lugar de ação política na prática da economia solidária no Brasil. In: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça dos (Orgs.). **Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas**. Coimbra: Altamira, 2011. p. 83-112.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 611p.

CHANTIER/FBES. **Ousar a solidariedade: partilha de práticas de economia social e solidária no Brasil e no Quebec**. Brasília: FBES, 2008. 114p.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MÉLO, José Luiz. A técnica da entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-132.

CORAGGIO, José Luis. Introdução. In: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia**: contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007a. p. 17-57.

CORAGGIO, José Luis. Una perspectiva alternativa para la economía social: de la economía popular a la economía del trabajo. In: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia**: contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007b. p. 165-194.

CORAGGIO, José Luis. Economia do trabalho. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; HESPANHA, Pedro (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Altamira, 2009. p. 120-127.

COSTA, Bianca Lima; NEVES, Magda de Almeida. Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária. **Esac - Economia Solidária e Ação Cooperativa**, São Leopoldo, v.2, p.35 - 42.

CÔTÉ, Denyse. Difficiles convergences: mouvement des femmes et économie sociale l'expérience québécoise. In: GUÉRIN, Isabelle; HERSENT, Madeleine; FRAISSE, Laurent (Coords.). **Femmes, économie et développement**: de la résistance à la justice sociale. Toulouse: Érès, 2011. p. 289-312.

CRUZ, Antônio; SANTOS, Aline Mendonça dos. A economia solidária e as novas utopias: Permanências e rupturas no movimento histórico do associativismo econômico. In: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça dos (Orgs.). **Economia solidária**: questões teóricas e epistemológicas. Coimbra: Altamira, 2011. p. 57-82.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti; SANTOS, Aline Mendonça dos. Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos. In: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça dos (Orgs.). **Economia solidária**: questões teóricas e epistemológicas. Coimbra: Altamira, 2011. p. 15-56.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Outras políticas para outras economias**: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010). 2012. 472p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, Brasília, 2012.

DEFOURNY, Jacques. Economia social. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; HESPANHA, Pedro (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Altamira, 2009a. p. 156-161.

DEFOURNY, Jacques. Empresa Social. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; HESPANHA, Pedro (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Altamira, 2009b. p. 188-192.

DEFOURNY, Jacques. Emerging models of social enterprise: an EMES perspective. In: DEFOURNY, Jacques; HULGARD, Lars; PESTOFF, Victor. **Social enterprise, social entrepreneurship, social economy, solidarity economy: an EMES reader on the “SE Field”**. EMES, 2009c. p. 25-51.

DEFOURNY, Jacques; HULGARD, Lars; PESTOFF, Victor. Foreword. In: DEFOURNY, Jacques; HULGARD, Lars; PESTOFF, Victor. **Social enterprise, social entrepreneurship, social economy, solidarity economy: an EMES reader on the “SE Field”**. EMES, 2009. p. 13-24.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, p. 219-250, janeiro-julho 2010.

DRAIBE, Sônia M. Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 27-64.

DUCHROW, Ulrich; HINKELAMMERT, Franz J. Un mundo diferente es possible. La reconstrucción del régimen de propiedad des abajo, en la perspectiva de la vida y del bien. In: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 339-396.

DYE, Thomas. **Understanding public policy**. Boston: Pearson Longman, 2011. 346 p.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **III Plenária Nacional de Economia Solidária**: relatório. Brasília: FBES, 2003. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=112&Itemid=216>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **A experiência de gestão e organização do movimento de economia solidária no Brasil**. Brasília: FBES, 2006. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=109&Itemid=216> Acesso em: Acesso em: 12 de maio de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **IV Plenária Nacional de Economia Solidária**: relatório final. Brasília: FBES, 2008. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=379&Itemid=216>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Histórico**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 12 de maio de 2012a.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de princípios**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em: 12 de maio de 2012b.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Economia solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável**. Brasília: FBES, 2012.

Disponível em:

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=474&dir=DESC&order=date&Itemid=216&limit=10&limitstart=70>. Acesso em: 12 de agosto de 2012c.

FERREIRA, Elenar. A cooperação no MST: a luta pela gestão coletiva dos meios de produção. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (orgs.) **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003. p. 81-92.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão da. O conceito da informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, n. 41, v. 17, p. 211-123, 2001

FÓRUM MINEIRO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA. **Deliberações Plenária Estadual**. Belo Horizonte: FMEP, 2003.

FRAISSE, Laurent; BERGER, Jean. **Avec les régions, l'économie sociale e solidaire en mouvement**. [S.l.]: Mouvement pour l'économie solidaire, (200?). 43p.

FRAISSE, Laurent. Une diversité d'initiatives solidaires pour un autre développement local. In: RÉSEAU DES TERRITOIRES POUR L'ECONOMIE SOLIDAIRE. **Les politiques publiques d'économie solidaire, un enjeu d'avenir pour les initiatives locales**. [S.l.], RTES, 2007. p. 3-6.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Políticas públicas de economia solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Philippe. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 259-268.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 199p.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. Impasses, avanços e desafios da ação pública em economia solidária: uma perspectiva comparada Brasil-França. In: GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Márcia de Paula (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 377-398.

GAIGER, Luiz Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003a. p. 267-288.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: CATANNI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003b. p. 135-143

GAIGER, Luiz Inácio Germany. As emancipações no presente e no futuro. In: **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. GAIGER, Luiz Inácio Germany. (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 371-403.

GAIGER, Luiz Inácio. La economía solidaria y el capitalismo en la perspectiva de las transiciones históricas. In: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 79-110.

GAIGER, Luiz Inácio. A presença política da Economia Solidária. Considerações a partir do primeiro Mapeamento Nacional. In: GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Márcia de Paula (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 289-322.

GAIGER, Luiz Inácio. Contribuições para uma agenda de pesquisa. In: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça dos (Orgs.). **Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas**. Coimbra: Altamira, 2011. p. 237-256.

GARDIN, Laurent; LAVILLE, Jean-Louis. L'économie solidaire em Europe: initiatives locales et services de proximité. In: LAVILLE, Jean-Louis (Dir.). **L'économie solidaire: une perspective internationale**. Paris: Pluriel, 2010. p. 77-104.

GARDIN, Laurent. **Les initiatives solidaires**: la réciprocité face au marché et à l'État. Paris: Érès, 2006. 191p.

GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Márcia de Paula. Introdução: Novas configurações do trabalho e economia solidária: democratização, inclusão ou precarização? In: GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Márcia de Paula (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 13-32.

GOERCK, Caroline; BULLA, Leonia Capaverde. A implantação do programa de economia solidária em desenvolvimento por meio da SENAES no Rio Grande do Sul. **Otra Economía**, São Leopoldo, n. 5, p. 104-124, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2011. 391p.

GOULART, Jefferson Oliveira; MARIN, Thais Rodrigues. Políticas públicas de Economia Solidária e a SENAES: um balanço preliminar (2003-2006). **Otra Economía**, São Leopoldo, n. 5, v. 8, p. 48-58, 2011.

GUIMARÃES, Gonçalo. Incubadoras de cooperativas populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003. p. 111-122.

HERSENT, Madeleine. A construção de um movimento de economia solidária na França. In: FRANÇA FILHO et al. (Orgs.). **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 89-96.

HERSENT, Madeleine. Cooperação e autonomia nas iniciativas de mulheres na economia social e solidária. In: GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Márcia de Paula (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 423-438.

HERSENT, Madeleine. L'économie solidaire en France. In: LAVILLE, Jean-Louis (Coord.). **L'économie solidaire**. Paris: CNRS Éditions, 2011. p. 23-36.

HOLZMANN, Lorena. Gestão cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (orgs.) **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003. p. 49-64.

HOLZMANN, Lorena. Empreendimentos solidários e agentes externos. Autonomia ou tutela. In: GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Márcia de Paula (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 269-288.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2007. 376p. (Edição Especial – 13).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Análise do mercado do trabalho. **Mercado de Trabalho**, Brasília, n. 53, p.10-16, nov. 2012.

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio: pobreza e política social**. São Paulo: Annablume/Salvador: CRH/UFBA, 2008. 258p.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives and public policies**. [S.l.]: Pearson, 2011, 273p.

LACERDA, Luiz Felipe Barbosa; VERONESE, Marília Veríssimo. Trabalho e movimentos sociais: suas influências na emergência de práticas alternativas de geração de trabalho e renda. São Leopoldo, **Otra Economía**, São Leopoldo, n. 5, v. 8, p. 19-34, 2011.

LARRAECHEA, Ignacio; NYSSSENS, Marthe. L'économie solidaire en Amérique de Sud: le cas du Chili. In: LAVILLE, Jean-Louis (Dir.). **L'économie solidaire: une perspective internationale**. Paris: Pluriel, 2010. p. 144-187.

LAVILLE, Jean-Louis et al. Introdução. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Philippe. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 11-18.

LAVILLE, Jean-Louis. Ação pública e economia solidária na França. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Philippe. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 19-21.

LAVILLE, Jean-Louis. Économie solidaire: esquisse d'une problématique. In: LAVILLE, Jean-Louis (Dir.). **L'économie solidaire: une perspective internationale**. Paris: Pluriel, 2010a. p. 11-76.

LAVILLE, Jean-Louis. **Politique de l'association**. Paris: Editions du Seuil, 2010b. 355p.

LAVILLE, Jean-Louis. Presentation générale: Économie solidaire et changement social. In: LAVILLE, Jean-Louis (Coord.). **L'économie solidaire**. Paris: CNRS Éditions, 2011a. p. 9-22.

LAVILLE, Jean-Louis. **Agir à gauche: l'économie sociale et solidaire**. Paris: Desclée de Brouwer, 2011b. 134p.

LEITE, Márcia de Paula. Cooperativas e Trabalho: um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo. In: GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Márcia de Paula (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009a. p. 227-265.

LEITE, Márcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades, **RBCS**, São Paulo, n. 69, p. 31-51, 2009b.

LÉVESQUE, Benoit. Sociologia Econômica. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; HESPANHA, Pedro (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Altamira, 2009. p. 305-309.

LÉVESQUE, Benoît. La reconnaissance de l'économie sociale au Québec: un long processus qui n'arrive à maturité qu'au tournant du XXI siècle. In: BOUCHARD, Marie J. (Dir.). **L'économie sociale vecteur d'innovation: l'expérience du Québec**. Québec: Ed. Université du Québec, 2011. p. 21-62.

LIMA, Jacob Carlos e SOARES, Maria José. Trabalho flexível e o novo informal. Salvador, **Caderno CRH**, n. 37, 2002.

LIMA, Jacob Carlos. Trabalho informal, autogestionário e gênero. **Sociedade e Cultura**, v. 9, n. 2, p. 303-310, jul./dez 2006.

LIMA, Jacob Carlos. Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial. In: LIMA, Jacob Carlos (Org.). **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 127-170.

LIMA, Jacob Carlos. Cooperativas, trabalho associado, autogestão e economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil. In: GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Márcia de Paula (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 195-226.

LISBOA, Armando de Melo. Economía solidaria: una reflexión a la luz de la ética cristiana. In: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 373-396.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales; TODESCHINI, Remígio. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003. p.135-160.

MAY, Tim. **Pesquisa social, questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed. 2004. 288p.

MINISTÉRIO TRABALHO E EMPREGO. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Brasília: MTE/Senaes, 2010. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II_coanes_documento_final.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

NAKANO, Marilena. Anteg: a autogestão como marca. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 65-80.

NEVES, Magda de Almeida. Dilema dos empreendimentos solidários: entre a precarização e a inserção social. In: GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Márcia de Paula (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 323-350.

NOBRE, Miriam; FREITAS, Taís Viudes. Possibilidades e limites na construção de igualdade de gênero na economia solidária. In: GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Márcia de Paula (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 399-422.

NÚÑEZ, Orlando S. La economía popular, asociativa y autogestionaria. In: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 111-144.

ODA, Nilson Tadashi. Sindicato e cooperativismo: os metalúrgicos do ABC e a Unisol Cooperativas. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003. p.93-110.

PEDRINI, Dalila Maria. Bruscor: uma experiência que aponta caminhos. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003. p.31-48.

PETRELLA, Riccardo. Préface: de la complémentarité à l'alternative: à propôs de l'économie sociale au début du XX siècle. In: BOUCHARD, Marie J. (Dir.). **L'économie sociale vecteur d'innovation**: l'expérience du Québec. Québec: Ed. Université du Québec, 2011. p. VII-X.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária**. De volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 195p.

POCHMANN, Márcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, 2004, p. 3-16.

POCHMANN, Marcio. Posibilidades y limites de la economía solidaria latinoamericana. In: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia**: contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 225-240.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349p.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 475-512

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de producción? In: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia**: contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 145-164.

RAZETO, Luis. La economía de solidaridad: concepto, realidad y proyecto. In: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia**: contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 317-338.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Métodos quantitativos e qualitativos. In: RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999. p. 70-89.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Idéias dispersas sobre o significado de políticas sociais. IN: STENGEL, Márcia et al. **Políticas públicas de apoio sociofamiliar/Curso de Capacitação de Conselheiros Tutelares e Municipais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001. p. 9-44.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 329-368

SABATÉ, Alberto M. Federico. Es posible otra economía? El caso de las asambleas vecinales y la recuperación de empresas en la Argentina reciente. In: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 271-316.

SANTOS, Boaventura de Sousa; HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça dos. Apresentação. In: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça dos (Orgs.). **Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas**. Coimbra: Altamira, 2011. p. 11-14.

SANTOS, Boaventura de Souza; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson Lima. A face oculta (da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção estado-movimento – uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 28, p. 86-124, 2011.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 81-131

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003a. p.11-30.

SINGER, Paul. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003b. p.123-134.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. 127p.

SINGER, Paul. Introdução. In: MINISTÉRIO TRABALHO E EMPREGO. **Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária**. Brasília: MTE/Senaes, 2006. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B495A545B56F3/conf_anais.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2012. p. 8-21.

SINGER, Paul. In: Economía solidaria. Um modo de producción y distribución. CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 59-78.

SINGER, Paul. Introdução. **MINISTÉRIO TRABALHO E EMPREGO. II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Brasília: MTE/Senaes, 2010. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II_coanes_documento_final.pdf>. Acesso em: Acesso em: 12 de maio de 2012.p.9-11

SHIOCHET, Walmor. Políticas Públicas. *In*: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: CES, 2009, p. 268-273.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006.

THEODORO, Mario. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. *In*: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 91-126.

TIRIBA, Lia. Pedagogia (s) de la producción: havia donde camina la economía popular? *In*: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 195-224.

TIRIBA, Lia. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo fios de uma nova cultura do trabalho. *In*: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003. p.221-244.

VAILLANCOURT, Yves. La coconstruction des politiques publiques: l'apport de l'économie sociale. *In*: BOUCHARD, Marie J. (Dir.). **L'économie sociale vecteur d'innovation: l'expérience du Québec**. Québec: Ed. Université du Québec, 2011. p. 115-144.

VIVERET, Patrick. Altermundialização. *In*: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Altamira, 2009. p. 11-15.

APÊNDICE A - ROTEIROS DE ENTREVISTA

| Empreendimento Econômico Solidário |
|--|
| 1. Qual o nome do empreendimento? |
| 2. Quais as principais atividades e o setor de atuação? Onde comercializa? |
| 3. Qual a cidade? Qual a regional? |
| 4. Qual o tempo de existência? Como surgiu o empreendimento? |
| 5. Está formalizado? De que forma? |
| 6. Quantas pessoas trabalham no empreendimento? |
| 7. Como se organiza o empreendimento? Como as coisas são decididas? |
| 8. Há apoiadores? Quem? Os apoiadores estão na Plenária? |
| 9. Quantas pessoas trabalham? Há remuneração? Satisfatória? |
| 10. A maioria dos trabalhadores é homem ou é mulher? |
| 11. Há parentes que trabalham juntos? |
| 12. Como você conheceu a Economia Solidária? Qual sua trajetória na Economia Solidária? Já ocupou cargos no Fórum? |
| 13. Desde quando o empreendimento participa do movimento de Economia Solidária? Com qual objetivo participa? |
| 14. Do que já participou? |
| 15. Qual a avaliação dessas participações? |
| 16. O que você entende por Economia Solidária? |
| 17. Conhece a Lei de Economia Solidária em Minas Gerais? Há legislação na sua cidade? |
| 18. O empreendimento se articula com outros movimentos? Quais? |
| 19. O empreendimento se articula com outros empreendimentos? Quais e de que forma? |

| Entidade de Apoio |
|--|
| 1. Qual o nome da entidade? |
| 2. Quais as principais ações desenvolvidas? |
| 3. Qual a cidade? Qual a regional? Onde atua? |
| 4. Qual o tempo de existência? Como surgiu a entidade? História. |
| 6. Quantas pessoas trabalham no Estado com Economia Solidária? |
| 7. Como se organiza a entidade? Como é a gestão? |
| 8. Há apoiadores? Quem? Os apoiadores estão na Plenária? Os empreendimentos apoiados estão na Plenária? |
| 9. Quantos empreendimentos apoiam? |
| 10. A maioria dos trabalhadores é homem ou é mulher? |
| 11. Há parentes que trabalham juntos? |
| 12. Como você conheceu a Economia Solidária? Qual sua trajetória na Economia Solidária? Já ocupou cargos no Fórum? |
| 13. Desde quando a entidade participa do movimento de Economia Solidária? Com qual objetivo participa? |
| 14. Do que já participou? |
| 15. Qual a avaliação dessas participações? |
| 16. Qual o entendimento de Economia Solidária para sua entidade? |
| 17. Conhece a Lei de Economia Solidária em Minas Gerais? Há legislação na sua cidade? |

| |
|--|
| 18. A entidade se articula com outros movimentos? Quais? |
| 19. A entidade se articula com outras entidades? Quais e de que forma? |

| Gestor Público |
|---|
| 1. Qual o nome do setor em que desempenha a gestão pública? |
| 2. Quais as principais ações desenvolvidas no âmbito da Economia Solidária? |
| 3. Qual a cidade? Qual a regional? Onde atua? |
| 4. Qual o tempo de existência desse setor? Como e por que a Economia Solidária chegou na agenda pública do seu município? História. |
| 6. Quantas pessoas trabalham com Economia Solidária no órgão público? |
| 7. Como se organizam os trabalhos? Como é a gestão? |
| 8. Como é o financiamento dos projetos? |
| 9. Quantos empreendimentos apoiam? |
| 10. A maioria dos trabalhadores é homem ou é mulher? |
| 12. Como você conheceu a Economia Solidária? Qual sua trajetória na Economia Solidária? Já ocupou cargos no movimento? Quais? |
| 13. Desde quando o órgão gestor participa do movimento de Economia Solidária? Com qual objetivo participa? Por que participa? |
| 14. Do que já participou? Com qual frequência participa? |
| 15. Qual a avaliação dessas participações? |
| 16. Conhece a Lei de Economia Solidária em Minas Gerais? Há legislação na sua cidade? |
| 17. O órgão se articula com outros movimentos ou outros órgãos? Quais e de que forma? |
| 18. Passou por capacitação para compreender o que é Economia Solidária? |

**ANEXO A – LEI ESTADUAL DE FOMENTO À ECONOMIA POPULAR
SOLIDÁRIA – 15028/2004**

| Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária – Lei 15028/04 | |
|---|--|
| Diretrizes da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária | Art. 1º - Fica instituída a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais - PEFEPS, que tem por diretriz a promoção da Economia Popular Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades autossustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com a iniciativa privada, convênios e outras formas admitidas em lei. |
| Conceito de Economia Solidária e Características dos Empreendimentos | Art. 2º - A Economia Popular Solidária constitui-se de iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e o estabelecimento de relações iguais entre homens e mulheres. Art. 5º - São características dos empreendimentos de Economia Popular Solidária: I - a produção e a comercialização coletivas; II - as condições de trabalho salutar e seguras; III - a proteção ao meio ambiente e a todas as formas de vida; IV - a equidade de gênero; V - a não utilização de mão de obra infantil; VI - a transparência na gestão dos recursos e a justa distribuição dos resultados; VII - a prática de preços justos, sem maximização de lucros nem busca de acumulação de capital; VIII - a participação dos integrantes na formação do capital social do empreendimento; IX - a participação dos integrantes nas deliberações, na forma do parágrafo único do Art. 6º desta Lei. § 1º - Consideram-se empreendimentos de Economia Popular Solidária as empresas de autogestão, as cooperativas, as associações, os pequenos produtores rurais e urbanos, os grupos de produção e outros que atuem por meio de organizações e articulações locais, estaduais e nacionais. § 2º - Os empreendimentos de Economia Popular Solidária trabalharão prioritariamente em rede, abrangendo a cadeia produtiva, desde a produção de insumos até a comercialização final dos produtos. § 3º - Para os fins desta Lei, uma rede de produção integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviços, para a prática do consumo solidário, com o reinvestimento de parte do excedente obtido pelos produtores e prestadores de serviços na própria rede, diminuindo o volume e o número de itens a serem adquiridos no mercado formal. |
| Objetivos da PEFEPS | Art. 3º - A Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária tem os seguintes objetivos: I - gerar trabalho e renda; II - apoiar a organização e o registro de empreendimentos da Economia Popular Solidária; III - apoiar a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado; IV - promover a agregação de conhecimento e a incorporação de tecnologias nos empreendimentos da Economia Popular Solidária; V - reduzir a vulnerabilidade e prevenir a falência dos empreendimentos; VI - consolidar os empreendimentos que tenham potencial de crescimento; VII - proporcionar a associação entre pesquisadores, parceiros e empreendimentos; VIII - estimular a produção intelectual sobre o tema, como estudos, pesquisas, publicações e material didático de apoio aos empreendimentos da Economia Popular Solidária; IX - criar e consolidar uma cultura empreendedora, baseada nos valores da Economia Popular Solidária; X - educar, formar e capacitar tecnicamente as trabalhadoras e os trabalhadores dos empreendimentos da Economia Popular Solidária; XI - integrar os empreendimentos no mercado e tornar suas atividades autossustentáveis; XII - articular Municípios, Estados e União, visando uniformizar e articular a legislação; XIII - constituir e manter atualizado um banco de dados, com o cadastro dos empreendimentos de Economia Popular Solidária que cumpram os requisitos desta Lei. |
| Ações do poder público | Art. 4º - Para a consecução dos objetivos da PEFEPS, o poder Público propiciará aos empreendimentos de Economia Popular Solidária, na forma do regulamento: I - acesso a espaços físicos em bens públicos estaduais; II - equipamentos e maquinário de propriedade do Estado para Produção industrial e artesanal; III - assessoria técnica necessária à organização, produção e comercialização dos produtos e serviços, assim como à elaboração de projetos de trabalho; IV - serviços temporários, em áreas específicas, tais como Contabilidade, "marketing", assistência jurídica, captação de recursos, gestão empresarial, planejamento estratégico, gestão ambiental, recursos humanos, técnicas de produção, contratos com financiadores, contatos com instituições de pesquisa científica e mercadológica; |

| | |
|--|--|
| | <p>V - cursos de capacitação, formação e treinamento de integrantes dos empreendimentos de Economia Popular Solidária nas áreas referidas no inciso anterior;</p> <p>VI - incubação em incubadoras de empresas;</p> <p>VII - convênios com órgãos públicos, nas três esferas de governo;</p> <p>VIII - entidades e programas internacionais;</p> <p>IX - acesso a centros de pesquisa e a empresas brasileiras para consolidação de vínculo de transferência de tecnologia;</p> <p>X - suporte técnico e financeiro para recuperação e reativação de empresas por trabalhadores, em regime de autogestão;</p> <p>XI - suporte jurídico e institucional para constituição e registro dos empreendimentos de Economia Popular Solidária;</p> <p>XII - apoio na realização de eventos de Economia Popular Solidária;</p> <p>XIII - apoio financeiro e fomento à constituição de patrimônio, na forma da lei;</p> <p>XIV - linhas de crédito especiais nos agentes financeiros públicos federais, estaduais, municipais, internacionais e privados, com taxas de juros e garantias diferenciadas, adequadas aos empreendimentos de Economia Popular Solidária, bem como a adaptação das linhas de crédito existentes, com base estrutural em microfinanças solidárias;</p> <p>XV - apoio para comercialização;</p> <p>XVI - participação em licitações públicas estaduais.</p> <p>§ 1º - A utilização de espaços, equipamentos e maquinário públicos sujeita os empreendimentos de Economia Popular Solidária às regras de uso previstas nos termos da permissão de uso, que conterá as obrigações dos permissionários.</p> <p>§ 2º - É vedada a cobrança de taxas para participação nos cursos a que se refere o inciso V deste artigo.</p> <p>§ 3º - Será exigida a frequência mínima estabelecida nos cursos a que se refere o inciso V deste artigo, para manutenção dos benefícios e permanência do grupo na PEFEPS.</p> <p>§ 4º - O apoio para comercialização, a que se refere o inciso XV deste artigo, consiste na busca de alternativas para comercializar e divulgar a produção dos empreendimentos, mediante o apoio à instalação de centros de comércio e de feiras, o incentivo à introdução de novos produtos e serviços no mercado interno e externo e o auxílio à articulação de redes de agentes que promovam o consumo solidário e o comércio justo.</p> <p>§ 5º - Os cursos, o apoio técnico, jurídico e financeiro, os serviços temporários e a incubação em empresas deverão observar os princípios e conceitos que regem a Economia Popular Solidária de que trata esta Lei.</p> <p>§ 6º - O poder público poderá firmar convênio, contrato ou outra forma de ajuste administrativo admitida em lei com os Municípios, a União, governos estrangeiros e entidades privadas para a consecução dos objetivos desta Lei, na forma da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.</p> |
| <p>Cadastro Estadual</p> | <p>Art. 7º - O empreendimento de Economia Popular Solidária interessado em usufruir dos benefícios instituídos por lei, no ato de sua inscrição no órgão responsável pela PEFEPS, deverá:</p> <p>I - registrar-se, informando a forma associativa adotada, o número de seus integrantes, a forma adotada para as deliberações do grupo, o endereço da sede ou do local onde se reúnem;</p> <p>II - apresentar, se já em funcionamento, relatório que contenha a descrição do processo de produção adotado, a natureza e a capacidade de distribuição e comercialização do produto e outras informações consideradas necessárias;</p> <p>III - apresentar, se em processo de constituição, projeto de trabalho que contenha o detalhamento da atividade a ser desenvolvida e dos recursos de que disponha;</p> <p>IV - apresentar declaração de que seus integrantes têm mais de 18 (dezoito) anos e não estão empregados no mercado formal de trabalho, comprovada mediante a apresentação da Carteira de Trabalho, exceto no caso de aprendizes;</p> <p>VI - apresentar declaração de que seus integrantes são domiciliados no Estado de Minas Gerais.</p> <p>§ 1º - Poderá habilitar-se a participar da PEFEPS o grupo ainda não constituído legalmente que se comprometa a apresentar seu registro legal no prazo de dois anos contados de sua inscrição, desde que atenda ao disposto nos Arts. 4º e 6º e apresente projeto possível de se adequar aos requisitos da PEFEPS.</p> <p>§ 2º - Mediante a apresentação de requerimento fundamentado, poderá ser prorrogado o prazo previsto no § 1º deste artigo.</p> <p>§ 3º - O tempo de permanência do grupo na PEFEPS será de dois anos, prorrogável pelo mesmo período.</p> <p>§ 4º - Verificada qualquer informação falsa, o grupo infrator sujeitar-se-á às penas cabíveis e à imediata suspensão de sua participação na PEFEPS, se nela já houver ingressado, ressalvados os direitos da ampla defesa e do contraditório.</p> |
| <p>Agentes Executores da Política</p> | <p>Art. 9º - São considerados agentes executores da PEFEPS:</p> <p>I - o Governo do Estado, por meio de seus órgãos e entidades;</p> <p>II - os Municípios, por meio de seus órgãos e entidades;</p> <p>III - as universidades e instituições de pesquisa;</p> <p>IV - o Governo Federal, por meio de seus órgãos;</p> <p>V - as organizações não governamentais;</p> <p>VI - os agentes financeiros que disponibilizem linhas de crédito para os empreendimentos;</p> <p>VII - as entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, que atuem segundo os objetivos desta Lei;</p> <p>VIII - as entidades internacionais que trabalhem com o conceito de empresa de</p> |

| | |
|---|---|
| | <p>autogestão democrática e de economia solidária.</p> <p>Parágrafo único - Os agentes executores da PEFEPS integrarão ações e adotarão estratégias, metodologias e instrumentos comuns de apoio aos empreendimentos.</p> |
| Criação do CEEPS e competências | <p>Art.10 - Fica criado o Conselho Estadual da Economia Popular Solidária CEEPS, composto paritariamente por representantes do poder público estadual e das entidades civis afetas ao desenvolvimento da Economia Popular Solidária, vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes.</p> <p>§ 1º - O CEEPS será composto por doze membros, nomeados pelo Governador do Estado para um mandato de dois anos, permitida uma recondução por igual período, sendo os representantes das entidades civis eleitos em assembleia convocada para esse fim, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes.</p> <p>§ 2º - O CEEPS será presidido por um de seus membros, eleito para mandato de um ano, permitida a recondução por igual período.</p> <p>Art. 11 - Compete ao CEEPS:</p> <p>I - aprovar a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária;</p> <p>II - definir os critérios para a seleção dos programas e projetos a serem financiados com recursos do Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária e para o acesso aos benefícios previstos nesta Lei;</p> <p>III - definir os critérios para a concessão do Selo de Economia Solidária;</p> <p>IV - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos financiados pelo Fundo a que se refere o inciso II;</p> <p>V - acompanhar e avaliar os programas de fomento aos empreendimentos de Economia Popular Solidária desenvolvidos pelos órgãos e entidades públicos do Estado;</p> <p>VI - definir mecanismos para facilitar o acesso dos empreendimentos de Economia Popular Solidária aos serviços públicos estaduais;</p> <p>VII - buscar garantias institucionais para que os empreendimentos de Economia Popular Solidária possam participar das licitações públicas;</p> <p>VIII - propor mecanismos de estabelecimento de incentivos fiscais para os empreendimentos de Economia Popular Solidária;</p> <p>IX - desenvolver mecanismos e formas de facilitar o acesso dos empreendimentos de Economia Popular Solidária a recursos públicos;</p> <p>X - propor alterações na legislação estadual relativa à Economia Popular Solidária;</p> <p>XI - constituir, regulamentar e fiscalizar as atividades do Comitê Certificador a que se refere o Art. 13;</p> <p>XII - elaborar seu regimento interno.</p> <p>Art.12. O Conselho Estadual da Economia Popular Solidária terá uma Secretaria Executiva, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes.</p> |
| Selo de Economia Solidária | <p>Art. 13 - Fica instituído o Selo de Economia Solidária, para identificação, pelos consumidores, do caráter solidário e ecológico dos insumos, da produção, da industrialização, do transporte e da comercialização dos produtos.</p> <p>Art. 14 - O CEEPS constituirá um Comitê Certificador, constituído, paritariamente, por representantes dos produtores e das entidades de defesa dos direitos do consumidor e de assessoria a empreendimentos de Economia Popular Solidária.</p> <p>Art. 15 - Compete ao Comitê Certificador:</p> <p>I - emitir e conceder o Selo de Economia Solidária;</p> <p>II - credenciar entidades locais de inspeção para acompanhamento dos empreendimentos de Economia Popular Solidária;</p> <p>III - elaborar um manual de procedimentos para certificação, a ser adotado pelas entidades locais de inspeção, para orientação aos empreendimentos de Economia Popular Solidária e verificação do cumprimento desta Lei para a obtenção do Selo de Economia Solidária;</p> <p>IV - cancelar a certificação, em caso de descumprimento dos requisitos desta Lei;</p> <p>V - gerenciar banco de dados cadastrais de empreendimentos certificados;</p> <p>VI - constituir uma equipe técnica para avaliação dos pedidos de credenciamento, mediante análise de documentos e inspeção local, se necessário.</p> <p>Art. 16 - A participação efetiva no CEEPS e no Comitê Certificador não é remunerada, sendo considerada função pública relevante.</p> |
| Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária | <p>Art. 18 - O Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária será criado por lei específica, no prazo de cento e vinte dias contados da data da publicação desta Lei.</p> |

ANEXO B – DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DA LEI 15028/2004

| Decreto de Regulamentação da Lei Nº 15.028, DE 19 DE JANEIRO DE 2004, QUE INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FOMENTO À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS - PEFEPS | |
|--|---|
| COMPETÊNCIAS DOS AGENTES EXECUTORES | <p>Art. 2º. Cabe aos órgãos e entidades da Administração direta e indireta, no âmbito de suas respectivas competências, dar provimento de forma integrada à ação referida no Art. 1º e, em especial:</p> <p style="padding-left: 40px;">I - à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, no âmbito da unidade administrativa competente, cabe a coordenação geral das atividades, que compreendem, entre outras, a formulação de políticas públicas visando promover o desenvolvimento da Economia Popular Solidária e as seguintes atribuições:</p> <p style="padding-left: 80px;">a) formular, coordenar, viabilizar e divulgar as políticas, programas, planos e projetos de geração de trabalho e renda sob a perspectiva da Economia Popular Solidária;</p> <p style="padding-left: 80px;">b) assessorar tecnicamente a organização e o registro de empreendimentos da Economia Popular Solidária;</p> <p style="padding-left: 80px;">c) fomentar e apoiar a introdução de novos produtos, processos e serviços da Economia Popular Solidária no mercado;</p> <p style="padding-left: 80px;">d) promover ações que possibilitem a agregação de conhecimento e a incorporação de tecnologias aos empreendimentos da Economia Popular Solidária;</p> <p style="padding-left: 80px;">e) estabelecer políticas para a redução da vulnerabilidade, prevenção de falência e o apoio à sustentabilidade dos empreendimentos;</p> <p style="padding-left: 80px;">f) incentivar a consolidação dos empreendimentos que tenham potencial de crescimento, apoiando-os nos aspectos gerenciais e legais, viabilizando a sua organização e incentivando seu fortalecimento, sobretudo no que tange ao implemento de mecanismos de produção, aquisição, distribuição, transporte, armazenamento, beneficiamento, embalagem e comercialização;</p> <p style="padding-left: 80px;">g) proporcionar a associação entre pesquisadores, parceiros e empreendimentos para o apoio a Economia Popular Solidária;</p> <p style="padding-left: 80px;">h) estimular a produção intelectual sobre o tema, como estudos, pesquisas, publicações e material didático de apoio aos empreendimentos da Economia Popular Solidária;</p> <p style="padding-left: 80px;">i) promover a elaboração, edição, reprodução, divulgação e distribuição de material educativo relacionado a temas pertinentes;</p> <p style="padding-left: 80px;">j) promover a capacitação sócio-profissional dos trabalhadores dos empreendimentos da Economia Popular Solidária;</p> <p style="padding-left: 80px;">k) incentivar a articulação entre Municípios, Estados e União, visando uniformizar e articular a legislação;</p> <p style="padding-left: 80px;">l) constituir e manter atualizado banco de dados, com o cadastro dos empreendimentos da Economia Popular Solidária que cumpram os requisitos da Lei nº 15.028, de 2004;</p> <p style="padding-left: 80px;">m) viabilizar as condições necessárias para o funcionamento do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária - CEEPS;</p> <p style="padding-left: 80px;">n) monitorar e avaliar a PEFEPS visando o aperfeiçoamento das estratégias e metodologias empregadas na sua execução;</p> <p style="padding-left: 80px;">o) criar e consolidar uma cultura empreendedora, baseada nos valores da Economia Popular Solidária; e</p> <p style="padding-left: 80px;">p) desenvolver e apoiar projetos de integração dos empreendimentos no mercado visando à autossustentabilidade de suas atividades;</p> <p style="padding-left: 40px;">II - à Secretaria de Estado de Fazenda - SEF cabe instituir e determinar os incentivos financeiros para a consolidação e fortalecimento das iniciativas da Economia Popular Solidária, visando estimular o contínuo crescimento dessas atividades, nos termos da legislação específica sobre a matéria;</p> <p style="padding-left: 40px;">III - à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECTES, cabe fornecer subsídios para a prestação de assistência técnica, bem como a promoção de estudos e pesquisas, de forma a contribuir com o desenvolvimento de processos e produtos dos empreendimentos da Economia Popular Solidária no Estado;</p> <p style="padding-left: 40px;">IV - à Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SEDE cabe incentivar a consolidação dos empreendimentos solidários apoiando-os na constituição e organização de arranjos produtivos locais e cadeias produtivas; e</p> <p style="padding-left: 40px;">V - à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA cabe incentivar e apoiar a consolidação e o desenvolvimento da Economia Popular Solidária no meio rural.</p> <p>Art. 3º Cabe aos demais agentes executores, conforme dispõe o parágrafo único do art. 9º da Lei nº 15.028, de 2004, integrar ações e adotar estratégias, metodologias e instrumentos comuns de apoio aos empreendimentos da Economia Popular Solidária.</p> |

| | |
|--|---|
| CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA | <p style="text-align: center;">Seção I</p> <p style="text-align: center;">Da Finalidade</p> <p>Art. 4º O Conselho Estadual de Economia Popular Solidária - CEEPS, criado pelo art. 10 da Lei nº 15.028, de 2004, tem por finalidade deliberar e propor sobre diretrizes, políticas e ações de fomento à Economia Popular Solidária.</p> <p>Art. 5º O CEEPS aprovará, anualmente, as principais diretrizes da PEFEPS apresentadas pela SEDESE. Parágrafo único. Em caso de não aprovação, o CEEPS poderá propor reformulação às principais diretrizes apresentadas.</p> <p>Art. 6º O CEEPS definirá, anualmente, os critérios para seleção de programas e projetos apoiados pela PEFEPS e financiados pelo Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária, observada a necessária correlação com os indicativos presentes na Lei nº 15.028, de 2004.</p> <p style="text-align: center;">Seção II</p> <p style="text-align: center;">Da Constituição</p> <p>Art. 7º O CEEPS será constituído por doze membros efetivos, com representação paritária de órgãos públicos e entidades civis afetas ao desenvolvimento da Economia Popular Solidária, da seguinte forma:</p> <p style="padding-left: 40px;">I - um representante das Secretarias de Estado:</p> <p style="padding-left: 80px;">a) de Desenvolvimento Social;</p> <p style="padding-left: 80px;">b) de Fazenda;</p> <p style="padding-left: 80px;">c) de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;</p> <p style="padding-left: 80px;">d) de Planejamento e Gestão;</p> <p style="padding-left: 80px;">e) de Desenvolvimento Econômico; e</p> <p style="padding-left: 80px;">f) de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e</p> <p style="padding-left: 40px;">II - seis representantes de entidades civis, afetas ao desenvolvimento da Economia Popular Solidária, eleitos em assembléia convocada para esse fim, sob a coordenação da SEDESE.</p> <p style="padding-left: 40px;">§ 1º Os membros do CEEPS serão nomeados pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, permitida uma recondução por igual período.</p> <p style="padding-left: 40px;">§ 2º Além dos membros titulares, as entidades e os órgãos públicos deverão também indicar o respectivo suplente.</p> <p style="padding-left: 40px;">§ 3º Os membros do CEEPS não receberão qualquer tipo de remuneração, lucro, bonificação ou vantagem, sendo a participação no Conselho considerada função pública relevante.</p> <p style="padding-left: 40px;">§ 4º Será assegurado aos membros do CEEPS, quando estiverem em missão oficial, o direito a ressarcimento, pelo Estado, das despesas com transporte, alimentação e estadia.</p> <p style="padding-left: 40px;">§ 5º O CEEPS está vinculado à SEDESE.</p> <p>Art. 8º O CEEPS, nos termos de seu regimento interno, será presidido por membro eleito dentre os representantes referidos no Art. 7º.</p> <p style="padding-left: 40px;">§ 1º Cada presidente será eleito para mandato de um ano, permitida a recondução por igual período.</p> <p style="padding-left: 40px;">§ 2º A presidência do CEEPS será alternada entre os representantes de órgãos públicos e entidades civis afetas ao desenvolvimento da Economia Popular Solidária. Caso haja recondução citada no parágrafo anterior, a alternância se efetuará no prazo de 2 anos.</p> <p>Art. 9º. O CEEPS elaborará seu regimento e o regulamento do Comitê Certificador no prazo de noventa dias após sua posse.</p> |
| | <p style="text-align: center;">Seção III</p> <p style="text-align: center;">Da Estrutura</p> <p>Art. 10. A estrutura do CEEPS compõe-se de:</p> <p style="padding-left: 40px;">I - Plenário; e</p> <p style="padding-left: 40px;">II - Secretaria Executiva;</p> <p>Art. 11. Ao Plenário, órgão máximo de decisão do CEEPS, cabe:</p> <p style="padding-left: 40px;">I - formular, decidir e encaminhar as proposições de competência do Conselho;</p> <p style="padding-left: 40px;">II - aprovar as políticas, programas, planos e projetos e geração de trabalho e renda sob a perspectiva da Economia Popular Solidária, elaboradas pela SEDESE;</p> <p style="padding-left: 40px;">III - zelar pela observância da legislação pertinente e do Regimento Interno do Conselho;</p> <p style="padding-left: 40px;">IV - deliberar sobre perdas de mandato; e</p> <p style="padding-left: 40px;">V - criar e extinguir comissões eventuais.</p> <p style="padding-left: 40px;">§ 1º O Regimento Interno disporá sobre a periodicidade das reuniões ordinárias do</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>Plenário.</p> <p>§ 2º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas por seu Presidente ou por requerimento da maioria absoluta de seus membros.</p> <p>§ 3º As deliberações do CEEPS deverão ser tomadas em forma de resolução, por maioria simples dos conselheiros.</p> <p>Art. 12. O Comitê Certificador é órgão técnico vinculado ao CEEPS, com competências definidas no Art. 15 da Lei nº 15.028, de 2004.</p> <p>§ 1º O Comitê será composto por seis membros, indicados pelo CEEPS, com representação paritária, da seguinte forma:</p> <p>I - dois representantes dos produtores de empreendimentos da Economia Popular Solidária;</p> <p>II - dois representantes das entidades de defesa dos direitos do consumidor; e</p> <p>III - dois representantes das entidades de assessoria a empreendimentos da Economia Popular Solidária.</p> <p>§ 2º Os membros do Comitê Certificador não poderão fazer parte do CEEPS, visando garantir a integridade técnica do órgão.</p> <p>§ 3º O Selo da Economia Popular Solidária, concedido e emitido aos empreendimentos, poderá ser renovado anualmente pelo Comitê Certificador.</p> <p>§ 4º Cabe ao Comitê Certificador informar à SEDESE sobre os empreendimentos que não cumprirem os requisitos exigidos em lei.</p> <p>Art. 13. A Secretaria Executiva, unidade de coordenação administrativa e operacional do CEEPS, vinculada à SEDESE, será exercida pelo Diretor de Promoção do Associativismo.</p> <p>Art. 14. A Secretaria Executiva terá como atribuições:</p> <p>I - elaborar as atas das reuniões do CEEPS;</p> <p>II - sistematizar as matérias que deverão compor a ordem do dia das reuniões do CEEPS;</p> <p>III - redigir as resoluções emanadas do CEEPS;</p> <p>IV - convocar os Conselheiros de acordo com a forma estabelecida no Regimento Interno;</p> <p>V - dispor sobre as questões administrativas do CEEPS;</p> <p>VI - operacionalizar as atividades do CEEPS; e</p> <p>VII - fornecer informações necessárias às deliberações do CEEPS.</p> <p>Art. 15. São atribuições do Presidente do CEEPS:</p> <p>I - convocar e presidir as reuniões do Plenário;</p> <p>II - solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público, afetos à competência do CEEPS; e</p> <p>III - firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções.</p> |
| <p align="center">DO CADASTRO DOS EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA</p> | <p>Art. 16. Fica instituído o Cadastro Estadual dos Empreendimentos da Economia Popular Solidária - CEPS para fim de possibilitar que os empreendimentos usufruam dos benefícios da PEFEPS.</p> <p>Parágrafo único. O empreendimento devidamente cadastrado terá direito a Declaração, emitida pela SEDESE, que informe sobre sua situação na CEPS com validade de um ano.</p> <p>Art. 17. Os empreendimentos de Economia Popular Solidária deverão fornecer à SEDESE dados e informações atualizadas anualmente, para a elaboração de indicadores e metodologias de análise.</p> <p>§ 1º Os dados e informações de que trata o caput serão gerenciados pela SEDESE, nos termos o inciso XIII do Art. 3º, da Lei nº 15.028, de 2004.</p> <p>§ 2º A SEDESE poderá solicitar dados e informações que otimizem o monitoramento, aperfeiçoamento da política pública e a avaliação das ações, bem como dos projetos a serem implementados.</p> <p>§ 3º O CEEPS poderá ter livre acesso aos dados e informações constantes do CEPS.</p> <p>Art. 18. O descumprimento, pelo empreendimento, quanto ao fornecimento de dados e informações à SEDESE implicará em advertência e exigência de sua regularização em trinta dias.</p> <p>§ 1º Se a regularização não for efetuada no prazo do caput, o empreendimento, sem nova advertência, terá cancelado o seu CEPS, implicando, ainda, na suspensão da participação na PEFEPS.</p> <p>§ 2º Efetuada a regularização, a SEDESE deverá, no prazo de quinze dias, recadastrar o empreendimento no CEPS.</p> |
| <p align="center">Recursos Orçamentários</p> | <p>Art. 19. Os recursos orçamentários para implementação e execução das ações previstas na Lei nº 15.028, de 2004, serão do Tesouro Estadual, podendo o Estado firmar convênios financeiros com outros órgãos governamentais.</p> |

ANEXO C – CARTA FÓRUM MINEIRO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA SOBRE A CRIAÇÃO DO FÓRUM BRASILEIRO

Minas são muitas, mas @s mineir@s são apenas, mineir@s.

Por Favor, Leiam e Reflitam

Não querendo ser repetitivos, mas sendo, vimos através deste repassar para o movimento estadual e nacional da ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA, a trajetória do nosso movimento cotidiano.

Para tanto vale ressaltar que as discussões acerca de geração de emprego e renda de maneira mais sistemática e sistematizada levadas por um conjunto de entidades envolvendo empreendimentos, ONG's, Poder Público (prefeituras e mandatos legislativos), representações sindicais e movimentos sociais, datam do ano de 1995.

O ano de 2002 torna-se mais significativas as ações e consolida-se autodenominação de Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária-FMEPS. É neste mesmo ano também que se intensificam os esforços para a interiorização do FMEPS consubstanciada nos encontros que reuniram dez regiões do estado para discutir os aspectos da Legislação e EPS: os impactos das mudanças do Novo Código Civil Brasileiro e, depois no encontro sobre EPS e Comercialização: construindo novos valores. É deste último que ficam reforçados os desafios de mapeamento das experiências de EPS no estado e, sobretudo, a criação de um momento que permitisse a visibilidade social da EPS, a reivindicação por medidas legislativas e o intercâmbio estadual das experiências. A tudo isso, demos o nome de 1º Ciclo Estadual de Debates sobre EPS e 1ª Feira Mineira da Produção Solidária e sua realização em junho passado só foi possível após a realização de várias reuniões de construção deste momento com o “interior”. Foram realizados também encontros nas 10 macro-regiões do estado juntando campo e cidade. Tais eventos além de nos aproximar das experiências e da tarefa do mapeamento das mesmas, tiveram como foco principal a SENSIBILIZAÇÃO para a EPS, posto que muitas dessas iniciativas incorporam seus princípios, porém não tomavam para si esse conceito, traduzindo-se no entanto, explicitamente em movimentos de resistência frente aos impactos excludentes do capitalismo no campo e na cidade sob valores solidários. A missão de sensibilizar as regiões e articula-las à luz de um novo conceito e do seu “que fazer” teve como objetivo a construção de um movimento mais unificado e articulado que só a EPS permite vislumbrar e aglutinar. Em Minas vimos primando pelo cuidado expresso no sentimento de quem respeita as trajetórias de cada empreendimento, grupo, entidades sejam eles, regionais, locais, comunitários, familiares.

Paralelamente, acompanhamos os processos de criação do Fórum Brasileiro de EPS e por mais que entendamos que nossos passos corroboram com esse movimento, percebemos que os caminhos de cada indivíduo/coletivo que estavam em processos de sensibilização para a construção de um novo movimento não poderiam ser atropelados por uma inversão abrupta de organização de fora para dentro, de cima para baixo, e já como um pacote, velho conhecido do modelo que não se encaixa no que queremos como nosso instrumento de trabalho e poder transformador, horizontal. Decorrente disso vimos surgir antigos conceitos e atitudes tais como disputa, delegados, voz e voto, dissenso, competição, ocorridos em alguns estados que fizeram o “dever de casa”. Na nossa “plenária estadual” depois de ampla discussão e socialização dos processos para a criação do Fórum Brasileiro, o bom senso (e o “cuidar”) nos apontou o caminho da participação na Plenária Nacional como participantes (e não “delegados”) assumindo a realidade da complexidade que os temas propostos ainda representa para a grande maioria dos noss@s companheir@s, ficou livre a cada uma das dez regiões para indicarem 04 pessoas para compor o coletivo para participar, abrir um procedimento de escuta, colaborar no que for possível com seus conhecimentos prático-vivenciais, nos diálogos de criação de mais um organismo político de interlocução que é o FÓRUM NACIONAL. Também vamos com a proposta, a partir de nosso posicionamento, de contribuir para que as discussões permitam construirmos um novo olhar para os conceitos, valores, formatos e atitudes entre nós, pois estamos certos de que o que não queremos em Minas é reeditar vícios de conduta que tanto mal fizeram e continuam fazendo à nossa mobilização para a consolidação da justiça sócio-econômica em nosso país e os esforços devem começar por nós, por “dentro” desse novo movimento.

A prova desse esforço é que o município de Juiz de Fora se mobilizou a partir da relação direta da Incubadora da UFJF com o GT brasileiro, fez o “dever de casa” proposto, tirou delegados, e mesmo com um evento maravilhoso acontecendo em Belo Horizonte só vieram para participar do nosso diálogo que podemos sim chamar de plenária, fazendo uso do que acreditamos ser o livre direito de organização. Ouvimos esse grupo que

se mostrou satisfeito com o processo encaminhado pelo GT e se pronunciou pronto para participar da Plenária Nacional na condição de “delegados” mesmo em contraponto à decisão do Coletivo Mineiro. Cabe-nos também reiterar que por mais que respeitemos esta posição, a única condição que lhes cabe é a de DELEGADOS MUNICIPAIS e que contamos com o discernimento dos mesmos para entender a REAL AMPLITUDE (geográfica e política) das suas vozes.

Creemos que numa visão holística, horizontal, cabe a nós fazer acontecer o novo, o viável, o possível do outro mundo que queremos, com respeito aos diferentes segmentos, às partes que compõe o todo e que juntas produzem uma energia muito maior.

Se o “trem” da história passa por nós e, para pegá-lo tínhamos que ser “delegados” então, segundo um companheiro nosso “não tenhamos medo de perder o trem dessa história, aliás, que trem? A história somos nós!!!!” . Vamos de ônibus como participantes e colaboradores.

Queremos deixar claro que Minas não está se arvorando a verdades absolutas, “dando exemplo”, estamos apenas, responsabilmente exercitando o novo, afinal também temos esse direito.

Por enquanto é só, nos veremos em Brasília, saudações solidárias,

Coordenação do I Ciclo Estadual de Debates sobre Economia Popular Solidária e da I Feira Estadual da Economia Solidária

P/P Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária.